



VIVA O  
VERDE SP

# AValiação DE ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE

PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO



# AValiação DE ESPAÇOS PÚBLICOS DA CIDADE

PARQUES MUNICIPAIS DE SÃO PAULO

Edição 2024



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

**Ricardo Nunes**  
Prefeito

**Rodrigo Ravena**  
Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente

**Carlos Eduardo de Vasconcelos**  
Secretário Adjunto

## EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E DO MEIO AMBIENTE (SVMA)

**Tamires Oliveira**  
Chefe de Gabinete

**Rodolfo Maiche**  
Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental

**Oscar de Souza**  
Assessoria Jurídica (AJ)

**Cleide Cremonesi**  
Assessoria de Comunicação (ASCOM)

**Tatiana Coelho**  
Coordenação de Administração  
e Finanças (CAF)

**Christiane Ferreira**  
Coordenação de Licenciamento  
Ambiental (CLA)

**José Carlos Paludeto**  
Coordenação de Educação Ambiental  
(DEA) e Universidade Aberta do Meio  
Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ)

**Willian Agra**  
Coordenação de Fiscalização Ambiental  
(CFA)

**Liliane Arruda**  
Coordenação de Gestão dos Colegiados  
(CGC)

**Juliana Summa**  
Coordenação de Gestão de Parques e  
Biodiversidade Municipal (CGPABI)

**Rosélia Ikeda**  
Coordenação de Planejamento  
Ambiental (CPA)

**Ana Lúcia de Jesus**  
Núcleo de Desenvolvimento de Tecnologia  
da Informação e Comunicação (NDTIC)



CIDADE DE  
SÃO PAULO

## PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-HABITAT)

**Elkin Velasquez**  
Representante Regional para América Latina e o Caribe

**Rayne Moraes**  
Oficial Nacional para o Brasil e Cone Sul

**Ana Elisa Larrarte**  
**Camilla Almeida**  
**Daphne Besen**  
Supervisoras de Programas

**Julia Caminha**  
**Laura Collazos**  
**Fábio Donato**  
**Tiago Marques**  
Analistas de Programas

**Giselle Batista**  
**Pedro Patrício**  
**Vivian Alessandra da Silva**  
Analistas de Dados

**Aléxia Saraiva**  
Coordenadora de Comunicação

**Camila Nogueira**  
Designer Gráfica

**Claudia de Mello**  
**Jessica Blanco**  
Gerentes Financeiras

**Adriana Carneiro**  
**Carolina Oliveira**  
Analistas de Operações

## EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO

**Jordi Sanchez-Cuenca**  
Coordenador de Programas

**Bruna Leite**  
**Maria Fernanda Godoy**  
Analistas de Programas

**Julia Rocha**  
**Laura Figueiredo**  
Assistentes de Programas

**Tiago Lourenzi**  
Assistente de Dados

**Guilherme Justino**  
Analista de Comunicação

## REDAÇÃO

Bruna Leite | Julia Rocha

## PROCESSAMENTO DE DADOS

Giselle Batista | Tiago Lourenzi  
Gabriel de Melo

## REVISÃO FINAL

Julia Caminha



ONU-HABITAT

# AGRADECIMENTOS

**Com sua reconhecida estrutura urbana e 11,5 milhões de habitantes, o que muitas pessoas não sabem é que São Paulo tem uma cobertura vegetal que abrange mais da metade do seu território.**

A urbanização acelerada do município, como de muitas outras cidades globais, demanda por espaços verdes públicos que garantam o exercício dos direitos humanos ao lazer, à saúde e ao meio ambiente para toda a população. Neste contexto, nos últimos anos, a capital paulista tem investido na ampliação dos parques, em formas de aprimorar os usos destes espaços e de promover uma reaproximação da população com as áreas verdes.

A iniciativa Viva o Verde SP contribui para acelerar essa reaproximação do ponto de vista dos cidadãos, cidadãs e das administrações municipais ao aplicar ferramentas ancoradas na NAU e a Agenda 2030.

O ONU-Habitat vem trabalhando com as secretarias da Prefeitura de São Paulo para promover aspectos como a

governança compartilhada, a participação e o estreitamento das relações horizontais fundamentais para garantir o alinhamento contínuo e a capacidade de resposta às demandas da população de São Paulo.

O Viva o Verde SP segue uma perspectiva interseccional, ou seja, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa elucidar a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais, contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

Este relatório, marco destacado do Viva o Verde SP, reflete uma compreensão ampla das dinâmicas populacionais e do aprimoramento do planejamento urbano. Esse enfoque é fundamental para estabelecer conhecimentos sólidos e criar políticas públicas eficientes, visando tornar nossas cidades mais sustentáveis e inclusivas.

Neste documento apresentamos os resultados da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade dedicada aos parques municipais, buscando fortalecer referências no tema de espaços públicos verdes para a coesão social e a sustentabilidade ambiental.

Desejamos uma boa leitura!

**Rayne Ferretti Moraes**

Oficial Nacional para o Brasil e Cone Sul



# ONU-HABITAT

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) foi criado em 1978 durante a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamento Humano, a Habitat I, com principal objetivo de promover cidades socialmente, economicamente e ambientalmente sustentáveis.

Desde 2015, esse trabalho tem sido realizado a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos na Agenda 2030. Com 17 objetivos e 169 metas, os ODS são um plano de ação global criado para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e promover vida digna para todas as pessoas, dentro das condições que o planeta oferece e sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

## Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Com o objetivo de acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), a Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável estabeleceu a Nova Agenda Urbana (NAU). Aprovada em 2016, na cúpula do Habitat III, o documento assessor os países a lidar com os desafios da urbanização e sugere como devem orientar seus esforços em prol de um desenvolvimento urbano sustentável.

O documento serve de orientação para ações que visam padrões globais de desenvolvimento urbano sustentável, repensando a forma como construímos,

gerenciamos e vivemos nas cidades. Além disso, representa uma visão compartilhada para um futuro urbano melhor, em que todas as pessoas tenham direitos e acessos iguais aos benefícios e as oportunidades.

fortalecimento das capacidades técnicas das entidades governamentais, em especial as locais. Essas colaborações visam a formulação de políticas e estratégias de renovação urbana que possam contribuir com o desenvolvimento das cidades. Nesse contexto, foi estabelecido o Acordo de Contribuição com a Prefeitura de São Paulo, com foco na promoção da inclusão e sustentabilidade nos espaços públicos verdes da cidade, mais especificamente nos parques municipais.

## Nova Agenda Urbana

O ONU-Habitat trabalha na implementação da Nova Agenda Urbana e, especialmente do ODS 11, a partir do estabelecimento de parcerias que têm como objetivo o



## OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



# **SOBRE O VIVA O VERDE SP**

A iniciativa Viva o Verde SP é uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo e o ONU-Habitat que tem como objetivo **melhorar o acesso, a inclusão e a sustentabilidade dos espaços públicos verdes na cidade de São Paulo**. Firmada com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), a parceria tem diferentes frentes, como uma avaliação geral dos parques municipais, análises específicas de dez destes equipamentos, elaboração de planos de gestão e a promoção de estratégias inovadoras de financiamento para a manutenção dos espaços públicos verdes.

O Viva o Verde SP é orientado pela Agenda 2030, relacionando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Nova Agenda Urbana. Em especial, alinha-se à meta 11.7: “proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, em particular para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. Com isso em mente, uma das premissas é o processo participativo, garantindo que a tomada de decisão considere diferentes pontos de vista.

Para tal, conta com uma equipe do ONU-Habitat atuando junto à SVMA e com um Grupo de Referência consultivo ([ver Anexo 1](#)), formado por representantes da sociedade civil, da academia e de especialistas técnicos. Além da capacitação para que representantes do funcionalismo público e da sociedade civil possam contribuir, monitorar e replicar as metodologias da organização, as atividades do projeto também incluem diferentes níveis de avaliação dos parques, com equipes multidisciplinares, levantamento e coleta de dados primários e secundários e através da aplicação das ferramentas globais do ONU-Habitat.

O Viva o Verde SP adota uma perspectiva interseccional, orientada pela igualdade de gênero e promoção da diversidade, e visa fortalecer a ação climática, valorizando a biodiversidade e os biomas locais, e contribuindo com a melhoria do ambiente urbano e da saúde da população.

A iniciativa se fundamenta em metodologias desenvolvidas pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat, sendo a primeira delas, a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade, cujos resultados serão apresentados neste documento.



**37. COMPROMETEMO-NOS A PROMOVER ESPAÇOS PÚBLICOS SEGUROS, INCLUSIVOS, ACESSÍVEIS, VERDES E DE QUALIDADE, INCLUINDO RUAS, CALÇADAS, CICLOFAIXAS E CICLOVIAS, PRAÇAS, ORLAS JARDINS E PARQUES QUE SEJAM ÁREAS MULTIFUNCIONAIS PARA INTERAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL, SAÚDE E BEM-ESTAR HUMANOS, TROCAS ECONÔMICAS, EXPRESSÕES CULTURAIS E DIÁLOGO ENTRE UMA AMPLA VARIEDADE DE PESSOAS E CULTURAS, E QUE SEJAM DESENHADOS E GERIDOS PARA ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO, PARA CONSTRUIR SOCIEDADES PACÍFICAS, INCLUSIVAS E PARTICIPATIVAS, BEM COMO PROMOVER A VIDA COLETIVA, A CONECTIVIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL. ”**

Nova Agenda Urbana, p. 13



## LISTA DE FIGURAS

25	Figura 1: Localização do Parque Linear Canivete
26	Figura 2: Atividades comunitárias no Parque do Canivete
27	Figura 3: Atividade comunitária realizada em parque do município de Barranquilla
28	Figura 4: Um dos locais objeto do Programa Vida Nova nas Grotas
60	Figura 5: Etapas de aplicação da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade
64	Figura 6: Agente de coleta de observação em campo
68	Figura 7: Resultados Esperados para Município e Sociedade
73	Figura 8: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Distribuição Espacial
81	Figura 9: Definição do perímetro da área de influência dos parques
85	Figura 10: Atividade escolar realizada no parque Augusta
93	Figura 11: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Governança
97	Figura 12: Ação do Programa Pedal Sampa
97	Figura 13: Atuação no Programa Operação de Trabalho
98	Figura 14: Atividade do Programa Escola Municipal de Iniciação Artística
98	Figura 15: Ação do Programa Ambientes Verdes Saudáveis
101	Figura 16: Exemplo de quadro com sinalização para atualizações periódicas
102	Figura 17: Exemplos de conteúdos de divulgação dos parques em mídias sociais
111	Figura 18: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Acessibilidade
114	Figura 19: Placa de identificação em frente ao Parque Alto da Boa Vista
115	Figura 20: Mapa do Parque de Paraisópolis em placa informativa localizada dentro da estrutura
117	Figura 21: Rafaela Moreira de Freitas, portadora de ataxia espino cerebelar, frequentando o parque Augusta a convite do Viva o Verde SP
135	Figura 22: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Segurança
157	Figura 23: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Inclusão
166	Figura 24: Atividade do projeto "Vem Passarilhar Sampa" realizado na área de implantação do Parque Linear Córrego do Bispo
170	Figura 25: Setor infantil com crianças brincando no Parque Paraisópolis
171	Figura 26: Mulheres sentadas no setor infantil do Parque Augusta
177	Figura 27: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Conforto e saúde
191	Figura 28: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Inclusão
215	Figura 29: Principais motivos para utilização dos Parques Naturais Municipais
224	Figura 30: Grupo de visitantes em atividade do programa Vai de Roteiro
224	Figura 31: Trilha contemplada no roteiro do programa
225	Figura 32: Atividade realizada em projeto Rolê Agroecológico
230	Figura 33: Cadeira de trilha adaptada para pessoas com deficiência
251	Figura 34: Esquema visual das próximas etapas
264	Figura 35: Equipe de coleta de dados

## LISTA DE MAPAS

32	Mapa 1: Localização da cidade de São Paulo
34	Mapa 2: Expansão da mancha urbana
36	Mapa 3: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
37	Mapa 4: Temperatura de superfície na cidade de São Paulo e presença de cobertura vegetal
39	Mapa 5: Regiões político-administrativas da cidade de São Paulo
58	Mapa 6: Parques no município de São Paulo, inclusive aqueles que entraram na avaliação
75	Mapa 7: Sistema de áreas verdes da cidade de São Paulo
76	Mapa 8: Densidade demográfica da cidade de São Paulo
77	Mapa 9: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
79	Mapa 10: Distribuição dos parques da Avaliação nas regiões da cidade
80	Mapa 11: Parques propostos pelo Plano Diretor Estratégico
82	Mapa 12: Perímetro das áreas de influência dos parques
84	Mapa 13: Intensidade de equipamentos públicos dentro das áreas de influência dos parques
87	Mapa 14: Presença de assentamentos precários nas áreas de influência
88	Mapa 15: Associação entre a nota do IP e vulnerabilidade socioeconômica
95	Mapa 16: Distribuição espacial dos investimentos em melhorias nos parques
104	Mapa 17: Distribuição dos conselhos gestores ativos e inativos
113	Mapa 18: Distribuição espacial dos intervalos de funcionamento dos parques ao público
121	Mapa 19: Aplicação do Índice de Caminhabilidade em São Paulo
124	Mapa 20: Caminhabilidade da rede viária
127	Mapa 21: Mobilidade da pessoa ciclista a partir da distribuição da rede cicloviária
142	Mapa 22: Ocorrências contra a vida por área de influência
143	Mapa 23: Ocorrências de crimes por área de influência
151	Mapa 24: Risco geológico nas áreas de influência dos parques
152	Mapa 25: Risco hidrológico nas áreas de influência dos parques
194	Mapa 26: Conectividade da cobertura vegetal
198	Mapa 27: Quantidade de espécies de fauna registradas
199	Mapa 28: Quantidade de espécies de fauna registradas
205	Mapa 29: Distribuição de bens de valor patrimonial nos parques
213	Mapa 30: Parques Naturais Municipais avaliados
217	Mapa 31: Zonas de Amortecimento dos Parques Naturais Municipais
219	Mapa 32: Assentamentos precários e/ou irregulares dentro das Zonas de Amortecimento dos PNMs
221	Mapa 33: Áreas de risco hidrológico dentro das Zonas de Amortecimento dos PNMs
222	Mapa 34: Áreas de risco geológico dentro das Zonas de Amortecimento dos PNMs

## LISTA DE GRÁFICOS

41	Gráfico 1: Histórico da criação de parques municipais
69	Gráfico 2: Proporção da faixa etária das pessoas usuárias dos parques
69	Gráfico 3: Proporção da identificação de gênero das pessoas entrevistadas dos parques
85	Gráfico 4: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Distribuição Espacial
100	Gráfico 5: Condições dos elementos de sinalização para comunicação nos parques
101	Gráfico 6: Presença de estruturas de sinalização para atualizações periódicas
106	Gráfico 7: Presença e tipologia das iniciativas comunitárias nos parques
115	Gráfico 8: Distribuição das placas de identificação dos parques em seus acessos
116	Gráfico 9: Distribuição das placas que contém informação do horário de funcionamento dos parques em seus acessos
116	Gráfico 10: Distribuição das placas de mapeamento dos parques em seus acessos
119	Gráfico 11: Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no acesso aos parques
119	Gráfico 12: Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no interior dos parques
122	Gráfico 13: Distribuição das escolhas de meios de locomoção pelos entrevistados
123	Gráfico 14: Distribuição das escolhas de meios de locomoção pelas pessoas entrevistadas por região
125	Gráfico 15: Total e proporção de linhas de ônibus por parques e região
126	Gráfico 16: Proporção de parques com presença de transporte sobre trilhos nas áreas de influência por região
128	Gráfico 17: Proporção da presença de vagas de estacionamento gratuitas por parques e por região
128	Gráfico 18: Proporção da presença de vagas de estacionamento para idosos por parques e por região
129	Gráfico 19: Proporção da presença de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência por parques e por região
137	Gráfico 20: Proporção da percepção de segurança das pessoas entrevistadas
138	Gráfico 21: Proporção da sensação de segurança dos homens (cis/trans) e mulheres (cis/trans) entrevistados por região
138	Gráfico 22: Proporção da sensação de segurança das pessoas brancas e pretas ou pardas entrevistadas por região
139	Gráfico 23: Proporção entre os elementos que contribuem para a sensação de insegurança das pessoas usuárias dos parques
140	Gráfico 24: Proporção das pessoas que já presenciaram ou sofreram atos de violência nos parques por região
141	Gráfico 25: Proporção entre as ocorrências dos atos de violência presenciados ou sofridos nos parques
144	Gráfico 26: Proporção da distribuição das infraestruturas de iluminação por parque
145	Gráfico 27: Proporção da distribuição das infraestruturas nos equipamentos para crianças e bebês por parque
146	Gráfico 28: Proporção da distribuição das infraestruturas nos equipamentos esportivos por parque
147	Gráfico 29: Proporção da distribuição das câmeras de segurança por parque
148	Gráfico 30: Proporção da distribuição da presença de agentes de segurança, pessoas funcionárias ou postos de informação por parque
149	Gráfico 31: Presença de equipamentos de combate a incêndio por parque
149	Gráfico 32: Presença de equipamentos de primeiros socorros por parque
159	Gráfico 33: Distribuição de faixa etária segundo o Censo 2010 e das pessoas entrevistadas por região
160	Gráfico 34: Distribuição da identidade sexual e identidade de gênero das pessoas entrevistadas e do Censo 2010 por região
160	Gráfico 35: Raça/cor segundo o Censo 2010 e pessoas entrevistadas por região
161	Gráfico 36: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: idade
162	Gráfico 37: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: identidade de gênero

162	Gráfico 38: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: raça e cor
163	Gráfico 39: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: pessoas com deficiência
164	Gráfico 40: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: escolaridade
164	Gráfico 41: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: renda média mensal domiciliar
165	Gráfico 42: Proporção da identificação de comportamentos antissociais nos parques por região
167	Gráfico 43: Proporção da identificação dos tipos de atividades nos parques por região
168	Gráfico 44: Proporção da identificação de atividades voltadas a mulheres e meninas nos parques por região
169	Gráfico 45: Proporção da presença de equipamentos dedicados a crianças e bebês nos parques por região
171	Gráfico 46: Proporção da presença de equipamentos dedicados a mulheres e meninas nos parques por região
172	Gráfico 47: Proporção da presença de equipamentos dedicados as pessoas com deficiências nos parques por região
180	Gráfico 48: Registros de qualidade do ar em 2023 na cidade de São Paulo
181	Gráfico 49: Proporção da presença de elementos para proteção do sol nos parques por região
182	Gráfico 50: Proporção da presença de equipamentos para descarte de lixo nos parques por região
183	Gráfico 51: Proporção da percepção de odores nos parques por região
184	Gráfico 52: Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas
185	Gráfico 53: Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas por região
185	Gráfico 54: Proporção das pessoas usuárias que utilizam os parques com contribuição na saúde mental
186	Gráfico 55: Proporção das pessoas usuárias que utilizam os parques com contribuição na saúde mental por região
195	Gráfico 56: Parques com corpos hídricos
196	Gráfico 57: Tipologias de corpos hídricos existentes nos parques
197	Gráfico 58: Pontuação do componente biodiversidade nativa agregado por região
200	Gráfico 59: Pontuação do componente serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade, agregado por Região
201	Gráfico 60: Pontuação do componente governança e gestão da biodiversidade, agregado por Região
203	Gráfico 61: Medidas de resiliência e sustentabilidade dentro dos parques municipais
227	Gráfico 62: Presença de agentes de segurança nos Parques Naturais Municipais
230	Gráfico 63: Existência de infraestruturas para acessibilidade universal nos Parques Naturais Municipais

## LISTA DE TABELAS

61	Tabela 1: Tabela de identificação dos indicadores com base no PLANPAVEL e nas dimensões da Avaliação
63	Tabela 2: Agenda de reuniões com integrantes do Grupo de Referência para revisão das dimensões e indicadores
216	Tabela 3: Atividades espontâneas identificadas nos Parques Naturais Municipais
226	Tabela 4: Iniciativas comunitárias identificadas nos Parques Naturais Municipais
229	Tabela 5: Agenda de reuniões com integrantes do Grupo de Referência para revisão das dimensões e indicadores
231	Tabela 6: Levantamento de fauna e flora nos Parques Naturais Municipais



**VIVA O  
VERDE SP**



# SUMÁRIO

1. Introdução	19
2. Os parques urbanos	23
3. A cidade de São Paulo	31
4. Objetivos da Avaliação	47
5. Proposta metodológica	57
6. Avaliação dos parques em zona urbana: parques urbanos, lineares e de orla	67

<b>Distribuição Espacial</b>	<b>70</b>
------------------------------	-----------

<b>Governança</b>	<b>90</b>
-------------------	-----------

<b>Acessibilidade</b>	<b>108</b>
-----------------------	------------

<b>Segurança</b>	<b>132</b>
------------------	------------

<b>Inclusão</b>	<b>154</b>
-----------------	------------

<b>Conforto e Saúde</b>	<b>174</b>
-------------------------	------------

<b>Verde e Azul</b>	<b>188</b>
---------------------	------------

7. Avaliação dos parques em zona rural: Parques Naturais Municipais	209
8. Conclusão	235
9. Diagnóstico das Regiões	239
10. Próximas etapas	249
Referências bibliográficas	252
Glossário	256
Anexos	262



1.

# INTRODUÇÃO



**Em 2022, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) publicou o Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL) com o objetivo de definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo.**

O Plano trata sobre o Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), que foi criado com o Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/2014). Com ações a serem implementadas no horizonte de 10 anos, o Plano estabelece diretrizes de ampliação e qualificação das áreas verdes e espaços livres públicos, seguindo princípios e diretrizes estabelecidos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pela Nova Agenda Urbana.

Desta forma, os parques municipais fazem parte do SAPAVEL e possuem diretrizes específicas estabelecidas dentro do PLANPAVEL. No PLANPAVEL, os parques e praças são tidos como elementos integradores do Sistema, isso porque esses espaços representam a possibilidade de vivenciar integralmente o espaço público da cidade (SÃO PAULO, 2022). No entanto, o Plano aponta a desigualdade na distribuição de parques pelo município, pois “alguns distritos não dispõem de nenhum parque e a qualidade da acessibilidade, do atendimento

às demandas ambientais e sociais estão muito distantes do equilíbrio” (SÃO PAULO, 2022, pg. 78).

Entre os anos de 2008 e 2012, foi executado o “Programa 100 Parques”, com objetivo de investir na reserva de áreas e criação de novos parques municipais, financiado sobretudo com termos de compensação ambiental. Como resultado, o número de parques saltou de 34, em 2005, para 102, em 2012. Também como resultado do Programa, a então Secretaria do Verde incorporou os conceitos de Parque Linear e Parque Natural.

O rápido salto no número de parques, aliado com a necessidade de implementação das diretrizes estabelecidas no PLANPAVEL referente aos parques municipais, justificam a necessidade da avaliação desses espaços para o estabelecimento de diretrizes e estratégias políticas em consonância com os princípios do ONU-Habitat para a promoção de cidades mais justas, acessíveis, inclusivas e resilientes.

A análise realizada nesta etapa do projeto Viva o Verde SP visa verificar a situação atual dos parques municipais, na escala da cidade e das regiões administrativas, considerando aspectos espaciais, sociais e ambientais.

A avaliação se deu de forma a agregar informações em caráter quantitativo e qualitativo para fornecer um diagnóstico regional com objetivo de promover melhorias nos parques municipais, construir uma base de dados para a tomada de decisão de locais prioritários para realização de intervenções e apresentar diretrizes, estratégias e recomendações para estes espaços.

Os elementos que compõem a Avaliação seguem os princípios do ONU-Habitat para espaços públicos, que devem ser socialmente inclusivos, bem integrados e conectados, ambientalmente sustentáveis e seguros.

### O QUE É?



Avaliação da situação de 100 parques municipais administrados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, combinando elementos quantitativos e qualitativos, considerando sua distribuição espacial

Aplicação da ferramenta de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade (*City-wide public space assessment*, em inglês), desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat, nos 100 parques abertos ao público, dentre os 114 parques municipais administrados pela SVMA, através de 7 dimensões de análise e 42 indicadores

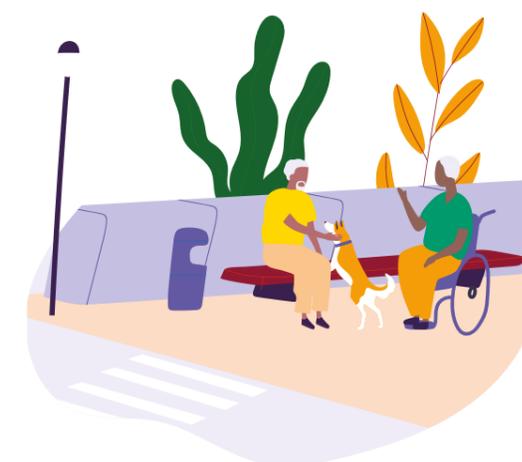
### COMO?



### POR QUÊ?



Identificação de prioridades de intervenção, criação de mecanismos de monitoramento e controle para gestão dos parques, ampliação do potencial dos parques urbanos enquanto espaços sociais e de promoção da biodiversidade





# 2.

## OS PARQUES URBANOS



## O estilo de vida urbano moderno muitas vezes está associado ao estresse crônico, ao sedentarismo e à exposição a riscos climáticos.

A oferta de parques e espaços públicos verdes nos centros urbanos apresenta-se como estratégia para reduzir tais padrões negativos, uma vez que são espaços que contribuem significativamente para a melhoria na qualidade de vida da população e para a promoção da saúde física e mental. Isso porque os parques são capazes de proporcionar bem-estar psicológico, estimular o convívio social e atividade física, e reduzir a exposição a poluentes atmosféricos, ruído e calor excessivo (OMS, 2016).

Com o propósito de aumentar a resiliência climática, diferentes cidades têm integrado os parques aos seus planos urbanos devido aos **serviços ecossistêmicos** ofertados por esses

espaços, tais como a melhoria do microclima e drenagem de águas pluviais. Outro papel de relevância dos parques urbanos é a promoção de coesão social. Práticas de planejamento que envolvem as pessoas residentes nos projetos e na gestão dos parques estimulam o senso de comunidade, ajudando a garantir que os parques reflitam as necessidades específicas daquele entorno.

Os parques também influenciam na melhoria das relações sociais e no fortalecimento do senso de pertencimento, ao proporcionar ambientes mais agradáveis para a vida comunitária, além de estimular consciência ambiental. A presença dos parques dentro de uma vizinhança possui o potencial de fortalecer a economia local, atraindo novas pessoas residentes e empresas, estimulando o investimento privado e aumentando as oportunidades de emprego e as receitas vindas da sua área de influência.

Entendendo a relevância e benefícios na oferta destes equipamentos públicos, cidades ao redor do mundo oferecem diversas experiências bem-sucedidas de iniciativas que contribuem a uma melhor distribuição, acessibilidade, quantidade e qualidade dos parques urbanos.

### São Paulo (Brasil): Parque Linear Canivete

A própria cidade de São Paulo conta com iniciativas que servem de exemplo para outros parques na cidade, como é o caso do Parque Linear Canivete, situado no Jardim Damasceno, zona Norte de São Paulo, bairro com altos índices de precariedade e vulnerabilidade social.

Ao longo de cinco meses, o Instituto A Cidade Precisa de Você desenvolveu o projeto de ativação do parque. Foram realizadas atividades diversas, de caráter educativo, lúdico, cultural, propostas por coletivos culturais e pessoas moradoras da região; além de um processo constante de mapeamento e coleta de dados sobre o lugar, seu uso, necessidades e desejos.

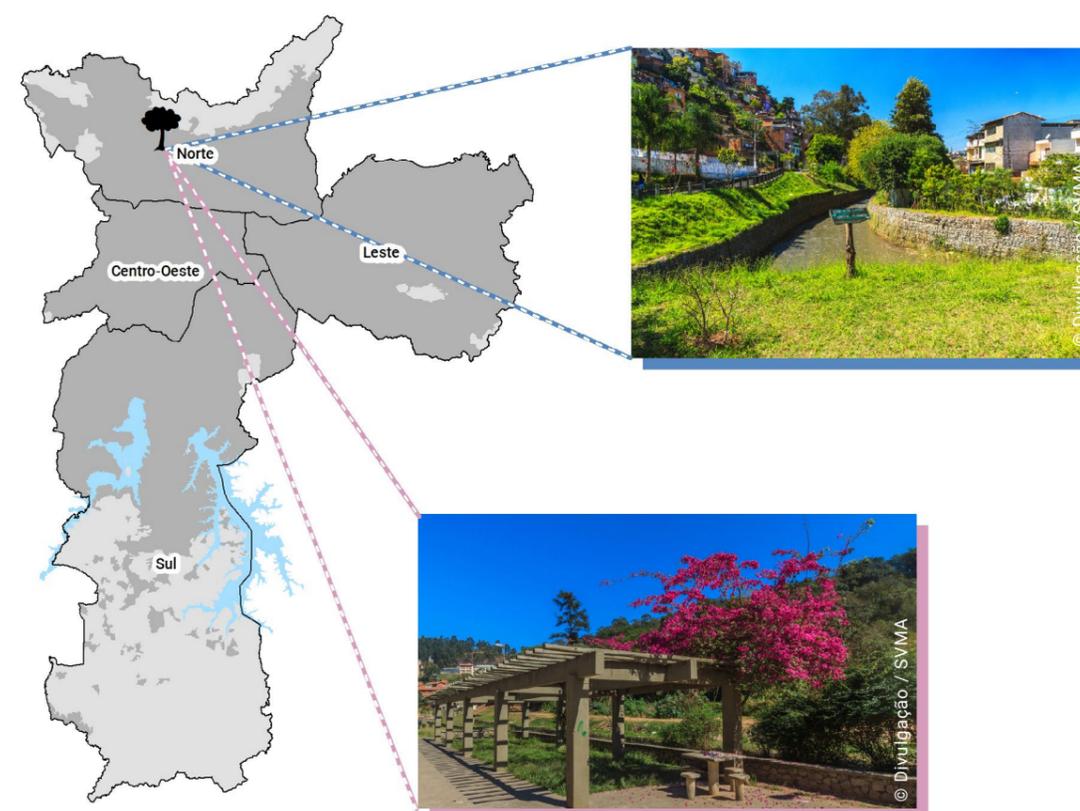
O objetivo era demonstrar o potencial do Parque Linear Canivete como espaço articulador e integrador da região, fortalecedor

do território em que se insere e seus atores. O único parque na região da Freguesia do Ó / Brasilândia, o Parque Linear Bananal-Canivete tem o potencial de servir todo o território com área verde, permeabilidade, atividades comunitárias e economia solidária.

O parque está inserido no limite da cidade com a Serra da Cantareira, uma das principais reservas florestais de Mata Atlântica em São Paulo, responsável pelo abastecimento de água da metrópole paulistana. Por isso, tem papel fundamental no desenvolvimento de ações de educação ambiental e desenvolvimento local integrado, sendo capaz de funcionar como um embrião, local de experimentação de soluções e ações que tragam a conscientização da população e reforcem seu papel como protetores da natureza que os envolve, apontando novos caminhos para o desenvolvimento de cidades e comunidades sustentáveis e resilientes (ARRUDA, 2019).

**Figura 1: Localização do Parque Linear Canivete**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Figura 2: Atividades comunitárias no Parque do Canivete**

Fonte: Archdaily Brasil. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/909315/inovacao-social-e-participacao-cidada-a-ativacao-do-parque-linear-do-canivete>

**Figura 3: Atividade comunitária realizada em parque do município de Barranquilla**

Fonte: WRI Brasil. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/em-barranquilla-na-colombia-parques-urbanos-revitalizaram-uma-cidade-em-decadencia>



### **Barranquilla (Colômbia): Programa Todos al Parque**

O programa Todos al Parque foi o vencedor da edição 2021-2022 do [WRI Ross Center Prize for Cities](#), e considera-se um exemplo de como investimentos inclusivos em espaços públicos verdes podem ser uma estratégia efetiva para desenvolver a economia, empoderar grupos marginalizados e renovar a confiança nas instituições públicas.

Em 2011, a Prefeita Elsa Noguera criou o programa [Todos al Parque](#) para recuperar 60 parques localizados nas áreas mais desassistidas da cidade. O Programa priorizou as necessidades de grupos vulneráveis e desfavorecidos, incluindo crianças, mulheres, pessoas com deficiência e idosas. O eixo central do programa era a participação das pessoas moradoras no redesenho dos parques e com objetivo de promover uma distribuição

mais social e espacialmente equitativa das áreas verdes da cidade. Começando pelas áreas mais desassistidas, na região sudeste de Barranquilla, e espalhando os benefícios por toda a cidade ao longo do tempo.

Até 2023, o Todos al Parque já criou quase 1,5 milhão de metros quadrados de área verde. Nos bairros com parques recuperados, foi registrado um efeito positivo na arrecadação da cidade. Também diminuíram as ocorrências de roubos em um raio de até 100 metros dos espaços renovados. Atualmente, 93% da população de Barranquilla tem acesso a um parque dentro de 8min de caminhada. Durante a pandemia de Covid-19, os parques serviram como mercados improvisados, locais de teste e vacinação, além de receberem atividades como aulas de ginástica ao ar livre, a fim de contribuir para a saúde de 39.400 pessoas.

### **Maceió (Brasil): Programa Vida Nova nas Grotas**

O Vida Nova nas Grotas é um programa estadual de urbanização de favelas e comunidades urbanas, com o objetivo de melhorar as condições de vida em grotas de Maceió. As grotas são favelas situadas em ravinas ou vales sinuosos que cortam todo o território das cotas mais altas do município.

O Programa teve início em 2015, a partir de uma parceria entre Governo do Estado de Alagoas, ONU-Habitat, prefeituras da Região Metropolitana de Maceió, Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Alagoas (CAU/AL) e Movimento de Humanização das Grotas.

O Vida Nova nas Grotas é estruturado em três principais ações: acessibilidade e mobilidade; melhorias habitacionais; e integração social. Como resultado, foram construídos dois

parques lineares, 52 grotas foram atendidas com obras de infraestrutura urbana, foi realizado o plantio de mais de 1.000 árvores, implementada mais de 90 mini-hortas e realizadas diversas atividades culturais, de esporte e lazer, e ações de prevenção a acidentes domésticos, ao trabalho infantil, à violência doméstica e ao uso de drogas. Pessoas residentes, gestoras públicas e estudantes participaram ativamente, utilizando métodos inovadores de desenho urbano.

Dentre os projetos desenvolvidos, destaca-se o **Parque Linear Grotas do Cigano**, que foi inaugurado em 2022. O parque foi instalado na entrada da maior favela da capital e é fruto de processos participativos conduzidos pelo ONU-Habitat. Dentre as metodologias de processo participativo adotadas destaca-se a Oficina de Desenho de Espaços Públicos utilizando a ferramenta *Block by Block* (Bloco

a Bloco, em português), que desde 2012 já foi aplicada em mais de 37 países. A estratégia consiste em utilizar o jogo Minecraft para a construção virtual de propostas para o

espaço público. Em Maceió, os modelos construídos a partir dessa oficina foram as principais referências para a elaboração do projeto do parque.

**Figura 4: Um dos locais objeto do Programa Vida Nova nas Grotas**

Fonte: Tribuna do Sertão. Disponível em: <https://tribunadosertao.com.br/noticias/2023/08/12/454819-vida-nova-nas-grotas-esta-transformando-a-vida-dos-moradores-do-morro-do-ary>





# 3.

## A CIDADE DE SÃO PAULO

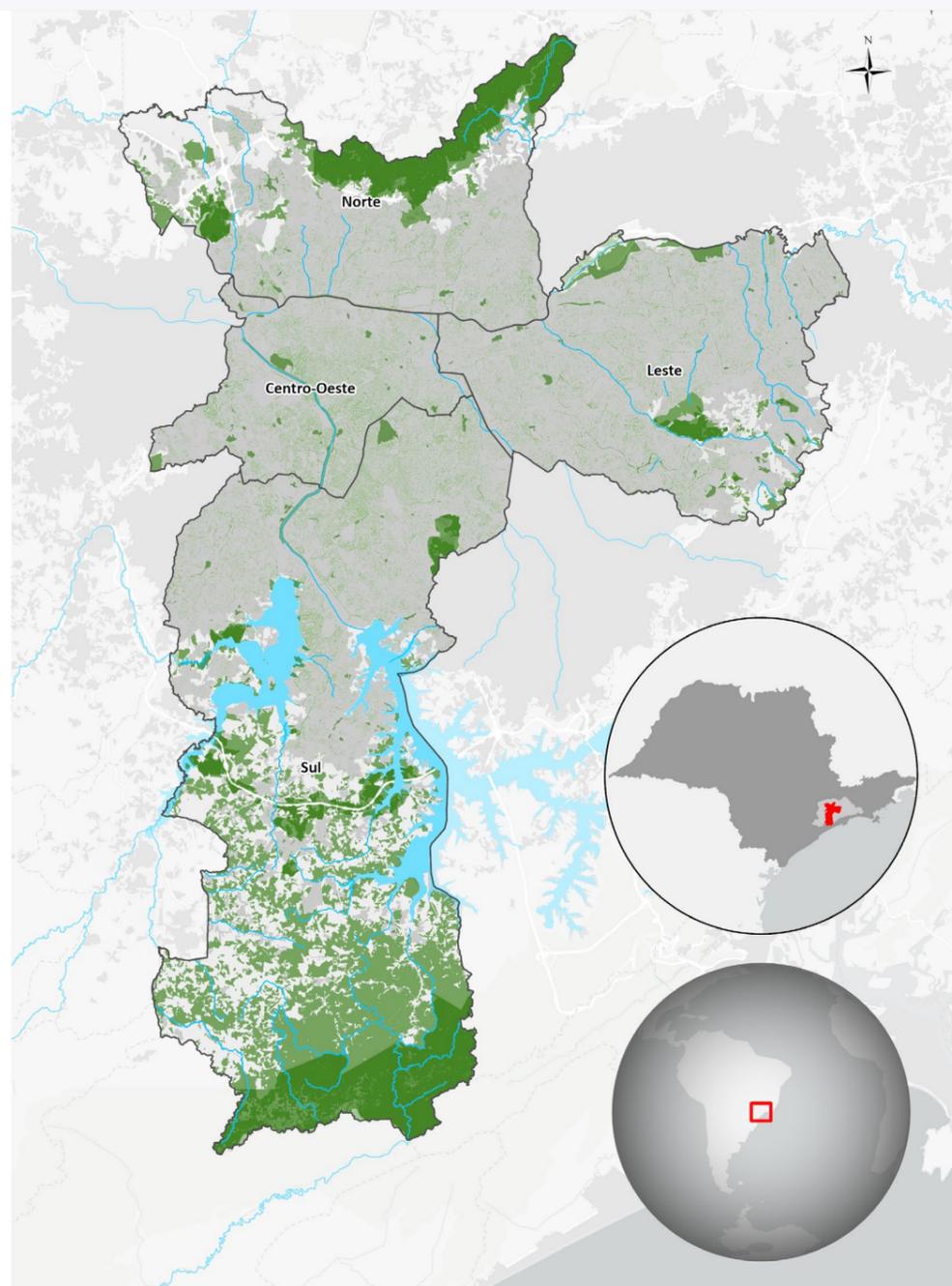


Para entender a relação entre as pessoas e os espaços públicos de São Paulo é importante conhecer o processo de formação da cidade e como se construiu a desigualdade socioeconômica, uma vez que ela reflete em todas as esferas da cidade, inclusive em seus espaços públicos. Para mostrar as diferenças na formação do espaço e no diferente perfil da população, foi adotada uma comparação entre as regiões político-administrativas da cidade.

Além da formação das desigualdades socioeconômicas, o crescimento acelerado da cidade exerceu importante pressão sobre o meio ambiente, comprometendo a vegetação, aumentando a poluição e causando diversos desequilíbrios ambientais. Nesse sentido, a proteção, preservação e valorização dos parques se faz essencial para estabelecer um melhor equilíbrio entre o impacto da urbanização e a pressão sobre o meio ambiente.

### Mapa 1: Localização da cidade de São Paulo

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 3.1 Sobre a cidade

A importância da cidade de São Paulo no contexto nacional aumenta a partir do final do século XIX, quando a expansão do cultivo do café impulsionou a economia no município. Em 1867 é implantada a estrada de ferro interligando Santos e Jundiaí, quando se iniciam intensos fluxos migratórios e o primeiro grande crescimento industrial que aconteceu nas margens das ferrovias recém-construídas. Surgem os primeiros bairros operários, localizados nas margens das ferrovias das regiões Leste, Oeste e Sudeste. Nesse momento começa a ser definido o desenho urbano que dará origem ao modelo atual da cidade, onde os bairros operários surgiam e se expandiam cada vez mais afastados da região central, que era destinada às elites da época e que ainda hoje concentra as maiores rendas per capita no município, junto com a Região Oeste.

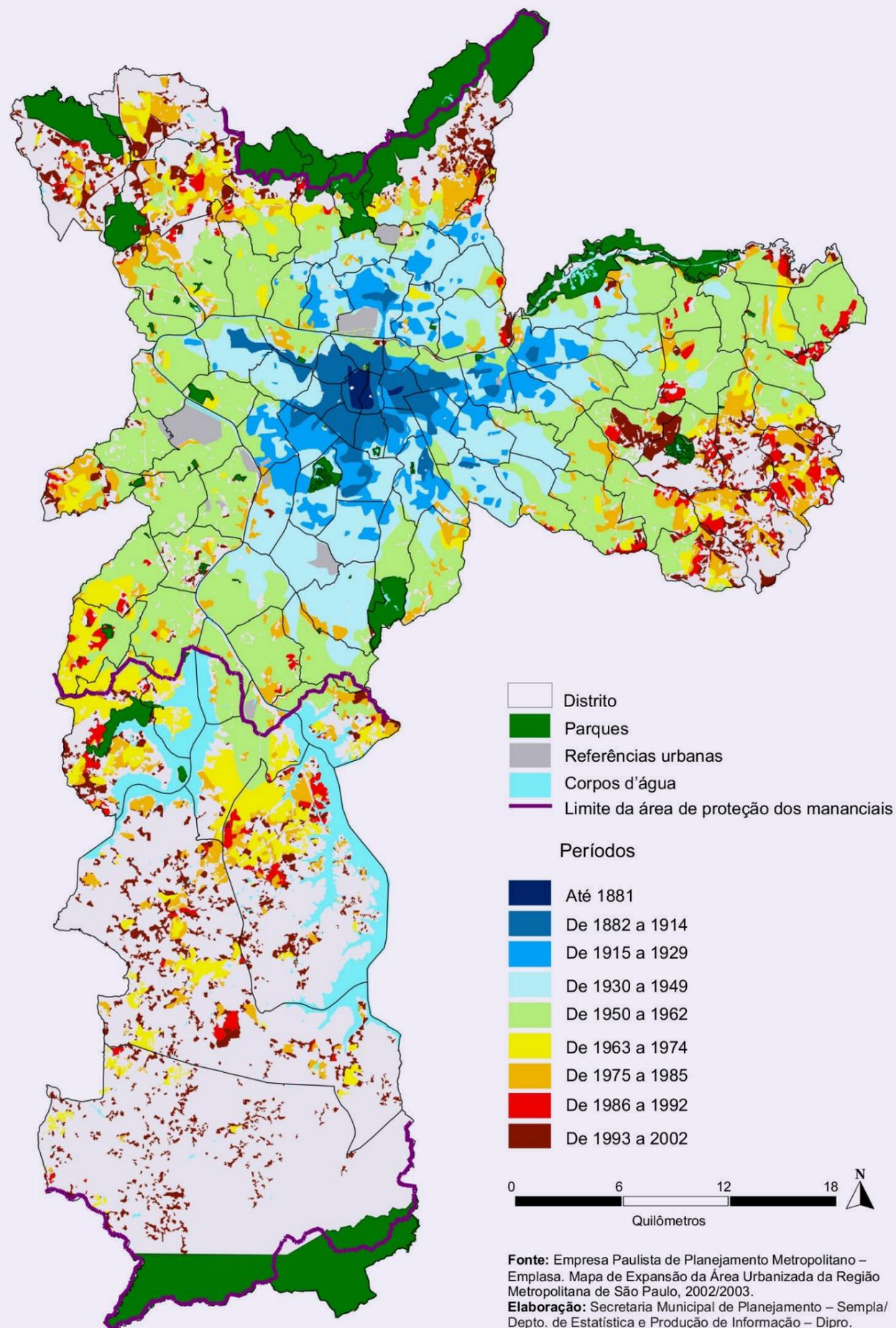
Nos anos seguintes, o crescimento da produção e comércio do café foi responsável por atrair investimentos e pessoas. O crescimento das elites, com seus automóveis, contrastava com as demandas frequentes por moradia, o que levou à necessidade da

elaboração de planos de estruturação urbana e projetos de infraestrutura, especialmente viária.

O modelo urbanístico que prevalecia nesse momento priorizava o automóvel individual como meio de transporte, o que estimulou a expansão horizontal que acontece até hoje na cidade. A consolidação do modelo focado no transporte motorizado individualizado, somada ao grande crescimento industrial a partir dos anos de 1950 fez com que a cidade tivesse uma taxa de crescimento de 5% ao ano nas décadas seguintes até atingir 6 milhões de habitantes em 1970 (ROLNIK, 2022). É nesse período que ocorre a união entre os limites da cidade com municípios da atual região metropolitana. Esse crescimento motivou a elaboração da primeira Lei de Zoneamento, em 1972.

Como é possível observar no mapa 2, a expansão urbana se intensifica em todas as direções da cidade a partir da década de 1950 como resultado do crescimento industrial. O crescimento acelerado das periferias, que ocorreu sobretudo nas regiões Norte, Leste e extremo sul, acontece com maior intensidade a partir de 1960.





**Fonte:** Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano – Emplasa. Mapa de Expansão da Área Urbanizada da Região Metropolitana de São Paulo, 2002/2003.  
**Elaboração:** Secretaria Municipal de Planejamento – Sempla/ Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro.

A partir dos anos 1980, transformações nos processos industriais e a migração das empresas para outras partes do país e do mundo resultaram em altas taxas de desemprego, o que ocasionou o aumento do setor de atividades econômicas informais e do setor serviços, sobretudo na década de 1990.

Essa transformação de modelo econômico gerou impactos nos modelos de ocupação na cidade. O cenário de desemprego e precarização do trabalho aumentou as desigualdades nos territórios mais populares e houve um crescimento das comunidades urbanas e favelas. Nesse mesmo período se consolidou um novo modelo urbanístico voltado às classes média e alta, com o surgimento de shoppings centers e condomínios fechados, o que intensificou as diferenças com os territórios habitados pela população de baixa renda (CALDEIRA, 2000).

Os modelos de cidade baseados no perfil socioeconômico da população, que têm origem histórica, ainda predominam na cidade, que hoje já ultrapassa 11 milhões de habitantes e 21 milhões em sua região metropolitana. No mapa 3, que apresenta os resultados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), é possível observar os contrastes existentes entre o centro e a periferia, onde nas regiões mais centrais as vulnerabilidades são menores quando comparadas às periferias, que possuem altas e altíssimas situações de vulnerabilidade marcadas por menores rendas, baixas taxas de escolaridade, piores condições de inserção no mercado de trabalho e reduzida mobilidade social (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).



O processo de urbanização também foi marcado pela pressão sobre o meio ambiente e os ecossistemas. O avanço da expansão urbana acelerada resultou na ocupação de áreas de fundos de vale, mananciais e terrenos em altas declividades suscetíveis a escorregamentos, fato ainda agravado pela supressão da vegetação nativa (SÃO PAULO, 2020). Como resultado, a cidade hoje possui diversas áreas de risco, relacionadas, sobretudo, a riscos de enchentes, inundações e deslizamentos de terra.

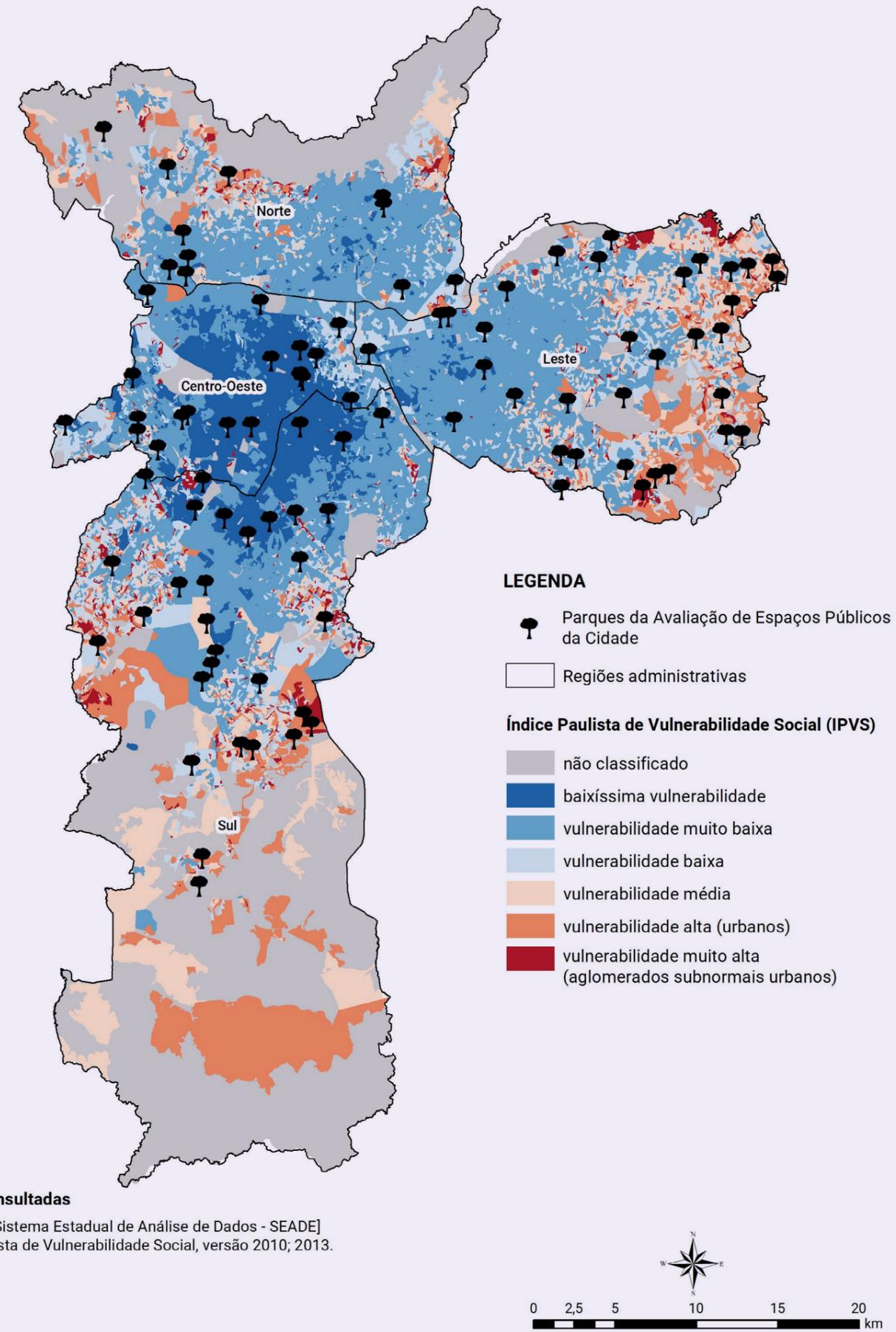
Os resultados da expressiva redução da vegetação no ambiente urbano também estão relacionados ao aumento da temperatura das superfícies nas cidades, conforme mapa 4. Isso está atrelado a diversos fatores, sendo o principal o avanço da mancha urbana, mas também aos padrões de uso e ocupação do espaço, presença e qualidade da arborização viária, preservação de fragmentos de vegetação e áreas de relevância ambiental, existência de parques e áreas verdes.

O constante crescimento da cidade em direção às periferias também teve como consequência, as intervenções de retificação dos grandes rios, como Tietê, Anhangabaú, Tamanduateí e Pinheiros, além do aumento do número de domicílios sem ligação às redes de esgoto. A poluição do ar foi outro fator de alerta durante o século XX, quando, a partir da década de 1970, os impactos das grandes indústrias instaladas na cidade começaram a ser debatidos.

As condições de vulnerabilidade social e a degradação ambiental estão diretamente relacionadas, uma vez que a população em situação de vulnerabilidade é justamente aquela que vive mais exposta a riscos climáticos, aumentando assim sua sensibilidade.

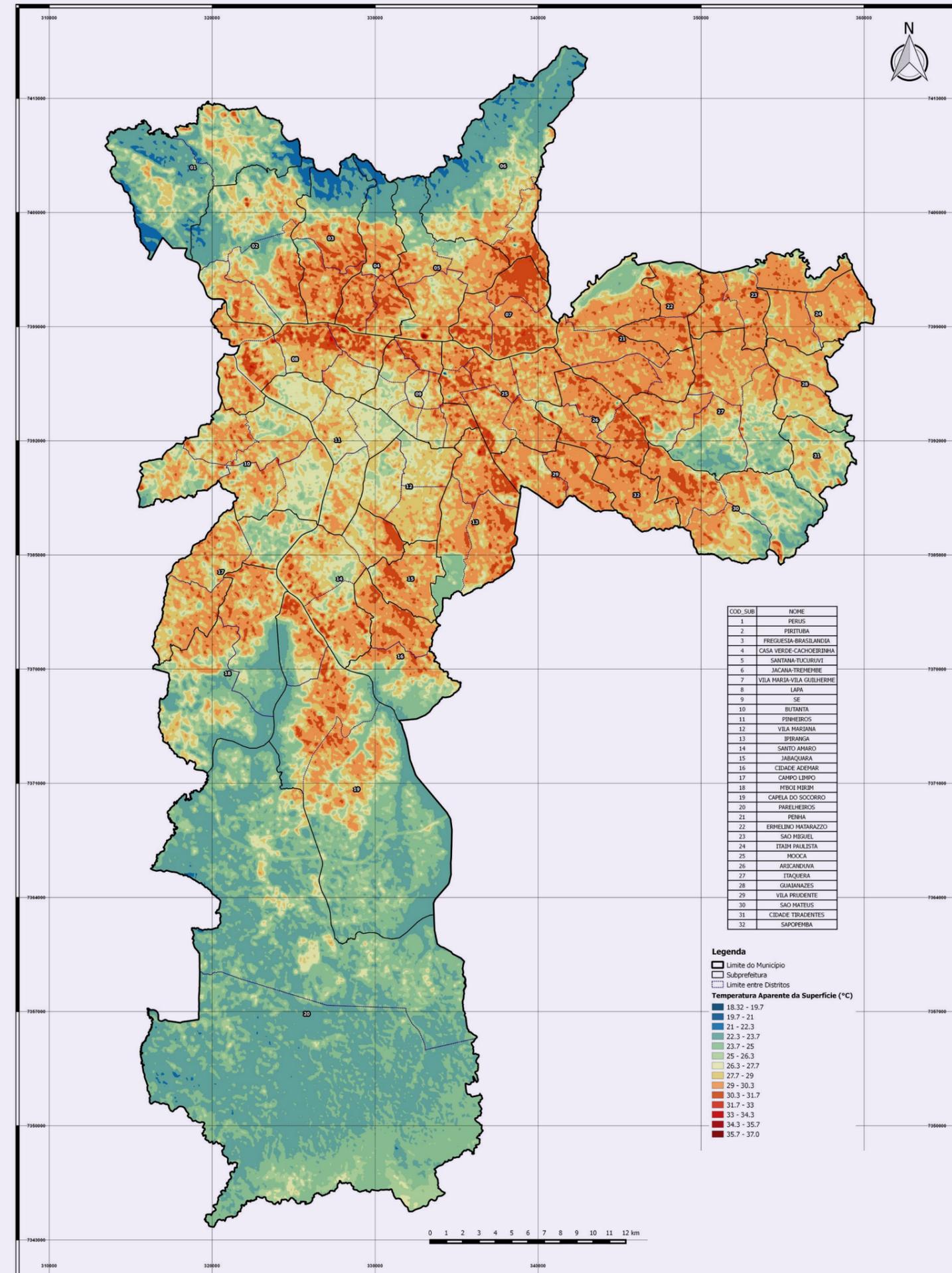
### Mapa 3: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### Mapa 4: Temperatura de superfície na cidade de São Paulo e presença de cobertura vegetal

Fonte: PLANCLIMA



Com o objetivo de melhorar o equilíbrio entre a estrutura espacial, social e ambiental, o Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014, revisado pela Lei 17.975/2023, destaca a necessidade da requalificação dos bairros, considerando o conceito da cidade compacta, formalmente introduzido pela Política Municipal de Mudança do Clima em 2009.

Em relação aos espaços públicos verdes e os parques em particular, o PDE reconhece a relevância destes equipamentos para a promoção do bem-estar social e incentiva a requalificação de parques municipais existentes, além de definir parques prioritários, criando mecanismos de incentivo à sua criação.

### 3.2 Regiões político-administrativas

A cidade de São Paulo possui cinco regiões político-administrativas: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. Como é possível observar no mapa 5, para esta Avaliação, as regiões Centro e Oeste foram unificadas, uma vez que a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente adota essa organização para a administração de seus parques.

A Região Leste é onde se estabeleceram as primeiras indústrias, inicialmente têxteis e alimentícias e, posteriormente, outros ramos como a de construção civil. Em virtude disso, é a região onde a classe operária começou a se instalar, sendo atualmente a mais

populosa, com 4,3 milhões de habitantes em uma área que corresponde a 21% da área total do município, sendo também a região com maior densidade populacional.

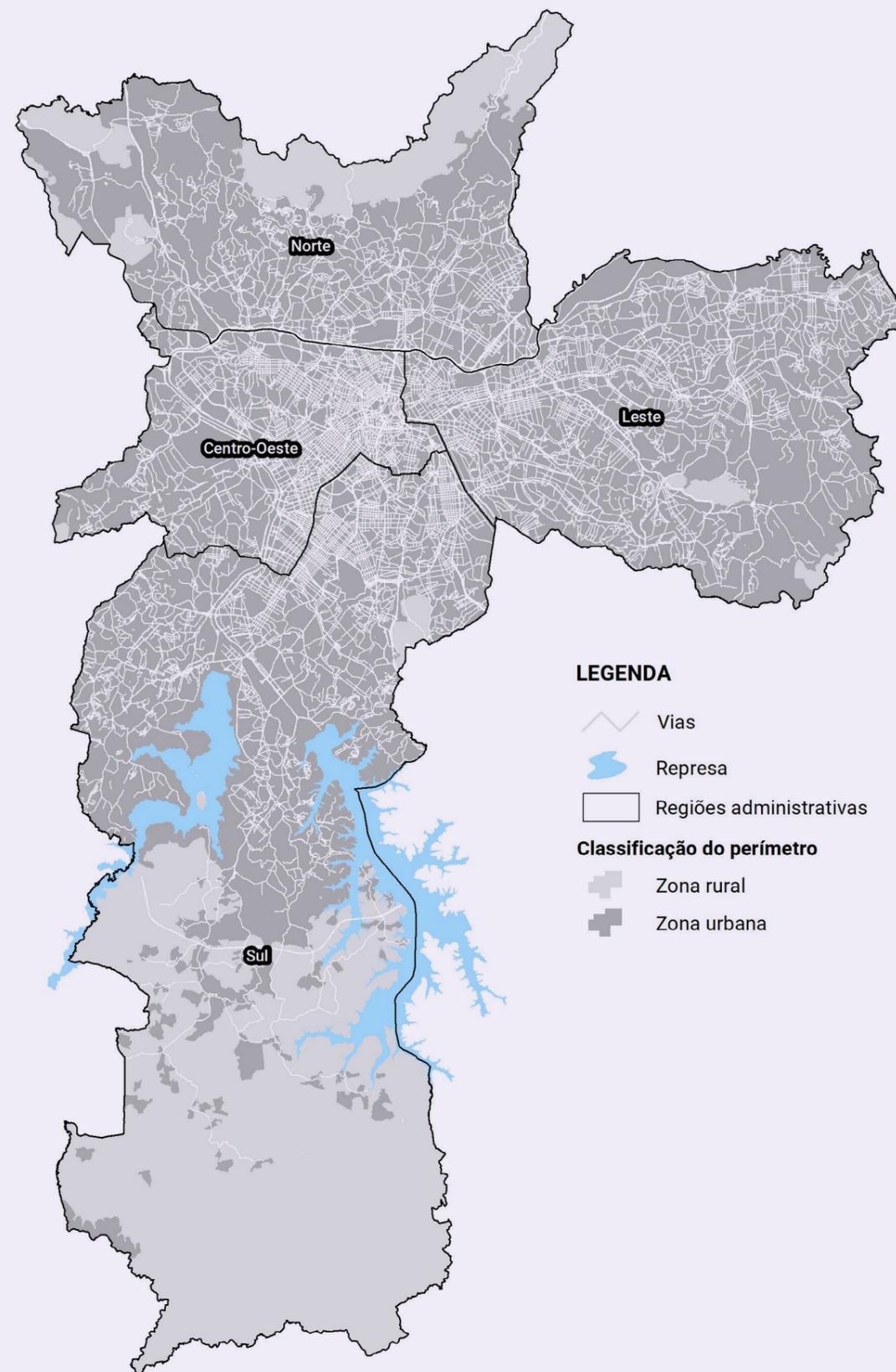
A Região Sul é a maior em dimensão, correspondendo a 48% de todo o território. Ainda que seja a segunda região mais populosa, com 3,8 milhões de habitantes, possui a menor densidade demográfica. Ela também tem uma grande porção, no extremo sul, dentro da zona rural, ocupada por duas Áreas de Proteção Ambiental (APA) municipais: APA Bororé-Colônia e APA Capivari-Monos.

A Região Centro-Oeste é a menos populosa e com menor área, com 1,5 milhão de habitantes em uma área que corresponde a 10% do território. Apesar de ser a segunda região com maior densidade demográfica, há um processo de esvaziamento como resultado da expansão urbana para outras regiões, que foi estimulado por fatores como o uso do transporte motorizado individual e a criação de novos centros econômicos. Com isso, houve deslocamento do centro econômico e dos bairros residenciais de rendas média e alta para novos locais à oeste da cidade.

Por último, a Região Norte possui a segunda menor densidade demográfica e número de habitantes 2.380.771. É onde se situa o Parque Estadual da Cantareira, uma das maiores florestas urbanas de mata tropical nativa do mundo. Sua ocupação urbana se estendeu até as bordas do parque, sobretudo a partir da década de 1960.

Mapa 5: Regiões político-administrativas da cidade de São Paulo

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

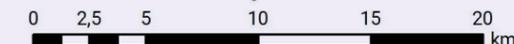


**LEGENDA**

- Vias
- Represa
- Regiões administrativas
- Classificação do perímetro**
- Zona rural
- Zona urbana

**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
 Sistema viário: classificação viária CET.  
 Acesso em: 14 de março de 2024.



### 3.3 Os parques municipais

Este capítulo explica o contexto da criação dos parques da cidade de São Paulo e como a visão sobre o papel desses espaços se transforma com o tempo. Para se adequar a tais transformações, a cidade de São Paulo tem criado uma série de Planos, Projetos e Leis que garantem a proteção desses espaços, definem prioridades de intervenção e promovem melhorias na qualidade de vida de toda a população.

#### 3.3.1 História dos parques de São Paulo

No século XIX os parques ainda eram vistos como uma extensão do cenário de elites e sua criação tinha como principal objetivo seguir tendências urbanísticas europeias, caracterizadas como espaços de uso contemplativo. Nesse período é inaugurado o primeiro jardim público da cidade, em 1825, que hoje é o Parque Jardim da Luz. Também no mesmo século, em 1882 é inaugurado o parque Tenente Siqueira Campos, conhecido como Trianon.

A partir do século XX, com a plena expansão da cidade de São Paulo, os projetos de estruturação urbana desenvolvidos já consideravam a estrutura de parques urbanos em suas propostas. Nesse momento se inicia um processo de transição para um novo entendimento dos parques como espaços para recreação e educação ao ar livre, fato que

se consolida com a inauguração do primeiro equipamento de lazer infantil, instalado no Parque Dom Pedro II em 1931 (DALBEN, 2016).

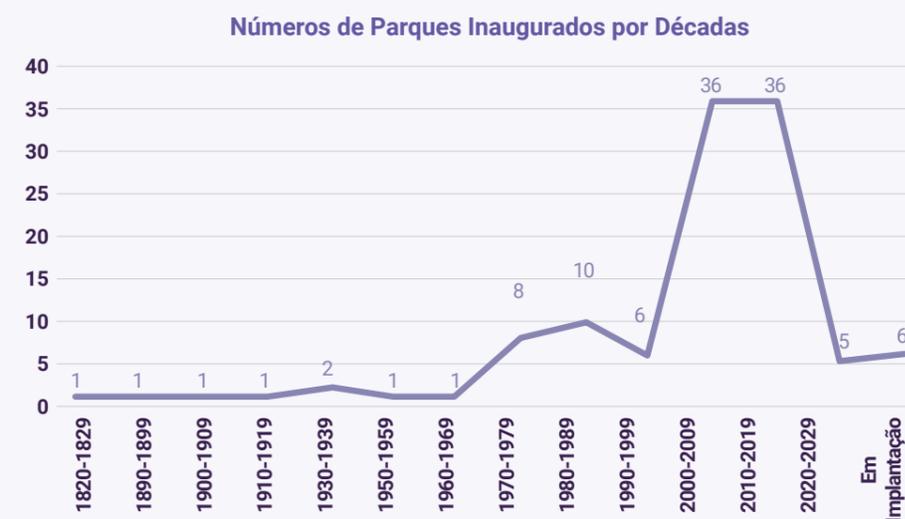
Já na década de 1970, a Prefeitura desenvolve o Plano de Áreas Verdes de Recreação, sob liderança de Miranda Magnoli e Rosa Kliass. O plano previa a implementação de um sistema de parques de diferentes escalas, dimensionados de acordo com estudo de demanda populacional de seu entorno (SAKATA, 2014). Apesar da proposta não ter se consolidado, houve um aumento expressivo na criação de parques entre os anos 1970 e 1980.

Contudo, o crescimento mais expressivo no quadro de parques da cidade de São Paulo somente ocorreu entre 2008 e 2012 com a criação do programa “100 Parques para São Paulo”. Para o programa, foram selecionadas diversas áreas da cidade para serem transformadas em parques municipais. Uma das principais fontes de financiamento foram os recursos de compensação ambiental como contrapartida na execução de grandes empreendimentos imobiliários.

No gráfico 1 é possível observar o salto de crescimento no número de parques a partir dos anos 2000 em virtude da execução do programa, que elevou o número de parques municipais oficiais de 34, em 2005, para 102 parques em 2012.

Gráfico 1: Histórico da criação de parques municipais

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### 3.3.2 Marco legal e os parques

Dentre os principais regimentos relacionados aos parques municipais, destacam-se dois de grande relevância para nortear as diretrizes em parques existentes: o **Plano Diretor Estratégico** (Lei 16.050/2014) e o **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres**.

O **Plano Diretor Estratégico (PDE)** apresenta diretrizes específicas para a criação de novos parques e para a intervenção em parques existentes. Dentro da temática da criação de novos parques, o PDE apresenta diversos instrumentos urbanísticos constituídos pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e que fomentam a criação de novos parques.

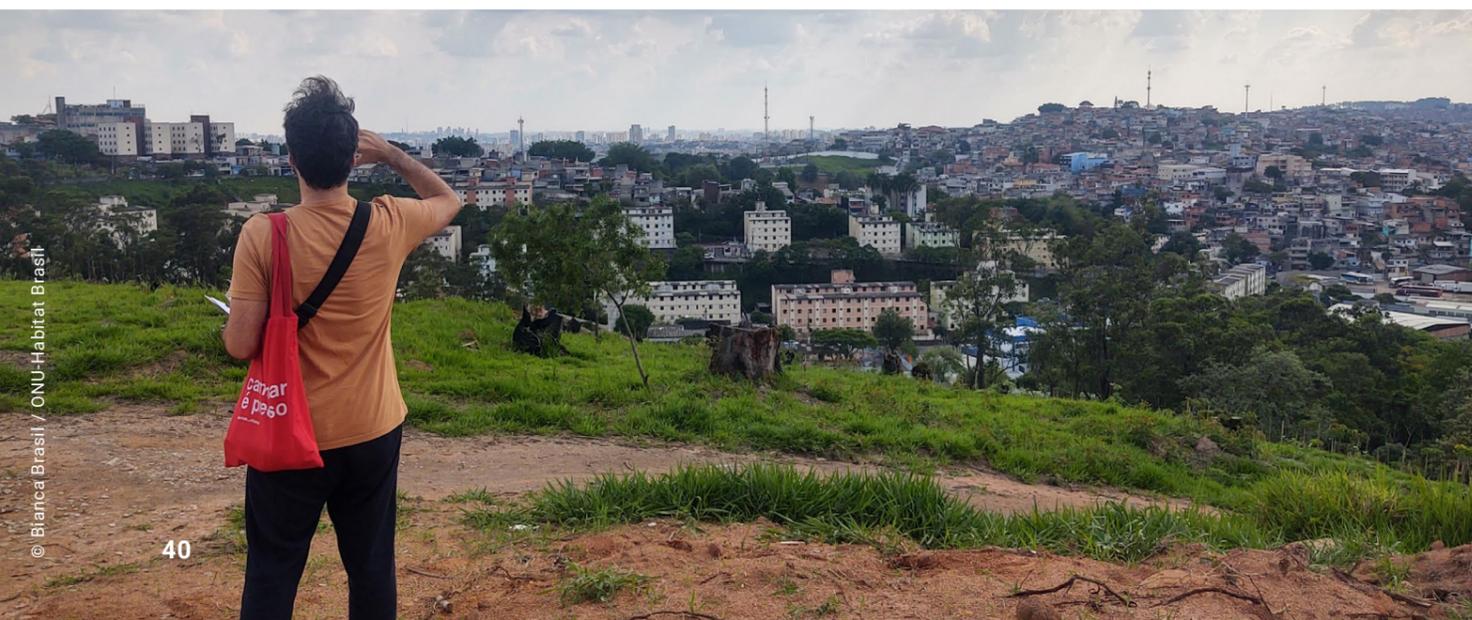
Em relação aos parques existentes, a principal contribuição do PDE foi a criação e definição do Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL), do qual os parques municipais são parte integrante. Dentre as prioridades para o Sistema está a requalificação dos parques conforme padrões e parâmetros de sustentabilidade ambiental (Art. 288, inciso

XI). A qualificação de toda a rede de parques também é mencionada na lei (Art. 25, inciso II).

O PDE também propõe a criação de um Fundo Municipal de Parques (Art. 289) com o objetivo de garantir e viabilizar a implantação, operação e gestão dos parques propostos pela mesma Lei.



O Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), publicado em 2022, foi o último dos Planos Setoriais da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente a ser publicado, articulando todos os demais existentes e estabelecendo diretrizes específicas para o SAPAVEL. O objetivo primordial é definir uma política de gestão e provisão de áreas verdes e de proteção do patrimônio ambiental do município de São Paulo.



Apesar do PLANPAVEL ter a função de resumir e compilar as principais estratégias e diretrizes identificadas em Planos Setoriais anteriormente publicados, cabe destacar os principais planos verdes do sistema de planejamento e gestão ambiental do município.

O **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA)** tem por objetivo contribuir com a gestão e medidas de fiscalização para controle da expansão e proteção de áreas verdes e de mananciais. Principais elementos de análise: corredores ecológicos, uso do solo predominante, espaços territoriais especialmente protegidos (SÃO PAULO, 2017).

O **Plano Municipal de Arborização Urbana (PMAU)**, por sua vez, tem como objetivo definir o planejamento, a implantação e o manejo da arborização urbana no município. Principais elementos de análise: mapeamento da cobertura vegetal, levantamento quantitativo de árvores de logradouros públicos, indicação das áreas mais arborizadas, concentração de grupos sociais que atuam na arborização (SÃO PAULO, 2020).

O **Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA)** é o instrumento de planejamento e gestão das áreas prestadoras de serviços ambientais, abrangendo propriedades públicas e particulares. Principais elementos de análise: remanescentes de Mata Atlântica, clima, hidrografia, cobertura vegetal, Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais, Ilhas de Calor, Índice de Área Foliar (SÃO PAULO, 2020).

O **Plano de Ação Climática de São Paulo (PLANCLIMA)** foi elaborado com o objetivo de identificar ações para o município de São Paulo que apoiem a implementação dos compromissos que foram assumidos pelo governo federal em 2015, no Acordo de Paris,

o PLANCLIMA foi uma referência de grande importância na formulação de indicadores ambientais, trazendo elementos como a priorização de grupos vulnerabilizados, avaliação de exposição e sensibilidade a riscos climáticos, medidas de mitigação e adaptação conduzidas dentro dos parques municipais.

Além dos planos e políticas, há duas publicações de relevância relacionadas à temática dos parques municipais: **Indicador de Parques (IP) e o Índice BIOSAMPA. Indicador de Parques – IP**

Publicado anualmente desde 2019 com dados obtidos a partir de questionário aplicado em 108 parques, contendo 107 perguntas para os Parques Urbanos e 53 para os Parques Lineares. O Indicador analisa quatro categorias: infraestrutura, manutenção e conservação das áreas verdes, segurança e gestão e participação social. Dada a similaridade com o tema da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade, os dados da última publicação do IP foram utilizados como composição de um dos indicadores na avaliação (FUNDAÇÃO ARON BIRMANN, 2022).

#### Índice BIOSAMPA

Tendo sua primeira edição em 2020, o Índice Biosampa é anualmente divulgado e apresenta um total de 23 indicadores contidos em três domínios: biodiversidade nativa, serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade e governança e gestão da biodiversidade. Segue a metodologia “Índice de Biodiversidade da Cidade”, recomendada pela Convenção sobre Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas, como parâmetro de medição e comparação entre diversas cidades pelo mundo. Os resultados do Índice foram incorporados como indicadores na Avaliação, assim como inventários de fauna e flora que também fazem parte do Índice (SÃO PAULO, 2020).

### 3.3.2 Categorias de parques

O Sistema Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (SAPAVEL) abarca todas as áreas verdes protegidas por legislações ambientais, terras indígenas, áreas prestadoras de serviços ambientais, parques, áreas verdes, logradouros públicos e os espaços vegetados e não ocupados por edificação coberta, sejam de caráter público ou privado.

Os **parques urbanos, lineares, de orla, conservação e naturais**, existentes e propostos, as **unidades de conservação** existentes e propostas e as áreas verdes públicas integram o SAPAVEL. Os parques municipais são classificados em cinco categorias:

	<b>Parque Urbano:</b>	localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população.
	<b>Parque Linear:</b>	parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública.
	<b>Parque de Orla:</b>	localizado na orla das represas Billings ou Guarapiranga com funções de preservação das margens, de controle da poluição difusa, de lazer, recreação e prática de esportes náuticos.
	<b>Parque de Conservação:</b>	é aquele dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública.
	<b>Parque Natural Municipal:</b>	é uma das categorias de Unidades de Conservação (espaços protegidos, regidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), sendo inseridas no grupo de Proteção Integral, que permitem apenas o uso indireto de seus recursos naturais. São compostos exclusivamente de áreas públicas. Seu principal objetivo é preservar e recuperar as características dos ecossistemas originais, permitir a pesquisa científica e as atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico em contato com a natureza.

No momento do levantamento de dados para este relatório, em 2023, existiam 114 parques municipais administrados pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

À exceção dos Parques Naturais Municipais, que estão inseridos em perímetro rural, os demais parques estão todos inseridos em zona urbana.

### 3.4 Desafios

O PLANPAVEL foi criado para o melhor gerenciamento do SAPAVEL e tem como um dos principais objetivos a garantia de que esses espaços sejam ambientalmente

equilibrados e socialmente justos. Portanto, dado o contexto de vulnerabilidade e desigualdade territorial no município, dentre os principais desafios enfrentados na gestão e manutenção dos parques municipais destacam-se:





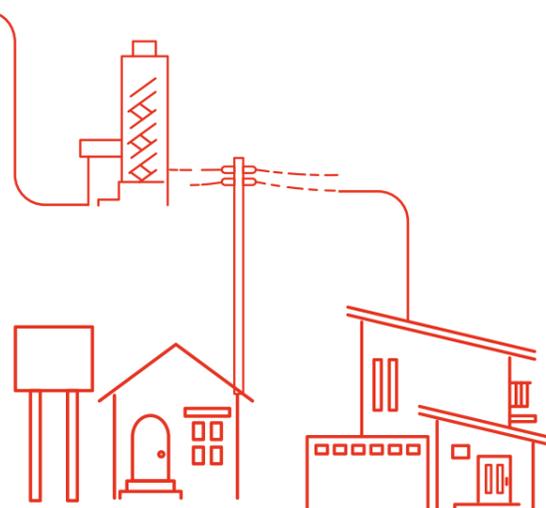
# 4.

## OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO



O objetivo da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade realizada pelo Viva o Verde SP está alinhado com os princípios que orientam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Seus resultados foram elaborados para gerar os impactos previstos pela aplicação da Agenda 2030, com ênfase nos seguintes objetivos: Igualdade de Gênero (ODS 5), Redução das Desigualdades (ODS 10), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13) e Vida Terrestre (ODS 15).

## 4.1 Igualdade de gênero (ODS 5)



Em São Paulo, a exclusão da mulher nos espaços públicos é expressiva. Uma pesquisa recente sobre percepções de igualdade de gênero e violência contra as mulheres na capital paulista, elaborada pela Rede Nossa São Paulo em parceria com o Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), revelou que duas em cada três mulheres já foram vítimas de algum tipo de assédio sexual (REDE NOSSA SÃO PAULO; IPEC, 2023). O transporte público e a rua foram indicados como locais de maior incidência. Essa pesquisa mostra o alto nível de exclusão enfrentado pelas mulheres no município, o que contribui no aumento da sensação de insegurança em seus deslocamentos e nos espaços públicos.

A inclusão da perspectiva de gênero no planejamento urbano possibilita considerar e respeitar as necessidades de todas as pessoas ao conceber a cidade. Desconsiderar essa perspectiva pode resultar na reprodução dos estereótipos de gênero dominantes, em vez de questioná-los, reforçando uma visão de cidade restrita, desigual e altamente excludente para mulheres e meninas.

Em consonância com o ODS 5 - "Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade incorpora de forma abrangente a perspectiva de gênero em todas as suas dimensões de análise. Isso significa que ela está disseminada

entre os indicadores adotados em cada dimensão, seja na forma de variáveis que abordam questões relacionadas ao gênero, ou na forma de dados desagregados. Tal estratégia foi pensada para garantir que as futuras diretrizes políticas que se originarem desta avaliação considerem as necessidades específicas de mulheres e meninas, e sejam elaboradas em direção à igualdade de gênero.

Além disso, ao integrar a perspectiva de gênero na Avaliação, é possível avançar na direção da construção de cidades que atendam às diretrizes da Nova Agenda Urbana (NAU), e vislumbrar assentamentos urbanos que:

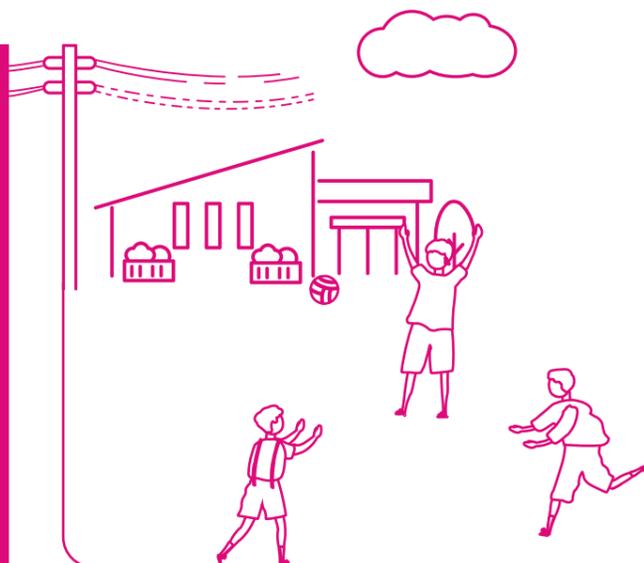


**ALCANCEM IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODEREM TODAS AS MULHERES E MENINAS, GARANTINDO A PARTICIPAÇÃO PLENA E EFETIVA DAS MULHERES E DIREITOS IGUAIS EM TODAS AS ÁREAS EM FUNÇÃO DE LIDERANÇA EM PROCESSOS DECISÓRIOS EM TODOS OS NÍVEIS; GARANTINDO EMPREGO DECENTE E REMUNERAÇÃO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL OU DE IGUAL VALOR PARA TODAS AS MULHERES; E PREVINAM E ELIMINEM TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, VIOLÊNCIA E ASSÉDIO CONTRA MULHERES E MENINAS EM ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS. ”**

Nova Agenda Urbana, p. 5



## 4.2 Redução das desigualdades (ODS 10)



De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2022, com base no coeficiente de Gini, o Brasil ocupa o 14º lugar como o país mais desigual do mundo, empatado com o Congo. Esse dado evidencia a extrema desigualdade vivenciada no país, refletida não apenas na diferença de renda entre seus habitantes, mas também no acesso à educação, saúde, habitação e participação política. A redução das desigualdades torna-se um desafio transversal que deve ser considerado na implementação de todas as metas da Agenda 2030.

O ODS 10 – “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” busca promover a inclusão social, econômica e política, visando uma equidade de acesso a bens e serviços para todas as pessoas. No contexto do Viva o Verde SP, a redução da desigualdade se alinha ao fomento da inclusão no acesso às áreas verdes municipais. A iniciativa parte do princípio de que uma melhor distribuição das infraestruturas ambientais e de lazer beneficiam diretamente a saúde e promovem o incentivo à cultura e educação ambiental dos paulistanos e paulistanas, contribuindo para a redução das injustiças espaciais e socioambientais.

Com esse objetivo, a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade busca entender a relação entre as áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica da capital paulista e a oferta de áreas verdes. Para além da oferta, dentre outros indicadores, a Avaliação investiga como os equipamentos e infraestruturas inclusivos estão distribuídos entre as áreas verdes das regiões municipais e como a população em sua diversidade se distribui entre os parques dessas regiões.



**REAFIRMAMOS NOSSA PROMESSA DE NÃO DEIXAR NINGUÉM PARA TRÁS E COMPROMETEMO-NOS A PROMOVER O ACESSO IGUALITÁRIO ÀS OPORTUNIDADES E AOS BENEFÍCIOS OFERECIDOS PELA URBANIZAÇÃO, QUE PERMITEM QUE TODOS OS HABITANTES, VIVENDO EM ASSENTAMENTOS FORMAIS OU INFORMAIS, POSSAM LEVAR VIDAS DECENTES, DIGNAS E GRATIFICANTES E ALCANÇAR SEU PLENO POTENCIAL HUMANO. 🗨️**

Nova Agenda Urbana, p. 5

## 4.3 Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11)



Temas relacionados ao desenvolvimento urbano estão intrinsecamente ligados ao ODS 11 - “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. No Brasil, apesar da existência de instrumentos como o Estatuto da Cidade e os Planos Diretores Municipais, ainda há muitos desafios em relação ao acesso a serviços básicos e à urbanização segura e sustentável, especialmente para as camadas mais vulneráveis da população. Tais camadas, geralmente localizadas em áreas de maior risco e com escassez de infraestrutura urbana e espaços verdes, são as que mais sofrem as consequências negativas da rápida urbanização e das mudanças climáticas, refletindo como as desigualdades sociais impactam a ocupação urbana.

A meta 11.7 destaca a importância dos espaços públicos verdes, prevendo: “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”. O Viva o Verde SP, busca alinhar-se a essa meta ao aprofundar a Avaliação dos parques municipais considerando sua capacidade de inclusão de diversos públicos de forma acessível. Para isso, a Avaliação utiliza indicadores de inclusão dedicados a

mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, permitindo avaliar a apropriação dos espaços verdes por esses grupos. Além disso, destaca as parcelas de maior vulnerabilidade social e ao risco climático e sua relação com os parques, refletindo sobre se as comunidades mais vulneráveis têm acesso às áreas verdes públicas de qualidade.



**COMPARTILHAMOS UMA VISÃO DE CIDADES PARA TODOS E TODAS, ALUDINDO AO USO E AO GOZO IGUALITÁRIOS DE CIDADES E ASSENTAMENTOS HUMANOS, COM VISTAS A PROMOVER A INCLUSÃO E A ASSEGURAR QUE TODOS OS HABITANTES, DAS GERAÇÕES PRESENTES E FUTURAS, SEM DISCRIMINAÇÃO DE QUALQUER ORDEM, POSSAM HABITAR E PRODUZIR CIDADES E ASSENTAMENTOS HUMANOS JUSTOS, SEGUROS, SAUDÁVEIS, ACESSÍVEIS FÍSICA E ECONOMICAMENTE, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS PARA FOMENTAR A PROSPERIDADE E A QUALIDADE DE VIDA PARA TODOS E TODAS. 🗨️**

Nova Agenda Urbana, p. 5

#### 4.4 Ação contra a Mudança Global do Clima (ODS 13)



Com o advento das mudanças climáticas, temas relacionados à resiliência e capacidade de adaptação dos assentamentos humanos frente aos riscos associados ao clima e às catástrofes naturais ganham destaque. Em 2023, o estado de São Paulo enfrentou um dos seus piores anos em desastres causados pelas chuvas, especialmente no litoral paulista. Em 2024, o país se uniu em prol das famílias afetadas pelas chuvas que inundaram cerca de 90% das cidades do Rio Grande do Sul entre abril e maio. Tais ocorrências afetam principalmente as camadas socioeconômicas mais vulneráveis das cidades, geralmente localizadas em áreas de maior risco ambiental.

O ODS 13 - “Ação contra a mudança global do clima” enfatiza a necessidade de adotar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos, que afetam todos os países do mundo. Este objetivo destaca a importância de se pensarem mecanismos de adaptação e mitigação no planejamento urbano. As gestões municipais devem promover mecanismos de planejamento e gestão eficazes para implementar medidas que enfrentem os impactos climáticos, inclusive com foco em mulheres, jovens, e comunidades vulnerabilizadas.



No contexto do Viva o Verde SP, o ODS 13 é incorporado de maneira estratégica para promover a resiliência climática através do desenvolvimento e manutenção de espaços verdes urbanos. Os parques municipais de São Paulo são analisados e avaliados com base em indicadores que medem sua capacidade de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Além disso, a integração do ODS 13 na iniciativa também envolve a identificação de riscos hidrológicos e geológicos nas áreas de influência dos parques, por meio do mapeamento das zonas de alto risco, identificando quais parques possuem uma maior vulnerabilidade socioambiental na sua população de entorno. Dessa forma, a Avaliação se alinha ao compromisso da NAU de:



**GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, PROMOVENDO O USO DE ENERGIAS LIMPAS E O USO SUSTENTÁVEL DA TERRA E DOS RECURSOS NO DESENVOLVIMENTO URBANO; PROTEGENDO ECOSISTEMAS E A BIODIVERSIDADE, FAVORECENDO A ADOÇÃO DE ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS EM HARMONIA COM A NATUREZA; PROMOVENDO PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS; FORTALECENDO A RESILIÊNCIA URBANA; REDUZINDO O RISCO DE DESASTRES; E PROPICIANDO A MITIGAÇÃO E A ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. ”**

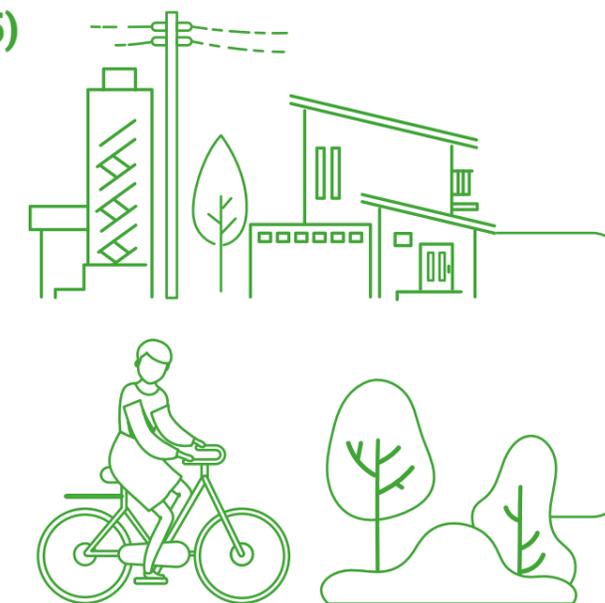
Nova Agenda Urbana, p. 8

#### 4.5 Vida sobre a Terra (ODS 15)



O ODS 15, “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade”, é de fundamental importância para os parques naturais e áreas protegidas. Essas regiões desempenham um papel crucial na preservação da biodiversidade, fornecendo habitats seguros para inúmeras espécies de flora e fauna. A implementação de políticas sustentáveis conforme os princípios do ODS 15 asseguram a manutenção e recuperação de ecossistemas vitais, prevenindo a extinção de espécies e preservando a riqueza das áreas verdes.

Em consonância com o ODS 15, reconhecendo que as áreas verdes contribuem para a mitigação das mudanças climáticas e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, o Viva o Verde SP inclui em sua avaliação uma análise da infraestrutura “verde e azul” presente e conectada aos parques. Essa infraestrutura compreende os espaços naturais e recursos que proporcionam qualidade de vida e benefícios ambientais para as comunidades e para a natureza que prospera dentro delas. Para



abrange essa análise, foram incorporados indicadores que avaliam aspectos da biodiversidade, identificando a presença de espécies nativas nos parques e mensurando a diversidade de fauna e flora. Além disso, visando aprimorar as medidas de gestão sustentável, a avaliação inclui indicadores de governança e gestão da biodiversidade, a fim de estimular a construção de práticas que promovam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, e que:



**PROTEJAM, CONSERVEM, RESTAUREM E PROMOVAM SEUS ECOSISTEMAS, SUA ÁGUA, SEUS HABITATS NATURAIS E SUA BIODIVERSIDADE, MINIMIZEM SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS E MIGREM PARA A ADOÇÃO DE PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO SUSTENTÁVEIS. ”**

Nova Agenda Urbana, p. 7

## 4.6 O que se espera dos parques de São Paulo após a aplicação da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade?

Com a avaliação do estado atual dos espaços públicos verdes e, posteriormente, a elaboração de recomendações e estratégias, o Viva o Verde SP almeja fortalecer a capacidade da municipalidade de São Paulo em implementar espaços públicos acessíveis, sustentáveis e inclusivos.



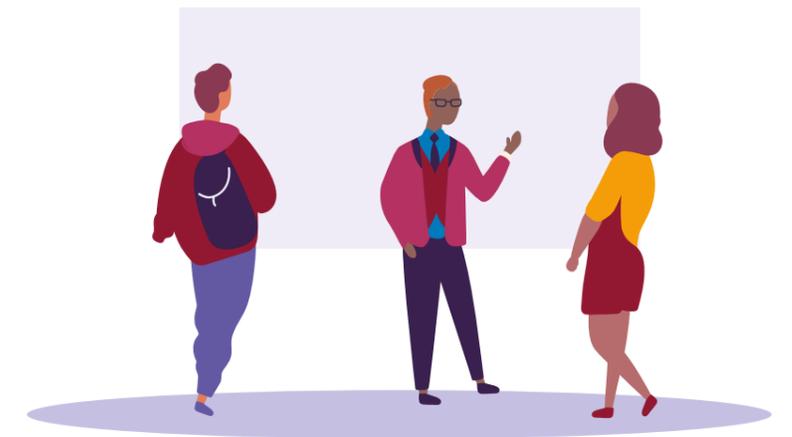
### A LONGO PRAZO, ESPERA-SE ALCANÇAR OS SEGUINTES RESULTADOS:

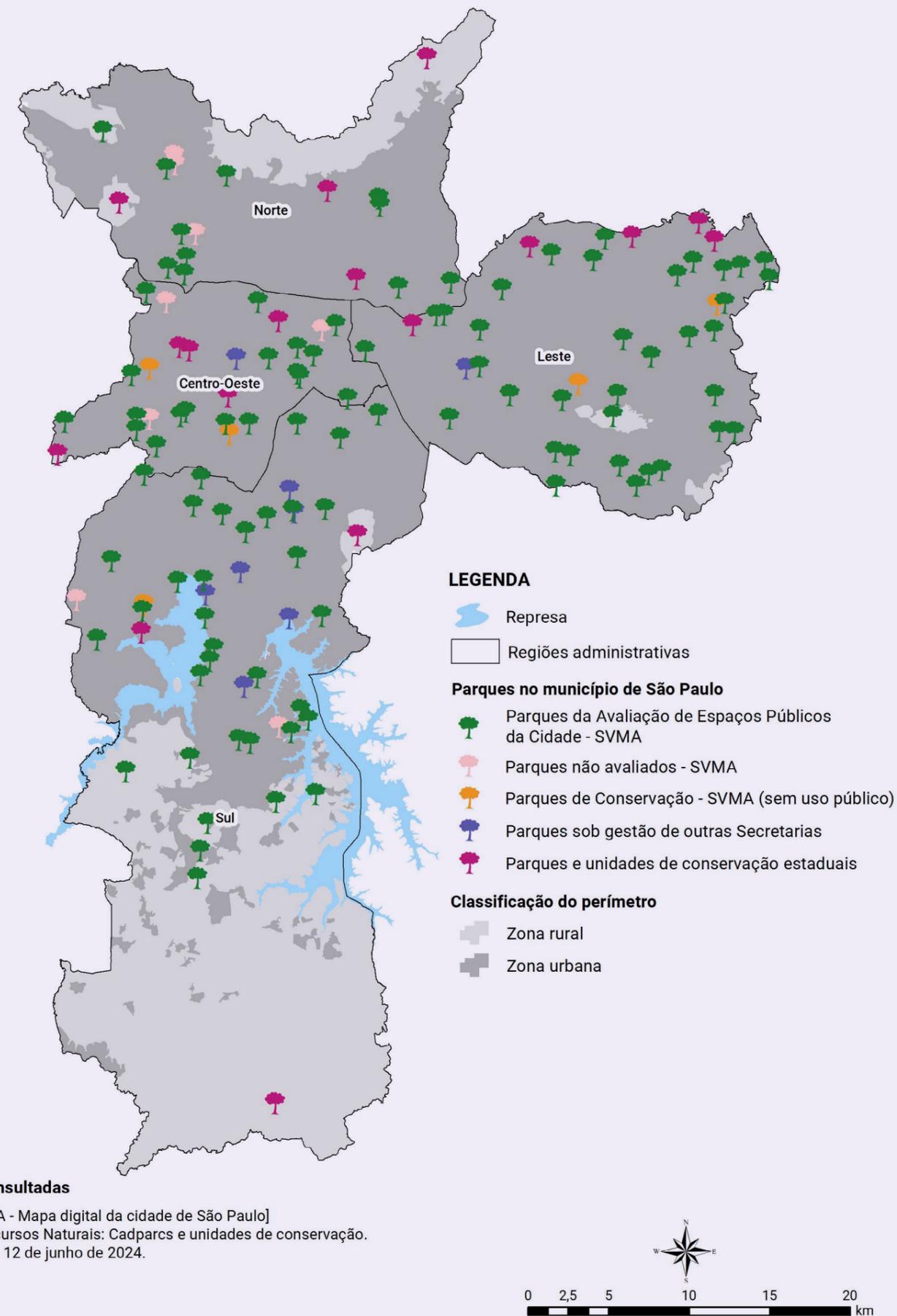




# 5.

## PROPOSTA METODOLÓGICA





**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
Verde e Recursos Naturais: Cadparcs e unidades de conservação.  
Acesso em: 12 de junho de 2024.

## A Avaliação de Espaços Públicos da Cidade foi realizada em 100 parques municipais, sendo 69 urbanos, 18 lineares, 8 de orla e 5 naturais (Unidades de Conservação) (ver anexo 3).

Apesar de serem 114 parques municipais administrados pela SVMA, 14 parques não foram incluídos na avaliação por não possuírem acesso público ou porque, no período de coleta de dados, entre outubro e dezembro de 2023, estavam fechados para obras (mapa 6).

### 5.1 Estruturação Metodológica

A metodologia de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade (*City-wide Public Space Assessment toolkit*) foi desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat, que visa apoiar governos locais e nacionais na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na realização da Nova Agenda Urbana (NAU).

Atuando em mais de 40 países, desde 2012 o Programa Global de Espaços Públicos auxilia governos na formulação de estratégias

e políticas, no compartilhamento de conhecimento e no fornecimento de suporte técnico, com foco na melhoria de espaços públicos. Para alcançar esses objetivos, oferece uma variedade de metodologias e ferramentas, entre elas a Avaliação de Espaços Públicos da Cidade.

A Avaliação de Espaços Públicos da Cidade reúne um conjunto de ferramentas projetadas para coletar dados sobre o estado dos espaços públicos, identificar potenciais áreas na cidade para a implementação de novos espaços públicos e elaborar estratégias urbanas e políticas para melhorias desses espaços. Uma das principais características da avaliação é sua capacidade de adaptação a diversos contextos urbanos, permitindo capturar tanto aspectos gerais das cidades a serem avaliadas, quanto áreas temáticas ou geográficas específicas, conforme os objetivos de cada cidade.

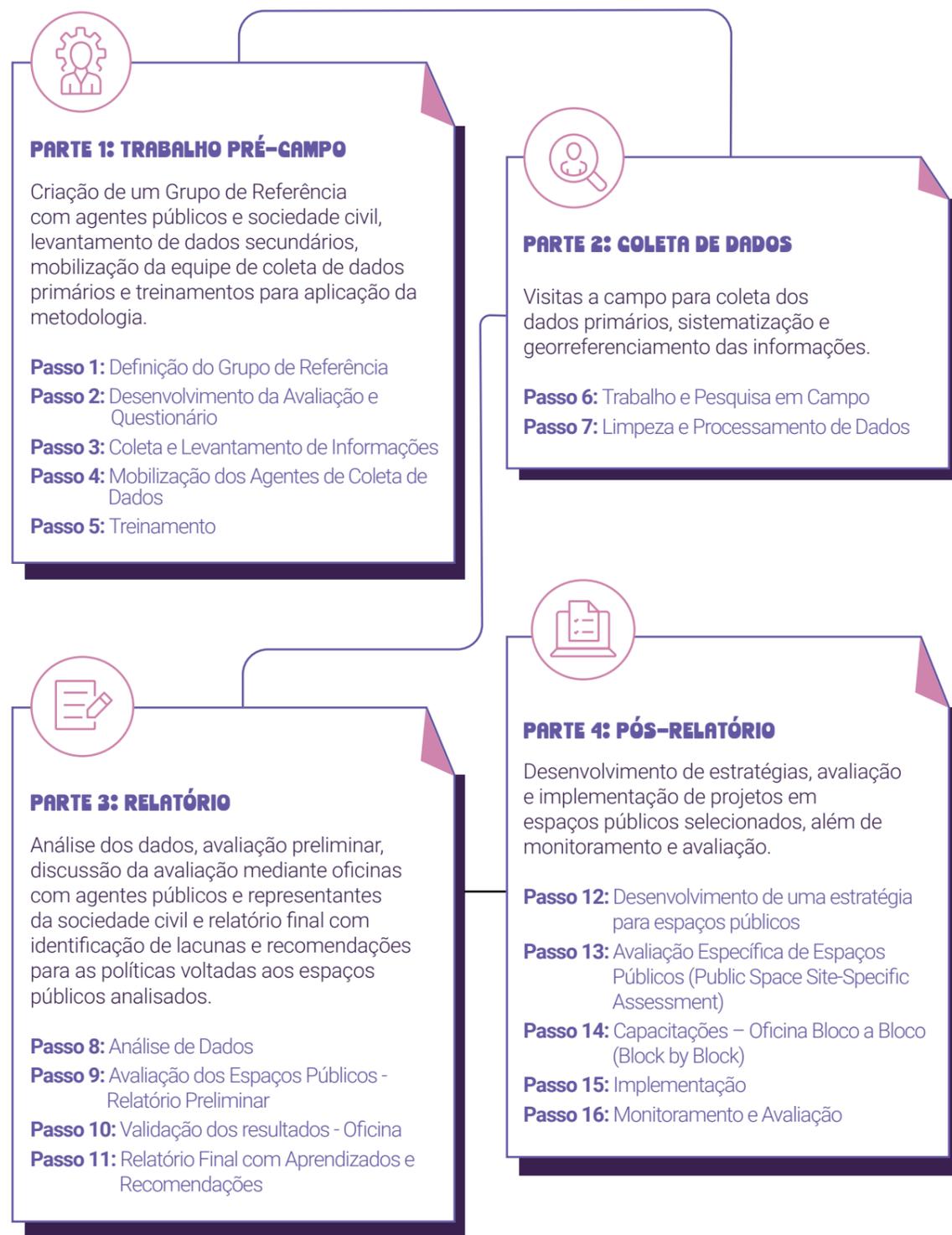
No caso da cidade de São Paulo, o Viva o Verde SP tem como objetivo **melhorar o acesso, a inclusão e a sustentabilidade dos espaços públicos verdes**. Assim, a Avaliação foi realizada para auxiliar as autoridades municipais a identificarem as principais lacunas e oportunidades numa área temática específica: os **parques municipais de São Paulo**, visando transformá-los em espaços mais **acessíveis, inclusivos e sustentáveis**.

A metodologia de Avaliação de Espaços Públicos é composta por quatro partes subdivididas em dezesseis passos. A seguir, será explicado o processo de construção das Partes 1 e 2, com foco em sua aplicação nos parques de São Paulo.



**Figura 5: Etapas de aplicação da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Tendo como ponto de partida o primeiro passo da Parte 1: Trabalho Pré-campo (ver figura 6), o Viva o Verde SP formou um **Grupo de Referência** consultivo (ver Anexo 1), composto por pessoas da academia, do setor privado, de ONGs e da comunidade. A principal contribuição desse grupo é representar uma diversidade de conhecimentos, conectando a equipe técnica às diversas atuações e pesquisas relacionadas aos parques de São Paulo, garantindo a inclusão por meio de suas amplas representações.

Dado o extenso número de dados secundários presentes no acervo da SVMA, foi necessário revisar todos os materiais disponíveis nos planos e projetos da secretaria (Passo 3: Coleta e desenvolvimento de informações) antes de desenvolver a Avaliação (Passo 2: Desenvolvimento da Avaliação e Questionário). Essa abordagem visava entender como a investigação atual poderia contribuir e complementar o material existente e as estratégias institucionais desenvolvidas pela Secretaria. Esse processo exemplifica a natureza adaptativa e contextualizada da ferramenta de Avaliação.

Dentre os estudos presentes no acervo da SVMA utilizados no Passo 3 da metodologia, destaca-se o **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres** (PLANPAVEL).

Conforme detalhado na seção 3.3 Os parques municipais, o PLANPAVEL é um plano setorial que incorpora três outros planos municipais dedicados às áreas verdes, abrangendo assim todas as estratégias estabelecidas para os parques de São Paulo. Logo, o PLANPAVEL se configura como o principal instrumento normativo e direcional para as áreas verdes da cidade. Além disso, seus objetivos específicos incluem a promoção de uma **cidade justa e inclusiva, democrática, biodiversa, saudável, resiliente e educadora**, alinhando-se aos compromissos da NAU, da Agenda 2030 e dos ODS.

Devido à sua relevância municipal, os objetivos estabelecidos pelo PLANPAVEL ajudaram a construir as dimensões da Avaliação, pois elucidaram alguns indicadores prévios a serem considerados conforme ilustrado na tabela 01, a seguir:

**Tabela 1: Tabela de identificação dos indicadores com base no PLANPAVEL e nas dimensões da Avaliação**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA CIDADE DE SÃO PAULO						
OBJETIVOS PLANPAVEL						
		Justa e inclusiva	Educativa	Saudável	Sensível ao clima	Biodiversa
Dimensões da Avaliação	Distribuição espacial	Qualidade dos parques em relação à vulnerabilidade social da população entorno	Equipamentos educacionais públicos no entorno	Infraestruturas para promoção de estilos de vida mais saudáveis	População exposta à riscos climáticos	Distribuição espacial da biodiversidade
	Governança	Estratégias para a integração social e segurança de mulheres e crianças	Iniciativas comunitárias de educação ambiental	Iniciativas comunitárias de segurança alimentar e esportivas		Governança e gestão da biodiversidade

OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA CIDADE DE SÃO PAULO						
OBJETIVOS PLANPAVEL						
	Justa e inclusiva	Educativa	Saudável	Sensível ao clima	Biodiversa	
Dimensões da Avaliação	<b>Inclusão</b>	Diversidade de grupos sociais	Diversidade de atividades conduzidas pela Prefeitura e comunidades	Uso equitativo das infraestrutras esportivas	Vulnerabilidade socioambiental no entorno	
	<b>Segurança</b>	Percepção de segurança das mulheres nos parques	Ações educativas sobre segurança de gênero	Existência de equipamentos de segurança e primeiros socorros	Distribuição das áreas de risco socioambientais	Perdas no número de espécies nas regiões
	<b>Acessibilidade</b>	População vulnerável que vive a uma distância caminhável dos parques		Presença de infraestruturas esportivas acessíveis nos parques	Acesso seguro a pedestres e ciclistas e fomento ao transporte público	
	<b>Conforto e saúde</b>	Infraestruturas que contribuam com o conforto ambiental		Contribuição dos parques para a saúde física e mental	Qualidade do ar e nível de temperatura adequado	Contribuição na regulação do clima pela vegetação
	<b>Verde e azul</b>	População atendida com parques	Iniciativas de educação ambiental	Presença de vegetação e ocorrência das ilhas de calor		

**CONTEÚDO DOS INDICADORES ELABORADOS PARA ATENDIMENTO AOS OBJETIVOS DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Como apresentado, sete dimensões foram definidas para conduzir a Avaliação dos parques municipais. Além das cinco dimensões indicadas pela Metodologia de Avaliação de Espaços Públicos da Cidade, que são: (1) distribuição espacial, (2) governança, (3) acessibilidade, (4) segurança e (5) inclusão, foram adicionadas as dimensões (6) conforto e saúde e (7) verde e azul. Essas novas dimensões representam, respectivamente, a análise da saúde urbana correlacionada à provisão de áreas verdes, alinhando-se ao objetivo “cidade saudável” do PLANPAVEL, e a integração de uma variedade mais ampla de elementos da biodiversidade na avaliação, considerando o foco nas áreas verdes.

Após a definição das dimensões, os indicadores foram desenvolvidos. Considerando que os indicadores estruturariam o processo de coleta de dados, foi essencial alinhá-los com os focos temáticos do Viva o Verde SP, definidos a partir do objetivo do projeto: acessibilidade, inclusão (com sensibilidade às questões de gênero) e sustentabilidade. Esse alinhamento garantiu que a avaliação se concentrasse na investigação detalhada desses aspectos, de modo que, posteriormente, pudessem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas para os parques municipais.

**Tabela 2: Agenda de reuniões com integrantes do Grupo de Referência para revisão das dimensões e indicadores**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Dimensão	Data	Nome e instituição
<b>Acessibilidade</b>	08/05/23 e 12/05/23	Aline Cavalcanti, Ciclocidade; Bárbara Barbosa, Bike anjo; Luciana Souza, Bike anjo.
<b>Distribuição espacial</b>	04/05/23	Alex Florindo, GEPAF/EACH/USP; Ligia Barrozo, IEA/USP.
<b>Inclusão e governança</b>	09/05/23	Bebel Barros, Instituto Alana; Adriano Sundfeld, SEMEIA; Karina Alves, SEMEIA; Marlene Bicalho, Fórum Verde Permanente; Silverlei Vieira, Lamara.
<b>Conforto e saúde</b>	04/05/23	Alex Florindo, GEPAF/EACH/USP; Ligia Barrozo, IEA/USP.
<b>Verde e azul</b>	09/05/23	Adriano Sundfeld, SEMEIA; Karina Alves, SEMEIA; Paulo Hartmann, Avant Garden; Paulo Pellegrino, LABVERDE.

Nessa etapa, foram realizados encontros específicos com integrantes do Grupo de Referência para aprimorar a definição dos indicadores, que serão apresentados e discutidos ao longo da avaliação dos resultados.

Ao todo, quatro questionários foram aplicados para coletar dados primários que alimentassem os indicadores de avaliação, permitindo uma abordagem participativa na avaliação dos espaços públicos:

- 1. Questionário com pessoas usuárias:** entrevistas estruturadas conduzidas em parques sorteados em plano amostral para coletar dados primários sobre as percepções, experiências e necessidades das pessoas usuárias em relação aos parques;
- 2. Questionário de observação:** utilizado para avaliar os atributos físicos dos parques;
- 3. Questionário com pessoas gestoras:** aplicação de questionário virtual com a gestão dos parques para coletar dados

sobre suas percepções e experiências em relação ao parque sob sua gestão;

- 4. Questionário com pessoas conselheiras:** aplicação de questionário virtual com as pessoas conselheiras dos parques para coletar dados sobre o perfil de formação de cada conselho.

Considerando o tamanho do município de São Paulo e o número de parques a serem analisados (100), para o **questionário com pessoas usuárias**, foi aplicado o método de Amostragem por Conglomerados, garantindo uma amostra representativa das entrevistas. Este método permite a agrupação da população com base em dimensões territoriais de acordo com um critério espacial (parques, por exemplo), além de outras estratificações. No caso desta avaliação, o critério espacial escolhido foram os parques incluídos na Avaliação, e as estratificações escolhidas foram as categorias de parques e as quatro regiões político-administrativas da cidade de São Paulo, seguindo a divisão estabelecida pela SVMMA (Centro-Oeste, Norte, Leste e Sul).

É relevante ressaltar que as estratificações refletem também na apresentação dos resultados obtidos pela Avaliação, que terá alguns de seus indicadores representados por região e/ou por categoria de parques.

Com base no cálculo da amostra, foram considerados 70 dos 100 parques municipais na aplicação do questionário. Esse cálculo determinou o número de pessoas necessárias para atuar na coleta de dados, bem como a distribuição dos turnos e datas das entrevistas entre os parques selecionados, considerando

o intervalo de dias consecutivos estipulado para a aplicação da coleta.

Uma vez estruturados os questionários e tendo agentes de coleta treinados, a Parte 2 da metodologia (Coleta de Dados) foi iniciada. Nesta etapa, foram conduzidos **4.935 questionários** com pessoas usuárias entre os dias 16 de outubro e 15 de dezembro de 2023, nos 70 parques. Foram contratados 16 agentes de coleta, sendo que oito deles trabalharam apenas em parte do período de coletas, e uma supervisora de campo ([ver Anexo 2](#)).

**Figura 6: Agente de coleta de observação em campo**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



A aplicação do **questionário de observação** foi organizada de maneira simplificada, com uma única visita a cada um dos 100 parques durante o mesmo período. Para que a coleta de dados representasse adequadamente as diferentes áreas dos parques e identificasse com precisão suas carências e oportunidades, a observação de cada parque foi dividida em setores. Cada setor corresponde a um uso que agrupa equipamentos e infraestruturas

semelhantes, como setor infantil, setor esportivo, setor administrativo, setor de sanitários, entre outros. A compilação dos dados de cada setor proporciona uma visão completa do parque.

Essa estratégia permitiu uma investigação mais detalhada de certos indicadores, possibilitando direcionar a análise através do filtro de setores. Além disso, tornou

possível compreender a distribuição das infraestruturas nos diferentes setores, oferecendo uma avaliação mais precisa da distribuição infraestrutural do parque.

Ambos os questionários aplicados nos parques foram conduzidos por meio da ferramenta digital *Kobo Collect*. Os **questionários destinados às pessoas gestoras e conselheiras**, foram aplicados no formato virtual entre novembro de 2023 e janeiro de 2024, coletando respectivamente 120 e 438 respostas.

Após a execução da Parte 2: Coleta de Dados, todos os dados obtidos por meio dos questionários e da coleta de dados secundários foram sistematizados para compor os indicadores de análise. A interpretação desses indicadores resultou na **avaliação dos parques municipais de São Paulo**, que será apresentada na seção seguinte.

## 5.2 Avaliação dos Espaços Públicos

Nesta avaliação dos espaços públicos verdes são apresentadas as dimensões de análise do Viva o Verde SP, detalhando os resultados obtidos a partir da coleta de dados dos seus indicadores.

Para estruturação da avaliação, os resultados foram divididos em dois grupos: parques em zona urbana (parques urbanos, lineares e de orla) e parques em zona rural (parques naturais municipais). A divisão foi necessária devido às características especiais dos parques naturais como Unidades de Conservação, que possuem uma relação diferente com a cidade e características específicas quanto ao uso e ocupação, devendo seguir os parâmetros estabelecidos pelo Plano de Manejo de cada unidade.

Assim, a seção seguinte está dividida em duas partes:

### PARTE 1

**Avaliação dos parques em zona urbana** - parques urbanos, lineares e de orla;

### PARTE 2

**Avaliação dos parques em zona rural** - Parques Naturais Municipais.





# 6.

## AVALIAÇÃO DOS PARQUES EM ZONA URBANA: PARQUES URBANOS, LINEARES E DE ORLA



## Para a avaliação dos parques em zona urbana, inicialmente é realizada uma análise do perfil das pessoas frequentadoras dos parques.

Em seguida, as sete dimensões são apresentadas, organizadas em seções. Cada seção está organizada da seguinte forma:

1. Parágrafo da Nova Agenda Urbana (NAU) correspondente à dimensão e pontos sobre "o que se espera saber" da presente dimensão;

2. Avaliação de Indicadores: resultados esperados para município e sociedade: um esquema representando uma Teoria da Mudança simplificada, ilustrando os indicadores que são analisados e seus resultados esperados para o município e a sociedade (ver figura 7);
3. Análise de cada indicador que compõe a dimensão, organizada em subseções, com base nos dados da pesquisa quantitativa de dados primários, coletados através de quatro questionários (ver seção 5.1 [Estruturação Metodológica](#)), e dados secundários.
4. Breve conclusão e indicação de "o que se descobriu", em resposta às perguntas sobre "o que se espera saber" no início das dimensões.

Exemplo de Avaliação de Indicadores:

Figura 7: Resultados esperados para o município e a sociedade

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

### Avaliação de Indicadores: resultados esperados para municípios e sociedade Teoria da Mudança simplificada



## 6.1 Pessoas que frequentam os parques

Avaliar o perfil das pessoas que frequentam os parques da cidade é essencial para entender o nível de acesso dos diversos grupos sociais. A partir desse entendimento, podem ser desenvolvidas e adaptadas instalações, infraestruturas e atividades que atendam às diferentes demandas. Sendo assim, antes de aprofundar nas dimensões de análise, serão

Gráfico 2: Proporção da faixa etária das pessoas usuárias dos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

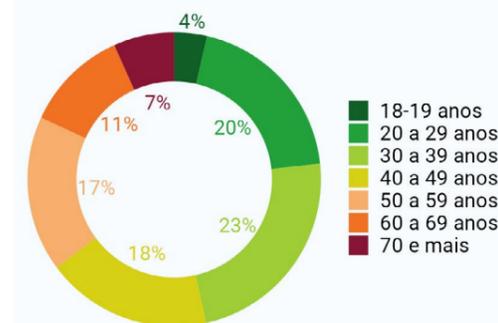
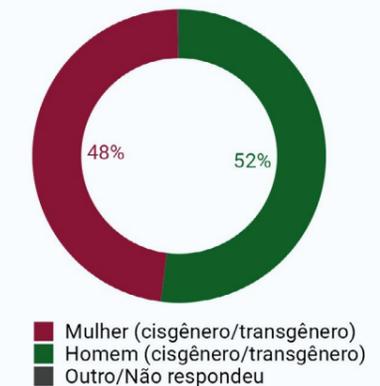


Gráfico 3: Proporção da identificação de gênero das pessoas entrevistadas dos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



apresentados os dados referentes à idade e ao gênero das pessoas que frequentam os parques.

Os dados foram obtidos a partir de um questionário aplicado a 4.935 pessoas usuárias dos parques, todas maiores de 18 anos. Os resultados das entrevistas revelaram que a maioria das pessoas que frequentam os parques pertence à faixa etária de 30 a 39 anos, seguida pela faixa de 20 a 29 anos.

**Apesar de São Paulo ter uma população predominantemente feminina, há mais homens frequentando os parques.**

Isso sugere a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre os motivos pelos quais menos mulheres visitam os parques da cidade em comparação aos homens. Em relação à proporção de pessoas transgênero, apenas 0,3% são mulheres e 0,2% são homens.

Entre os fatores que precisam ser explorados estão as limitações decorrentes das atividades cotidianas de reprodução e cuidado exercidas pelas mulheres, que duplicam ou até triplicam sua jornada de trabalho diária, limitando seu tempo de lazer. Além disso, é fundamental considerar aspectos de segurança, como a percepção de segurança em espaços públicos, e a existência de instalações inclusivas para mulheres, meninas e crianças. Tais elementos têm um impacto direto nos aspectos relacionados à inclusão espacial, social e simbólica das mulheres e meninas nos espaços públicos.

# DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL



Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade”, em suas legislações, declarações políticas e estatutos.

Nova Agenda Urbana, p. 11

## O que se espera saber:

1. Os parques municipais de São Paulo estão distribuídos de forma homogênea para atender a toda população?
2. A população no entorno aos parques possui as mesmas condições de infraestrutura, oferta e qualidade de equipamentos urbanos?
3. Há relação entre situação de vulnerabilidade social da população no entorno aos parques e a qualidade destes espaços?



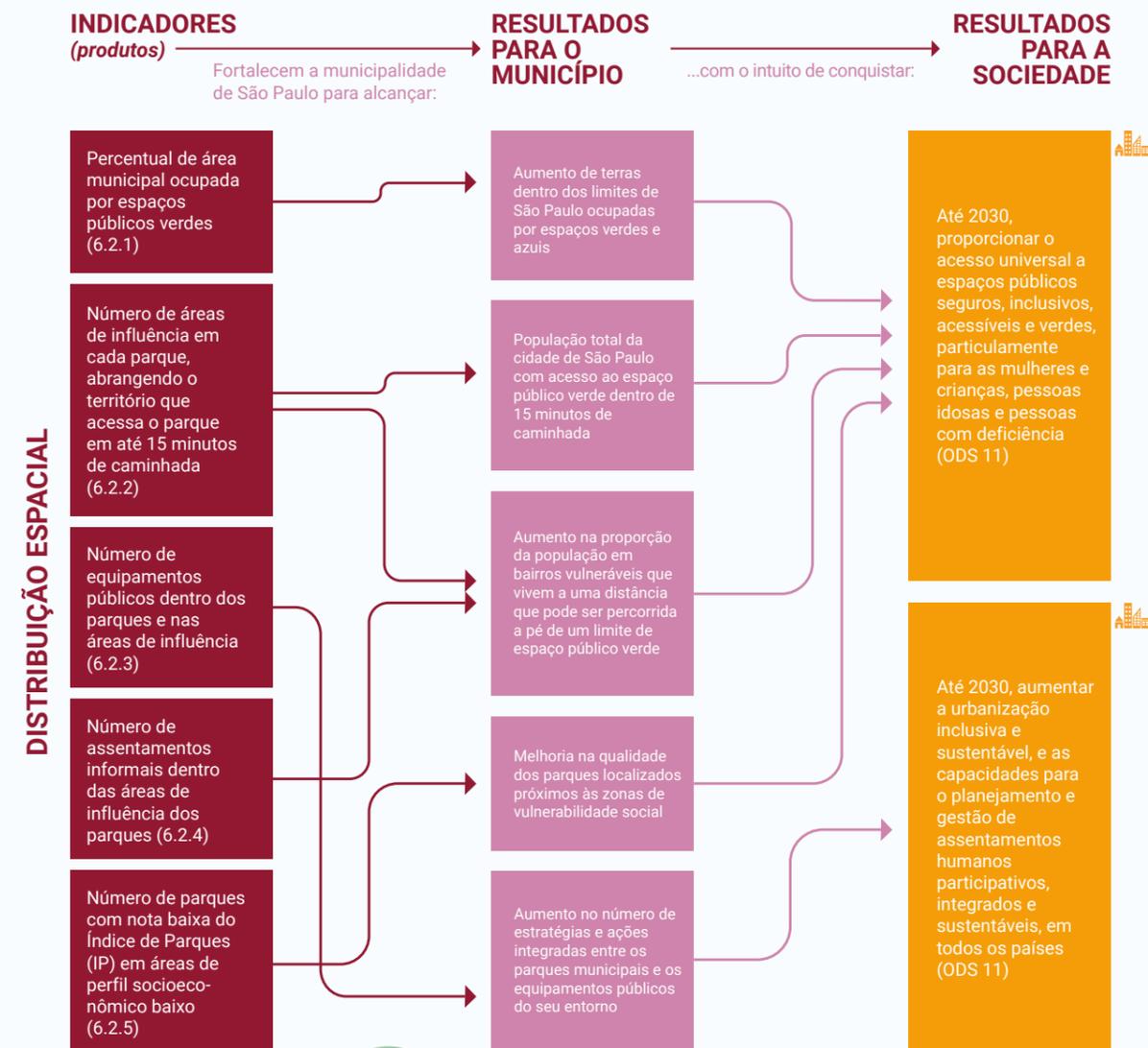


Figura 8: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Distribuição Espacial

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade

Teoria da Mudança simplificada



Realizar a análise considerando a distribuição espacial territorial possibilita visualizar como as desigualdades sociais se distribuem pelo território. Em São Paulo é observável as diferenças entre regiões na distribuição da oferta de empregos, serviços e equipamentos, além das concentrações de perfis socioeconômicos específicos para cada região da cidade.

Os mapas 8 e 9 representam a densidade demográfica e a vulnerabilidade social na cidade de São Paulo, respectivamente. A variável utilizada para indicar a vulnerabilidade social foi o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), que incorpora indicadores demográficos e socioeconômicos em sua formação. A associação entre densidade e vulnerabilidade permite identificar os locais da cidade com maiores concentrações de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, um dos principais critérios adotados na Avaliação e que tem como objetivo o atendimento aos objetivos do PLANPAVEL para os parques.

Em relação à densidade demográfica (mapa 8), podem ser observadas altas taxas em diferentes porções da cidade. Isso se deve às diferentes dinâmicas urbanas de São Paulo, como por exemplo, a concentração de locais com altos potenciais construtivos, setores com maiores concentrações de pessoas por domicílio, além de outros elementos da forma urbana que resultam em produções imobiliárias formais e informais e que definem a qualidade destes adensamentos.

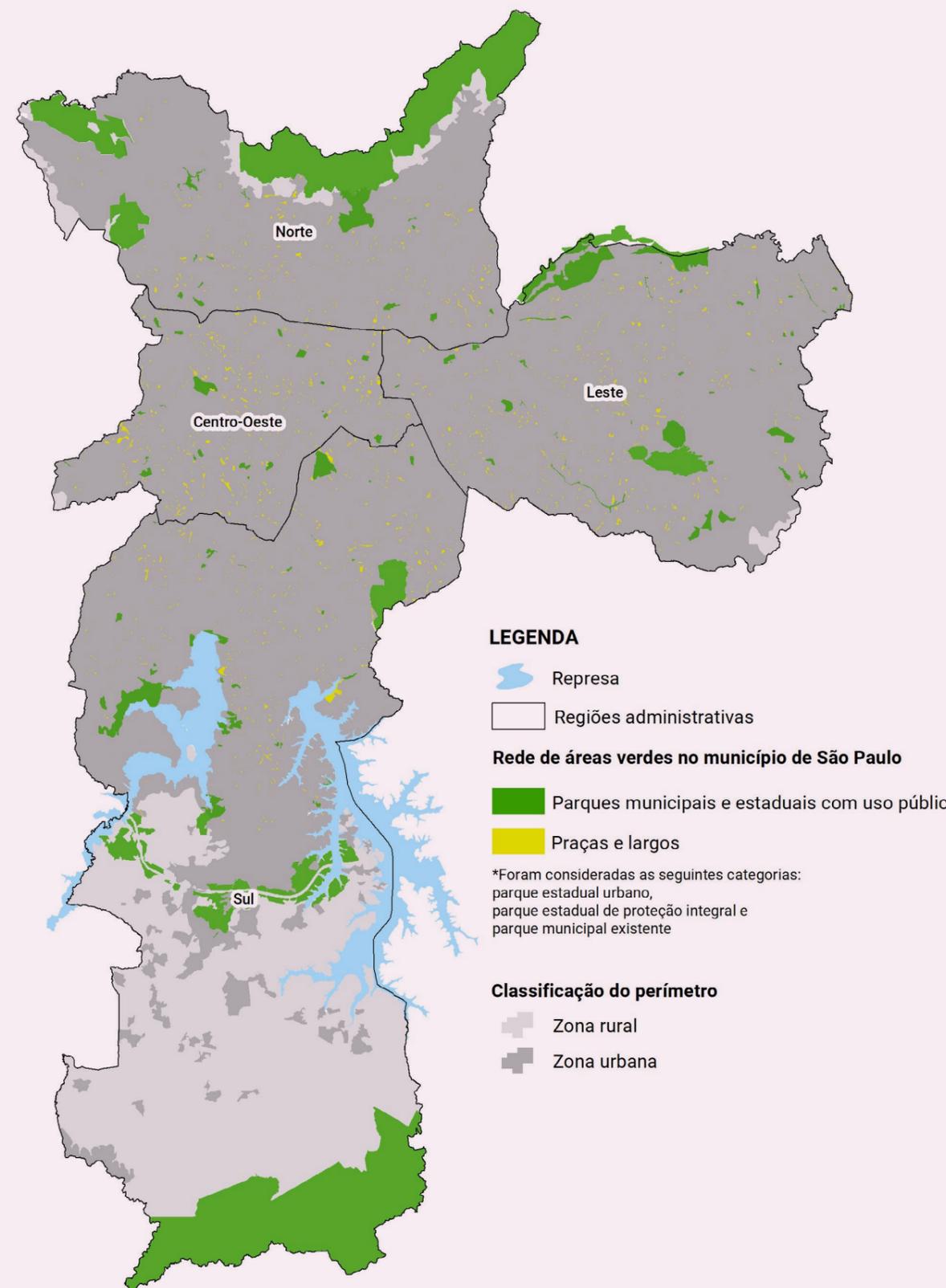
Quando se observa a vulnerabilidade socioeconômica, há uma clara tendência ao padrão centro-periferia, onde a Região Centro-Oeste concentra condições de vulnerabilidade baixas e baixíssimas, enquanto nas periferias, especialmente o extremo Leste e extremo Sul (mapa 9), concentram a maior parte dos bairros com alta e altíssima vulnerabilidade.



**Esses bairros com altos índices de vulnerabilidade, sobretudo nos núcleos com maiores densidades demográficas, devem receber especial atenção quanto a presença e qualidade do espaço público.**

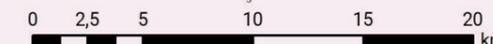
Além dos aspectos sociais mencionados, a avaliação da dimensão de distribuição espacial tem por objetivo compreender os aspectos ambientais relativos ao papel dos parques na distribuição da cobertura vegetal da cidade. A análise do ponto de vista da distribuição espacial difere dos levantamentos de índices e médias por habitante, uma vez que permite identificar quais os territórios com menores taxas de cobertura vegetal. Na cidade de São Paulo, por exemplo, foi definida a média de 68,22m<sup>2</sup> de cobertura vegetal por habitante. Porém, em determinadas regiões esses valores se afastam muito dessa média, como por exemplo a subprefeitura de Sapopemba, que registra apenas 5,22m<sup>2</sup> de cobertura por habitante (SÃO PAULO, 2022).

Cabe ressaltar que a análise da distribuição espacial considerou somente o papel dos parques contemplados nesta Avaliação. Contudo, entende-se a relevância e potencialidade das diferentes conformações das áreas verdes distribuídas pela cidade, considerando suas diversas dimensões, tipologias e vocações. São áreas que apresentam funções de grande relevância para a cidade de São Paulo e devem ser entendidas como um sistema integrado para que possam ser elaboradas diretrizes que considerem sua integração. Contudo, nesta Avaliação, o foco serão os parques municipais administrados pela SVMA e com acesso ao público. Porém, este sistema de áreas verdes será considerado futuramente para a elaboração de diretrizes e recomendações políticas (mapa 7).



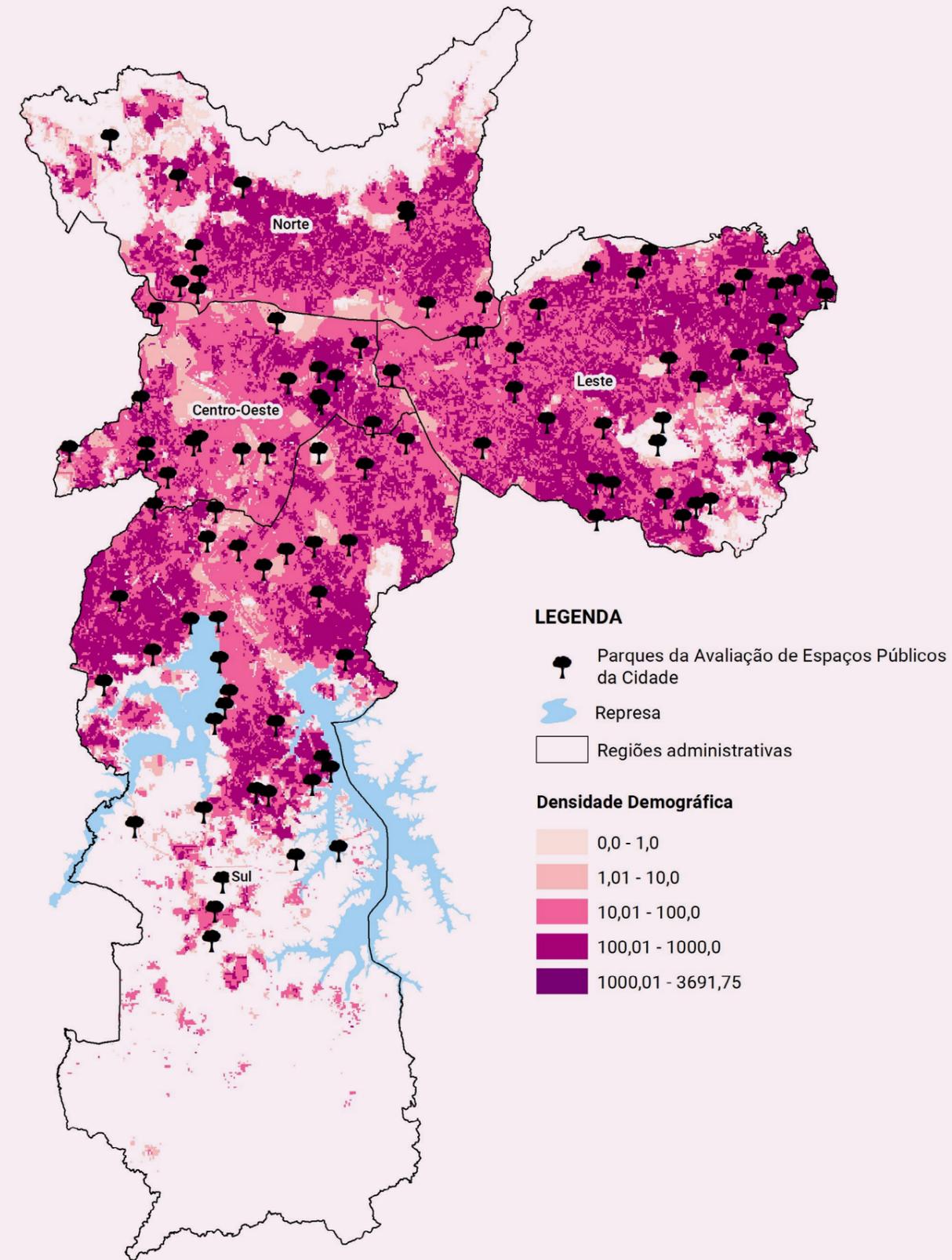
**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo] Verde e Recursos Naturais: Áreas Verdes. Acesso em: 23 de agosto de 2024. [Secretaria do Verde e do Meio Ambiente] Praças e Largos. Recebido em: 12 de junho de 2024.



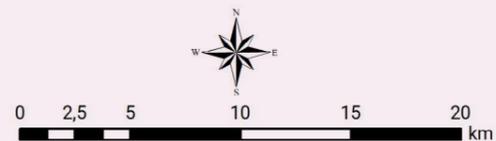
### Mapa 8: Densidade demográfica da cidade de São Paulo

Fonte: WorldPop. Elaboração própria, ONU-Habitat



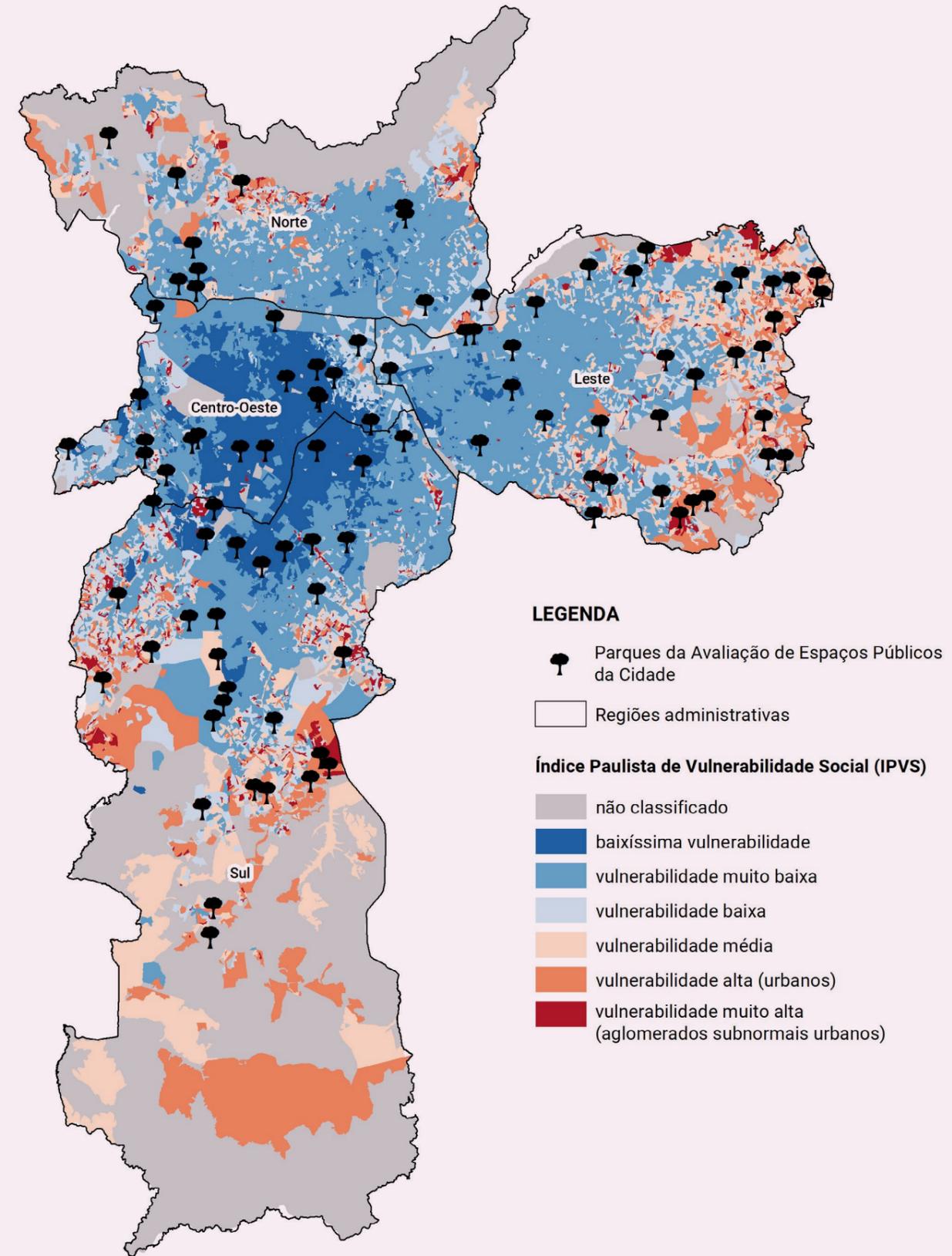
#### Fontes consultadas

[School of Geography and Environmental Science, University of Southampton - WorldPop]  
Population counts/Constrained Individual countries 2020 (100m resolution)/Brazil; 2020.



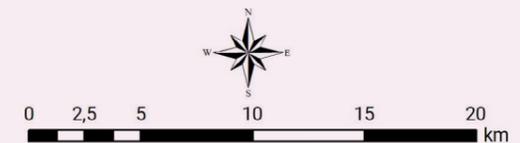
### Mapa 9: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### Fontes consultadas

[Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE]  
Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, versão 2010; 2013.



### 6.2.1 Terra destinada ao espaço público

Considerando somente os parques da Avaliação, dentre os 95 parques em área urbana, 33 estão localizados na região Leste, 31 na Sul, 19 na Centro-Oeste e 12 na região Norte. As Regiões Leste e Sul, além de possuírem o maior número de parques, também concentram o maior número de habitantes e são as maiores em dimensões territoriais. Já a Região Norte possui o menor número de parques apesar de não ser a região menos populosa.



**No mapa 10, é possível observar que a distribuição destes parques não acontece de forma homogênea pelo município, havendo grandes porções da cidade com ausência desses equipamentos.**

Há alguns pontos de maior atenção, com destaque em áreas específicas situadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Leste.

Na parte central da Região Norte há uma área expressiva caracterizada pela ausência de parques. Figura-se como local altamente urbanizado, com elevada densidade demográfica (ver mapa 8), ainda que sua população entorno se caracterize por situação de muito baixa vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com o mapa 11, extraído do PLANPAVEL e que apresenta os parques propostos pelo PDE, há três parques propostos dentro desse “vazio” na Região Norte, sendo que, caso implantados os parques, irá contribuir com uma oferta e distribuição mais homogênea na região.

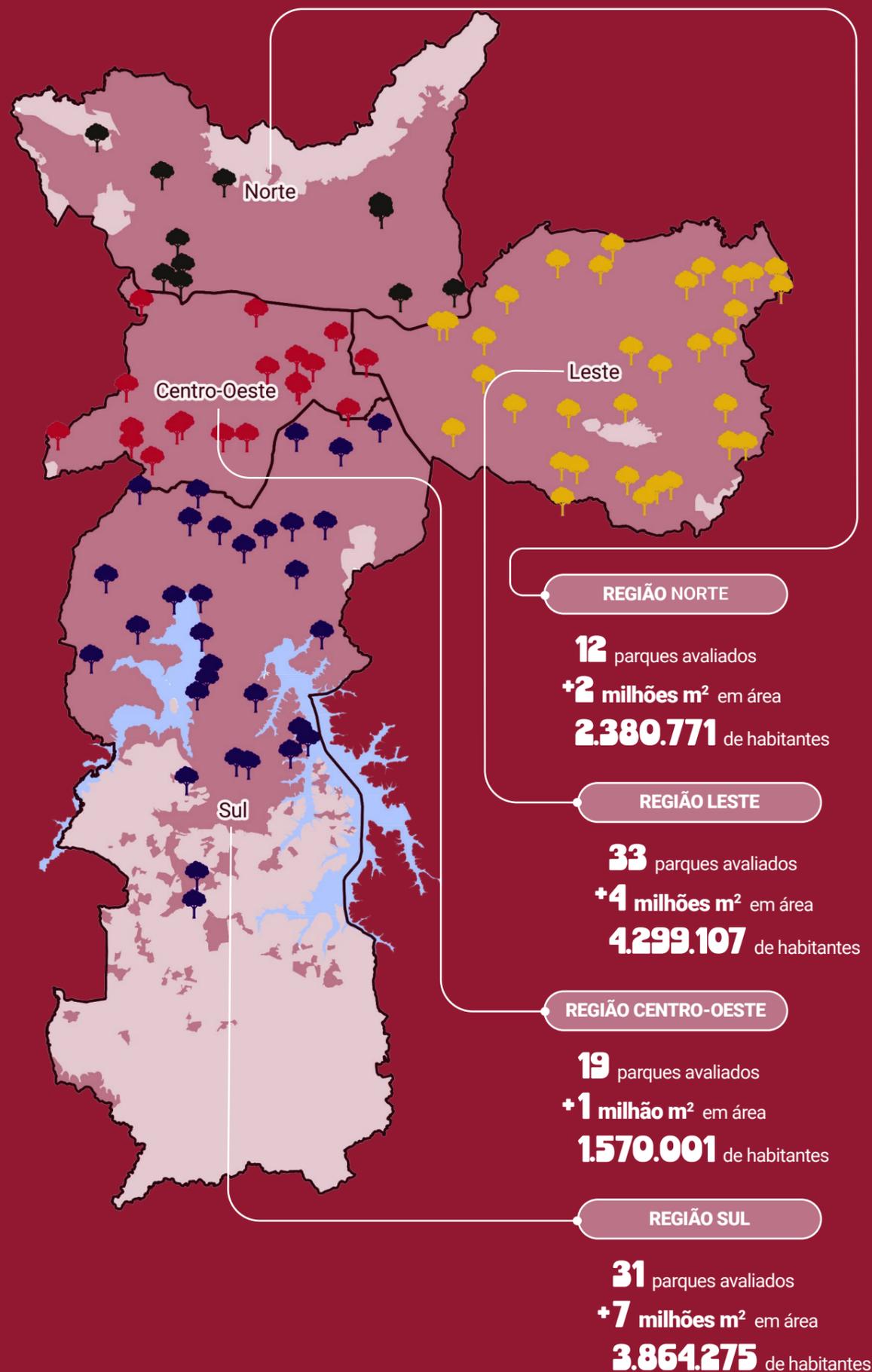
Dentro da Região Centro-Oeste também há um vazio na parte central não dotado de parques municipais. Contudo, é onde se situa a Cidade Universitária, e o bairro Morumbi,

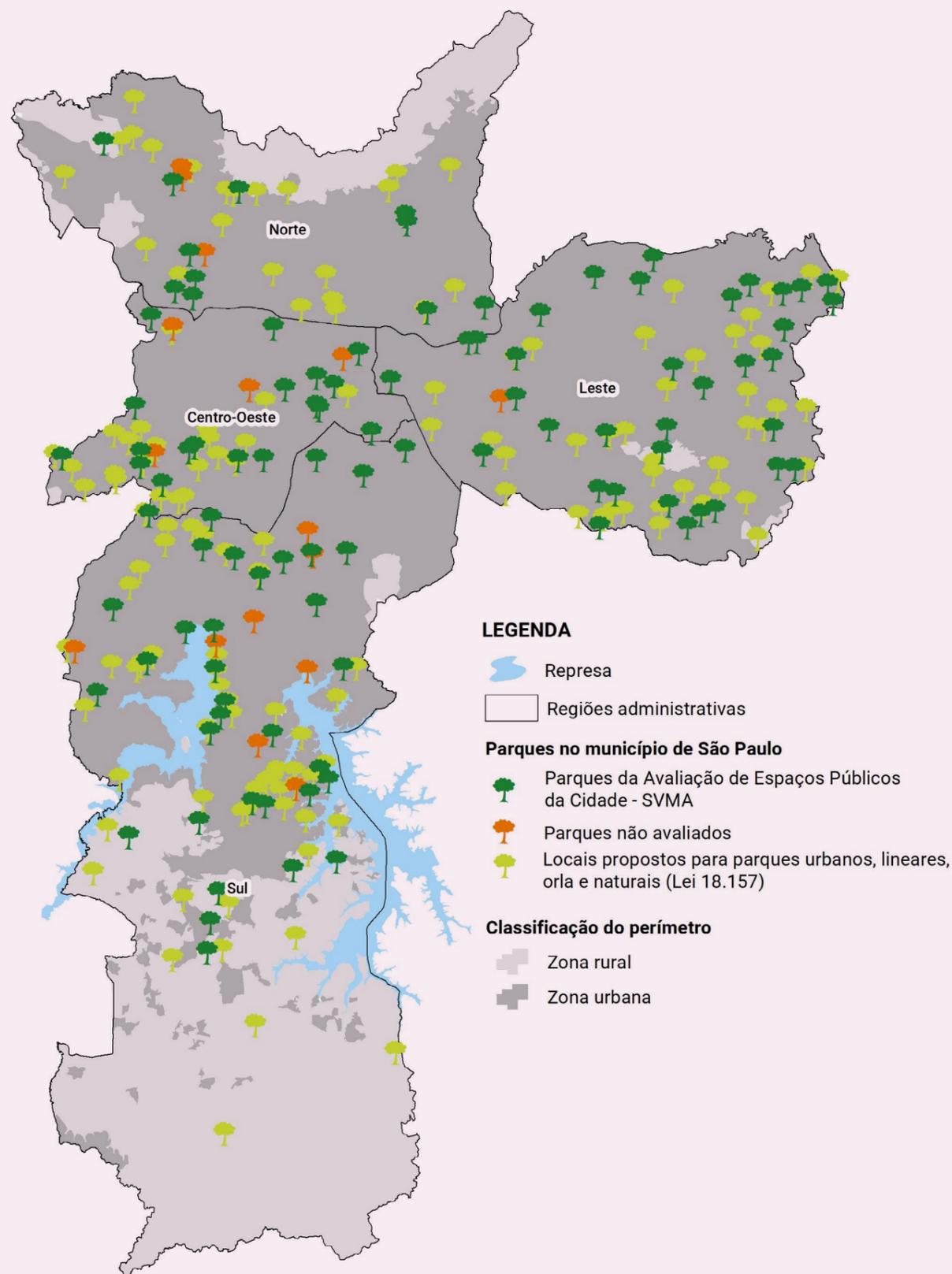
setores caracterizados por baixíssimas e baixas densidades demográficas, além de baixíssima situação vulnerabilidade socioeconômica, no caso do bairro Morumbi (mapa 9). Dentro desse setor há um novo parque proposto pelo Plano Diretor Estratégico, além do Parque Chácara do Jockey, que apesar de inaugurado em 2016, não foi considerado na Avaliação pois desde 2023 passa por reformas para adequação de infraestruturas para uso público.

Já na Região Leste, o maior setor identificado sem parques municipais também está na porção central da Região. Dentro dessa porção, há diferentes graus de vulnerabilidade socioeconômica, variando desde muito baixa a muito alta, também caracterizada por altas densidades demográficas (mapa 8). Ainda na Região Leste, à extremo Leste, onde se concentram as maiores vulnerabilidades socioeconômicas, há uma alta oferta de parques, porém a existência de parques não é suficiente para a promoção de inclusão, sendo fundamental a qualificação destes espaços de forma a atender as necessidades específicas da população que frequenta estes espaços.

Apesar da Região Sul não ter uma distribuição homogênea na oferta de parques, possui “vazios” menores. Contudo há setores esparsos pela região, onde há concentrações de perfis socioeconômicos em condições de alta e muito alta vulnerabilidade onde não há parques municipais (ver mapa 9).

É importante ressaltar que as dimensões dos parques não estão relacionadas a melhor qualidade de suas infraestruturas físicas, tais como playgrounds, academias, pistas de caminhada, entre outros. Assim, além da análise das dimensões físicas dos parques e de sua distribuição territorial, é importante compreender outros elementos que possam resultar na qualidade, inclusão e plena utilização destes espaços.





**Fontes consultadas**

[GEOAMBIENTAL - Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA] Parques e unidades de conservação. Lei 18.157 de 17 de julho de 2024 altera o mapa 5 e o quadro 7, anexos à Lei 16.050 de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Acesso em: 23 de agosto de 2024.

**6.2.2 Áreas de influência dos parques em função da caminhabilidade e proximidade entre parques**

Para identificar desigualdades na distribuição socioespacial, os indicadores adotados têm como objetivo mapear os locais na cidade com baixa oferta de parques municipais e verificar a população que não é atendida com estes equipamentos. Para isso, foi definida uma área de influência pré-estabelecida, definida com base na mobilidade ativa do pedestre e a partir de um critério temporal. Dessa forma, foi calculado um raio sobre a malha viária delimitando o território atendido em uma caminhada de até 15 minutos entre um acesso do parque e suas ruas adjacentes. A área resultante é entendida como adequada para que as pessoas se sintam estimuladas a frequentar o parque mais próximo, seja de sua residência ou trabalho. A partir do traçado das áreas de influência, foram identificados os locais da cidade “atendidos” por parques municipais e outros onde há maior carência deste equipamento.

O conceito de Cidade de 15 minutos é uma importante ferramenta para a promoção de justiça e igualdade espacial (MORENO, 2024). O termo foi popularizado pela prefeita de Paris, Anne Hidalgo, e pelo pesquisador Carlos Moreno, defendendo a criação de um modelo urbano, adaptável, que permita a todas as pessoas satisfazerem a maior parte de suas necessidades diárias a uma curta distância a pé ou em bicicleta (C40 KnowledgeHub, 2020). O resultado esperado com a implementação do modelo é a promoção de uma cidade espacialmente mais justa e democrática.

De forma geral, em todas as regiões da cidade há déficit no atendimento de parques, sendo que somente 20% do perímetro urbano está dentro de uma área de influência dos parques municipais e 25% da população urbana da cidade de São Paulo está inserida dentro das áreas de influência dos parques objeto desse estudo.



**Isso significa que aproximadamente 75% da população de São Paulo possui menos incentivos para frequentarem os parques,**

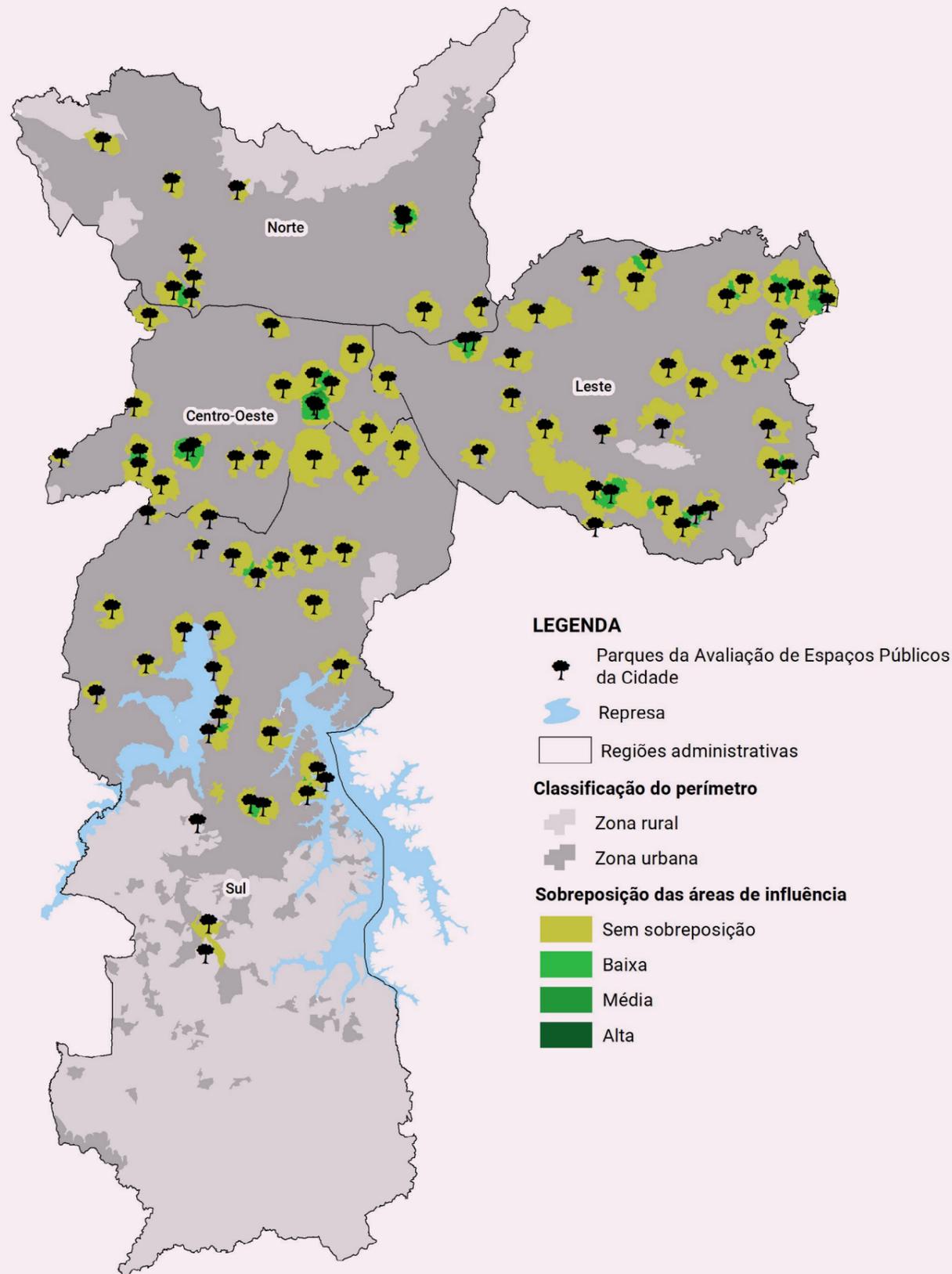
uma vez que seu o acesso a pé é considerado longo, gerando um fator de desestímulo para que seja estabelecida uma frequência de uso desses equipamentos.

Apesar de grande parte do território não estar inserida dentro de uma área de influência de um parque, há exceções com sobreposições destas áreas, o que significa que determinado local é atendido por mais de um parque dentro da área de influência, como é possível verificar no mapa 12. Na Região Centro-Oeste, por exemplo, foi identificado local onde há três parques dentro de uma área de influência. A oferta diversificada de equipamentos públicos é um importante fator de estímulo e vitalidade urbana.

**Figura 9: Definição do perímetro da área de influência dos parques**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat





**Fontes consultadas**

[PEREIRA et.al., r5r: Rapid realistic routing on multimodal transport networks with R5 in R. 2021]  
 Elaboração própria. ONU-Habitat, 2024.

**6.2.3 Equipamentos públicos dentro dos parques e nas áreas de influência**

De acordo com o Plano Diretor Estratégico de São Paulo, a oferta de equipamentos públicos é parte do direito à cidade, que compreende o processo de universalização do acesso aos benefícios e comodidades da vida urbana por parte de todos os cidadãos (PDE, 2014, Art.I, § 5º).

A existência de uma rede de equipamentos públicos diversificados dentro da área de influência de um parque deve ser entendida como um indicador de vitalidade e democracia urbana, com altas potencialidades para o estabelecimento de parcerias institucionais que permitam usos compartilhados destes equipamentos, sem que necessariamente implique na instalação ou construção de um novo equipamento.

Aplicado aos parques municipais, a existência de equipamentos públicos dentro de suas áreas de influência resulta em potenciais possibilidades de uso dos parques como suporte às atividades realizadas em outros equipamentos, como por exemplo, a realização de atividades escolares, de promoção de saúde física e mental, culturais, de educação ambiental, entre outras.

Nesse contexto foram levantados os equipamentos inseridos nas áreas de influência dos parques e com maiores potenciais de compartilhamento, sendo eles:

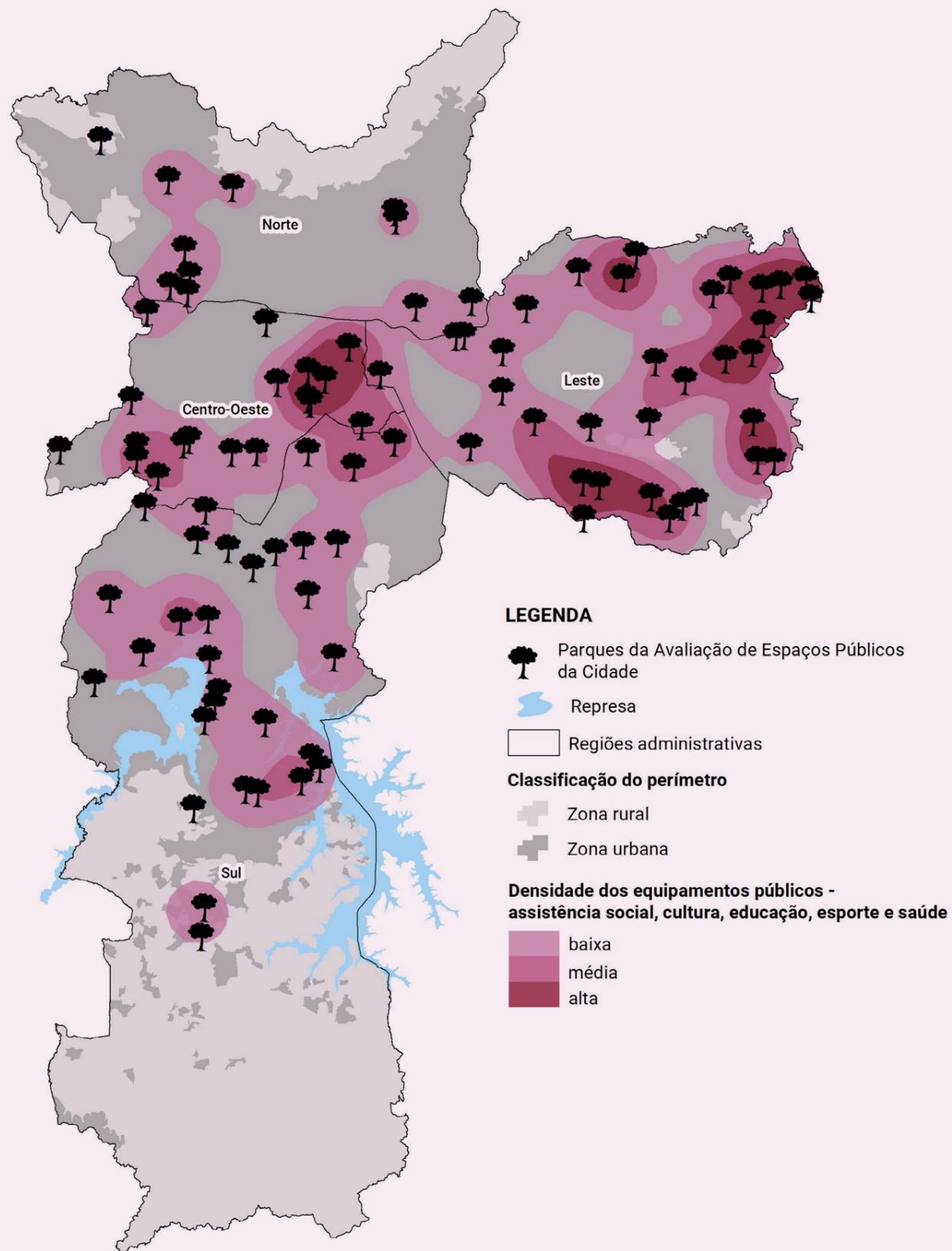
- **Assistência social:** associações comunitárias e beneficentes, institutos, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS);
- **Cultura:** bibliotecas, espaços culturais, museus, espaços de teatro/cinema/show;

- **Educação:** Centros Educacionais Unificados (CEUs), escolas de educação infantil, fundamental e médio;
- **Esporte:** centros esportivos, clubes, clubes da comunidade e similares;
- **Saúde:** equipamentos de saúde mental, UBS, postos de saúde e centros de saúde.

Conforme mapa 13, foi observado que a maior concentração de equipamentos públicos está na Região Leste. Tal fato pode estar associado às maiores demandas por equipamentos e serviços públicos nesta região, uma vez que concentra uma maior população em situação de alta e altíssima vulnerabilidade socioeconômica. A Região Centro-Oeste também possui alta concentração de equipamentos dentro das áreas de influência, especialmente no centro da cidade. Já a Região Norte, além do reduzido número de parques, conta com poucos equipamentos públicos dentro de suas áreas de influência.

Dentre as categorias de equipamentos, há um predomínio dos educacionais nas regiões Leste, Sul e Norte (ver gráfico 4). Na região Centro-Oeste prevalece os equipamentos culturais seguidos por educacionais.





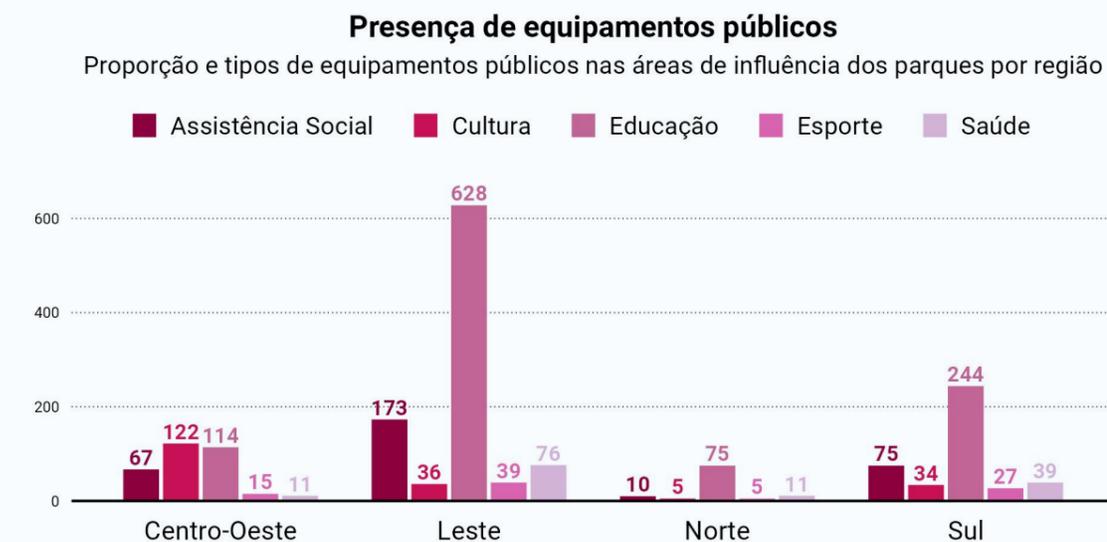
**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
Equipamentos: assistência social, cultura, educação, esporte e saúde.  
Acesso em: 29 de janeiro de 2024.



**Gráfico 4: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Distribuição Espacial**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Figura 10: Atividade escolar realizada no parque Augusta**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



Há, portanto, alta potencialidade da elaboração de uma rede de parcerias entre secretarias municipais para o desenvolvimento de uma grade de atividades integrativas entre os equipamentos públicos, sobretudo nos equipamentos educacionais nas regiões Leste e Centro-Oeste e nos equipamentos culturais na Região Centro-Oeste.

### 6.2.4 Assentamentos precários nas áreas de influência

De acordo com o Plano Diretor de São Paulo, os assentamentos precários e irregulares são ocupações inseridas em parcelamentos informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas, utilizadas predominantemente para fins de moradia como favelas, núcleos habitacionais, loteamentos irregulares ou clandestinos e conjuntos habitacionais de interesse social não regularizados (PDE, 2014).

Portanto, a identificação dos núcleos de assentamentos precários e irregulares na cidade pode ser compreendida como um indicador de vulnerabilidade socioeconômica, em complemento a outros indicadores adotados na Avaliação.

Os assentamentos precários e irregulares tendem a ser locais de maior carência de espaços coletivos para a prática de atividades esportivas, de lazer e recreação. Assim, os parques municipais desempenham uma importante função em suprir essa demanda. Também é importante que os parques, sobretudo estes situados em regiões de maior vulnerabilidade, atendam a diversos perfis sociais e ofereçam atividades e equipamentos para todas as faixas etárias e de forma inclusiva e acessível.



**De acordo com mapa 14, a maioria dos parques possui ao menos um núcleo de assentamento precário e irregular dentro de suas áreas de influência.**

Contudo, assim como nos resultados obtidos na análise do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (ver seção 6.2), as regiões Sul e Leste são as que concentram a maior quantidade de assentamentos precários dentro das áreas de influência, o que reforça a necessidade de garantir a qualificação de seus parques.

### 6.2.5 Nota do Indicador de Parques Urbanos de São Paulo em função do perfil socioeconômico

O Indicador de Parques Urbanos (IP), conforme mencionado anteriormente na seção 3.3.2, é um questionário aplicado anualmente nos parques com o objetivo de verificar sua qualidade, a partir de um formulário focado na avaliação das condições de gestão e manutenção destes espaços. Assim, o IP permite identificar quais locais da cidade apresentam as melhores e piores pontuações dentro dos indicadores analisados.

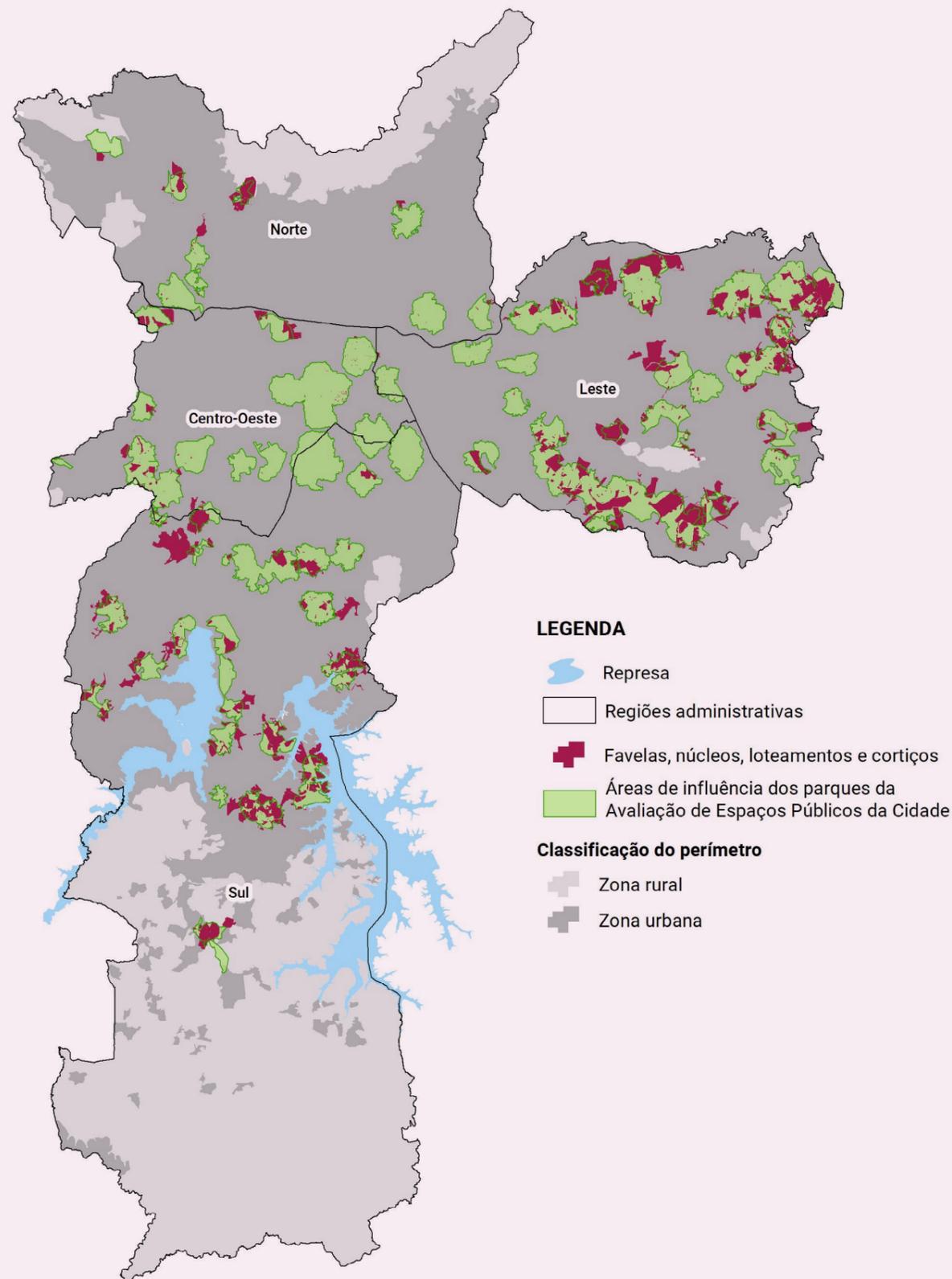
Uma vez que as demandas sociais são maiores em regiões que apresentam maior vulnerabilidade socioeconômica, optou-se por verificar a qualificação dos parques municipais nestes locais, partindo da hipótese de haver uma associação entre notas do IP e o perfil socioeconômico da população do entorno. Para essa análise, a renda per capita do setor censitário correspondente dentro das áreas de influência foi escolhida como critério de vulnerabilidade socioeconômica.

O mapa 15 representa a pontuação dos parques no IP e a distribuição dos locais com maiores e menores rendas per capita.



**De fato, há uma associação entre os parques mais bem pontuados pelo IP com maiores rendas per capita e, no outro extremo, menores pontuações associadas a baixas rendas, salvo exceções.**

A Região Leste é a que apresenta essa associação de forma mais direta. Também é possível observar a desigualdade socioespacial seguindo o padrão centro-periferia, onde a região Centro-Oeste lidera os resultados de IP associados à altas rendas per capita.

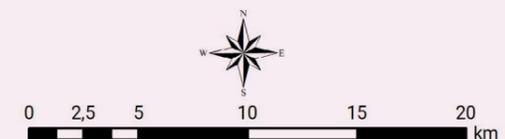


**LEGENDA**

- Represa
- Regiões administrativas
- Favelas, núcleos, loteamentos e cortiços
- Áreas de influência dos parques da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade
- Classificação do perímetro**
- Zona rural
- Zona urbana

**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
Favelas, núcleos, loteamentos e cortiços. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.



## O QUE SE DESCOBRIU?

A avaliação da dimensão de Distribuição Espacial permitiu identificar duas principais condições: a ausência da oferta de parques municipais em parte do território e a necessidade de priorizar melhorias

nos parques e promover políticas públicas de inclusão nas porções da cidade que apresentam maiores situações de vulnerabilidade.

1.

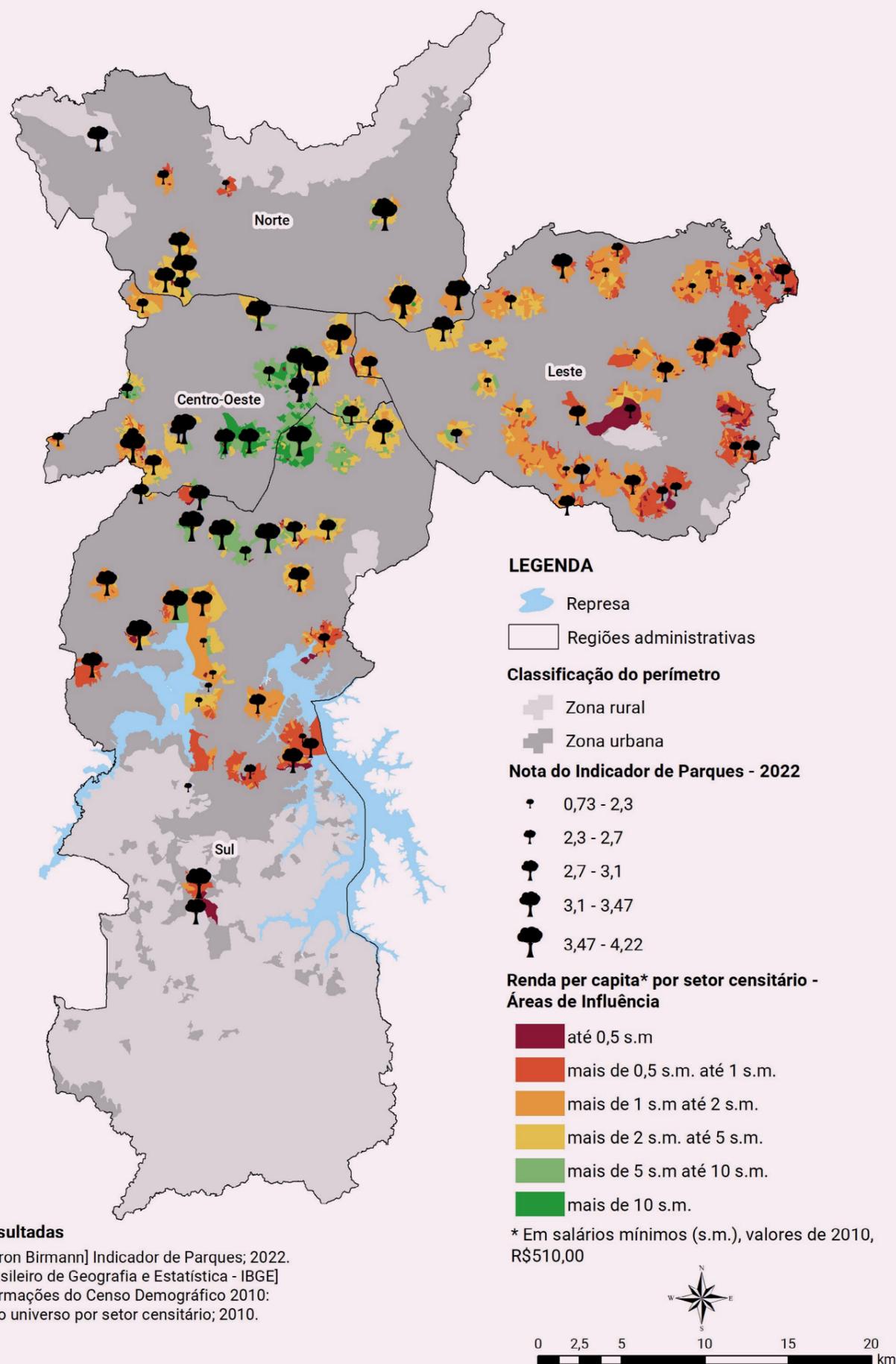
Os parques municipais de São Paulo não estão distribuídos de forma homogênea pelo território, havendo porções da cidade sem a presença deste equipamento. **Aproximadamente 75% da população** da cidade de São Paulo não possui um parque municipal acessível a 15 minutos de caminhada.

2.

A população do entorno aos parques **não possui as mesmas condições de infraestrutura**, oferta e qualidade de equipamentos urbanos.

3.

**Existe uma relação entre parques mais bem qualificados e perfis socioeconômicos mais altos.** Essa relação segue o padrão centro-periferia, onde a Região Centro-Oeste possui as melhores condições e a Leste, piores.



**Fontes consultadas**

[Fundação Aron Birmann] Indicador de Parques; 2022.  
[Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE] Base de Informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo por setor censitário; 2010.

# GOVERNANÇA



Promoveremos o desenvolvimento de capacidades como uma abordagem multifacetada que lide com a habilidade de múltiplos atores e instituições em todos os níveis de governança e combine a capacidade individual, social e institucional de formular, implementar, aprimorar, gerir, monitorar e avaliar políticas públicas para o desenvolvimento urbano sustentável.

Nova Agenda Urbana, p. 147

## O que se espera saber:

1. Os investimentos públicos para melhoria, criação e adequação das infraestruturas nos parques municipais acontecem de forma homogênea em toda a cidade?
2. A Prefeitura de São Paulo possui uma agenda de atividades intersecretariais, diversificadas e contínuas em todos os parques?
3. As estratégias, elementos e ações de comunicação garantem que a população tenha acesso a informações relevantes dos parques de forma clara e atualizada?
4. Há ações relacionadas à governança comunitária nos parques, e distribuídas por todas as regiões?



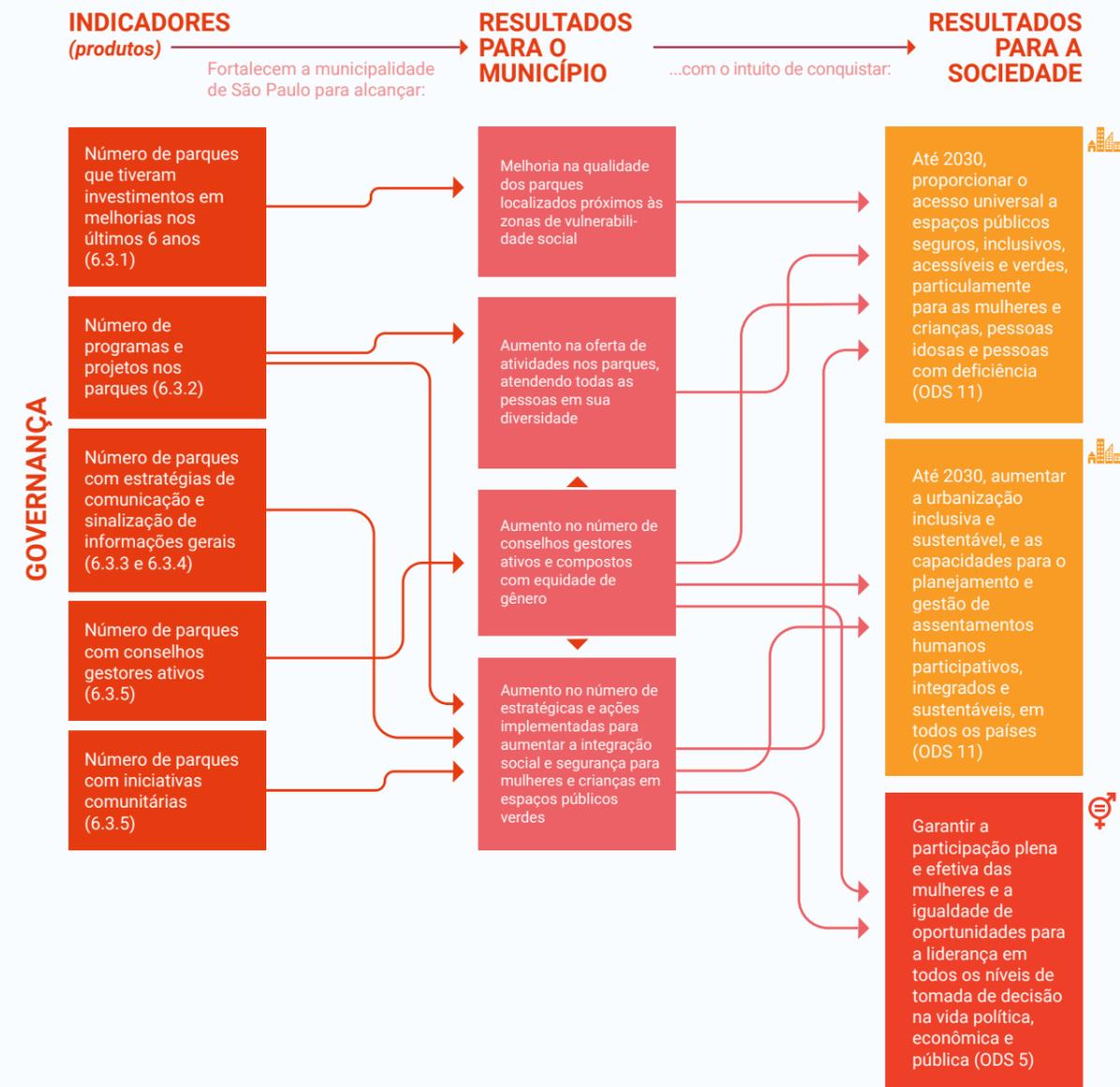


Figura 11: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Governança

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade**

Teoria da Mudança simplificada



Governança se trata de como o poder é distribuído e compartilhado, como as políticas são formuladas, prioridades estabelecidas e partes interessadas tornadas responsáveis. A governança também representa as normas e valores através das quais os assuntos públicos são gerenciados de forma transparente, participativa, inclusiva e responsiva.



**A governança urbana é a soma das muitas maneiras pelas quais pessoas e instituições, tanto públicas quanto privadas, planejam e gerenciam os assuntos comuns da cidade em um processo contínuo onde interesses conflitantes ou diversos podem ser acolhidos e ações cooperativas podem ser tomadas.**

A estrutura de governança urbana nos parques municipais tem uma variedade de funções, desde a captura de investimentos, passando pela implantação e, posteriormente a manutenção desses espaços. Para a adequada manutenção e a garantia de utilização e apropriação social, os investimentos devem ser contínuos. Além dos custos com a manutenção e os investimentos na realização de obras de infraestrutura para melhoria na qualidade dos espaços, existem estratégias políticas capazes de gerar maior atratividade, diversidade e inclusão.

Um exemplo disso são os programas, ações e atividades conduzidos pela Prefeitura nos parques, com destaque àqueles das Secretarias como Saúde, Educação, Esportes e Lazer. Essas atividades, quando realizadas com frequência e são voltadas a uma diversidade de públicos-alvo, podem aumentar a utilização dos parques e gerar maior engajamento social.

Outro mecanismo fundamental são os Planos de Gestão. O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento abrangente com diretrizes que consolidam regras, estudos, diagnósticos, visando orientar as ações de melhoria e gestão

compartilhada dos parques. Construído de forma conjunta e democrática junto à sociedade civil, esse documento permite estabelecer prioridades de gestão cotidiana além de apresentar as diretrizes para melhorias futuras.

Por último, o estabelecimento de canais de comunicação junto à população é uma estratégia de governança essencial capaz de garantir maior transparência, engajamento e oportunidades de melhorias. A utilização de elementos de comunicação para a disponibilização de informações sobre os parques, não só pode incrementar o número de visitantes, mas também aumentar a percepção de segurança nesses locais a partir da utilização de recursos como informes gerais e mapas, por exemplo.

Como elemento comum a esses mecanismos, existe a governança comunitária, onde representantes da sociedade civil assumem o protagonismo, apoiando processos de tomada de decisão, elaborando normativas relacionadas à gestão dos espaços, monitorando a implantação de projetos e propostas, e conduzindo ações e atividades capazes de promover a apropriação dos parques.

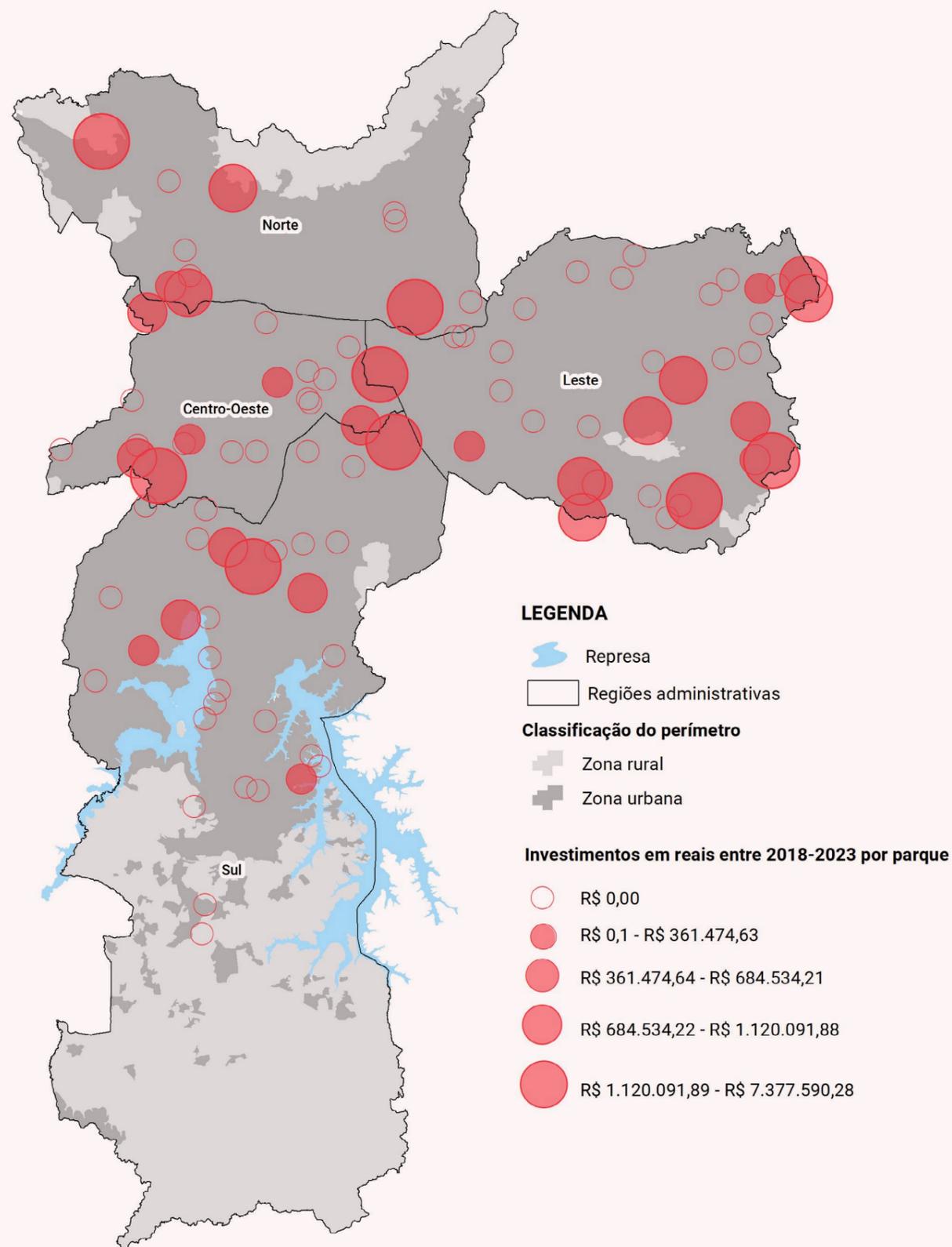
### 6.3.1 Ações orçamentárias de investimentos em melhorias dedicadas aos parques ao longo dos anos

Com o objetivo de monitorar a continuidade dos investimentos públicos e verificar se estes ocorrem de forma homogênea por todo o território, foram levantados os recursos investidos nos parques nos últimos seis anos realizados por meio de licitações públicas dedicadas a melhorias, modernizações e adaptações para atender às necessidades da população que frequenta esses espaços. As informações foram disponibilizadas pela Coordenação de Administração e Finanças, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

É importante notar que a análise é baseada exclusivamente nos recursos alocados por meio de licitações públicas e apenas para os parques existentes, e, portanto, podem existir outras

Mapa 16: Distribuição espacial dos investimentos em melhorias nos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### Fontes consultadas

[Coordenadoria de Administração e Finanças; Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - CAF/SVMA] Ações Orçamentárias; 2024.



estratégias de intervenções, como serviços de manutenção e melhorias que podem ter sido realizados pela prefeitura e subprefeituras, ou até mesmo pela administração dos parques.

No mapa 16, pode-se observar a distribuição espacial dos investimentos em melhorias nos parques.



**É possível identificar que os recursos não foram alocados de maneira homogênea, sendo as menores concentrações de investimentos situadas no extremo sul e parte da Região Leste.**

No extremo leste, onde há grande concentração de parques que receberam notas baixas no Indicador de Parques (ver indicador 6.2.5) e de população em situação de alta vulnerabilidade, foram realizados investimentos consideráveis no período. Apesar disso, dentre os parques da Região Leste identificados com as menores pontuações na avaliação pelo Indicador de Parques, um número significativo, 20 dos 33 parques da região, não receberam investimentos durante o período analisado.

### 6.3.2 Presença de planos, programas e projetos nos parques

A presença de equipamentos de lazer, esportes e infantis nos parques, quando adequados às necessidades da população, possui grande potencial de atrair pessoas nos parques. Contudo, existem outras estratégias que devem ser implementadas em paralelo de forma a complementar as possibilidades de uso e apropriação destes espaços.

Assim, foi realizado mapeamento de algumas iniciativas conduzidas pela gestão municipal, capazes de fomentar a utilização dos parques municipais, com objetivo de avaliar se as temáticas estão alinhadas às pautas

de inclusão e sustentabilidade, de forma a verificar quais parques ofertam atividades e quais as suas frequências.

### Atividades



**Em associação com os investimentos em infraestruturas e os custeios em manutenção, as estratégias de governança para a promoção de ações e atividades nos parques são um mecanismo fundamental para a ativação destes espaços.**

Nesse sentido, foram mapeadas parcerias com seis Secretarias que desenvolvem programas e ações dentro dos parques municipais:



- › Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- › Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho;
- › Secretaria Municipal de Cultura;
- › Secretaria Municipal de Saúde;
- › Secretaria Municipal de inovação e tecnologia;
- › Secretaria Municipal de Educação.

Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se as de incentivo à prática esportiva, atividades artísticas, leitura, educação ambiental e desenvolvimento social. A seguir, serão apresentados alguns exemplos.

**Nome do Projeto:** Pedal Sampa  
**Secretaria responsável:** Secretaria Municipal de Esportes e Lazer

O projeto consiste na montagem de tendas para empréstimo gratuito de bicicletas, contando com equipe de monitores e oficina de reparos rápidos. O projeto proporciona a oportunidade de desenvolver atividades e ações voltadas ao esporte educacional, visando a inclusão social de crianças, jovens e idosos, e ao mesmo tempo sendo didático, recreativo, cultural e inclusivo com a prática de pedalar.

A atividade aconteceu por um período determinado, entre agosto de 2023 e fevereiro de 2024, e em um número reduzido de parques: Parque do Trote, Praia do Sol, Cordeiro, do Carmo e Raposo Tavares. Apesar disso, o projeto possui grande potencial devido a gratuidade, possibilidade de ofertar equipamentos e experiências à população de baixa renda, além de estimular à prática esportiva e promover a inclusão a diversas faixas etárias.

**Figura 12: Ação do Programa Pedal Sampa**

Fonte: Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/esportes/noticias/?p=353033>



**Nome do Programa:** Programa Operação Trabalho (POT)  
**Secretaria responsável:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho

pessoas que atuam na zeladoria dos parques municipais. De acordo com as informações da Prefeitura de São Paulo, entre 2017 e 2020 passaram pelo POT mais de 4 mil pessoas.

O Programa Operação Trabalho (POT) tem como objetivo conceder atenção especial à população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir da reinserção no mercado de trabalho. A Prefeitura oferece auxílio financeiro mensal a

Dentre as potencialidades do Programa está seu forte viés social, com foco no desenvolvimento econômico e fortalecimento comunitário. Além disso, é uma possibilidade de ampliar a mão de obra dedicada aos parques.

**Figura 13: Atuação no Programa Operação de Trabalho**

Fonte: Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/prefeito-visita-equipe-do-programa-operacao-trabalho-que-atua-no-parque-da-independencia>



**Nome do Programa:** Escola Municipal de Iniciação Artística  
**Secretaria responsável:** Secretaria Municipal de Cultura

O Programa tem por objetivo iniciar crianças entre cinco e 13 anos nas artes e nos processos criativos, trabalhando com linguagens artísticas de maneira integrada, envolvendo a dança, a música, o teatro e as artes visuais. O corpo

docente da escola é formado por artistas educadores que trazem sua experiência profissional, em diálogo com o espírito investigativo e brincante das crianças.

O Programa está em fase de expansão, sendo que atualmente está presente nos Parques Lina e Paulo Raia, Chácara do Jockey, Chácara das Flores, Parelheiros (em implementação).

**Figura 14: Atividade do Programa Escola Municipal de Iniciação Artística**

Fonte: Disponível em: <https://emiasp.blogspot.com/>



**Nome do Programa:** Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS)  
**Secretaria responsável:** Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal Verde e Meio Ambiente

O programa tem como objetivo integrar questões sobre o meio ambiente com ações de promoção à saúde, desenvolvendo projetos

socioambientais tais como plantios, atuação no gerenciamento de resíduos, convívio com animais, entre outros. O Programa, que já passou por diversos parques da cidade desde sua criação em 2005, traz o reconhecimento da saúde mental enquanto política pública e a importância do meio ambiente urbano para a promoção da saúde da população.

**Figura 15: Ação do Programa Ambientes Verdes Saudáveis**

Fonte: Disponível em: <https://spdm.org.br/a-empresa/projetos-e-programas/programa-ambientes-verdes-e-saudaveis-pavs/>



As temáticas das atividades levantadas estão alinhadas a princípios de promoção de inclusão nos parques municipais e apresentam grande potencial de expansão como ferramenta para garantir a maior frequência, utilização e apropriação dos parques.

### Plano de Gestão

Na esfera da gestão dos parques, os Planos de Gestão são o principal documento norteador e devem ser desenvolvidos de forma participativa para assim funcionar como um mecanismo de controle social.

Contudo, apenas 13 dos 95 parques urbanos, lineares e de orla que integram a Avaliação possuem Planos de Gestão, sendo eles:

- › Ibirapuera;
- › Tenente Brigadeiro Faria Lima;
- › Lajeado;
- › Eucaliptos;
- › Jacintho Alberto;
- › Jardim Felicidade;
- › Prefeito Mário Covas;
- › Tenente Siqueira Campos;
- › Guarapiranga;
- › Praia do Sol;
- › Linear Castelo;
- › Linear Nove de Julho;
- › Linear São José.



Está previsto para o ano de 2024 a publicação de mais oito planos, desenvolvidos de forma comunitária, por meio da iniciativa Viva o Verde SP.

Idealmente, os Planos de Gestão devem ser desenvolvidos no momento de criação dos parques, porém podem ser elaborados a qualquer momento. Uma vez que se trata do principal mecanismo de gestão compartilhada na esfera dos parques municipais, é fundamental que todos os parques, mesmo aqueles já existentes, tenham Planos de Gestão elaborados, de forma a organizar, estruturar e evidenciar qual a vocação e as prioridades para a realização de intervenções nestes espaços.

### 6.3.3 Sinalização para informações sobre os parques

A comunicação deve ser entendida como um fator de segurança e de governança dos espaços públicos, com o objetivo de informar, definir os regimentos e as condutas para utilização dos espaços e de seus equipamentos.

Dentro do espaço dos parques, a comunicação deve estar presente de forma clara, simples e acessível a todas as pessoas, por meio de mapas, placas contendo elementos de restrições quanto aos usos, indicação de locais onde recorrer em caso de incidentes, informações gerais de segurança e regras para a correta utilização dos equipamentos de lazer e esporte.

Para avaliar as condições dos elementos de sinalização nos parques, os atributos físicos mencionados anteriormente foram levantados e categorizados de acordo com a maior e menor presença nos parques, além de suas condições de conservação. No gráfico 5, os parques considerados com sinalização adequada são os que tiveram elementos de sinalização em condições adequadas de manutenção em mais de 75% de seus setores. São considerados parcialmente adequados

se tiveram sinalização entre 25% e 75% dos setores. Parques com presença e boa qualidade da sinalização em menos de 25% dos setores são considerados inadequados.



**Como resultado, observou-se que os parques da Região Leste possuem mais problemas de sinalização, apresentando quase metade dos parques (46%) com condições inadequadas.**

A Região Centro-Oeste, seguida pela Norte são as que possuem o maior percentual de parques com condições adequadas de sinalização. Já na Região Sul, 64% dos parques possuem condições parcialmente adequadas, o que significa que esses parques possuem elementos de sinalização, porém não em todos os setores e em boas condições de manutenção.

Além das informações gerais, há informações periódicas, que são aquelas constantemente atualizadas, tais como informativos culturais, agenda de eventos, e cotidianas, divulgação de programas da cidade, entre outros. A Região Leste novamente apresenta o menor percentual de parques que possuem locais para disponibilização de tais informações (ver gráfico 6). Os parques das regiões Centro-Oeste e Sul apresentam altas proporções de elementos de sinalização periódica, representando 84% e 81% dos parques das regiões, respectivamente.

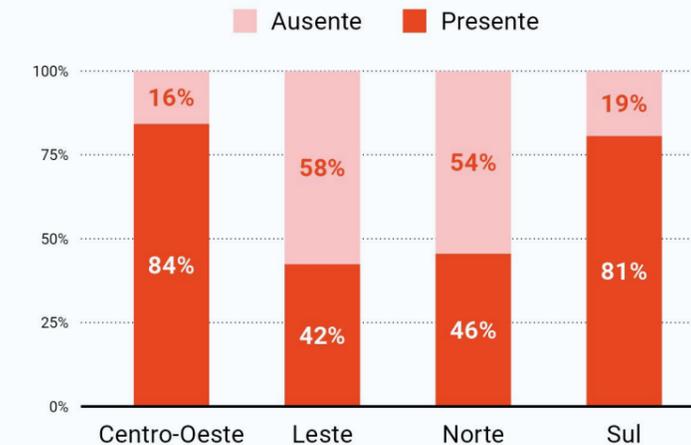
Considerando o fluxo de pessoas que frequentam os parques, a veiculação de informações institucionais de relevância, relacionadas a programas municipais, eventos e campanhas deve ser incentivada uma vez que possui um grande potencial de alcance.

**Gráfico 6: Presença de estruturas de sinalização para atualizações periódicas**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Presença de elementos de sinalização para atualizações periódicas**

Proporção das condições dos elementos de sinalização nos parques por região



**Figura 16: Exemplo de quadro com sinalização para atualizações periódicas**

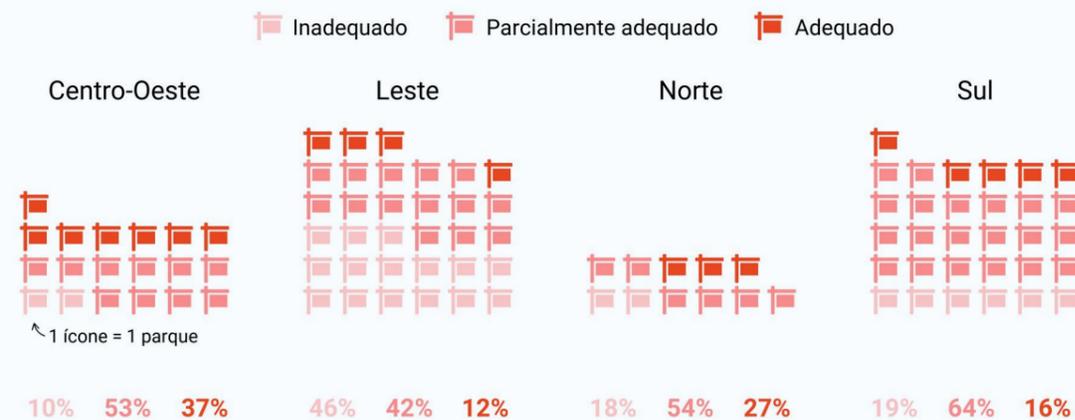
Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat

**Gráfico 5: Condições dos elementos de sinalização para comunicação nos parques**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Presença de elementos de sinalização**

Proporção das condições dos elementos de sinalização nos parques por região



### 6.3.4 Divulgação em mídias

A comunicação desempenha um papel essencial na promoção da governança, da transparência e da participação popular. Através de uma variedade de abordagens e canais, incluindo diálogo e divulgação adequados a um abrangente público-alvo, a comunicação ajuda a promover o envolvimento da população, contribuindo para um sistema de governança mais robusto e melhor informando a sociedade.



**Quando a comunicação é clara e eficaz, contribui para estreitar a confiança entre o governo e a população.**

Os canais de divulgação de notícias da Prefeitura de São Paulo e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente fazem constantes

menções aos parques da capital: a divulgação de ações, o convite à visitação e a informação sobre obras e inaugurações são os principais temas das 424 menções nas páginas oficiais (<https://x.com/prefsp> e <https://x.com/svmasp>) ao longo de 2023. No X (antigo Twitter), rede social atualizada com frequência por prefeitura e secretaria, separadamente, foram 266 menções.

Tanto nos sites oficiais quanto no X, o Parque Ibirapuera foi o mais citado. Depois do primeiro colocado, as posições variam: Villa Lobos, Aristocrata e Cantinho do Céu aparecem mais nas páginas da prefeitura – muito em função de obras e eventos nesses locais –, enquanto Parque da Independência, Augusta e Aclimação aparecem mais vezes no X, em que a comunicação tende a ser focada em atrair mais visitantes e destacar parques já conhecidos do grande público.

### 6.3.5 Presença de iniciativas de governança comunitária nos parques

Entende-se que há diversas formas de apropriação social dos espaços públicos capazes de garantir o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada. Para que isso aconteça é importante que haja espaço para que a sociedade participe ativamente e se sinta motivada a participar de processos de tomada de decisão e conduzir iniciativas de viés comunitário.

No indicador de presença de *iniciativas de governança comunitária dos parques* foram considerados dois elementos, a participação social nos processos de tomada de decisão referentes à gestão, mensuradas pela existência de conselho gestor de parques e a condução de atividades comunitárias, mensurada pela identificação de atividades organizadas e conduzidas pela própria população e que foram percebidas pelas pessoas gestoras dos parques.

acesso e participação no espaço público é um primeiro passo para o empoderamento cívico. A criação, proteção, gestão e desfrute do espaço público são oportunidades ideais para o envolvimento de todas as pessoas cidadãos, garantindo que interesses individuais e diferenciados sejam transformados em práticas colaborativas (ONU-Habitat, 2015).

A governança participativa, elemento transversal nas políticas públicas, permite que a população permaneça engajada e reivindique uma posição na cidade. Enquanto o Plano de Gestão é o principal mecanismo de pactuação das responsabilidades do poder público sobre os parques, o conselho gestor é o principal mecanismo de voz da sociedade em relação aos parques.

Na cidade de São Paulo, os conselhos gestores dos parques municipais foram criados em 2003 com o objetivo de garantir a participação popular no planejamento, gerenciamento e fiscalização das atividades. Os conselhos são constituídos por, no mínimo, oito integrantes titulares, dentro das categorias de sociedade civil, trabalhadores dos parques e representantes do poder público.

Os integrantes são eleitos bianualmente e os grupos se reúnem mensalmente discutindo temas como propostas de atividades, diretrizes de atuação, prioridades de manutenção.

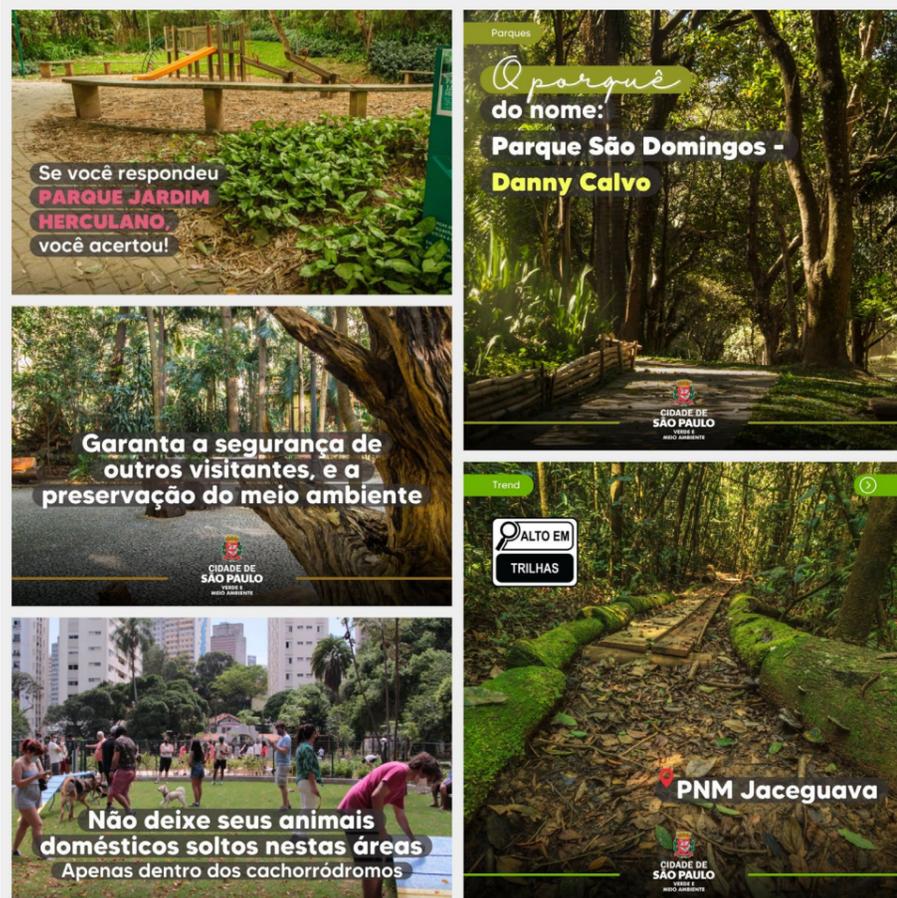
### Conselho Gestor

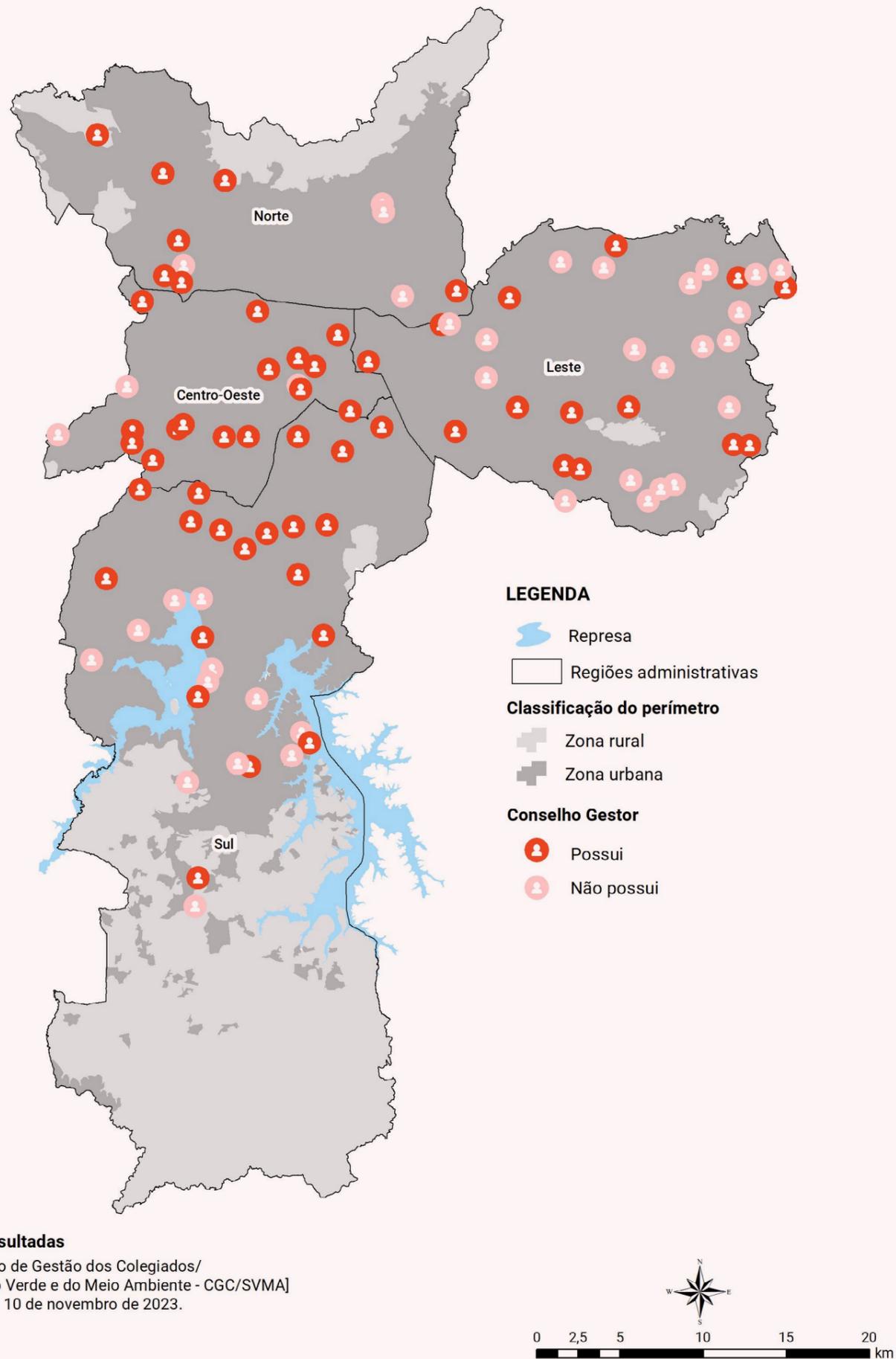
O planejamento e desenho adequados dos espaços públicos levantam questões relativas ao direito das pessoas à liberdade de expressão artística, reunião política e empoderamento cívico, para desfrutar, se engajar e trocar com todas as pessoas. O



Figura 17: Exemplos de conteúdos de divulgação dos parques em mídias sociais

Fonte: SVMA





**Fontes consultadas**  
 [Coordenação de Gestão dos Colegiados/  
 Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - CGC/SVMA]  
 Recebido em 10 de novembro de 2023.

Apesar de ser o principal ente em processos decisórios democráticos, nem todos os parques possuem conselhos gestores. A sua inexistência pode ser entendida como um fator de baixa apropriação comunitária nestes parques, mesmo que haja outros fatores que também influenciam. Por isso, foi realizado o levantamento de quais parques possuem conselho gestor eleito, mesmo que não se encontrem ativos realizando reuniões e elaborando propostas. Como é possível observar no mapa 17, os resultados apontam para padrões centro-periferia.



**Na Região Leste, mais da metade, 20 dos 33 parques, não possuem conselho gestor. A Região Sul, sobretudo em seu extremo, concentra uma grande parcela de parques que não contam com conselho gestor.**

### Atividades comunitárias

As áreas públicas moldam os laços comunitários nos bairros, tendo potencial de funcionar como agregadoras de pessoas. Nesse sentido, as iniciativas e atividades conduzidas pela população nos parques podem indicar o grau de apropriação social e de articulação comunitária nesses locais. A fim de levantar essas ações, foram consultadas as pessoas gestores dos parques, que identificaram a presença e o caráter das iniciativas conduzidas pela população nesses espaços.

Como pode ser observado no Gráfico 7, há um predomínio de iniciativas comunitárias nos parques da Região Centro-Oeste, destacando-se atividades culturais, sociais e educativas. Em seguida, vêm os parques da Região Sul, onde prevalecem atividades esportivas e sociais. Os parques da Região Leste apresentam baixos percentuais de atividades comunitárias, o que pode indicar menor

engajamento social e, conseqüentemente, menor sentimento de pertencimento e apropriação dos espaços. A Região Norte, em geral, também apresenta porcentagens baixas, à exceção das atividades ambientais, cujos parques da região lideram com 46% das iniciativas.

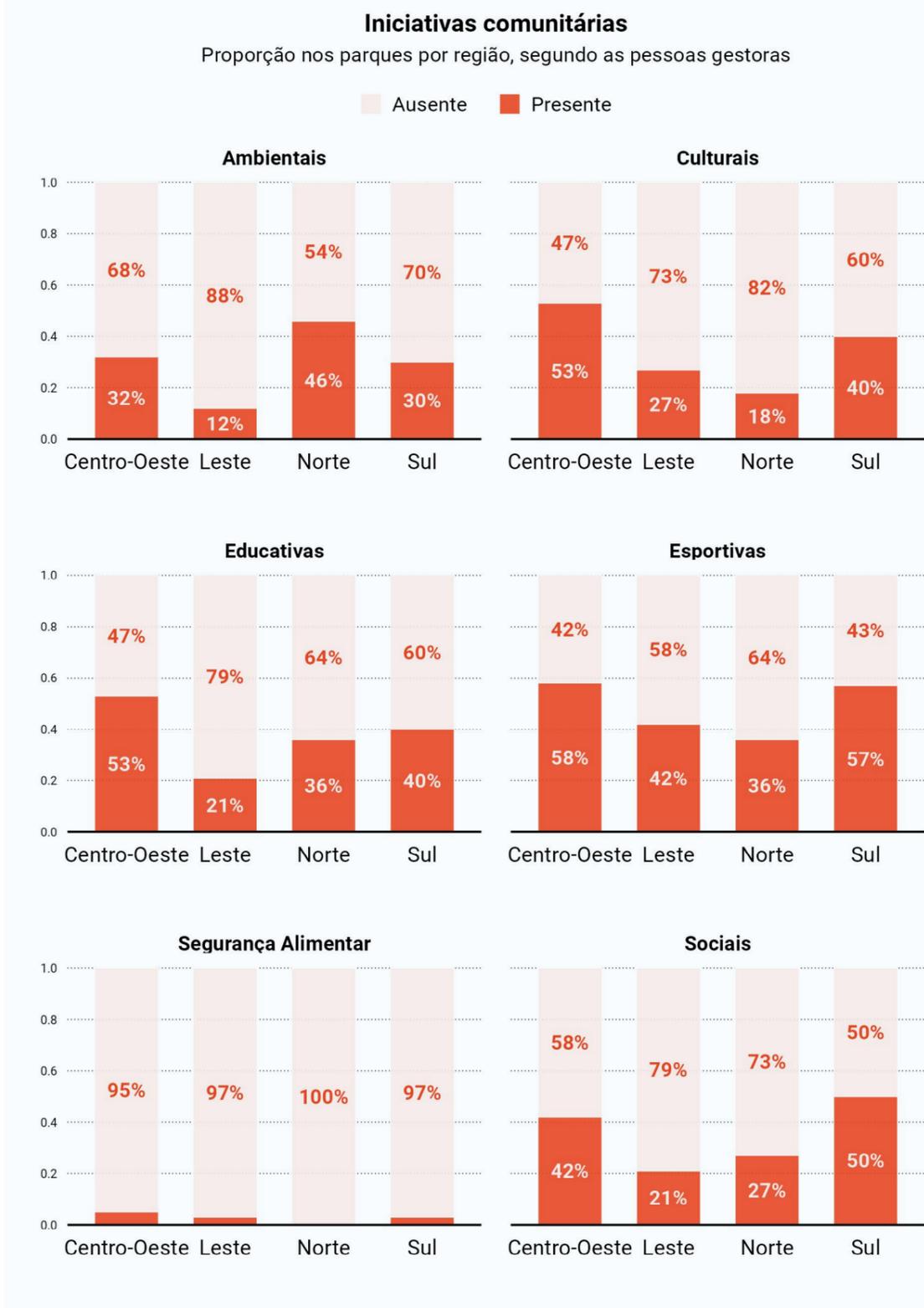


**Em todas as regiões, exceto na Norte, as atividades comunitárias predominam sobre as práticas esportivas.**



Gráfico 7: Presença e tipologia das iniciativas comunitárias nos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



## O QUE SE DESCOBRIU?

Em relação as ações conduzidas pela Prefeitura para melhoria na utilização dos parques, foram identificados investimentos desiguais entre os parques (ver mapa 16), porém distribuídos em todas as regiões da cidade. Há necessidade de revisar a periodicidade de atividades nos parques e

as condições de elementos de comunicação nestes locais.

Já em relação à governança participativa, há indicativos de que na Região Leste há maior necessidade de criar estratégias que aumentem o vínculo da população com os parques.

1.

Os investimentos públicos para melhoria, criação e adequação das infraestruturas nos parques municipais **não acontecem de forma homogênea em toda a cidade**, porém foram identificados investimentos em regiões de grande necessidade devido ao perfil de alta vulnerabilidade social, como no extremo Leste.

2.

As atividades conduzidas pela Prefeitura nos parques possuem grande capacidade de promoção de inclusão e por isso devem ser consideradas como umas das **prioridades políticas para investimentos**.

3.

Os elementos físicos de comunicação nos parques se encontram em grande maioria, sobretudo nas regiões Leste e Sul, **em condições inadequadas**, seja por sua inexistência ou por condições de manutenção.

4.

Quanto às atividades conduzidas por iniciativa comunitária, as regiões Leste e Norte apresentam os menores percentuais, o que pode estar associado à necessidade de fortalecimento do engajamento social para melhor apropriação da comunidade nos parques. Também na Região Leste há um baixo percentual de parques com conselhos gestores eleitos, o que pode **indicar um menor grau de apropriação comunitária nos parques**.

# ACESSIBILIDADE



Apoiaremos a oferta de redes bem projetadas de ruas e espaços públicos seguros, inclusivos a todos, acessíveis, verdes e de qualidade, livres de crime e violência, incluindo o assédio sexual e a violência de gênero, considerando a escala humana, bem como a adoção de medidas que permitam o melhor uso comercial possível dos andares no nível da rua, impulsionando o comércio e mercados locais, tanto formais como informais e iniciativas comunitárias sem fins lucrativos, trazendo as pessoas para os espaços públicos e promovendo a mobilidade de pedestres e ciclistas com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar.

Nova Agenda Urbana, p. 100

## O que se espera saber:

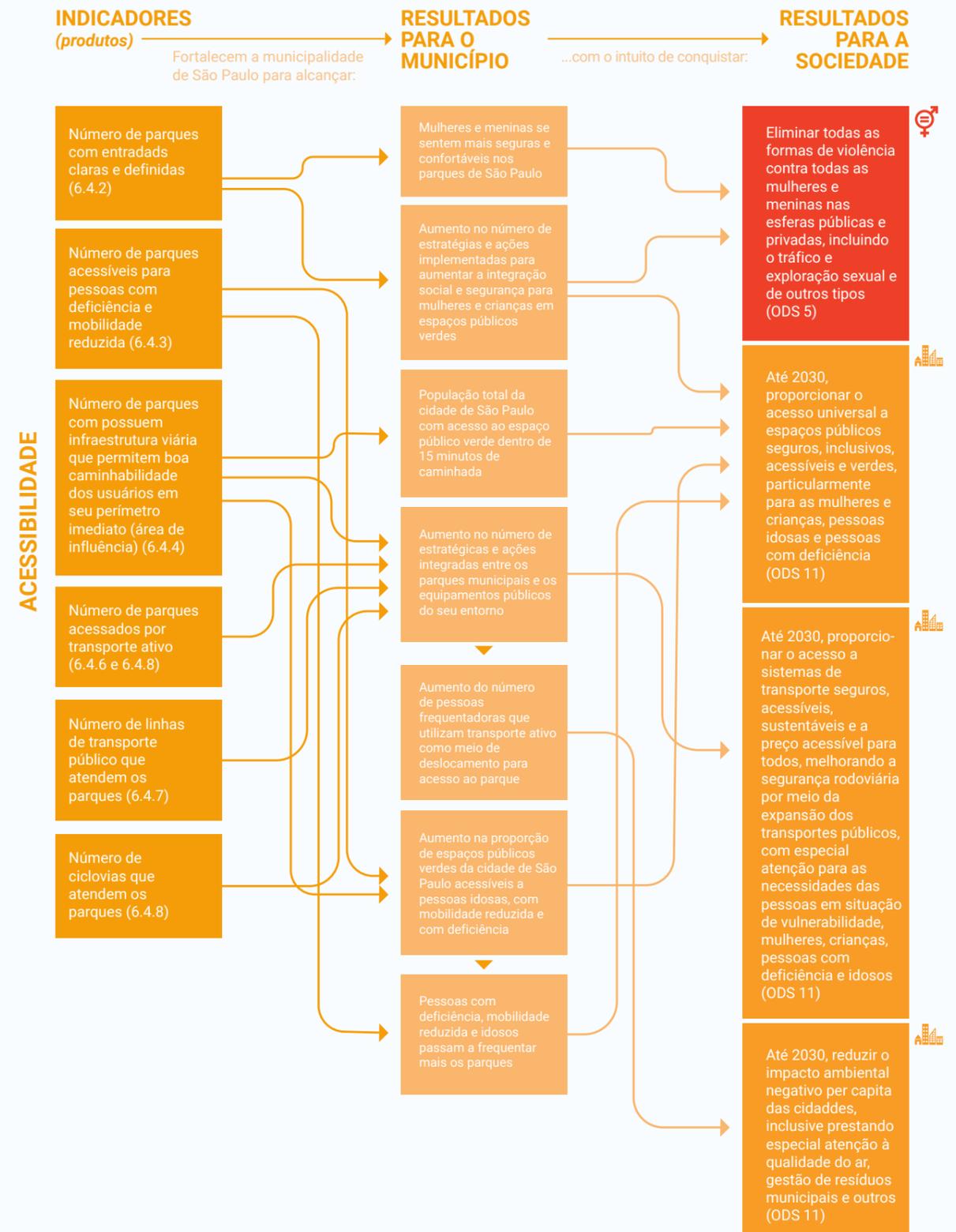
1. As entradas dos parques estão bem sinalizadas?
2. Os parques permitem acesso universal e são apropriados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida?
3. As condições de mobilidade urbana ao redor do parque são adequadas para permitir uma diversidade de modais de acesso?



Figura 18: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Acessibilidade.

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat.

**Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade**  
Teoria da Mudança simplificada



O espaço urbano torna-se mais acessível à medida que suas infraestruturas facilitam o deslocamento seguro de todas as pessoas. Promover a igualdade de acessibilidade deve ser compreendido como um direito fundamental e uma política de equidade, já que barreiras físicas podem impedir a participação plena e efetiva de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



**Além disso, ao abordar a questão da mobilidade urbana, é crucial considerar os distintos padrões de deslocamento entre mulheres e homens, que são influenciados pelos diferentes papéis de gênero.**

Em geral, as mulheres têm uma maior dependência do transporte público e realizam um número maior de deslocamentos diários, devido às múltiplas jornadas de trabalho que incluem atividades de cuidado, domésticas e remuneradas. As características das atividades desempenhadas também fazem com que as mulheres realizem mais deslocamentos a pé em comparação com os homens. Assim, a falta de infraestrutura de acessibilidade adequada afeta diretamente a mobilidade das mulheres, acarretando consequências que não apenas limitam seu deslocamento, mas também as expõem a situações de insegurança (SAMPAPÉ, 2019).

Nesse contexto, a dimensão de acessibilidade visa identificar as limitações que possam reduzir ou inviabilizar a plena utilização dos parques por todas as pessoas. Para isso, foram analisados os períodos de funcionamento dos parques, pois horários de funcionamento restritos podem reduzir a frequência, especialmente para aqueles que percorrem longas distâncias entre seus trabalhos e casas, limitando a possibilidade de uso dos parques. Além disso, foi realizada uma avaliação dos aspectos físicos da infraestrutura de entrada dos parques e de suas áreas de influência, observando possíveis limitações ou

comprometimentos na caminhabilidade do entorno. Por último, foram analisados aspectos do entorno, como a oferta de transporte público, a presença de infraestruturas adequadas para pedestres e ciclistas, e a acessibilidade universal.

#### 6.4.1 Funcionamento do parque ao público

Para compreender o nível de acesso da população às áreas verdes urbanas, é necessário investigar o horário de funcionamento dos parques. Esse indicador é relevante porque só é possível garantir uma apropriação efetiva e cotidiana dos parques se eles estiverem abertos por um período maior que as usuais oito horas diárias de uma jornada de trabalho. Além disso, considerando os longos tempos de deslocamento e as duplas jornadas de trabalho que afetam principalmente as mulheres,



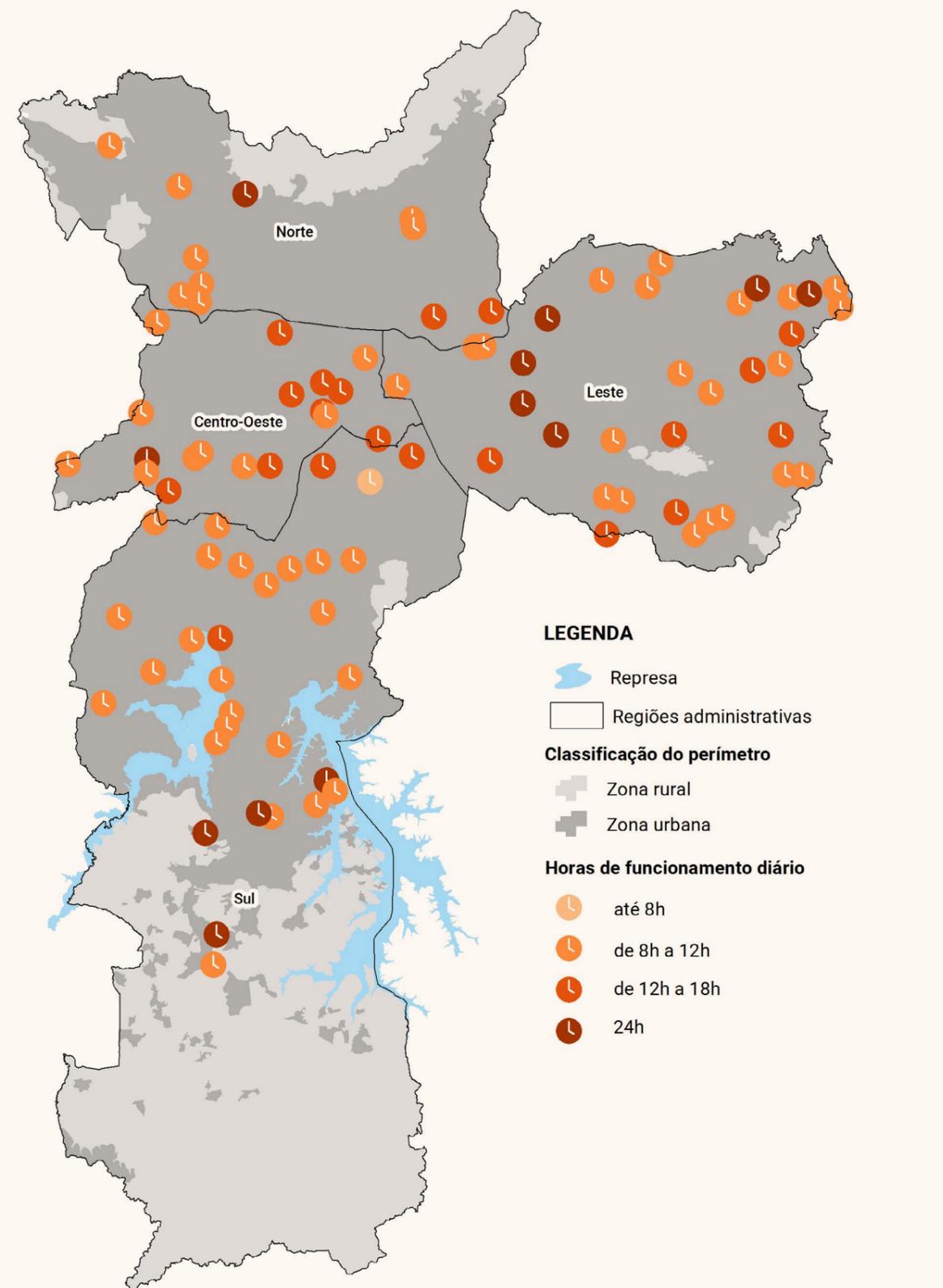
**o intervalo de funcionamento dos parques, mesmo que seja de oito a doze horas, pode acabar sendo limitado para grande parte da população paulista durante os dias de semana.**

Os horários de funcionamento dos parques são definidos pelos conselhos gestores e, da ausência destes, seguem padrão estabelecido para Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Como muitos parques não possuem conselhos gestores (ver seção 6.3.5), estes horários de funcionamento padronizados muitas vezes não permitem o atendimento às necessidades específicas daquele entorno.

Conforme o mapa 18, é possível identificar a predominância de parques que ficam abertos entre oito e doze horas. Entre as regiões de São Paulo, a Região Sul apresenta uma maior concentração de parques com reduzidas horas de funcionamento no dia, com poucas opções que excedem as doze horas, especialmente na parte mais ao norte da região. A Região Norte, que já possui uma baixa concentração de parques, também tem uma predominância de

Mapa 18: Distribuição espacial dos intervalos de funcionamento dos parques ao público

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### LEGENDA

- Represa
- Regiões administrativas
- Classificação do perímetro**
- Zona rural
- Zona urbana
- Horas de funcionamento diário**
- até 8h
- de 8h a 12h
- de 12h a 18h
- 24h

#### Fontes consultadas

[Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA]  
Disponível em:  
[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio\\_ambiente/parques/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/parques/)  
Acesso em: 22 de abril de 2024.



horários de funcionamento entre oito e doze horas. Já as regiões Centro-Oeste e Leste apresentam uma distribuição mais variada, com parques que permitem visitas em horários mais extensos.

É importante destacar que alguns dos parques sinalizados como abertos 24 horas são aqueles que não possuem gradil. Em sua maioria, esses parques se classificam nas categorias lineares e de orla, e por isso, não têm horário de fechamento.

**6.4.2 Entradas de acesso ao parque claras e visíveis**

Espaços construídos considerando a acessibilidade das pessoas que os frequentam vão além da provisão de infraestruturas de acessibilidade universal, são ambientes que acolhem e permitem o acesso livre e seguro de todas as pessoas. Entre as infraestruturas de acesso que incentivam o uso e promovem uma maior sensação de segurança nos parques, especialmente para mulheres e meninas, encontram-se as placas de identificação e as placas informativas nas entradas dos parques. Após uma avaliação geral dos elementos de sinalização (ver 6.3.3 Sinalização para informações sobre os parques) optou-se por avaliar também esses elementos de forma isolada.

Para avaliar esses elementos, foram observado acessos aos parques, identificando a presença de placas de identificação e informativas.

As placas de identificação são as que contêm o nome do parque, comumente acompanhadas

pelo número do portão. A presença dessas placas permite a identificação clara dos acessos, evitando que as pessoas se percam nas redondezas. Para esta análise, além da identificação das placas, foram observadas as condições de manutenção e visibilidade, uma vez que parques com placas quebradas ou vandalizadas geralmente são percebidos como ambientes inseguros pelas pessoas que os frequentam (THE SAFER PARKS CONSORTIUM, 2023). Nas placas informativas, destacam-se duas informações principais: o horário de funcionamento e o mapeamento do parque, além de detalhes sobre atividades e avisos. A importância dessas placas está diretamente ligada à percepção de segurança dos usuários. Locais que possuem mapeamento com orientação clara dos trajetos e portões de entrada e saída oferecem melhor visibilidade e clareza sobre os caminhos e setores do parque, permitindo que os visitantes saibam para onde ir em caso de situações de insegurança, além de promover maior reconhecimento e familiaridade desses espaços.

Sendo assim, para a análise dos gráficos foram considerados como parques inadequados aqueles que não possuem placas com essas informações ou cujas placas estão em más condições, impedindo a leitura. Parques parcialmente adequados são aqueles onde pelo menos uma portaria de acesso possui as informações mencionadas. Por fim, parques adequados são aqueles que apresentam essas informações em todas as suas entradas, mesmo que haja apenas uma. O gráfico 8 ilustra a predominância de placas de identificação inadequadas em todas as regiões de São Paulo, ou seja, a maioria dos parques do município

**Figura 19: Placa de identificação em frente ao Parque Alto da Boa Vista**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



ou não possui placas, ou as placas existentes estão sem manutenção adequada, impedindo sua leitura.



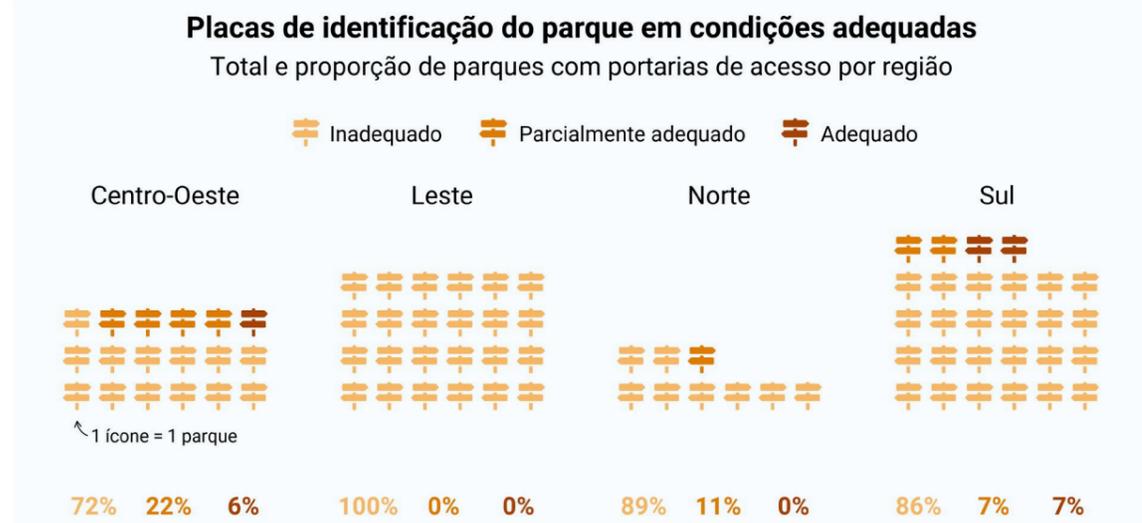
**As regiões Leste e Norte se destacam devido à ausência de parques com placas de identificação em condições adequadas. No caso da Região Leste, 100% das suas placas de identificação se encontram inadequadas.**

Consideram-se parcialmente adequados os parques que possuem placas legíveis em pelo menos um de seus acessos, o que representa quatro parques da Região Centro-Oeste, um da Norte e dois da Sul.

Já os parques considerados adequados são aqueles que têm placas em boas condições em todas as suas entradas (podendo ser apenas uma). Atualmente, apenas três parques atendem a esse critério. É importante ressaltar que parques sem portaria de acesso, que é o caso dos lineares e alguns de orla, não entram nessa análise.

**Gráfico 8: Distribuição das placas de identificação dos parques em seus acessos**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Figura 20: Mapa do Parque de Paraisópolis em placa informativa localizada dentro da estrutura**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



Os gráficos a seguir indicam a proporção de parques por região que possuem placas informativas sobre o horário de funcionamento e mapa do parque nas portarias de acesso. Como no caso anterior, os parques sem portaria de acesso não entram nessa análise.



De uma forma geral, em todas as regiões predominam a porcentagem de parques inadequados com relação à presença de informação de horário de funcionamento e mapeamento do parque em seus acessos.

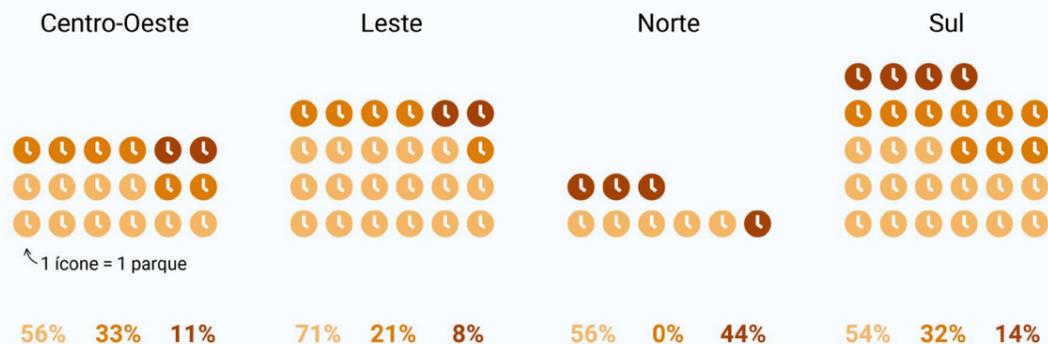
**Gráfico 9: Distribuição das placas que contêm informação do horário de funcionamento dos parques em seus acessos**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Parques que contêm informação de horário de funcionamento no acesso**

Total e proporção de parques por região

Inadequado Parcialmente adequado Adequado



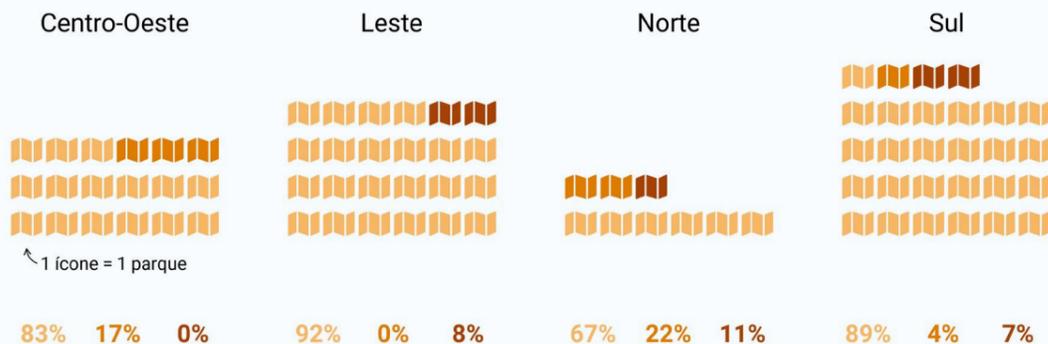
**Gráfico 10: Distribuição das placas de mapeamento dos parques em seus acessos**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Parques que contêm o mapa do parque no acesso**

Total e proporção de parques por região

Inadequado Parcialmente adequado Adequado



**6.4.3 Presença de estruturas para acessibilidade universal**

A acessibilidade física do espaço urbano é fundamental para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições de mobilidade, possam circular livremente pelos espaços públicos. Esse direito à circulação e utilização dos ambientes urbanos não só fortalece a coesão social, mas também promove a igualdade e a inclusão em nossa cidade, indo ao encontro com o que preconiza o ODS 11.7 – “Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.



**Figura 21: Rafaela Moreira de Freitas, portadora de ataxia espino cerebular, frequentando o parque Augusta a convite do Viva o Verde SP**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



O indicador de análise “Presença de estruturas para acessibilidade universal” tem como objetivo verificar as condições de acesso e deslocamento nos parques para todas as pessoas usuárias, especialmente aquelas com mobilidade reduzida, com deficiência, e pelas mulheres. Devido aos persistentes papéis de gênero, as mulheres assumem maior responsabilidade pelas atividades de cuidado, o que exige mais deslocamentos diários regionais e intra-bairro, especialmente quando acompanhadas de idosos e utilizando carrinhos de bebês (SAMPAPÉ, 2019). Assim, elas são particularmente afetadas pela falta de estruturas de acessibilidade adequadas.

Na investigação do nível de acessibilidade dos parques de São Paulo, foram consideradas as infraestruturas para acessibilidade universal tanto no acesso aos parques quanto no seu interior. A divisão foi necessária porque parques lineares e alguns de orla não possuem portarias de acesso, sendo avaliados apenas no segundo caso. Dentre os elementos de acessibilidade avaliados foram considerados:

- calçadas com pavimentação adequada
- largura suficiente para a passagem de cadeiras de rodas
- e inclinação de acesso



Quanto ao acesso aos parques, todas as regiões apresentam predominantemente condições inadequadas de acessibilidade.

A Região Centro-Oeste se destaca por ter a maior proporção de parques parcialmente adequados, enquanto apenas um parque na Região Sul possui condições ideais de acessibilidade em todas as suas entradas. As regiões Leste e Norte se destacam pela majoritária falta de acessibilidade adequada em seus acessos, especialmente a Norte,

onde todos os parques apresentam algum elemento que dificulta a acessibilidade universal.

Na análise da acessibilidade no interior dos parques, todas as categorias de parque foram contempladas: lineares, de orla e urbanos. Em todas as regiões, predomina uma situação de acessibilidade parcialmente adequada, ou seja, entre 25% e 75% dos setores dos parques são acessíveis conforme os critérios de acessibilidade universal utilizados nesta avaliação e descritos anteriormente.

A Região Norte, contudo, tem a maior proporção de parques com condições inadequadas de acessibilidade. As demais regiões apresentam uma maior proporção de parques parcialmente adequados e adequados, destacando-se a Região Sul, que possui a maior proporção de parques com condições de acessibilidade adequadas.



Gráfico 11: Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no acesso aos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no acesso ao parque

Total e proporção de parques com portarias de acesso por região



Gráfico 12: Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no interior dos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Presença de infraestruturas para acessibilidade universal no parque

Total e proporção de parques por região



### 6.4.4 Caracterização da infraestrutura viária para a melhor caminhabilidade de pedestres no acesso aos parques

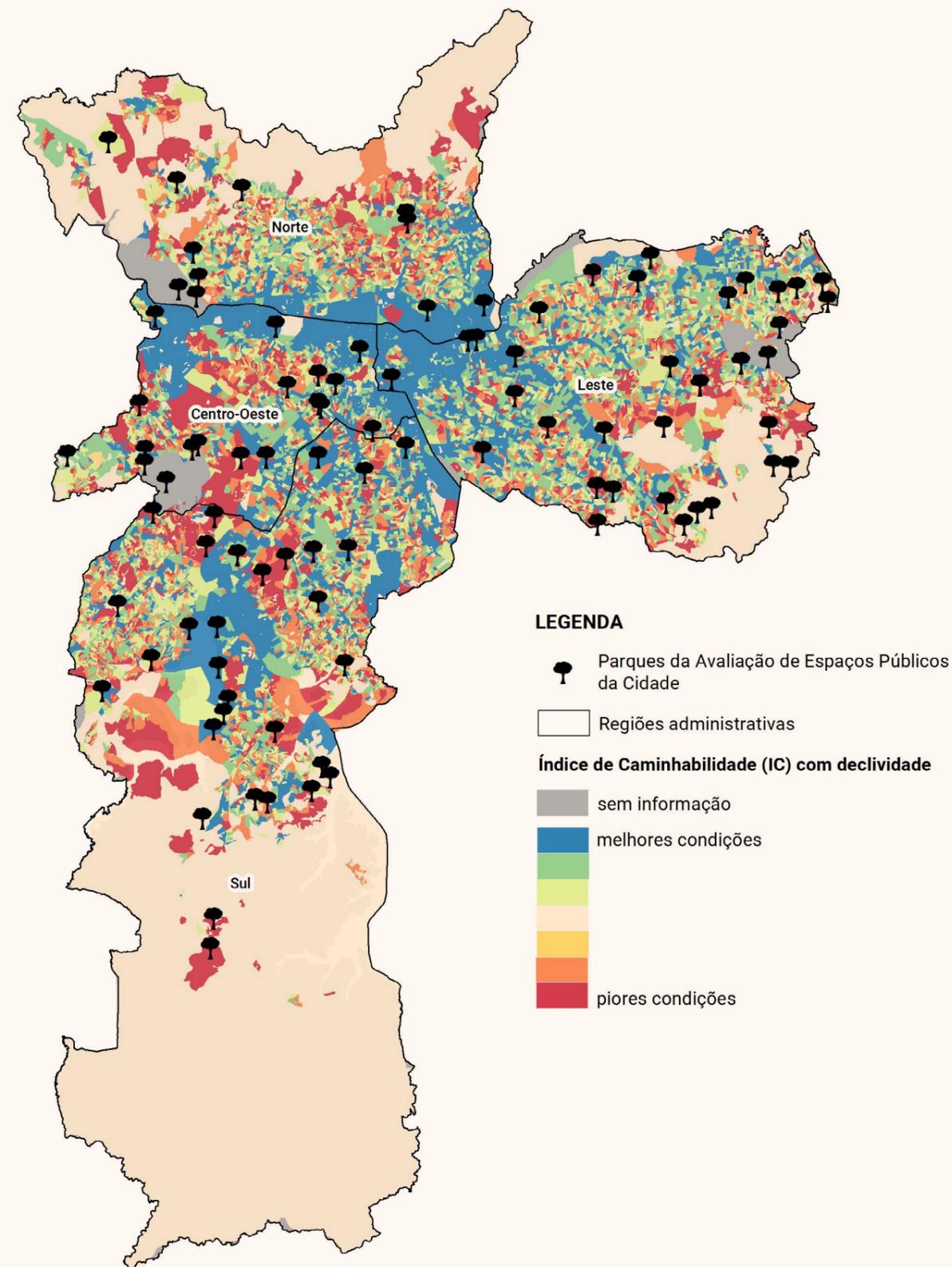
Quanto mais as infraestruturas urbanas possibilitarem uma apropriação confortável, segura e atrativa das ruas e bairros, mais pessoas estarão envolvidas na mobilidade ativa. Portanto, investigar a caracterização da infraestrutura viária permite entender as possibilidades de deslocamento ativo das pessoas que frequentam os parques e moram nas suas proximidades. Para isso, essa Avaliação aplica a modelagem elaborada por Barrozo et al (2024), que utiliza a topografia de São Paulo na aplicação do Índice de Caminhabilidade (IC), uma métrica que ajuda a compreender como o ambiente construído influencia a decisão de caminhar.

Ao observar o mapa gerado a partir da aplicação do IC em São Paulo (ver mapa 19), nota-se uma concentração de melhores condições de caminhabilidade no centro do município, principalmente entre a divisa das regiões Centro-Oeste, Norte e Leste. Quanto mais se afasta dessa região, piores são as condições de caminhabilidade identificadas, afetando principalmente as proximidades dos parques nas extremidades das regiões Leste, Sul, Norte e porção oeste da Centro-Oeste. Essa distribuição de condições de caminhabilidade pelo município se assemelha ao padrão centro-periferia das áreas de vulnerabilidade social analisadas na [seção 6.2 Distribuição espacial](#). Isso demonstra que as regiões com maiores vulnerabilidades são as que mais carecem de infraestrutura urbana, impactando negativamente a apropriação dos parques pela população mais vulnerável da cidade.



Mapa 19: Aplicação do Índice de Caminhabilidade em São Paulo

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat, com base em Barrozo, et.al. 2024



**Fontes consultadas**

[Compreendendo a relação entre o índice de caminhabilidade e a caminhada como meio de transporte no município de São Paulo, Brasil. BARROZO, et.al. 2024]



### 6.4.5 Meios de locomoção

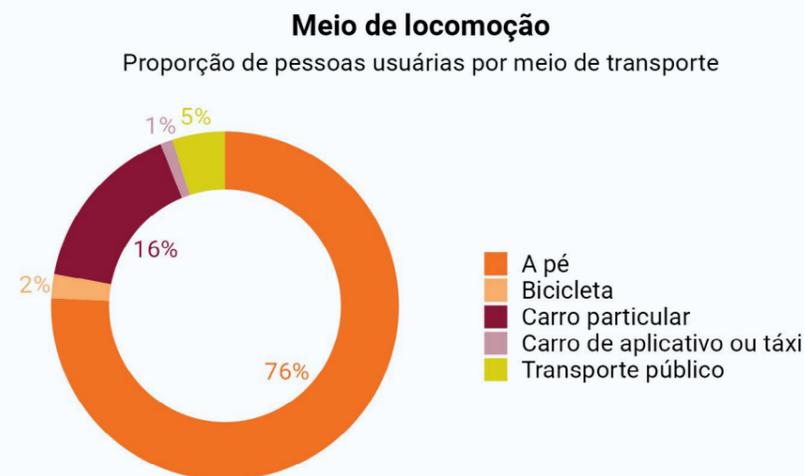
Analisar os meios de locomoção utilizados pela população para acessar o parque é fundamental para avaliar a qualidade das infraestruturas disponíveis para cada modal e compreender se influenciam no deslocamento das pessoas frequentadoras. Além disso, essa análise possibilita entender o nível de apropriação local dos parques, evidenciado pela proporção de pessoas que optam por deslocar-se a pé até eles.



Com base nos dados coletados através do questionário com pessoas usuárias (ver seção 5.1 Estruturação Metodológica), foi identificado que a maioria das pessoas que frequenta os parques de São Paulo opta pelo deslocamento a pé (76%).

Gráfico 13: Distribuição das escolhas de meios de locomoção pelos entrevistados

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Essas informações indicam que muitas pessoas utilizam os parques próximos aos locais frequentes em sua rotina, como residência, trabalho e estudo, aproveitando as infraestruturas para pedestres nas proximidades. O uso de carro particular é o segundo modal mais comum (16%), seguido pelo transporte público (5%).

Nas quatro regiões, o deslocamento a pé é o meio predominante para chegar aos parques, com a Região Leste destacando-se com a maior porcentagem nessa modalidade (80%). Esse dado reforça a hipótese de que a maioria das pessoas frequentadoras

se desloca até o parque a partir das suas redondezas, destacando a importância que as infraestruturas dedicadas aos pedestres têm no acesso aos parques.

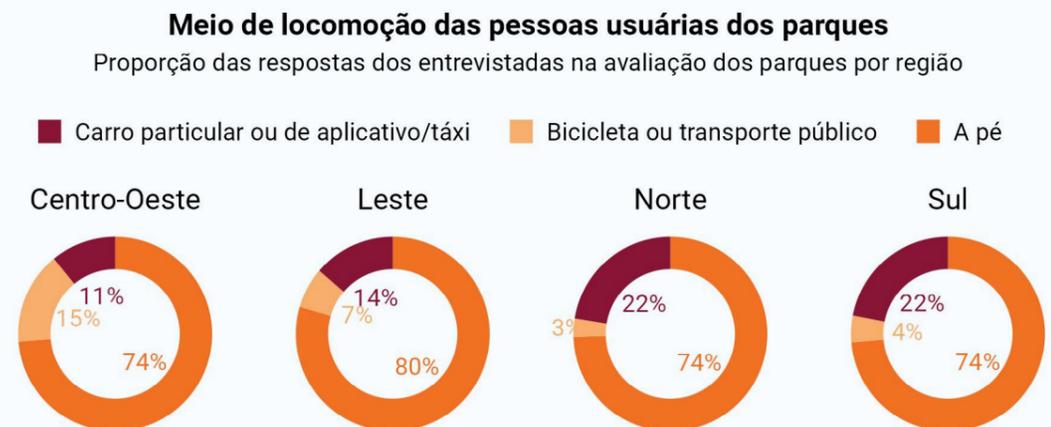
Em segundo lugar, o transporte particular ou de aplicativo é mais frequentemente utilizado por visitantes das regiões Leste, Norte e Sul, com estas duas últimas alcançando 22% de uso. Por outro lado, o transporte público e o uso de bicicleta têm uma baixa porcentagem de uso, com 7%, 3% e 4%, respectivamente. Esses dados podem indicar limitações no acesso através de transporte público e bicicleta nessas regiões,

levando as pessoas a preferirem o transporte individual quando não conseguem chegar caminhando.

A Região Centro-Oeste foi a única em que o segundo modal mais utilizado foi a bicicleta e o transporte público (15%).

Gráfico 14: Distribuição das escolhas de meios de locomoção pelas pessoas entrevistadas por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.4.6 Caminhabilidade da rede viária

A análise do indicador anterior revelou que a maioria das pessoas visitantes acessam os parques através do deslocamento a pé. Esse dado indica que as infraestruturas dedicadas a pedestres são amplamente utilizadas. Além disso, a disponibilidade de calçadas adequadas impacta significativamente na acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, com deficiência e, especialmente, para as mulheres, dada a responsabilidade adicional que elas têm nas atividades de cuidado.

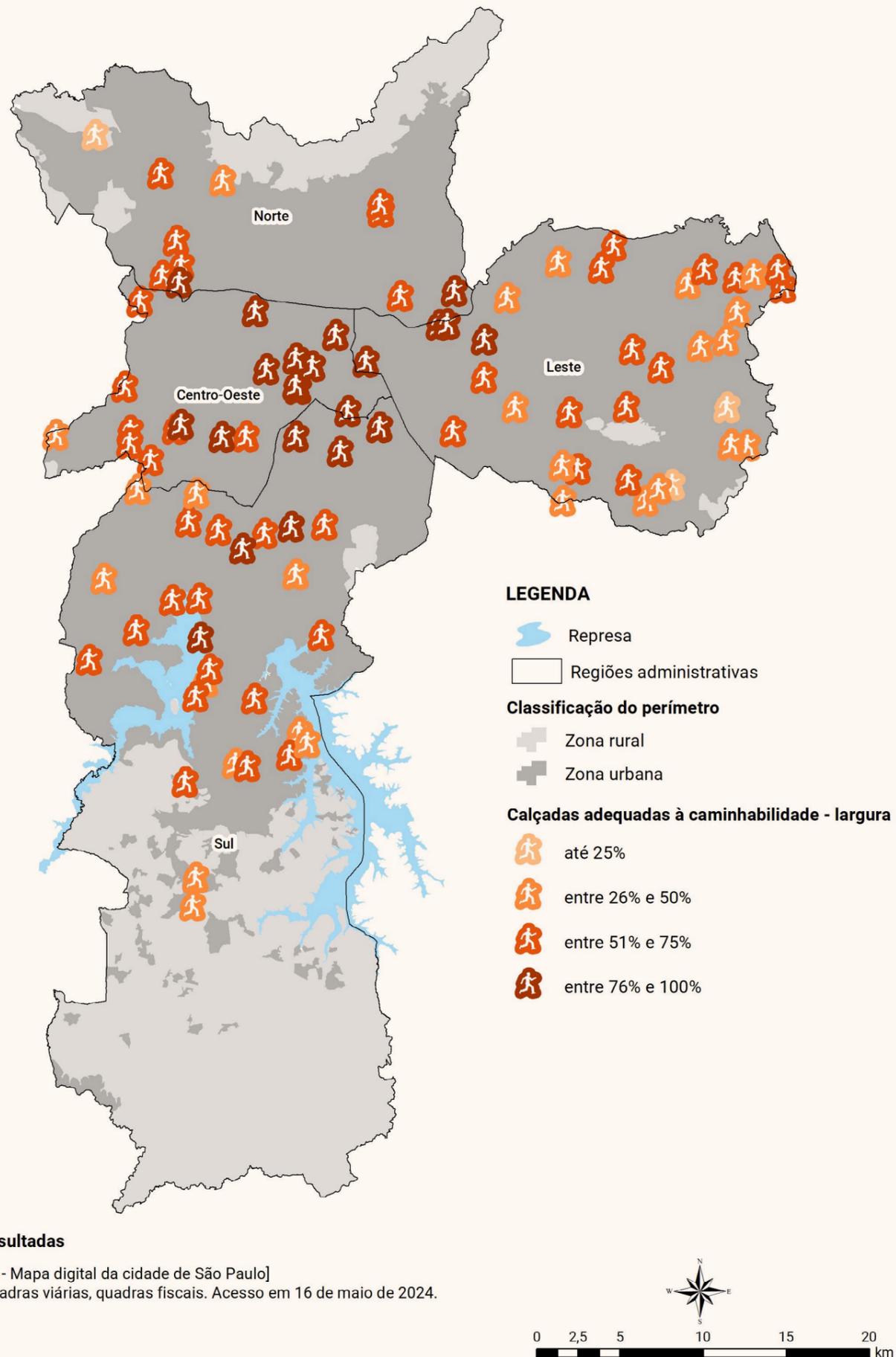
O mapa a seguir ilustra a qualidade da caminhabilidade na área de influência dos parques, destacando a proporção de calçadas com larguras adequadas dentro de seu perímetro. Considera-se adequada uma largura igual ou superior a 1,90m, medidas estabelecidas de acordo com legislação, que corresponde à soma da largura mínima da faixa livre (faixa para a circulação de pessoas) correspondente a 1,20m e uma faixa de serviço padrão correspondente a 0,70m, destinada a mobiliários urbanos, como árvores e postes de iluminação.

Ao observar o mapa, é notável a diferença na adequação das larguras das calçadas nas áreas de influência dos parques localizados nas extremidades do município em comparação à região central. Essa dinâmica se assemelha ao padrão encontrado no mapa de caracterização da infraestrutura viária a partir do Índice de Caminhabilidade (IC), no qual o centro possibilita melhores condições de caminhabilidade do que as extremidades do município. Apesar de ser a região com maior proporção de acesso a pé aos parques (80%),



a Região Leste apresenta as calçadas com as menores proporções de largura adequada, indicando possíveis problemas e limitações de acessibilidade no acesso aos parques.

Nas regiões Sul e Norte, também se identifica uma predominância com entre 26% a 50% e 51% a 75% de calçadas com larguras adequadas.



### 6.4.7 Mobilidade através do uso do transporte público

A baixa porcentagem de pessoas que utilizam transporte público para se deslocar até os parques pode indicar uma oferta insuficiente de serviços de transporte na região. Para testar essa hipótese, foram mapeadas as linhas de ônibus que passam pelas áreas de influência dos parques, com o objetivo de identificar a proporção de linhas disponíveis por parque.

**Em todas as regiões da cidade, a maioria dos parques possui mais de vinte linhas de transporte público disponíveis.**

No entanto, é importante ressaltar que a Região Centro-Oeste, que apresenta a maior oferta de linhas de ônibus, também registra a maior porcentagem de pessoas que utilizam esse meio de transporte para acessar os parques. Isso sugere uma correlação entre a oferta de transporte público e seu uso pelas pessoas que frequentam os parques. Essa relação se fortalece ao considerar as proporções de parques com acesso a transporte sobre trilhos (conforme mostrado no gráfico abaixo), onde a Região Centro-Oeste se destaca com aproximadamente 34% a mais de estações em comparação às outras regiões.

Gráfico 15: Total e proporção de linhas de ônibus por parques e região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

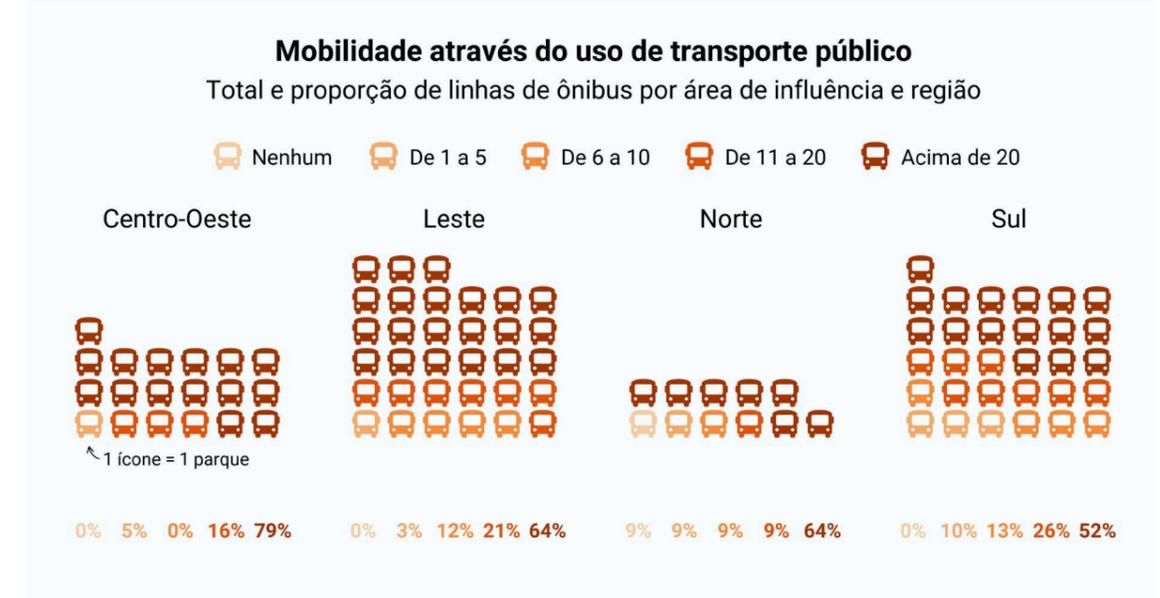
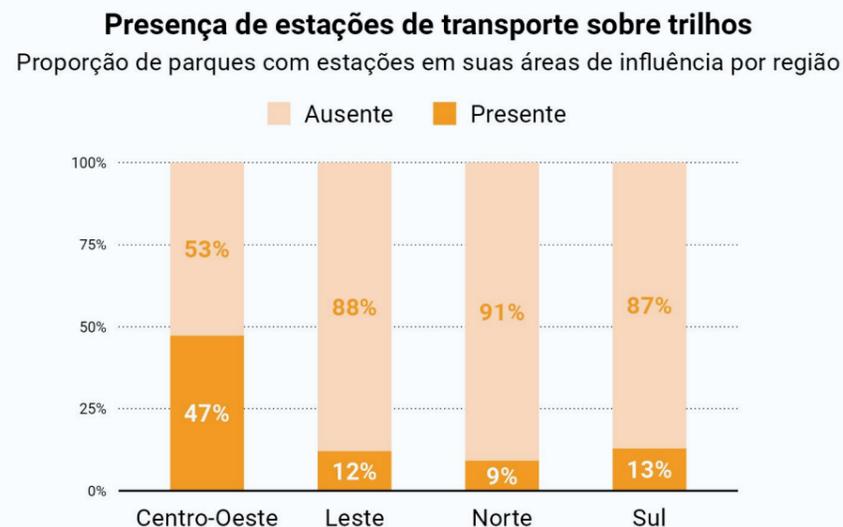


Gráfico 16: Proporção de parques com presença de transporte sobre trilhos nas áreas de influência por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### 6.4.8 Mobilidade do ciclista

Os modos ativos de deslocamento referem-se às formas de transporte sustentáveis que envolvem atividade física, como caminhar e andar de bicicleta. Esses modais devem ser incentivados devido às suas múltiplas vantagens, incluindo benefícios à saúde, redução de emissões de carbono e melhoria da qualidade de vida urbana (SAMPAPÉ, 2019). Entendendo a correlação entre o incentivo ao uso dos modos ativos de deslocamento e as infraestruturas urbanas que promovem seu uso, conforme explicado no indicador de [caminhabilidade da rede viária](#), torna-se fundamental avaliar também a presença de redes cicloviárias que conectem a cidade às áreas verdes.

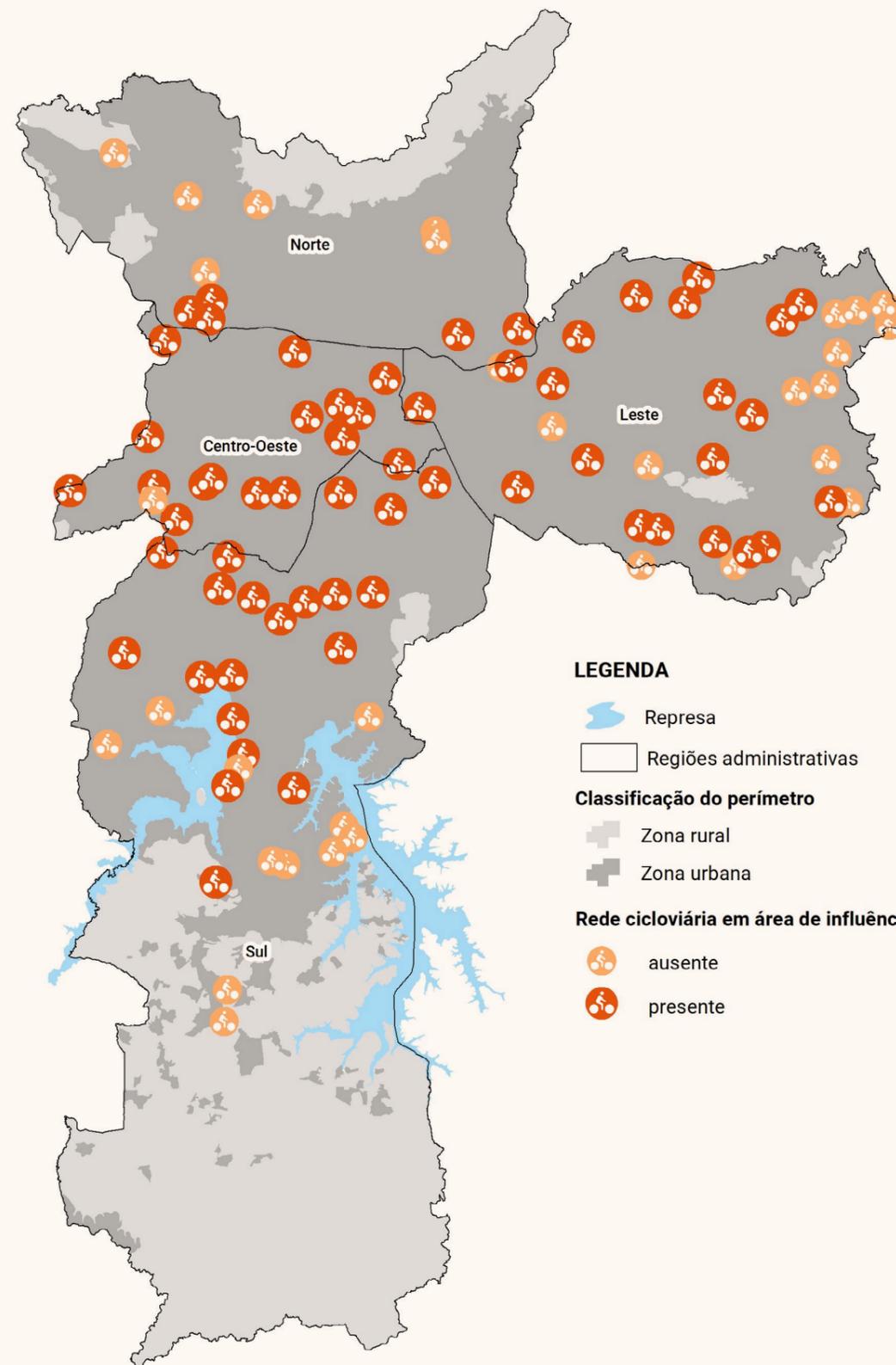
Para analisar a viabilidade de deslocamento para os parques utilizando bicicletas, foram identificadas as áreas de influência que incluem trechos de ciclovia em seu perímetro. É importante destacar que a presença desses

trechos não garante que a ciclovia se estenda até o parque, tornando necessário um estudo mais detalhado para verificar a continuidade dessas ciclovias e assegurar a acessibilidade completa ao parque por meio de bicicleta. No entanto, a existência de ciclofaixas dentro da área de influência é vista como um facilitador para o deslocamento de bicicleta.

Conforme ilustrado no mapa 21, é possível observar a ausência de redes cicloviárias nas áreas de influência dos parques localizados, sobretudo, nos extremos do município.



**Assim como na análise de caminhabilidade da rede viária, nota-se uma falta de provisão de infraestruturas urbanas nas regiões geográficas mais periféricas que não aleatoriamente, são também aquelas de maior vulnerabilidade social em São Paulo.**



#### Fontes consultadas

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo] Rede Cicloviária. Acesso em 18 de abril de 2024.



### 6.4.9 Mobilidade através do uso de transporte individual

Uma porcentagem considerável de pessoas que frequentam os parques ainda opta pelo transporte individual. Portanto, torna-se importante investigar as infraestruturas de acessibilidade disponíveis para aqueles que utilizam transporte individual para chegar aos parques.

Com exceção da Região Centro-Oeste, todas as outras regiões predominam parques com vagas de estacionamento gratuitas.



**No entanto, em relação à presença de vagas de estacionamento para pessoas idosas, apenas sete parques em toda a cidade de São Paulo oferecem essa alternativa.**

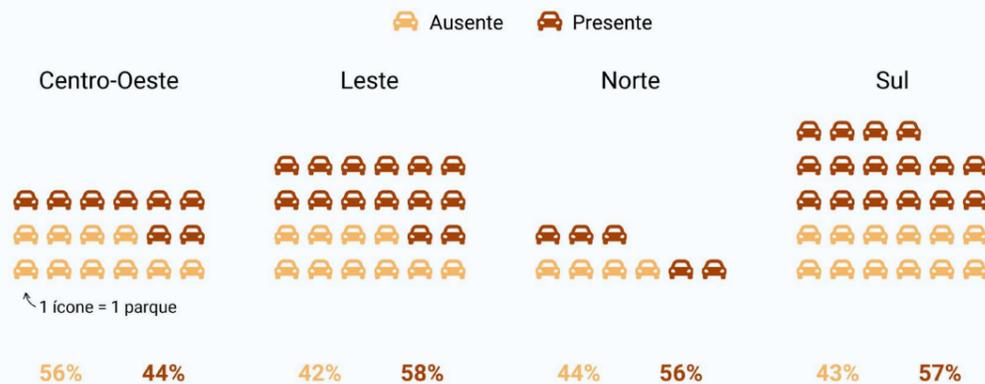
A Região Norte se destaca por não possuir nenhum parque com vagas reservadas para pessoas idosas ou com deficiência. Embora a porcentagem de vagas para pessoas com deficiência seja maior nas demais regiões, especialmente na Leste, a presença dessas vagas ainda é bastante limitada.

**Gráfico 17: Proporção da presença de vagas de estacionamento gratuitas por parques e por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Presença de vagas de estacionamento gratuitas

Total e proporção de parques por região

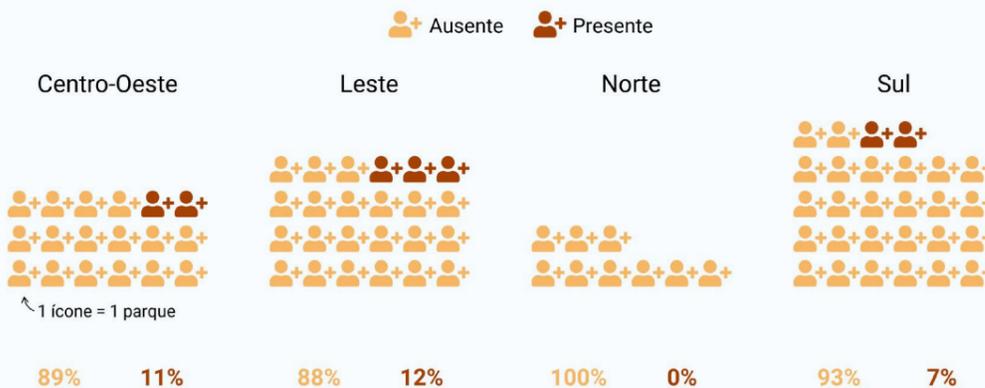


**Gráfico 18: Proporção da presença de vagas de estacionamento para idosos por parques e por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Presença de vagas de estacionamento para idosos

Total e proporção de parques por região



**Gráfico 19: Proporção da presença de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência por parques e por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Presença de vagas de estacionamento para pessoas com deficiência

Total e proporção de parques por região



## O QUE SE DESCOBRIU?

Sugere-se que sejam feitos investimentos no incentivo aos modos ativos de deslocamento com o objetivo de reduzir o uso de transportes individuais e o “impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar,” conforme estabelece o ODS 11.6.

A avaliação revelou informações importantes sobre a dimensão da acessibilidade, destacando a necessidade de maior atenção por parte do poder público para que a experiência de acesso aos parques seja mais inclusiva e segura para todas as pessoas.

1.

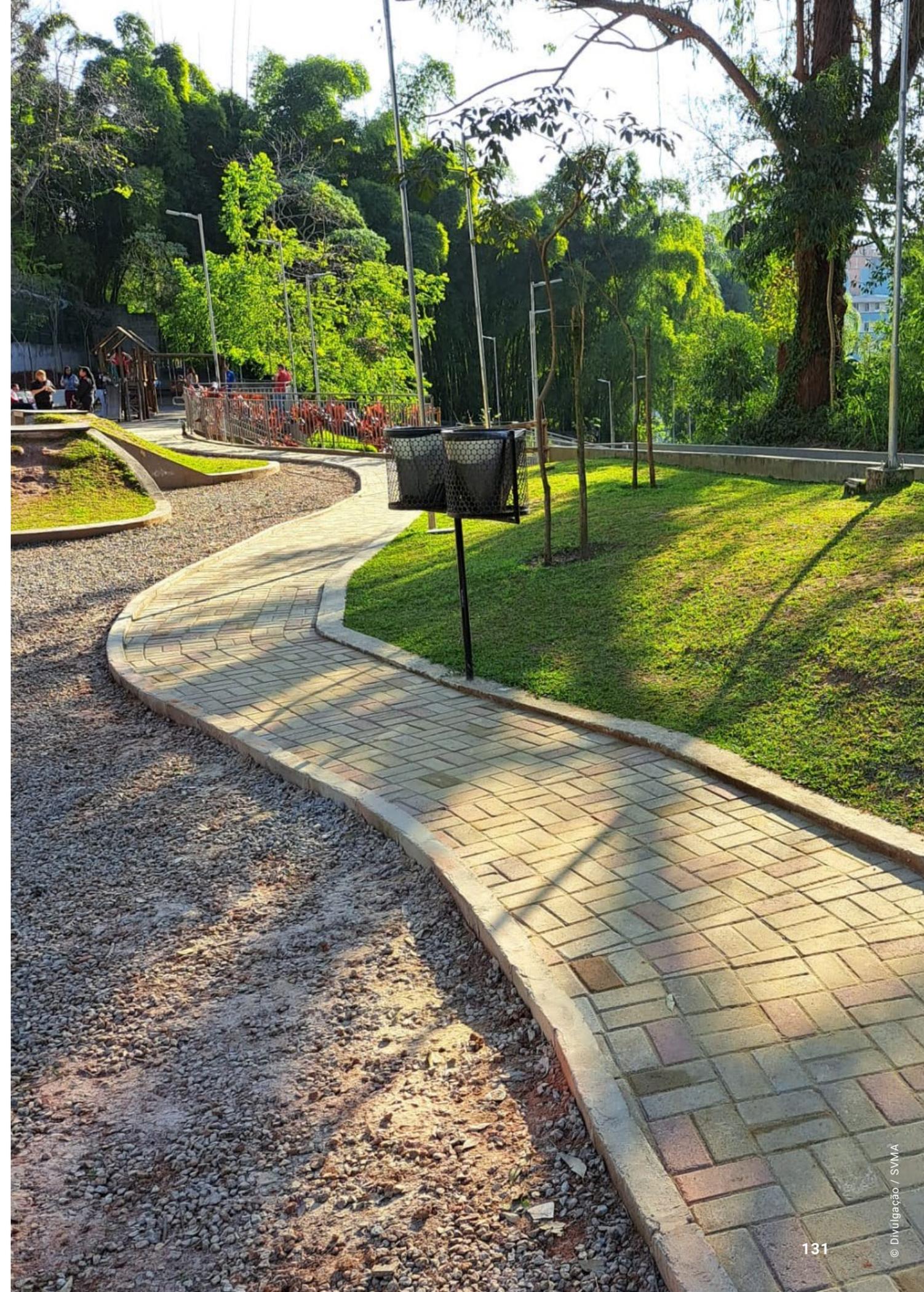
Predomina a **ausência de sinalização de acesso adequada nos parques**, além da falta de informações gerais sobre horários de funcionamento e mapeamento dos parques.

2.

Em todas as regiões, a maioria dos parques apresenta **condições inadequadas de acessibilidade em seus acessos**, com acessibilidade parcial no interior dos parques.

3.

As melhores condições de caminhabilidade concentram-se no centro do município, especialmente nas divisas das regiões Centro-Oeste, Norte e Leste. Considerando que a maioria significativa das pessoas que frequentam os parques de São Paulo se desloca a pé, a **falta de infraestrutura que favoreça a caminhabilidade** pode impactar negativamente o acesso aos parques.



# SEGURANÇA



Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que:

(b) sejam participativos; promovam a participação cívica; estimulem sentimentos de pertencimento e apropriação entre todos seus habitantes; priorizem espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, adequados para famílias; fortaleçam interações sociais e intergeracionais, expressões culturais e participação política, conforme o caso; e propiciem a coesão social, a inclusão e a segurança em sociedades pacíficas e plurais, nas quais as necessidades dos habitantes sejam satisfeitas, reconhecendo as necessidades específicas daqueles em situação de vulnerabilidade.

Nova Agenda Urbana, p. 13

## O que se espera saber:

1. As pessoas sentem-se inseguras nos parques?
2. Quais são os motivos que contribuem para a sensação de insegurança nos parques?
3. Quais equipamentos existem nos parques para promoção de segurança?
4. Existem áreas de influência que estão sob risco de desastres climáticos?



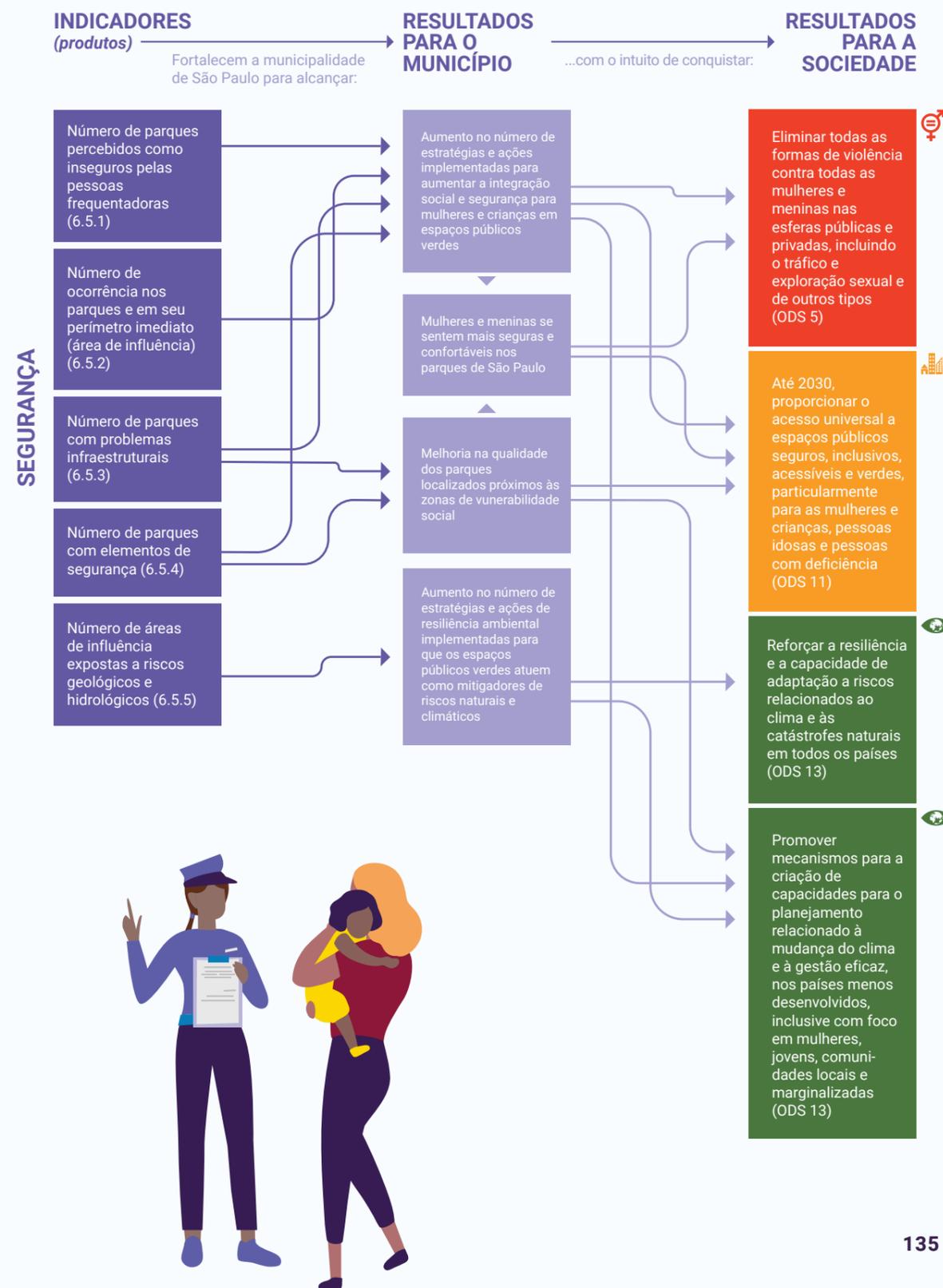


Figura 22: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Segurança

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade**

*Teoria da Mudança simplificada*





**A passagem ou permanência das pessoas em um espaço é determinada pelas sensações que ele desperta, sejam elas positivas ou negativas (SAMPAPÉ, 2019).**

A percepção de segurança está intimamente relacionada às perspectivas positivas de um ambiente, influenciando diretamente na capacidade das pessoas de se apropriarem desses locais. Esta Avaliação reconhece que existem várias camadas que influenciam na sensação de segurança das pessoas que frequentam os parques municipais, abrangendo questões de segurança pública, problemas relacionados à infraestrutura e à exposição a riscos socioambientais. Dessa forma, a investigação contida nessa dimensão busca compreender cada uma dessas camadas, com o objetivo de seguir os princípios do ODS 11, meta 11.7 de se “promover o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência”.

Atualmente, na cidade de São Paulo, a segurança figura como um dos principais problemas urbanos apontados por seus habitantes (G1, 2024). Ao analisar de perto determinados grupos sociais, torna-se evidente que a falta de ambientes públicos seguros desencadeia riscos e expõe à violência de gênero, especialmente ao assédio sexual. Segundo pesquisa realizada pela Rede Nossa São Paulo em colaboração com o Instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC), o transporte público e as ruas foram indicados como os locais onde as mulheres em São Paulo acreditam estar mais suscetíveis a sofrer assédio (REDE NOSSA SÃO PAULO; IPEC, 2023). Gestos, olhares incômodos, comentários invasivos nas ruas e importunação no transporte público são as formas mais comuns de assédio enfrentadas. Tais dados demonstram a necessidade de uma análise de segurança desagregada por gênero. Além disso, há particularidades e desafios interseccionais que atravessam a experiência feminina, e

masculina, de diferentes cores e raças, o que é considerado no indicador avaliativo de percepção de segurança.

Dentre os fatores que influenciam negativamente a sensação de segurança em áreas verdes, os índices de criminalidade no entorno se destacam como objeto importante de investigação, a fim de relacionar os problemas de segurança pública com a percepção de segurança. No entanto, o planejamento das áreas verdes e a presença (ou ausência) de infraestruturas específicas também estão diretamente ligados à sensação de segurança das pessoas que as utilizam, especialmente mulheres e meninas. A falta de áreas recreativas adequadas, a ausência de iluminação e a falta de instalações sanitárias em espaços públicos são alguns dos elementos que prejudicam a sensação de segurança das mulheres e crianças, tornando essencial a sua avaliação neste documento. Por outro lado, a identificação de certos elementos que asseguram a vigilância é essencial para criar um ambiente seguro, tais como agentes de segurança e pessoas funcionárias do parque treinadas para abordar a segurança pública com perspectiva de gênero.

Além dos aspectos infraestruturais e de segurança pública, a avaliação da segurança tem como objetivo investigar a exposição do parque e de seu entorno aos riscos naturais e climáticos. Em um contexto em que as mudanças climáticas e a urbanização exercem uma significativa pressão sobre os ecossistemas, torna-se fundamental compreender se há indícios de riscos ambientais nos parques e em suas proximidades. Essa investigação é relevante não apenas para promover a redução desses potenciais riscos, mas também para compreender como os parques podem atuar na mitigação e na adaptação aos riscos climáticos, especialmente considerando a expressão da desigualdade socioambiental que prevalece nas áreas mais vulneráveis da cidade de São Paulo.

### 6.5.1 Percepção da segurança nos parques

Para analisar a dimensão de segurança, esta Avaliação começa entendendo a percepção de segurança das pessoas que frequentam o parque e, em seguida, investiga os elementos que possam estar relacionados à sensação de insegurança.

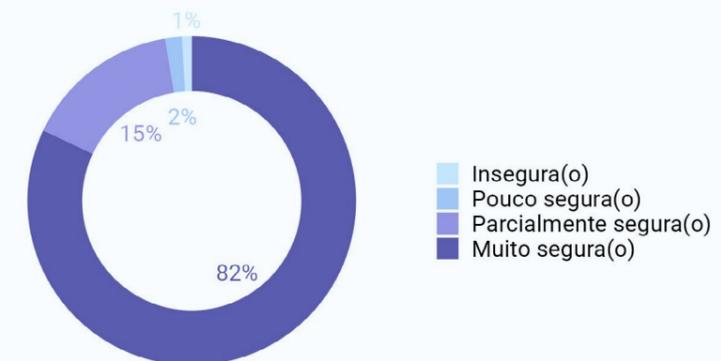
No questionário com pessoas usuárias (ver 5.1 “Estruturação metodológica”), uma das

perguntas focou na sensação de segurança no parque em questão, com objetivo de investigar a sensação de segurança das pessoas frequentadoras a partir de sua identidade de gênero e raça/cor. Essa desagregação permite compreender as experiências e percepções específicas de diferentes grupos, reconhecendo que essas experiências variam e precisam ser destacadas, especialmente devido ao histórico de exclusão social, espacial e simbólica que acometem esses grupos.

**Gráfico 20: Proporção da percepção de segurança das pessoas entrevistadas**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Sensação de segurança das pessoas usuárias dos parques**  
Proporção da sensação de segurança das pessoas entrevistadas na Avaliação dos parques



Observa-se através do gráfico acima uma predominância da sensação de “muita segurança” em 82% das respostas. Em seguida vem a percepção parcial segurança, com 15% das respostas, restando 2% para pouco segura e o 1% restante para insegura. Esse dado indica uma predominância da sensação de segurança dentre as pessoas frequentadoras.

As maiores diferenças foram identificadas nas regiões Centro-Oeste e Leste, onde 3% das mulheres se sentem mais inseguras que os homens. Essas duas regiões também apresentam as maiores porcentagens de mulheres inseguras nos parques da cidade, com 6% na Centro-Oeste e 5% na Leste. Na Região Norte, a diferença é de apenas 1%, com 100% dos homens se sentindo seguros. Na Região Sul, 2% das mulheres se sentem mais inseguras que os homens.



**Ao investigar a sensação de segurança com recorte de gênero, percebe-se que, embora uma alta porcentagem de pessoas se sintam seguras, há uma redução dessa percepção entre as mulheres em comparação aos homens em todas as regiões.**

De uma forma geral, as regiões percebidas como mais inseguras por ambos os gêneros foram as regiões Centro-Oeste e Leste.

Gráfico 21: Proporção da sensação de segurança dos homens (cis/trans) e mulheres (cis/trans) entrevistados por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Gênero e sensação de segurança dos usuários dos parques**

Proporção da sensação entrevistados na avaliação por gênero e região

■ Pouco segura(o) ou Insegura(o) ■ Seguro(a) ou Muito segura(o)

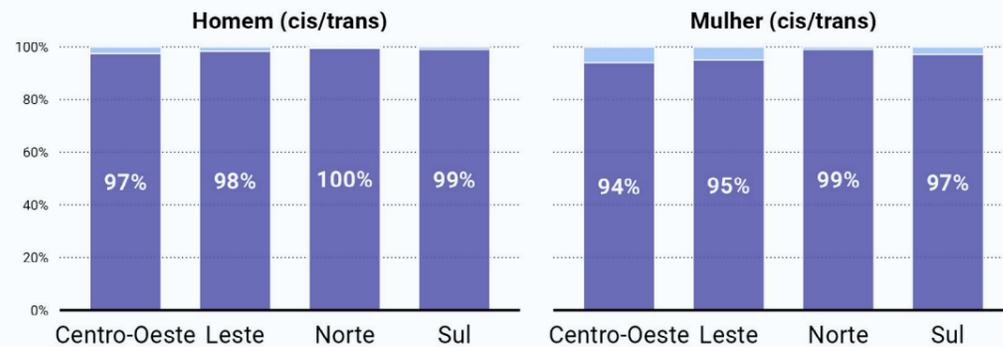


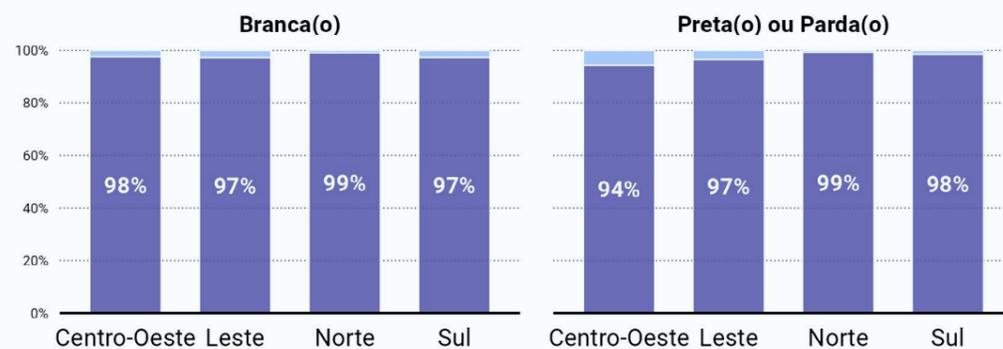
Gráfico 22: Proporção da sensação de segurança das pessoas brancas e pretas ou pardas entrevistadas por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Raça/Cor e sensação de segurança dos usuários dos parques**

Proporção da sensação de segurança dos entrevistados na avaliação por raça/cor e região

■ Pouco segura(o) ou Insegura(o) ■ Seguro(a) ou Muito segura(o)



Ao investigar os dados de sensação de segurança desagregados por raça e cor, são poucas as diferenças consideráveis entre percepção de segurança de pessoas pretas e pardas, e pessoas brancas, enquanto outras raças e cores não tiveram uma quantidade de

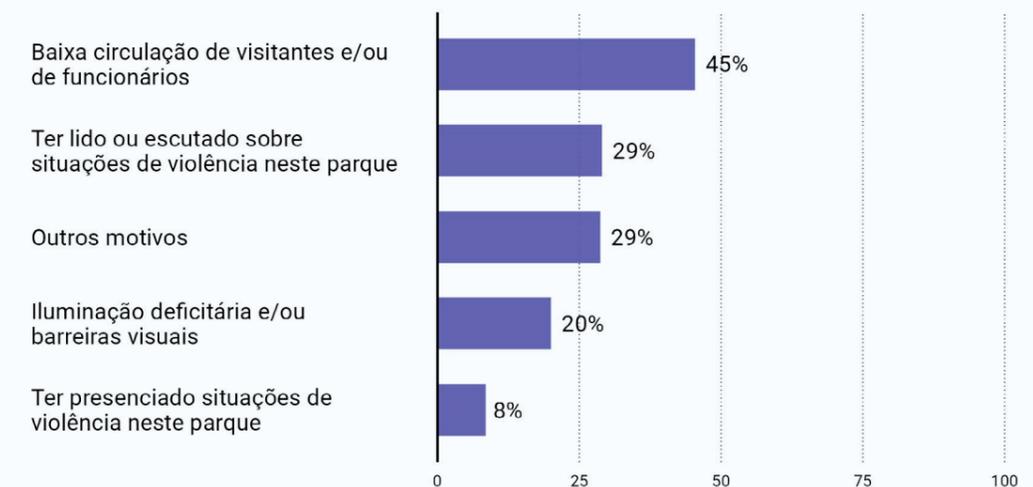
resposta representativa. Contudo, é possível identificar que nos parques da Região Centro-Oeste, 4% dos respondentes pretos e pardos se sentem mais inseguros em comparação às pessoas brancas.

Gráfico 23: Proporção entre os elementos que contribuem para a sensação de insegurança das pessoas usuárias dos parques

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Elementos que contribuem para a sensação de insegurança das pessoas usuárias dos parques**

Proporção entre pessoas que não se sentem totalmente seguras



Entre as pessoas que indicaram se sentir parcialmente seguras, pouco seguras ou inseguras, foram investigados os elementos que contribuem para essa sensação de insegurança. O objetivo é identificar se a causa da sensação está relacionada a traumas e vivências negativas, aspectos infraestruturais, ou a um estigma de insegurança associado ao parque. Essa análise é fundamental para direcionar ações coerentes e eficazes, visando melhorar a sensação de segurança das pessoas frequentadoras dos parques.

Esse dado destaca a importância da vitalidade no ambiente urbano e a necessidade de uma vigilância ativa, formal ou informal, como estratégia de segurança pública.

Uma vigilância ativa é caracterizada pela fácil identificação de pessoas disponíveis para prestar ajuda, pelo incentivo a atividades que garantam uma circulação constante de pessoas nos parques, instalação de equipamentos inclusivos que permitam a permanência e o encontro de pessoas, e a criação de espaços que ofereçam boa visibilidade do entorno, permitindo que as pessoas possam ver e serem vistas (THE SAFER PARKS CONSORTIUM, 2023). Essas estratégias vão além das soluções tradicionais para a prevenção de crimes, buscando criar um ambiente mais seguro e acolhedor para todas as pessoas a partir da visibilidade do espaço.



**A baixa circulação de pessoas visitantes e/ou funcionárias é apontada como o principal fator que contribui para a sensação de insegurança, com 45% das respostas.**

Ler ou escutar sobre situações de violência no parque junto com “outros motivos” foram os elementos que ocuparam o segundo lugar na promoção de sensação de insegurança, indicando a possibilidade de algumas regiões proverem de uma sensação maior de insegurança criada por estigmas e não de fato por serem inseguros.

A iluminação deficitária e/ou barreiras visuais aparecem como o terceiro elemento que mais contribui para a sensação de insegurança. Este fator indica uma carência infraestrutural, relacionada tanto à falta de iluminação, quanto ao planejamento inadequado de alguns trechos dos parques, que acabam por formar locais de pouca visibilidade. As barreiras visuais podem ser minimizadas através de estratégias urbanísticas e arquitetônicas, como a presença de rotas visíveis, suportadas por elementos que promovam acessos claros e visíveis (veja o indicador [6.4.2 de acessibilidade: “Entradas de acesso ao parque claras e visíveis”](#)), ou a eliminação de “muros cegos” nos perímetros dos parques.

Ter presenciado situações de violência no parque foi o último elemento apontado, com apenas 8% das indicações. Esse dado

sugere que a falta de vitalidade dos espaços e carências infraestruturais são elementos que contribuem para a percepção de insegurança, mais do que a vivência real de situações de violência. Contudo, é importante ressaltar que a entrevista foi realizada nos próprios parques, o que pode indicar que pessoas que sofreram atos de violência optem por não retornar ao local, influenciando assim os resultados.

Para além dos elementos identificados pelas pessoas entrevistadas como contribuinte para sensação de insegurança nos parques, também foi perguntado se as pessoas entrevistadas já haviam presenciado ou sofrido algum ato de violência no parque. Seguindo a lógica do gráfico anterior, no qual poucas pessoas identificaram a vivência de atos de violência como um elemento de insegurança, uma baixa porcentagem de pessoas entrevistadas relatou ter presenciado ou sofrido atos de violência nos parques, conforme ilustrado nos gráficos a seguir. Entre as que indicaram ter sofrido ou presenciado atos de violência, a maior porcentagem se concentra na Região Centro-Oeste (15%), seguida pela Região Leste (14%). Esse dado está alinhado com a percepção de insegurança, especialmente entre as mulheres, que tem maior porcentagem de

**Gráfico 24: Proporção das pessoas que já presenciaram ou sofreram atos de violência nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



sensação de insegurança nessas regiões. A Região Sul apresenta 11% de ocorrências, enquanto a Região Norte tem a menor porcentagem, com 5%.



**Com relação aos atos de violência identificados (ver gráfico 25), roubo e furto lideram com 43%.**

Agressão verbal ou física aparece em segundo lugar, com 38%, seguida pela vandalização de equipamentos públicos. Assédio é o quarto tipo de violência mais relatado, com 22%, e racismo ou xenofobia tem a menor porcentagem, com 8%.

**6.5.2 Número de ocorrências nos parques e nas áreas de influência**

O indicador anterior demonstrou que as regiões Centro-Oeste e Leste são as que mais concentram relatos de assaltos. Além disso, as mesmas regiões foram indicadas como as de maior percepção de insegurança. Para entender

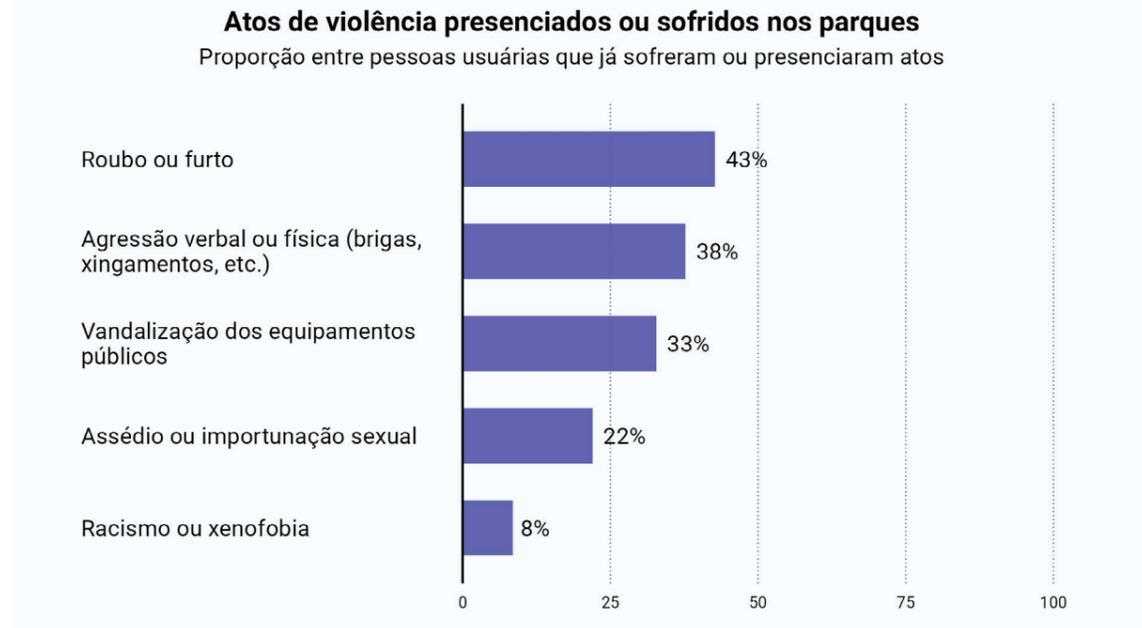
como as ocorrências de violência influenciam na percepção de segurança investigada no indicador anterior, este indicador ilustra o número de ocorrências que foram registradas nas áreas de influência dos parques.

Para isso, foram elaborados dois mapas. O primeiro ilustra o número de ocorrências policiais relacionados a crimes contra a vida, ou seja, que resultaram em homicídios. O segundo, ilustra crimes que não resultaram em homicídios, como por exemplo furtos, lesões, entre outros.

Ao analisar o mapa de crimes contra a vida reportados nas áreas de influência dos parques (mapa 22), observa-se uma concentração significativa de relatos nas regiões Centro-Oeste e Leste, com uma ênfase a extremo leste. Esse padrão se repete no mapeamento de outros tipos de crimes por área de influência (mapa 23), com a predominância de ocorrências na região Centro-Oeste, seguida pela Região Leste, e com alguns casos destacados ao norte da Região Sul.

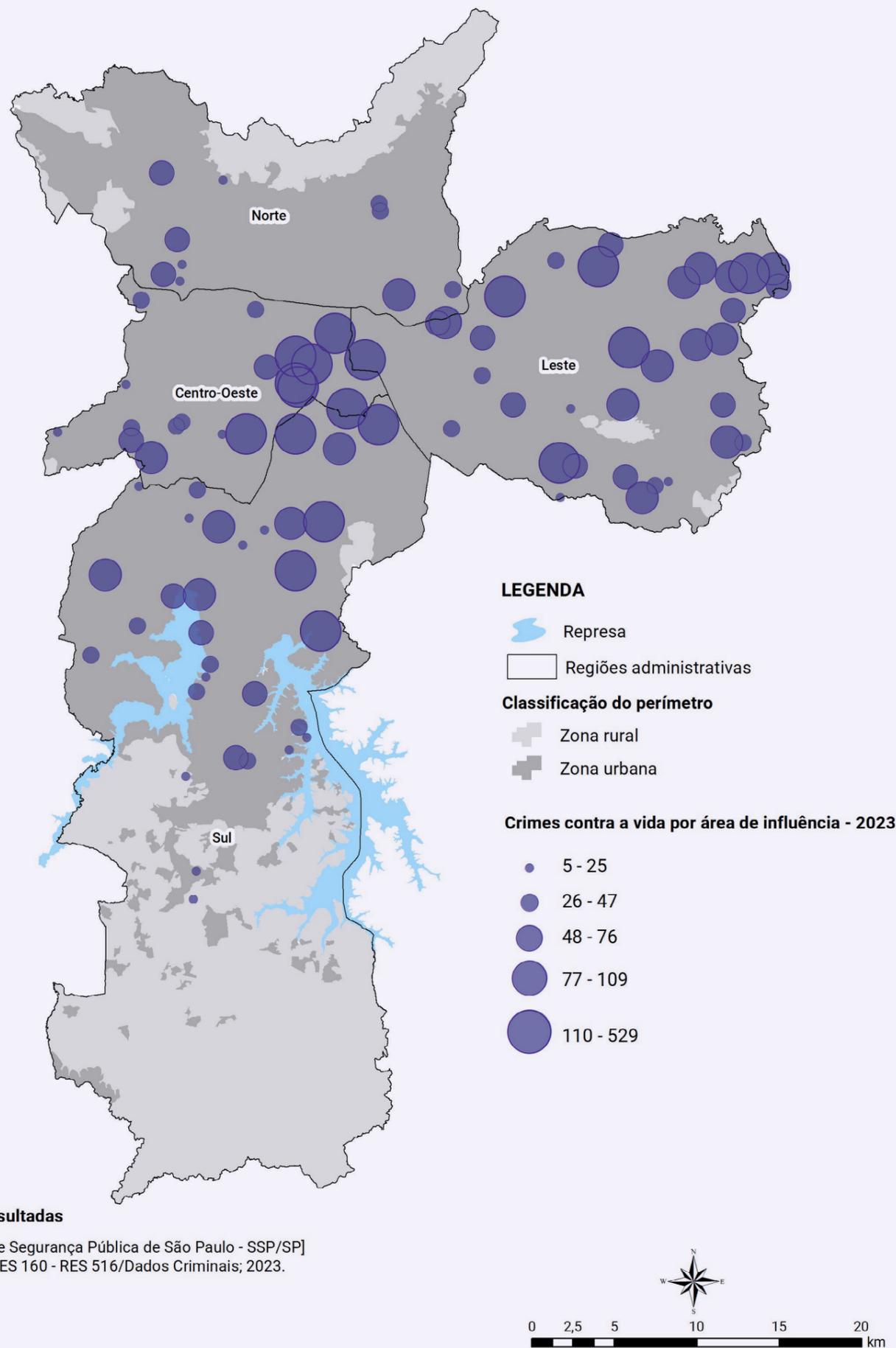
**Gráfico 25: Proporção entre as ocorrências dos atos de violência presenciados ou sofridos nos parques**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



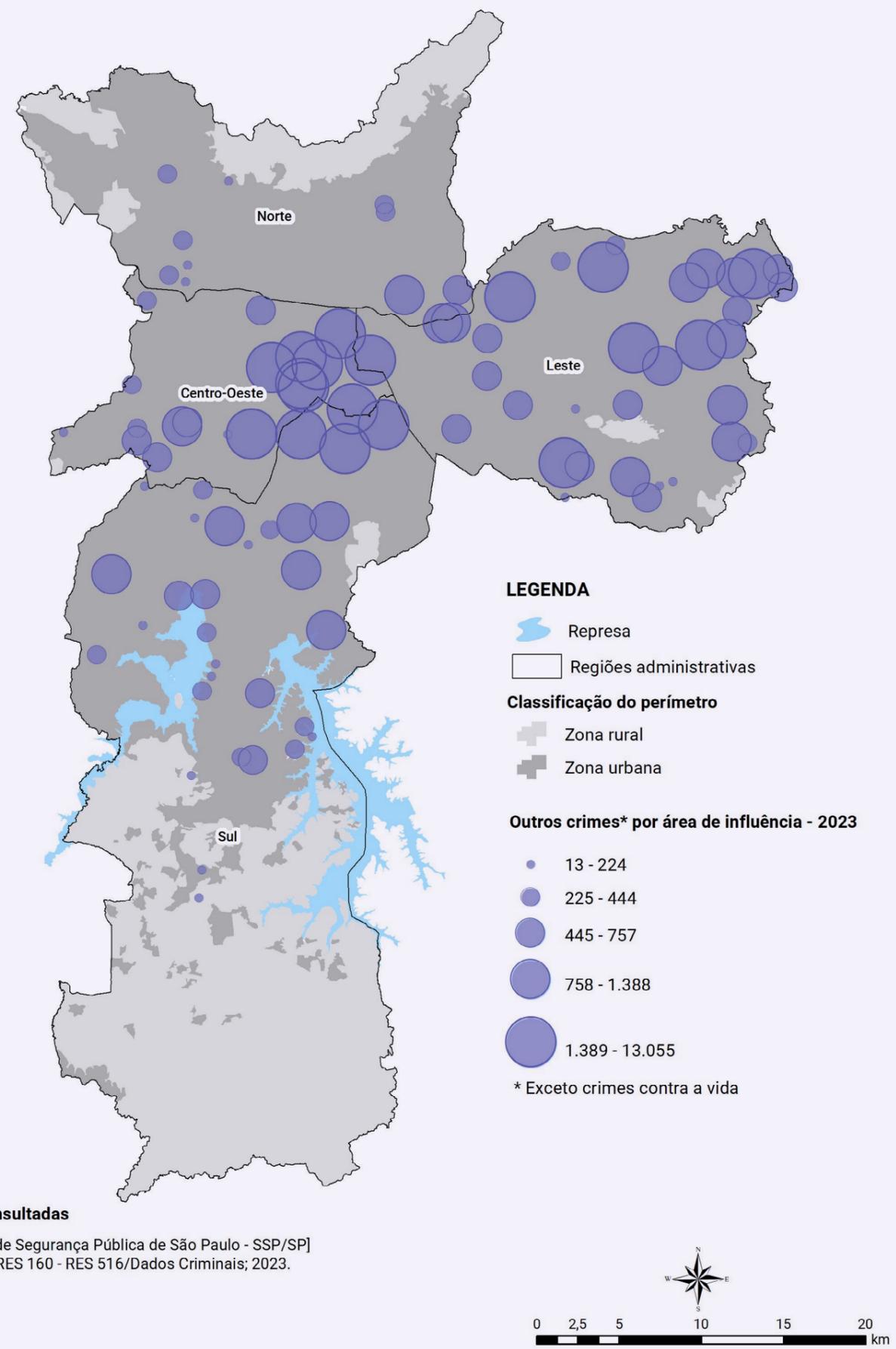
### Mapa 22: Ocorrências contra a vida por área de influência

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### Mapa 23: Ocorrências de crimes por área de influência

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



A análise dos mapas se alinha com os resultados encontrados nos relatos de vivência de atos de violência nas regiões, uma vez que a Centro-Oeste lidera com 15%, seguido pela Leste e pela Sul (ver indicador anterior).



**De fato, as regiões Centro-Oeste e Leste são as que concentram um maior número de áreas de influência inseguras, devido às numerosas ocorrências de crimes, o que pode justificar uma sensação de insegurança maior nessas regiões.**

### 6.5.3 Número de parques com problemas infraestruturais

Conforme analisado no indicador de percepção de segurança nos parques, a iluminação deficiente é o terceiro elemento que mais contribui para a sensação de insegurança dos usuários. Esse dado ressalta a importância de investigar certos elementos

infraestruturais na avaliação da segurança dos espaços públicos. A iluminação adequada se relaciona com a sensação de segurança das pessoas por estar diretamente ligada à visibilidade do espaço, já que pontos escuros durante a noite limitam a visão podendo gerar uma atmosfera insegura, especialmente para mulheres e meninas.

Para a coleta de dados sobre o nível de adequação dos parques em relação à iluminação, foram identificadas as infraestruturas de iluminação em todos os setores dos parques e em seus perímetros adjacentes. Contudo, como as coletas foram realizadas durante o dia, não foi possível observar o funcionamento dos elementos de iluminação. Portanto, os pontos de iluminação foram computados apenas se apresentavam boa manutenção visível.

Os parques considerados com iluminação adequada são os que tiveram elementos de iluminação identificados acima de 75% de seus setores. São considerados parcialmente adequados se tiveram iluminação entre 25% e 75% dos setores. Parques com iluminação em menos de 25% dos setores são considerados inadequados.

Ao entender que a iluminação parcialmente adequada pode gerar pontos de pouca visibilidade e insegurança nos parques, observa-se que uma grande porcentagem dos parques de São Paulo necessita de investimentos em infraestrutura de iluminação, uma vez que a incidência de parques parcialmente adequados e inadequados é alta. Esse fato pode indicar o porquê de a falta de iluminação ter sido identificada como um dos principais responsáveis pela sensação de insegurança. A Região Sul se destaca negativamente, com apenas 26% dos parques apresentando infraestrutura de iluminação adequada. Nas regiões Centro-Oeste e Leste, respectivamente, 47% e 52% dos parques possuem iluminação adequada, enquanto a Região Norte tem a melhor cobertura, com 64% dos parques atendendo aos critérios de iluminação adequada.

Apesar de não ser identificada como um dos fatores de insegurança, a manutenção adequada dos equipamentos dos parques está diretamente relacionada à apropriação desses espaços. Essa apropriação reflete na vitalidade dos parques através do uso seguro dos seus equipamentos. Portanto, avaliar a infraestrutura de certos setores é relevante na investigação da segurança nos parques. Para isso, foram identificados equipamentos com

problemas de funcionamento nos setores com equipamentos para crianças e bebês, e nos setores esportivos dos parques.

Os parques são classificados como inadequados quando mais de 75% de seus setores possuem equipamentos com problemas de funcionamento. Parcialmente adequados são os que apresentam infraestrutura inadequada entre 25% e 75% dos setores do parque. Por fim, os parques são considerados adequados quando menos de 25% de seus setores possuem infraestrutura inadequada.

Com relação aos setores com equipamentos para crianças e bebês, apenas duas regiões apresentam mais de 50% dos parques com equipamentos infantis funcionando corretamente, o que demonstra uma carência de manutenção em grande parte dos parques da cidade. As regiões Centro-Oeste e Norte, com 53% e 65% dos parques, respectivamente, sem problemas de funcionamento, destacam-se como as de melhores porcentagens. As regiões Sul e Leste seguem com 45% e 46% de parques adequados, sendo que esta última apresenta 39% de parques com equipamentos para crianças e bebês com problemas de funcionamento em quase todos ou em todos os seus setores.

**Gráfico 26: Proporção da distribuição das infraestruturas de iluminação por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 27: Proporção da distribuição das infraestruturas nos equipamentos para crianças e bebês por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



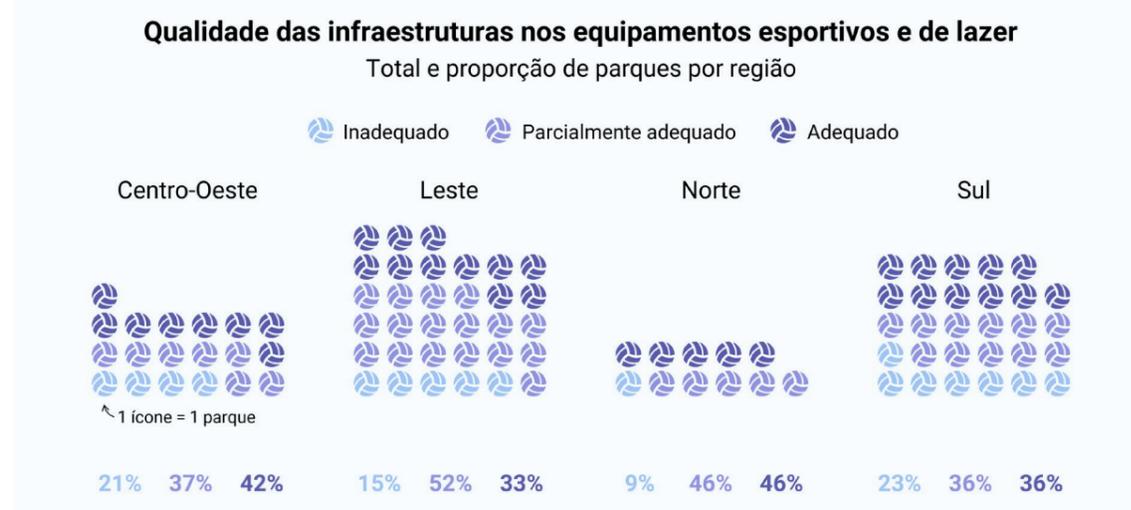
Os setores esportivos também enfrentam problemas infraestruturais na maioria dos parques da cidade, com a predominância de parques parcialmente adequados ou inadequados. A Região Sul possui a maior porcentagem de parques inadequados (23%), seguida pela Centro-Oeste (21%). A Região Leste tem a menor porcentagem de parques adequados, com apenas 33%, e 15% inadequados. A Região Norte se destaca como a que possui a maior porcentagem de parques adequados (46%).



**De forma geral, em relação aos problemas infraestruturais, grande porcentagem dos parques de São Paulo precisa de melhorias. A Região Sul se destaca devido às suas baixas porcentagens de parques adequados nas três análises.**

**Gráfico 28: Proporção da distribuição das infraestruturas nos equipamentos esportivos por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



#### 6.5.4 Presença de elementos de segurança nos parques

A garantia de segurança para mulheres e meninas nos espaços públicos não depende apenas de medidas de prevenção de crimes, mas também de ambientes que acolham e encorajem sua presença, desejos e necessidades. Por isso, elementos infraestruturais que proporcionam conforto e acolhimento para elas são tão eficazes na promoção de espaços mais seguros quanto as tradicionais medidas de segurança, como câmeras de vigilância e policiamento. Essa hipótese foi reforçada pelo indicador “Percepção da segurança nos parques”, uma vez que baixa circulação de pessoas e/ou pessoas

funcionárias e iluminação deficitária foram identificados dentre os principais elementos que provocam sensação de insegurança.

Alguns desses elementos infraestruturais que promovem maior sensação de segurança foram abordados na seção 6.4.2 “Entradas de acesso aos parques mais claras e visíveis”, e outros serão descritos na dimensão de inclusão, no indicador 6.6.5 “Presença de equipamentos e infraestruturas inclusivos”. Nesta dimensão, serão explorados os elementos voltados ao patrulhamento e prevenção de crimes, com a ressalva de que, isoladamente, eles são insuficientes para promover ambientes mais seguros para mulheres e meninas.

Embora a presença de pessoas funcionárias do parque tenha sido identificada como um importante mecanismo de promoção de segurança por meio da vigilância ativa, a presença de câmeras de vigilância também contribui significativamente para garantir espaços mais seguros, especialmente para mulheres e meninas. Por isso, esta Avaliação optou por mapear a presença de câmeras de segurança nos parques da cidade.

Parques são considerados adequados se tiverem câmeras em mais de 75% de seus setores. São considerados parcialmente adequados se tiverem câmeras entre 25% e 75% dos setores. Parques com câmeras em menos de 25% dos setores são considerados inadequados.

Sobre as câmeras de segurança nos parques de São Paulo, observa-se que a presença adequada é praticamente inexistente. Apenas um parque na Região Leste possui boa cobertura por câmeras, enquanto tanto na Região Sul, quanto na Centro-Oeste, possuem pelo menos alguma câmera em seu perímetro.

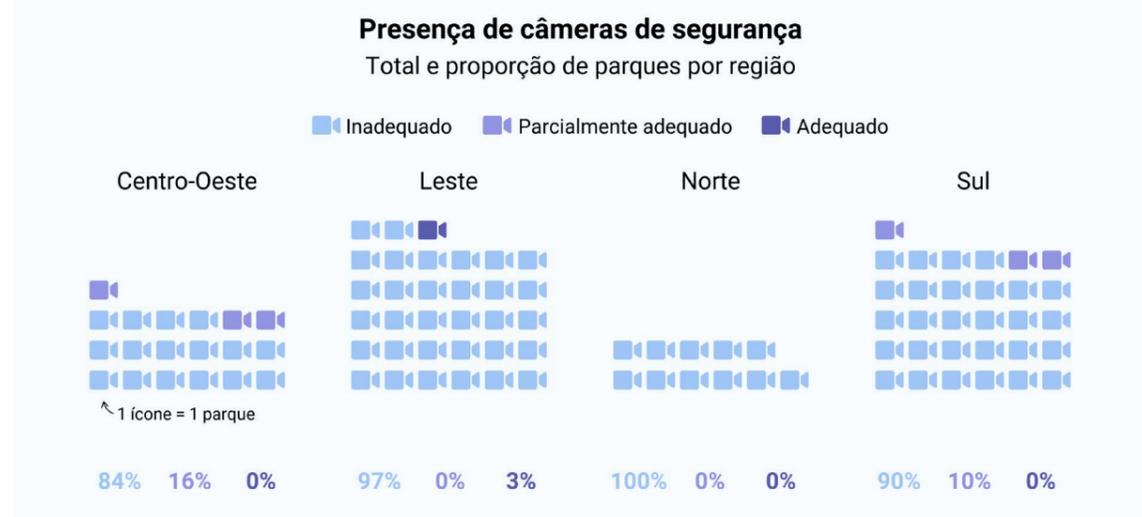
Conforme identificado no indicador 6.5.1 “Percepção da segurança nos parques”, a

baixa circulação de agentes de segurança e pessoas funcionárias foi o principal fator que contribui para a sensação de insegurança das pessoas que frequentam os parques. Logo, incentivar uma vigilância ativa através da disposição de mais pessoas circulando e a instalação de postos de informação e ajuda podem ser estratégias eficazes para a prevenção de crimes e aumento da sensação de segurança de mulheres e meninas nas áreas públicas. Para além do patrulhamento, a presença dessas pessoas promove uma maior visibilidade nestes espaços, ou seja, proporcionam maior chance de as mulheres serem vistas/ouvirem e serem vistas/ouvidas.

Na Região Centro-Oeste, apenas um parque é inadequado quanto à presença de agentes de segurança, configurando a região com menor porcentagem de parques nessa classificação. Além disso, a Centro-Oeste contém a melhor cobertura dentre as regiões, com 42% dos seus parques parcialmente adequados, e 53% adequados. A segunda região com maior porcentagem adequada de parques com presença de agentes de segurança é a Sul, com 42%, enquanto as regiões Norte e Leste tem respectivamente 36% e 30% de parques adequados.

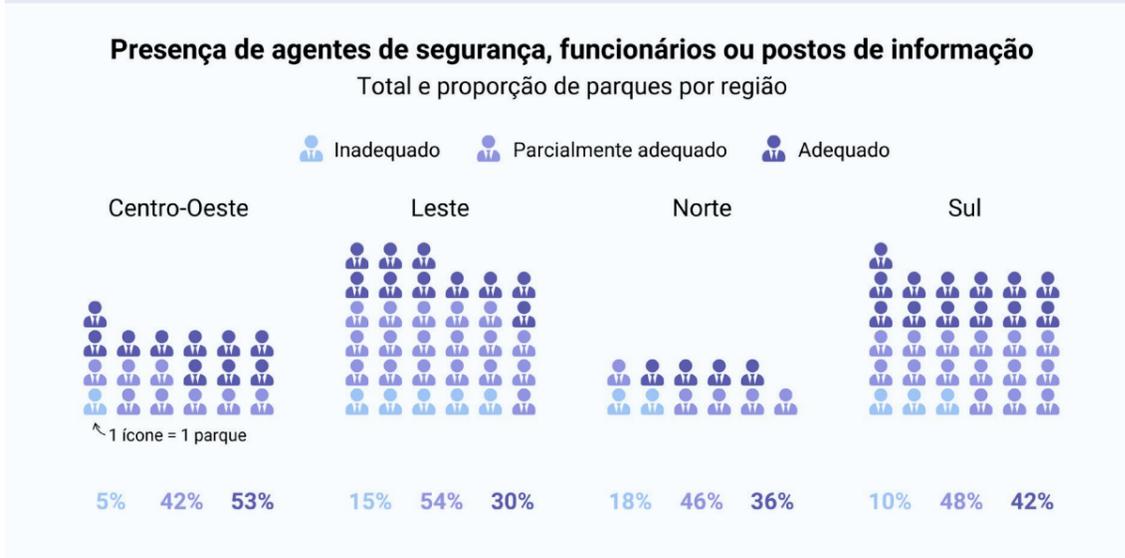
**Gráfico 29: Proporção da distribuição das câmeras de segurança por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 30: Proporção da distribuição da presença de agentes de segurança, pessoas funcionárias ou postos de informação por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



A percepção de segurança é ainda maior quando as pessoas responsáveis pelo patrulhamento são mulheres. Segundo as pessoas gestoras dos parques, considerando as pessoas agentes de segurança em todos os parques da Região Centro-Oeste, apenas 27% são mulheres. A Região Leste possui a menor porcentagem de todas as regiões, com 17% de mulheres. A Região Norte tem 25% e a Sul tem a maior porcentagem dentre as regiões, com 28% de seguranças mulheres.

Outro aspecto relevante relacionado ao patrulhamento é a necessidade de que as ações conduzidas pelas equipes de segurança e pessoas funcionárias dos parques estejam alinhadas ao respeito pelas perspectivas de gênero, e combatam atos de assédio, importunação sexual e qualquer forma de preconceito. Portanto, sugere-se que a equipe de segurança receba formação em perspectiva de gênero e diversidade, evitando assim a perpetuação de estereótipos sociais.

Embora não sejam sempre visíveis, os equipamentos de combate a incêndio e de primeiros socorros são elementos importantes para garantir a segurança. Também é necessário que as pessoas funcionárias dos parques recebam treinamento adequado para utilizá-los e estejam preparadas para agir em emergências, como incêndios, doenças súbitas e, em parques com áreas de orla, casos de afogamento.

A presença de equipamentos de combate a incêndio (ver gráfico 31) foi identificada em menos da metade dos parques de todas as regiões da cidade, variando entre 39% na



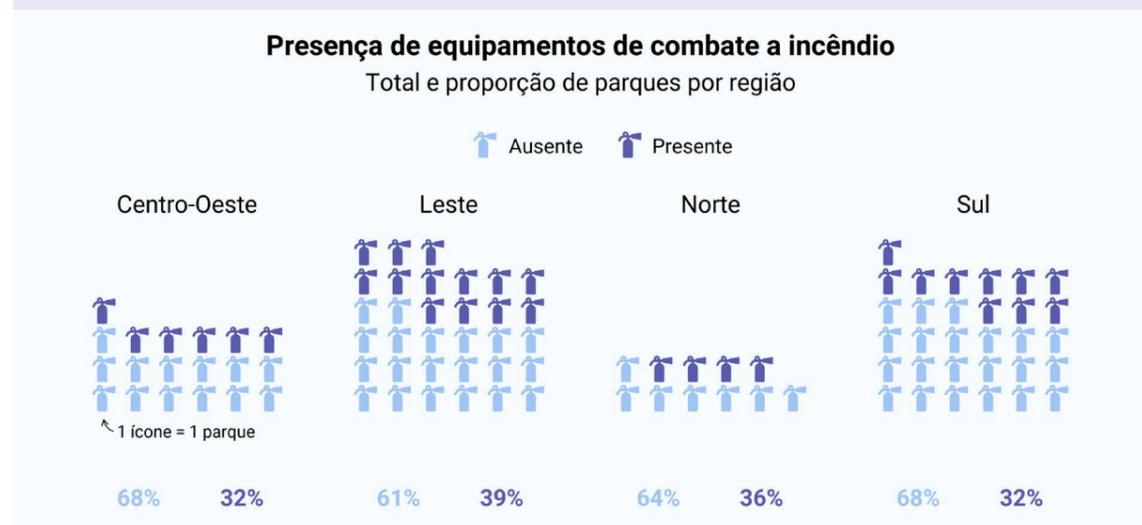
**Em geral, todas as regiões possuem uma baixa proporção de agentes de segurança mulheres, se tornando um aspecto importante a ser considerado visando o aumento da sensação de segurança das mulheres e meninas frequentadoras no planejamento e gestão dos parques.**

região Leste e 32% nas regiões Centro-Oeste e Sul. Equipamentos de primeiros socorros (ver gráfico 32) são um pouco mais presentes nas regiões Centro-Oeste (53%) e Sul (48%), mas a maior parte dos parques da cidade ainda carecem desses equipamentos.

Esses dados destacam a necessidade de investir não apenas na prevenção de crimes e na provisão de elementos que aumentem a sensação de segurança dos usuários, mas também em equipamentos de auxílio para situações emergenciais.

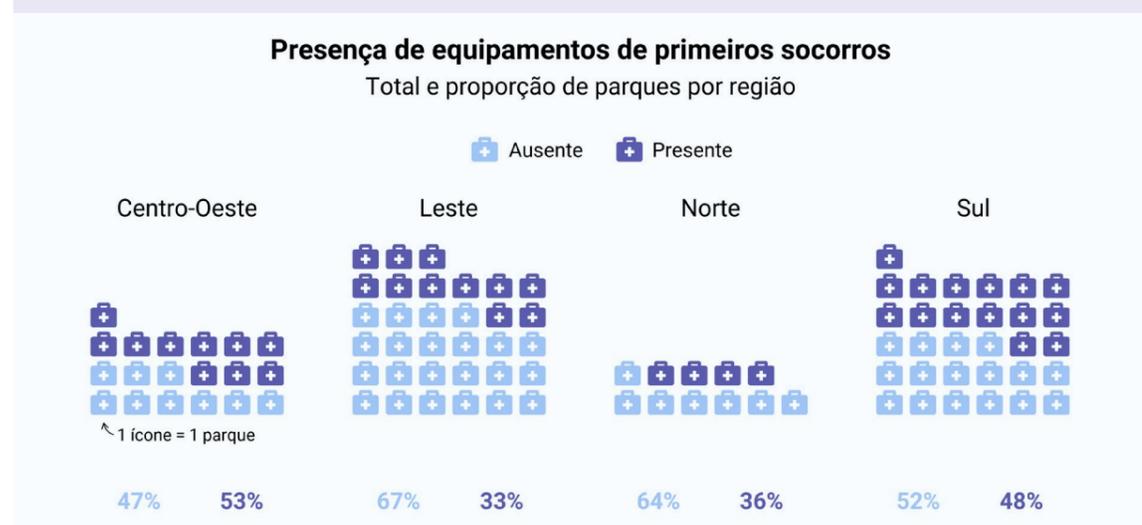
**Gráfico 31: Presença de equipamentos de combate a incêndio por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 32: Presença de equipamentos de primeiros socorros por parque**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.5.5 Exposição e sensibilidade aos riscos

De acordo com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) São Paulo é uma das cidades com mais pessoas vivendo em áreas de riscos naturais e climáticos, com 674.329 pessoas expostas a riscos de inundações, enxurradas e deslizamentos (IBGE, 2010).

Os riscos naturais e climáticos estão relacionados à probabilidade de acontecimento de desastres, que são intensificados pelas mudanças do clima e associados a padrões de ocupação do território em áreas de maiores fragilidade, como áreas alagáveis, e encostas, por exemplo. Com o aumento da intensidade e frequência de eventos extremos, esses locais ficam mais suscetíveis à ocorrência de desastres. Os principais riscos de ocorrência no Brasil e na cidade de São Paulo são os riscos geológicos e hidrológicos, sendo o primeiro associado a deslizamentos de terra e o segundo a inundações e enxurradas (AMORIM, 2019).

A ocorrência de desastres ambientais é percebida e afeta a população de diferentes formas e níveis de intensidade. O grau de impacto sobre as pessoas está relacionado aos locais onde elas moram, ao perfil socioeconômico, gênero, faixa etária, etnia. Portanto, esse indicador também analisa aspectos de vulnerabilidade socioambiental da população, a partir da combinação entre a exposição aos riscos naturais e climáticos com a vulnerabilidade socioeconômica, medida pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS).

Esse indicador fortalece e reafirma o objetivo da Avaliação de identificar aspectos de vulnerabilidade na cidade de São Paulo, para assim selecionar quais localidades possuem maiores demandas e urgências por serviços e equipamentos públicos qualificados, neste caso, os parques municipais.



**Portanto, entende-se que os parques municipais possuem um papel de grande relevância para a promoção de justiça ambiental.**

Somente foram consideradas as áreas de risco que estão dentro das áreas de influência dos parques, com dois objetivos: identificar as fragilidades do entorno, que podem inclusive afetar os parques, e identificar a exposição e a sensibilidade da população a esses riscos, o que define uma condição de maior ou menor vulnerabilidade.

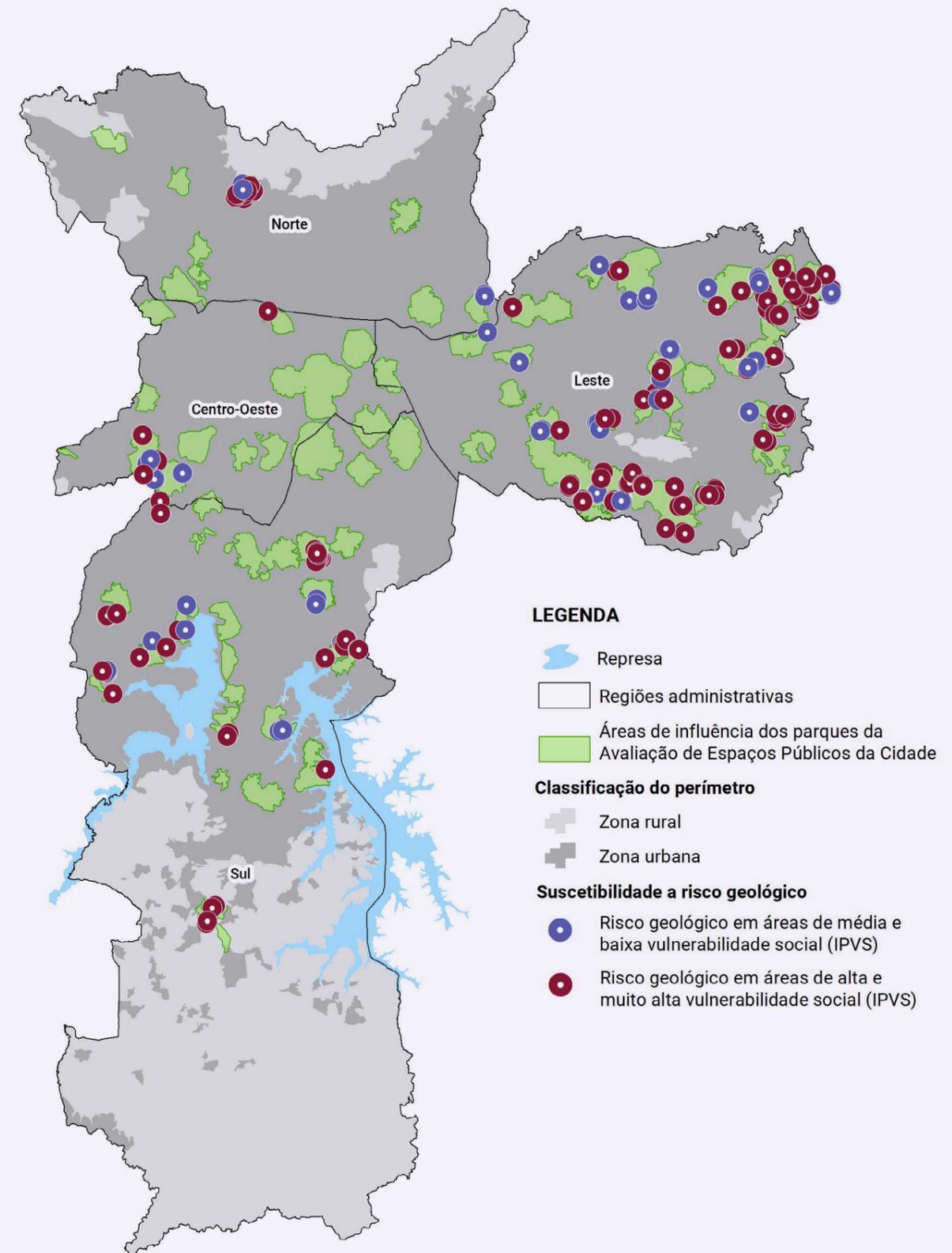
A sensibilidade está associada a quanto uma população específica é afetada por um evento extremo, o que varia de acordo com seu grau de vulnerabilidade e pode estar associado com faixa etária, gênero, condições de saúde e perfil socioeconômico. Para esta análise, a sensibilidade foi associada ao perfil socioeconômico em situações de alta e altíssima vulnerabilidade, utilizando como variável o IPVS.

Dentre os riscos geológicos nas áreas de influência dos parques, a Região Leste é a que apresenta mais áreas mapeadas, representando 147 dos 229 locais de risco levantados (mapa 24). Destas 147 áreas, 101 estão situadas em locais onde a população se encontra em alta e altíssima condição de vulnerabilidade socioeconômica.



**Isso aponta para uma extrema sensibilidade aos riscos geológicos da população que vive entorno aos parques da Região Leste, especialmente extremo Leste.**

A Região Sul ocupa o segundo lugar dentre áreas de risco geológico mapeadas nas áreas de influência dos parques, com 47 áreas das quais 38 estão em um contexto de alta e altíssima vulnerabilidade socioeconômica. As maiores concentrações dessas áreas estão no extremo sul da região, próximo às represas.

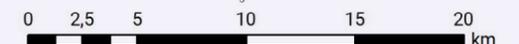


**LEGENDA**

- Represa
- Regiões administrativas
- Áreas de influência dos parques da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade
- Classificação do perímetro**
- Zona rural
- Zona urbana
- Suscetibilidade a risco geológico**
- Risco geológico em áreas de média e baixa vulnerabilidade social (IPVS)
- Risco geológico em áreas de alta e muito alta vulnerabilidade social (IPVS)

**Fontes consultadas**

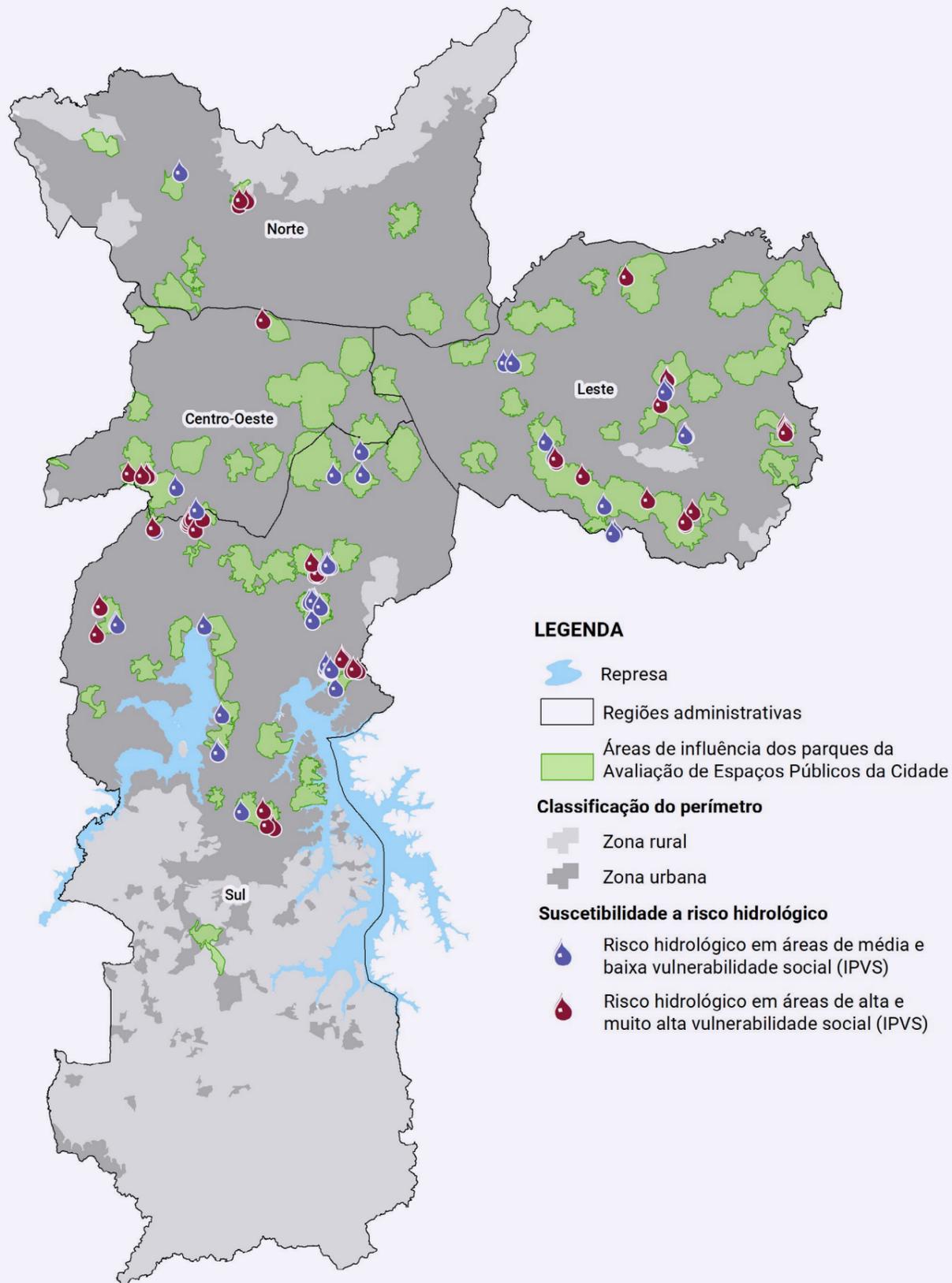
[GEOSAMPA INTRANET - Mapa digital da cidade de São Paulo] Risco geológico. Acesso em 16 de maio de 2024.



## O QUE SE DESCOBRIU?

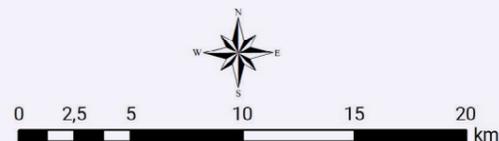
Em relação às áreas de risco hidrológico, os pontos estão mais dispersos no território, conforme mapa 25. A maior quantidade de localidades mapeadas está situada na Região Sul, com 59 das 99 ocorrências identificadas dentro das áreas de influência dos parques. Destas 59 áreas, 25 estão inseridas em locais de alta e altíssima situação de vulnerabilidade social, dispersos pela região. A Região Leste é a segunda com mais áreas mapeadas, totalizando 28 locais, dos quais 16 estão inseridos em entornos de alta e altíssima condição de vulnerabilidade socioeconômica, situados sobretudo na porção inferior da região.

A avaliação da dimensão de segurança revelou que as mulheres se sentem mais inseguras do que os homens nos parques, e que a provisão de uma vigilância ativa é crucial para aumentar a sensação de segurança entre as pessoas frequentadoras. A investigação também destacou a predominância de relatos de violência nas regiões Centro-Oeste e Leste, confirmadas tanto por entrevistas quanto por registros de ocorrências policiais, refletindo a maior porcentagem de pessoas inseguras nessas áreas.



**Fontes consultadas**

[GEOSAMPA INTRANET - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
Risco hidrológico. Acesso em 16 de maio de 2024.



1.

Existe uma predominância da sensação de “muita segurança” nos parques, porém, há uma **redução dessa percepção entre as mulheres** em comparação aos homens em todas as regiões.

2.

A **baixa circulação de visitantes e/ou pessoas funcionárias** é apontada como o principal fator que contribui para a sensação de insegurança das pessoas que frequentam os parques, seguido por ler ou escutar sobre situações de violência no parque, e iluminação deficitária e/ou barreiras visuais.

3.

Apesar de existirem poucos parques inadequados quanto à cobertura de agentes de segurança, há **grande diferença na composição por gênero de agentes**, pois apenas 27% da equipe são mulheres.

4.

Uma grande porcentagem dos parques de São Paulo **precisa de investimentos** em infraestrutura de iluminação, e de manutenção dos equipamentos de lazer infantis e esportivos.

5.

A Região Leste tem mais **áreas de risco geológico**, com 147 das 229 mapeadas, e 101 dessas em alta vulnerabilidade socioeconômica. Em relação ao **risco hidrológico**, a Região Sul possui 59 das 99 áreas, com 25 em alta vulnerabilidade.

# INCLUSÃO



Reafirmamos nossa promessa de não deixar ninguém para trás e comprometemo-nos a promover o acesso igualitário às oportunidades e aos benefícios oferecidos pela urbanização, que permitem que todos os habitantes, vivendo em assentamentos formais ou informais, possam levar vidas decentes, dignas e gratificantes e alcançar seu pleno potencial humano.

Nova Agenda Urbana, p. 27

## O que se espera saber:

1. Quem utiliza os parques e de que forma?
2. Existe uma instância participativa que represente a diversidade dos usuários?
3. Existem comportamentos nos parques que podem inibir seu uso, especialmente por mulheres e meninas?
4. Os parques oferecem uma alta diversidade de equipamentos e atividades?

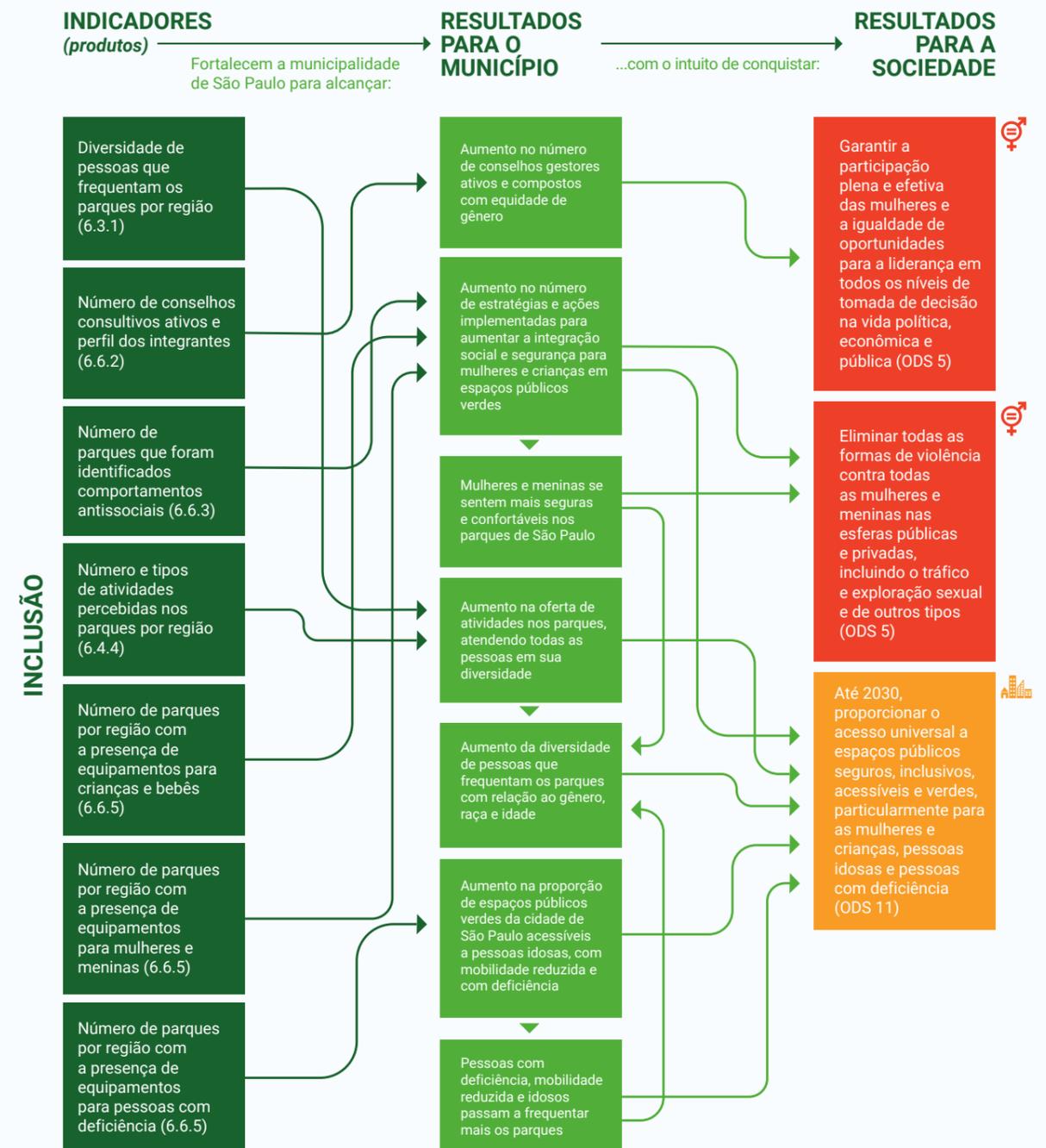


Figura 23: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Inclusão

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade

Teoria da Mudança simplificada



Espaços públicos devem ser inclusivos, projetados para atender as necessidades de todas as pessoas que os utilizarão. No entanto, ao longo da história, normas socioculturais moldaram o planejamento urbano para se centrar em um único padrão: o homem branco, cisgênero, heterossexual e sem deficiências (ONU-HABITAT, 2024). Esse padrão ignora as necessidades e desafios enfrentados por mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência (gráfico 34). Como resultado, há uma falta de acessibilidade e representatividade, o que limita as interações sociais nos espaços públicos, tornando-os pouco inclusivos, inseguros e subutilizados (BID; CAF; UN-HABITAT, 2020).

A Nova Agenda Urbana idealiza cidades como centros de igualdade de oportunidades, onde todas as pessoas podem desfrutar de vidas produtivas e prósperas. Para a construção de ambientes igualitários, o município deve assegurar a máxima igualdade de oportunidades na participação dos processos de planejamento e gestão. Alinhado a esse princípio, o PLANPAVEL associa a Gestão Democrática e o Direito à Cidade como fundamentos orientadores na busca da representatividade nos processos de planejamento e gestão urbana das áreas verdes de São Paulo. Portanto, para compreender se todos os grupos têm voz nas tomadas de decisão, é importante examinar o nível de representatividade nas plataformas de engajamento cívico, um dos indicadores de análise nesta dimensão.



Reconhecendo a importância de não deixar ninguém para trás na concepção e gestão dos espaços públicos, um indicador crucial na análise de inclusão aborda os conflitos de uso que podem prejudicar a apropriação comunitária desses espaços. Estudos indicam que parques com predominância de comportamentos antissociais e elementos de desordem podem aumentar a sensação de insegurança e, conseqüentemente, inibir o uso por mulheres e meninas (BARKER et al., 2022). Portanto, nesta avaliação, é essencial compreender quais comportamentos antissociais predominam nas áreas verdes municipais.



**Para garantir espaços inclusivos, é fundamental que todas as pessoas se sintam bem-vindas e seguras nos espaços públicos da cidade.**

Este material explora a oferta e variedade de atividades disponíveis, bem como a presença de equipamentos inclusivos nos parques de São Paulo. A inclusão de elementos infraestruturais voltados para a utilização por grupos normalmente excluídos dos espaços públicos aumenta o senso de pertencimento e, conseqüentemente, promove interações sociais e a sensação de segurança nesses locais (THE SAFER PARKS CONSORTIUM, 2023). Sendo assim, esta Avaliação identifica os parques que abrigam infraestruturas voltadas para crianças, mulheres e pessoas com deficiência, a fim de garantir que esses espaços atendam às necessidades específicas de cada grupo.

### 6.6.1 Distribuição da diversidade de usuários

Buscar fomentar a inclusão nos parques de São Paulo requer um entendimento das pessoas que frequentam esses locais, com a intenção de compreender se existe algum grupo sub-representado. Após avaliar o perfil

das pessoas que frequentam os parques na escala da cidade ([ver seção 6.1 "Pessoas que frequentam os parques"](#)), esse indicador explora regionalmente a proporção do uso dos parques por diferentes grupos sociais. Com relação à faixa etária, verificou-se que os parques na Região Centro-Oeste têm uma predominância de pessoas jovens entre 18 e 29 anos e um menor número na faixa etária de 50 a 59 anos, o que condiz com a proporção regional do Censo de 2010 (gráfico 33). Similarmente, na Região Leste prevalece a faixa de jovens entre 18 e 29 anos, enquanto a população com 60 anos ou mais é a que menos frequenta os parques. Nessas duas regiões, é necessário investigar os motivos que levam à menor frequência de pessoas acima de 50 anos nos parques.

Na Região Norte, o padrão de uso é diferente das duas anteriores: observa-se um grande percentual de visitantes com mais de 60 anos (25%), em disparidade com a baixa porcentagem de pessoas idosas nessa região, enquanto o menor número de pessoas frequentadoras está na faixa etária de 40 a 49 anos (13%). Já na Região Sul, a distribuição de idades é mais equilibrada em

comparação às outras regiões, embora ainda haja predominância de pessoas entre 30 e 39 anos, apesar de a população predominante na região ser de 18 a 29 anos.

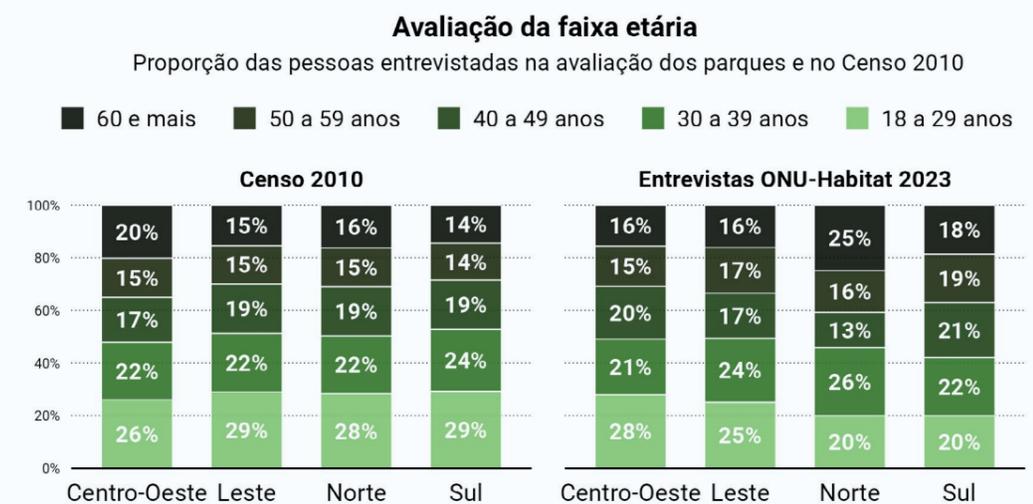


**Com relação à identidade de gênero, há uma predominância de homens nas regiões Centro-Oeste e Leste (60% e 55%, respectivamente), apesar de ambas as regiões apresentarem uma maior porcentagem de residentes do sexo feminino (54% e 53%, respectivamente).**

Esse fenômeno sugere a necessidade de investigar os motivos pelos quais menos mulheres frequentam os parques nessas regiões, que podem se relacionar com aspectos de segurança, uma vez que, de acordo com as análises realizadas na dimensão segurança, existe uma predominância de relatos de violência nas regiões Centro-Oeste e Leste. Por outro lado, as regiões Norte e Sul apresentam proporções de pessoas frequentadoras que se assemelham às proporções regionais por sexo.

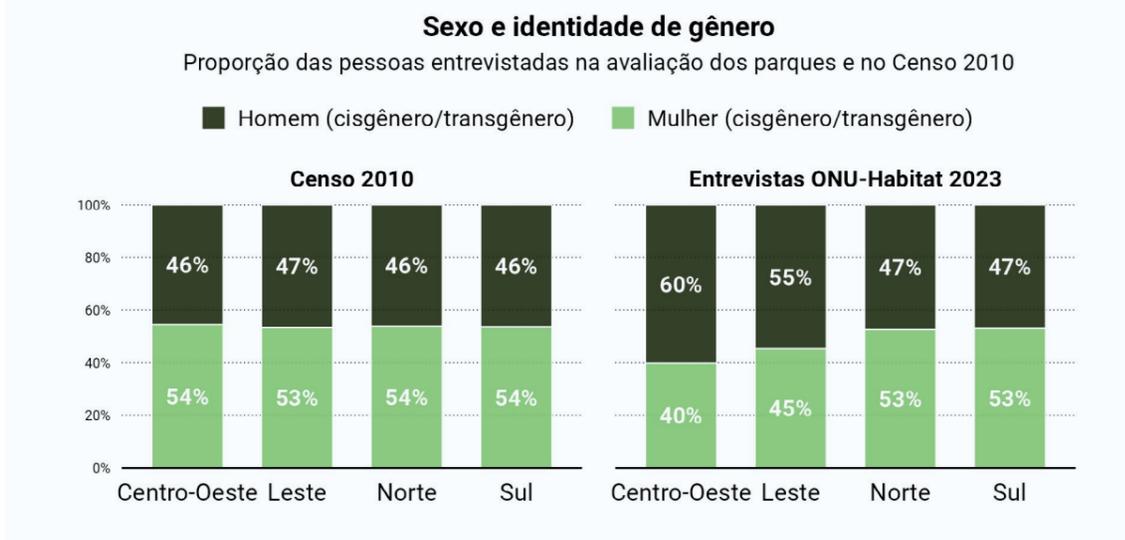
**Gráfico 33: Distribuição de faixa etária segundo o Censo 2010 e das pessoas entrevistadas por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 34: Distribuição da identidade sexual e identidade de gênero das pessoas entrevistadas e do Censo 2010 por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

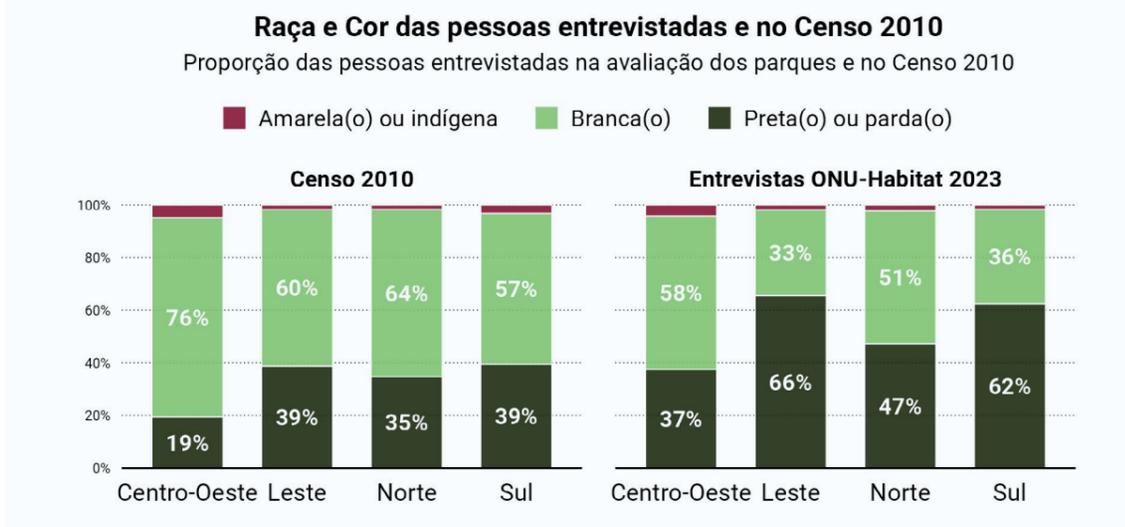


Em relação ao uso dos parques em termos de raça e cor, a Região Centro-Oeste segue o padrão declarado por residentes da região no Censo de 2010 (gráfico 35), com mais pessoas brancas frequentando os parques em comparação a pessoas pretas e pardas. Nas regiões Leste e Sul, há uma maior proporção de pessoas pretas e pardas (66% e 62%,

respectivamente) frequentando os parques em comparação com pessoas brancas (33% e 36%, respectivamente). Esse padrão contrasta com a declaração de raça e cor da população residente, que é predominantemente branca (60% e 57%, respectivamente). A Região Norte apresenta um maior equilíbrio de raça e cor entre as pessoas que frequentam os parques.

**Gráfico 35: Raça/cor segundo o Censo 2010 e pessoas entrevistadas por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**6.6.2 Representatividade dos conselhos consultivos**

Garantir a “igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”, conforme orienta o ODS 5, consiste em assegurar que todas as pessoas tenham voz nos processos decisórios. Isso implica proporcionar igualdade máxima de oportunidades para participação nos processos de planejamento. Além disso, a participação deve valorizar as vozes das pessoas, reconhecendo e respeitando a diversidade de identidades de gênero, orientação sexual, raça, cor e origens sociais e culturais.

Conforme descrito no indicador de governança [“Presença de iniciativas de governança comunitária nos parques”](#), os conselhos gestores dos parques municipais são a instância participativa responsável por acompanhar, fiscalizar e propor medidas visando à organização dos parques municipais, à melhoria do sistema de atendimento às pessoas frequentadoras e à consolidação de seu papel como centro de cultura, lazer e recreação e como unidade de conservação e educação ambiental. Esses conselhos

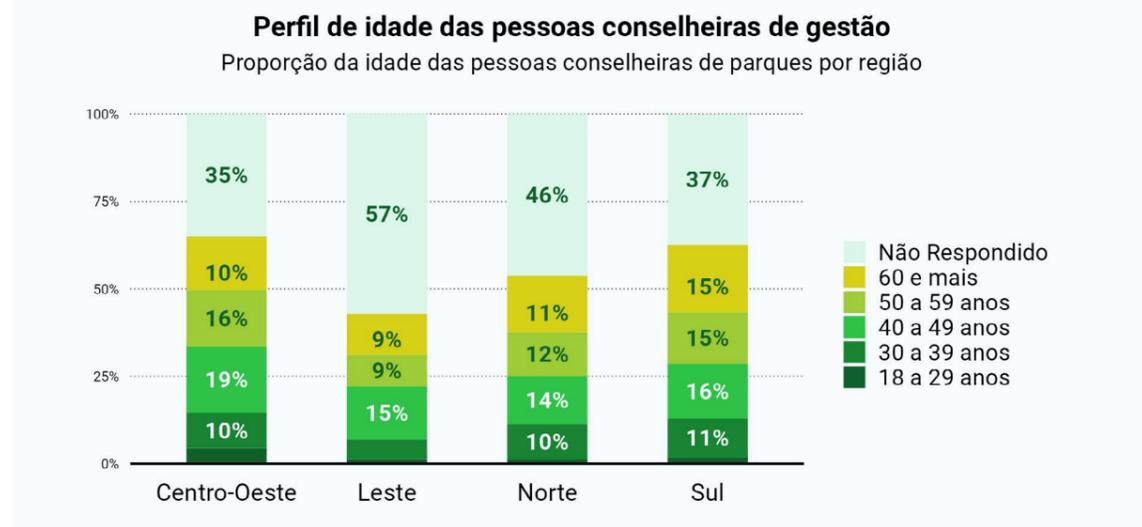
representam uma oportunidade institucional para dar voz à diversidade nas decisões que envolvem os parques municipais, uma vez que são compostos por representantes da sociedade civil, trabalhadores dos parques e integrantes do poder público, totalizando oito integrantes.

Após mapear os conselhos gestores ativos, foi realizada uma investigação para avaliar se eles de fato representam diferentes grupos sociais em sua composição. A partir dos resultados do questionário com pessoas conselheiras, foram identificadas as proporções regionais da composição dos conselhos com base em idade, identificação de gênero, cor e raça, pessoas com deficiência, escolaridade e renda média mensal domiciliar. É importante ressaltar que nem todas as pessoas que compõem os conselhos responderam ao questionário, conforme indicado em [5.1 Estruturação metodológica](#).



**Gráfico 36: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: idade**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

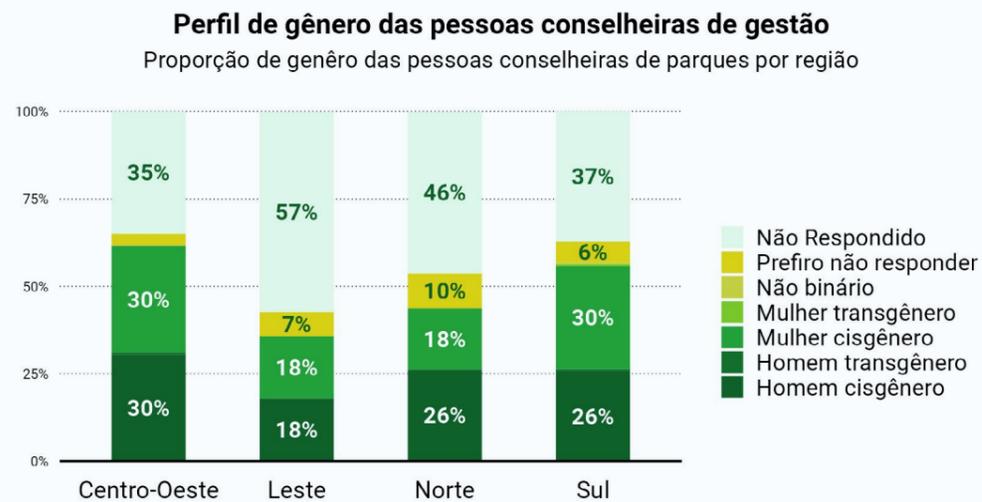


Entre as pessoas que responderam ao questionário, é possível identificar uma boa distribuição etária na composição dos conselhos por região, com destaque para a Região Centro-Oeste, que possui uma porcentagem maior de representantes entre 40 e 49 e 50 a 59 anos em comparação às demais regiões. Em relação à identificação de gênero (ver gráfico abaixo), as regiões Centro-Oeste e Leste possuem paridade entre homens e mulheres cisgênero nos

conselhos, enquanto a Região Norte tem 8% a mais de homens cisgêneros em comparação às mulheres. Já a Região Sul apresenta maior representatividade de mulheres cisgênero nos conselhos, com 4% a mais em relação ao homem cisgênero. Não houve representatividade considerável de mulheres e homens transgêneros e de pessoas não binárias compondo os conselhos gestores dos parques.

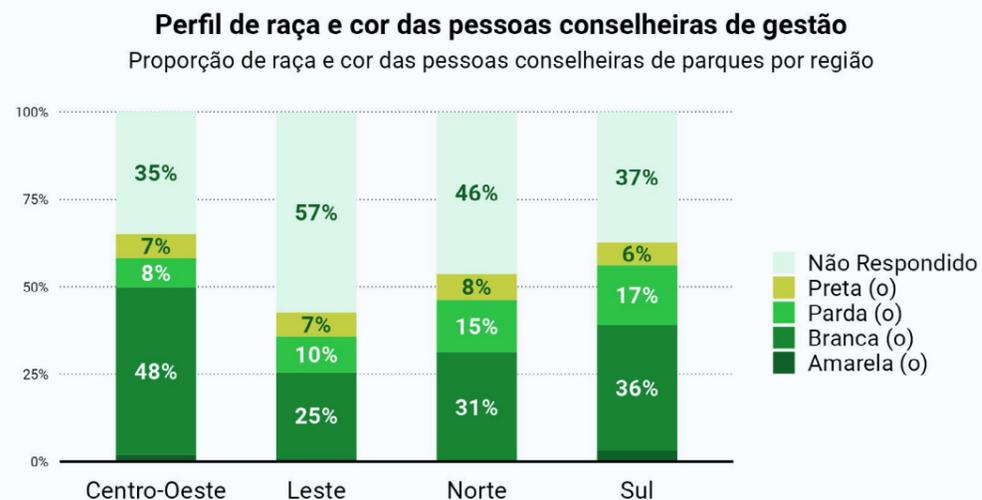
**Gráfico 37: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: identidade de gênero**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 38: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: raça e cor**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**As análises envolvendo a distribuição de cor, raça e pessoas com deficiência revelam disparidades significativas.**

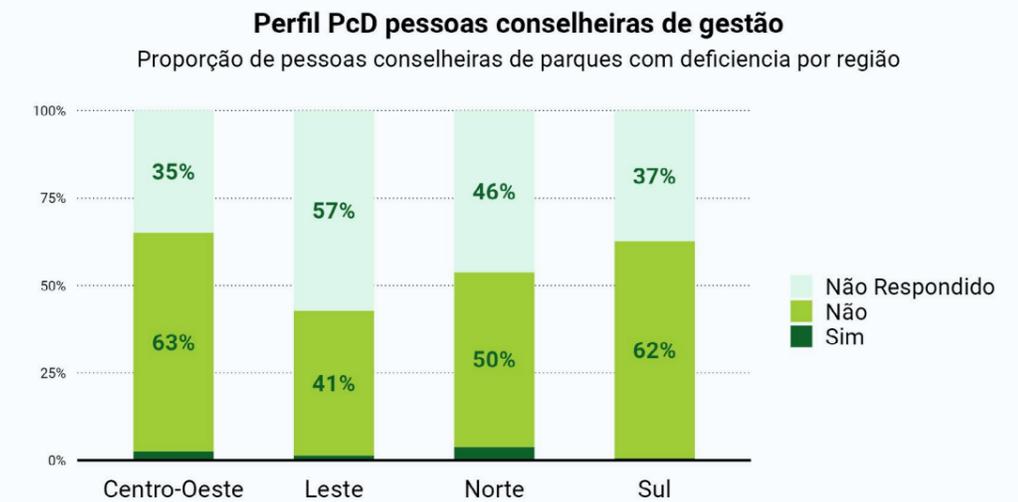
se identificam como brancos, um padrão que se repete nas outras regiões, mas em menores porcentagens.

A Região Centro-Oeste se destaca com uma predominância de 48% de respondentes que

Em relação às pessoas com deficiência, apenas nas regiões Norte (4%) e Centro-Oeste (2%) há uma representatividade significativa (gráfico 39).

**Gráfico 39: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: pessoas com deficiência**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Em relação à escolaridade das pessoas conselheiras, a Região Centro-Oeste se destaca pela predominância de pessoas com pós-graduação completa, o que difere das outras regiões, onde a maioria possui ensino superior completo (gráfico 40). Nas regiões Leste e Sul, a segunda maior porcentagem corresponde a pessoas com pós-graduação completa, enquanto na Região Norte, a maioria possui ensino médio completo.

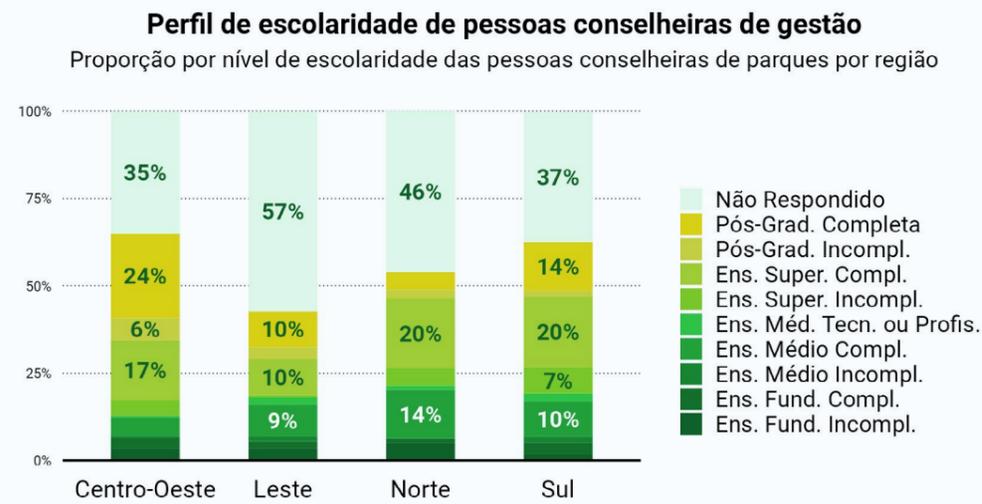
outras regiões, a distribuição percentual é mais equilibrada em cada faixa salarial: a Região Leste varia de mais de um salário até dez salários; a Região Norte vai de mais de meio salário-mínimo até 15 salários; e a Região Sul varia de mais de um salário até 15 salários.

Quando à renda média mensal domiciliar, a Região Centro-Oeste apresenta uma maior proporção de rendas mais altas, variando de mais de um até mais de 15 salários-mínimos, com destaque para o intervalo entre mais de cinco e até dez salários (gráfico 41). Nas



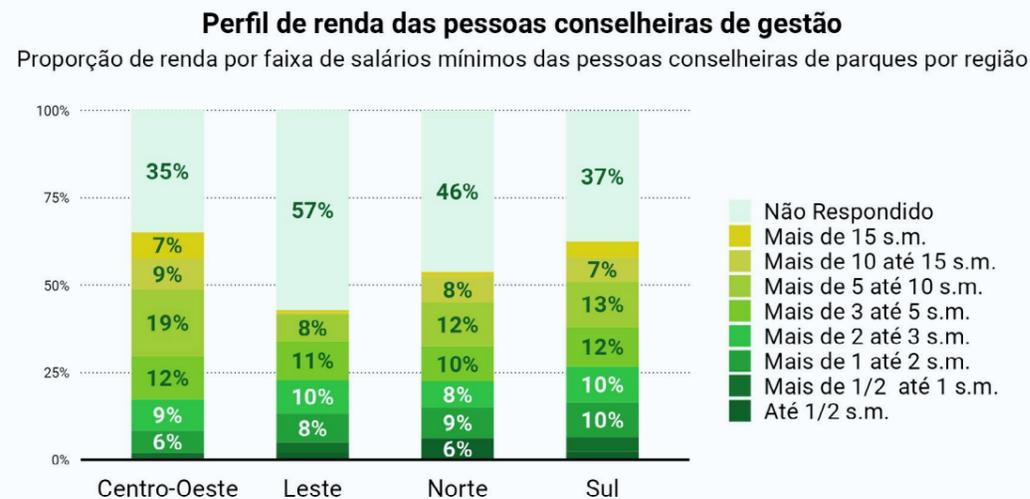
**Gráfico 40: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: escolaridade**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 41: Distribuição regional do perfil das pessoas conselheiras: renda média mensal domiciliar**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.6.3 Comportamentos antissociais

Conforme analisado na dimensão de segurança, a promoção de espaços seguros é essencial para que mulheres e meninas se apropriem dos parques. Portanto, promover estratégias direcionadas a aumentar a sensação de segurança das mulheres, indo além do patrulhamento preventivo, são cruciais para promover a inclusão não

só delas, mas de todas as pessoas que frequentam as áreas verdes.

Conforme destacado na seção de acessibilidade, entradas vandalizadas e sem sinalização são exemplos de infraestruturas que contribuem para a criação de ambientes potencialmente inseguros. No entanto, não são apenas os aspectos infraestruturais que influenciam na sensação de segurança das

pessoas que frequentam esses espaços. Fatores ligados ao uso dos parques também podem gerar insegurança, como a presença de atos de vandalismo, tráfico de drogas, assédio e manifestações preconceituosas (raciais, xenofóbicas, religiosas, entre outras), que podem desencorajar a presença de mulheres e meninas.

delegadas pela SVMA na administração dos parques municipais, refletindo uma visão subjetiva e não necessariamente as proporções reais de tais ocorrências. Contudo, essa Avaliação optou por manter tal abordagem pois as pessoas gestoras são as representantes institucionais de cada parque, e suas percepções sobre a prevalência desses comportamentos são importantes para compreender o ambiente dos parques.

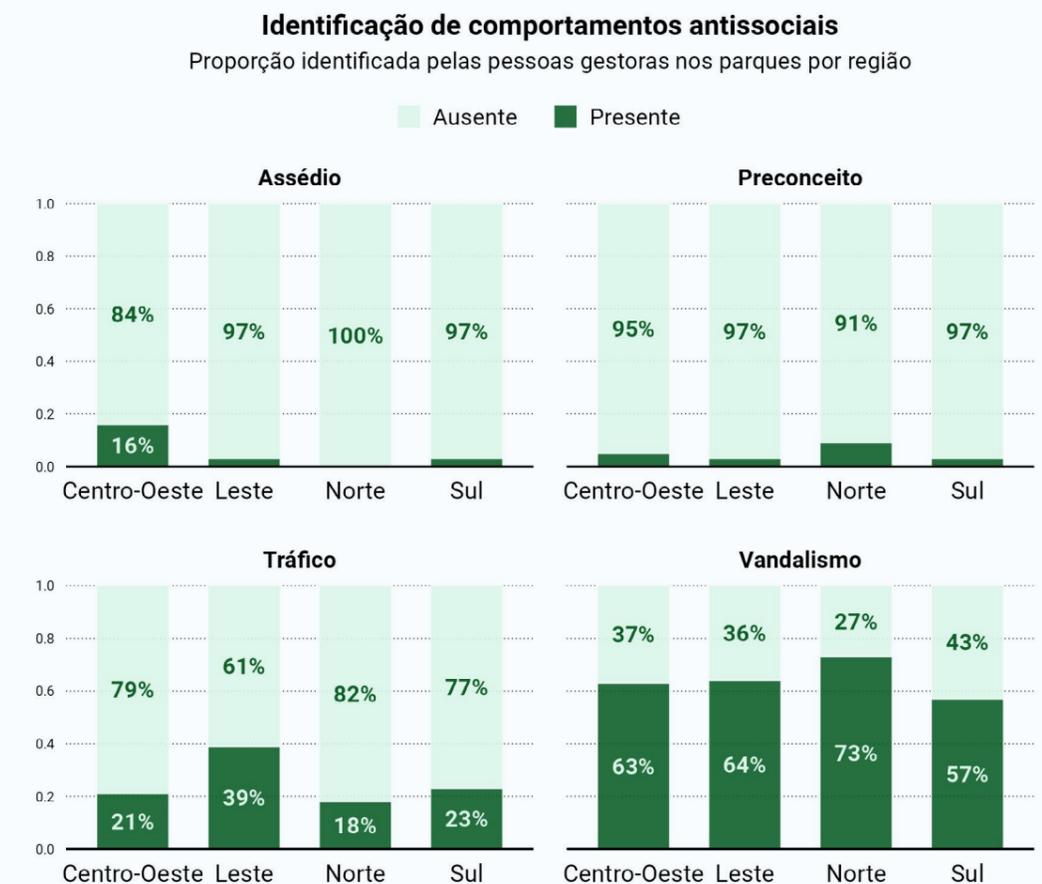
Para avaliar a ocorrência desses comportamentos considerados como *antissociais* nos parques, foi incluída uma pergunta específica sobre a identificação desses atos no questionário com pessoas gestoras (ver seção 5.1 *Estruturação Metodológica*). É importante ressaltar que essa variável é baseada na percepção das pessoas gestoras, que são as responsáveis



**Segundo as pessoas gestoras dos parques, em todas as regiões há uma incidência significativa de vandalismo, totalizando mais de 50% dos parques de todas as regiões.**

**Gráfico 42: Proporção da identificação de comportamentos antissociais nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Além disso, foi observada a presença de atividades relacionadas ao tráfico de drogas, especialmente nos parques da Região Leste. Quanto a atos de assédio, somente as pessoas gestoras dos parques da região Centro-Oeste relataram uma taxa significativa, com 16% dos parques registrando casos. Em relação a atos preconceituosos, todas as regiões reportaram poucas incidências, sendo a maior delas a região Norte com 9% dos parques afetados.

### 6.6.4 Tipos de atividades nos parques

Assim como o indicador anterior, para avaliar os tipos de atividades percebidas nos parques foi utilizado o questionário com as pessoas gestoras como fonte de dados primários. Logo, os resultados refletem o conjunto de atividades percebidas pelas pessoas gestoras de cada parque.



**Figura 24: Atividade do projeto “Vem Passarilhar Sampa” realizado na área de implantação do Parque Linear Córrego do Bispo**

Fonte: SVMA

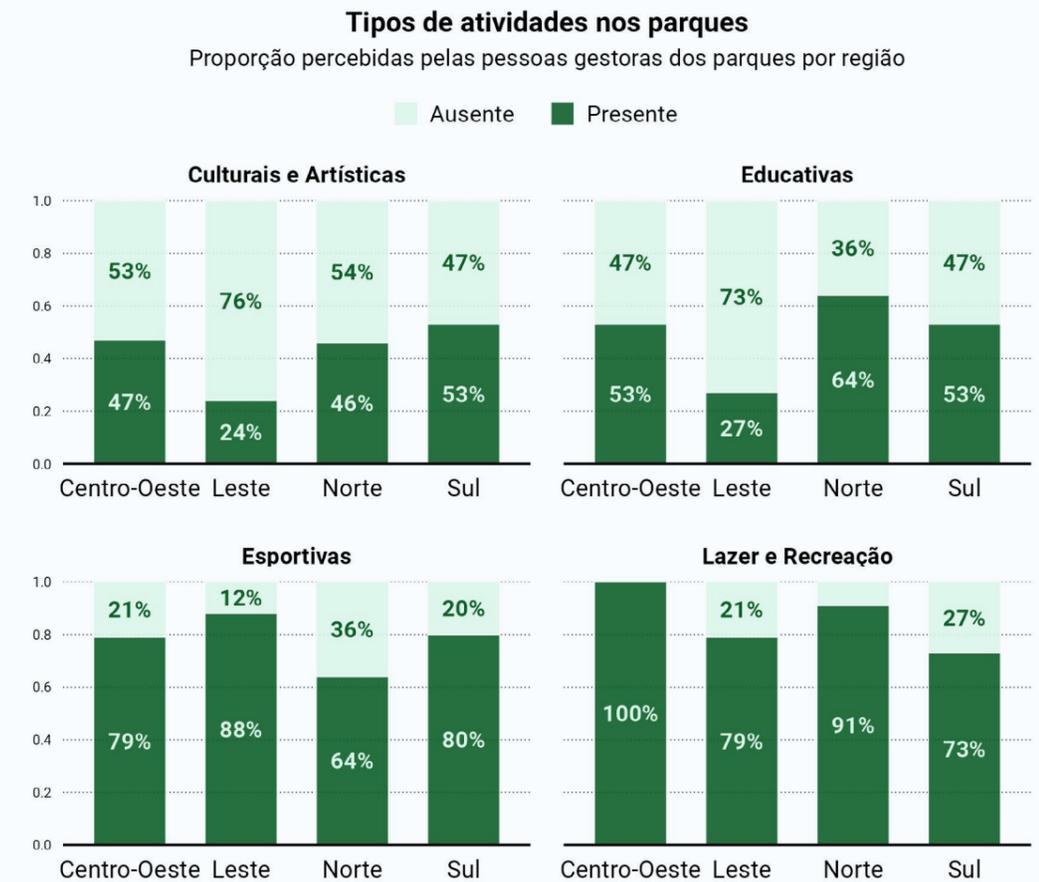


A relevância de se investigar os tipos de atividades desenvolvidas nos parques está diretamente relacionada ao entendimento do potencial de diversidade em seus usos, e à consequente apropriação inclusiva pelas pessoas que os frequentam. Incentivar o uso e a apropriação dos espaços públicos de forma diversa, contemplando atividades entre diferentes grupos sociais, não apenas fortalece o sentimento de pertencimento da comunidade, mas também aumenta a vitalidade e a segurança dos parques. Portanto, estimular a apropriação dos parques para que se tenha uma presença simultânea e contínua de pessoas exercendo diferentes usos e atividades é algo que deve ser incentivado.

Nesta Avaliação, foram mapeadas a percepção das pessoas gestoras na ocorrência de atividades culturais e artísticas, educativas, físicas ou esportivas, e de lazer e recreação nos parques sob sua administração.

**Gráfico 43: Proporção da identificação dos tipos de atividades nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Com relação às atividades culturais e artísticas, os parques da Região Sul lideram em comparação às outras regiões com 53% de atividades, enquanto a Região Leste apresenta a menor porcentagem dessas atividades (24%). A Região Leste também tem uma baixa presença de atividades educativas, com apenas 27% dos parques oferecendo essas atividades, em contraste com as outras regiões, que variam entre 53% e 64%, com destaque para a Região Norte (64%). Considerando a densidade de equipamentos culturais na Região Leste, conforme avaliado na dimensão de distribuição espacial, a baixa porcentagem de atividades culturais e educativas nos parques dessa região poderia ser revertida com o incentivo a atividades integrativas entre os equipamentos públicos e os parques.

Já em relação às atividades físicas ou esportivas, a Região Leste lidera com 88%, embora as outras regiões também apresentem altas porcentagens.



**As atividades de lazer e recreação têm uma alta apropriação em todas as regiões, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, onde respectivamente 100% e 91% dos parques oferecem essas atividades.**

No questionário com pessoas usuárias ([ver seção 5.1 Estruturação Metodológica](#)), para as respondentes mulheres foi incluída uma pergunta direcionada à oferta de atividades

dedicadas às mulheres em cada parque. Como mulheres e meninas se sentem mais seguras em parques que são amplamente apropriados por outras mulheres, a identificação de atividades voltadas para esse público sugere um ambiente mais seguro

e confortável para mulheres e meninas. Segundo as mulheres entrevistadas, todas as regiões possuem uma baixa proporção de atividades voltadas a mulheres e meninas, variando entre 8% e 11% nas regiões.

**Gráfico 44: Proporção da identificação de atividades voltadas a mulheres e meninas nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**6.6.5 Presença de equipamentos e infraestruturas inclusivos**

Além da presença de atividades nos parques, a disponibilização de equipamentos e infraestruturas que possibilitem uma apropriação inclusiva é fundamental para incentivar a participação de diversos grupos sociais. Alinhada à meta 7 do ODS 11, que visa “garantir o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, especialmente para mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência”, essa abordagem enfatiza a necessidade de considerar questões de gênero, idade e das pessoas com deficiência ao planejar cidades e comunidades sustentáveis, devido à situação de vulnerabilidade que esses grupos enfrentam.

Através do mapeamento de setores descrito em “5.1 Estruturação Metodológica”, foram identificados os parques que possuem espaços dedicados a crianças e bebês, uma vez que esses equipamentos fortalecem a apropriação dos parques por crianças e suas famílias, especialmente por mulheres, devido ao papel de cuidadoras que muitas vezes desempenham.

Dentre os 18 parques da Região Centro-Oeste, os parques Zilda Natel e Prefeito Mário Covas não possuem um setor dedicado para crianças e bebês. Dos 34 parques da Região Leste, quatro carecem desse setor, que são eles: Parque Ermelino Matarazzo, Parque Linear Itaim Paulista, Parque Linear Mongaguá e Parque Linear Ribeirão Oratório. Enquanto na Norte, dos seus 11 parques,

um não possui o espaço: o Parque Sena. Já a Região Sul, dentre seus 31 parques, os parques Casa Modernista, Castelo e Nascentes do Ribeirão Colônia não têm áreas para crianças e bebês. De uma forma geral, todas as regiões têm uma alta proporção de parques com esse setor, contudo, os que não possuem, podem conter uma menor apropriação por crianças e mulheres.

Além de identificar os parques que possuem setores dedicados a crianças e bebês em cada região, este indicador também avalia a qualidade e acessibilidade desses equipamentos. Para essa análise, após serem identificados os equipamentos com problemas de funcionamento nos setores infantis através do indicador 6.5.3 “Número de parques com problemas infraestruturais”, esse indicador investiga os setores infantis que possuem pavimentação com buracos ou contendo materiais que tornam os espaços inacessíveis para pessoas com deficiência. Entende-se que parques que têm setores dedicados a crianças e bebês, mas não oferecem equipamentos seguros e acessíveis, tem a inclusão desses espaços comprometida.



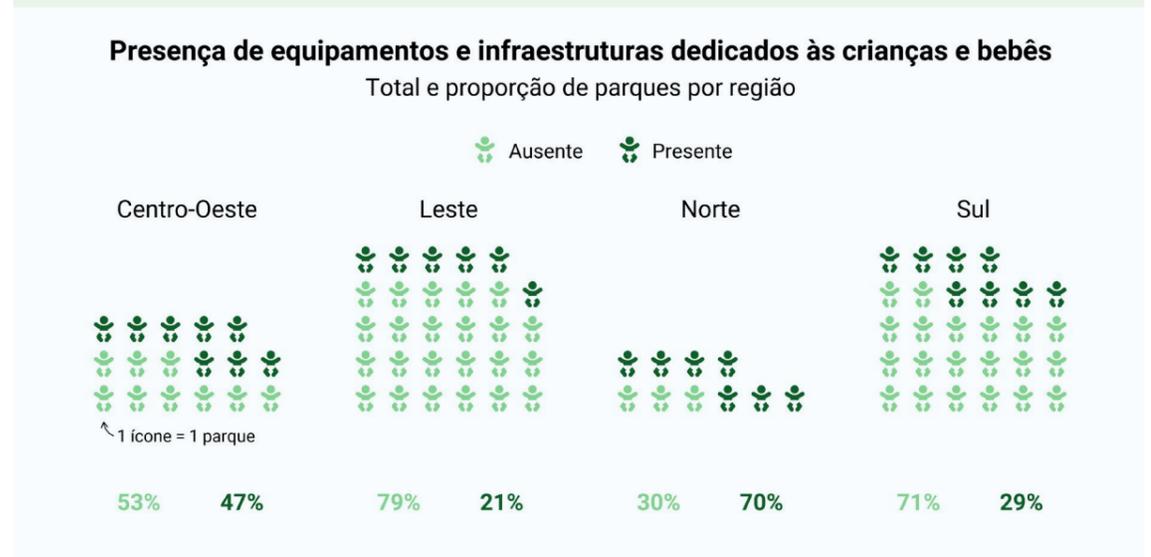
**A Região Leste, além de ter a maior porcentagem de parques sem setores dedicados a crianças e bebês, também apresenta a maior proporção de parques com setores sem acessibilidade adequada em comparação às outras regiões (79%).**

Isso sugere que mais de 80% dos parques na região não oferecem uma infraestrutura confortável e segura para a inclusão de crianças e, conseqüentemente, de suas famílias. A Região Sul também apresenta uma proporção significativa de parques inadequados (71%), enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte seguem com 53% e 30% dos parques com setores identificados como inadequados, respectivamente.

Cabe destacar que as regiões Leste e Sul apresentam uma alta incidência de setores dedicados a crianças e bebês com aspectos inadequados, tanto em relação a infraestruturas com problemas de funcionamento, conforme investigado em

**Gráfico 45: Proporção da presença de equipamentos dedicados a crianças e bebês nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



6.5.3 “Número de parques com problemas infraestruturais”, quanto em aspectos de acessibilidade discutidos anteriormente.

Ao avaliar os equipamentos e infraestruturas que promovem a inclusão das pessoas que frequentam os parques através da perspectiva de gênero, além de investigar áreas adequadas para crianças, foram identificadas certas infraestruturas que proporcionam um uso mais confortável e seguro para mulheres e meninas. Entre essas infraestruturas, mapeou-se a presença de bebedouros, assentos e mobiliários para descanso, além de sanitários (masculinos, femininos e/ou unissex) equipados com trocador infantil e/ou banheiro familiar em todos os parques.

Foram considerados como inadequados os parques que não possuem nenhuma das infraestruturas listadas acima em até 25% da totalidade de setores do parque. Parcialmente adequados são os parques que possuem as infraestruturas distribuídas entre 25% e 75% dos setores do parque, e adequados os que possuem em acima de 75% dos setores todas as infraestruturas indicadas.



Figura 25: Setor infantil com crianças brincando no Parque Paraisópolis

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



Gráfico 46: Proporção da presença de equipamentos dedicados a mulheres e meninas nos parques por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Presença de equipamentos e infraestruturas dedicados às mulheres e meninas

Total e proporção de parques por região



O gráfico acima revela que, em todas as regiões, as infraestruturas voltadas para mulheres e meninas encontram-se parcialmente adequadas.

que apresentam parques inadequados (13% e 12%, respectivamente).

Este dado confirma sugere que uma grande porcentagem dos parques da capital ainda não está completamente adequada para uma apropriação plena e confortável por esse grupo, o que impacta diretamente no grau de inclusão desses espaços. Destaca-se que as regiões Sul e Leste, por serem as duas regiões

Para avaliar a qualidade dos parques em relação ao uso por pessoas com deficiência, considerou-se a presença de bebedouros e sanitários acessíveis, infraestruturas essenciais para a apropriação dos espaços por esse público. Parques classificados como inadequados são aqueles que não possuem essas infraestruturas. Parques parcialmente adequados possuem apenas uma delas, enquanto os adequados oferecem tanto bebedouros quanto sanitários acessíveis.

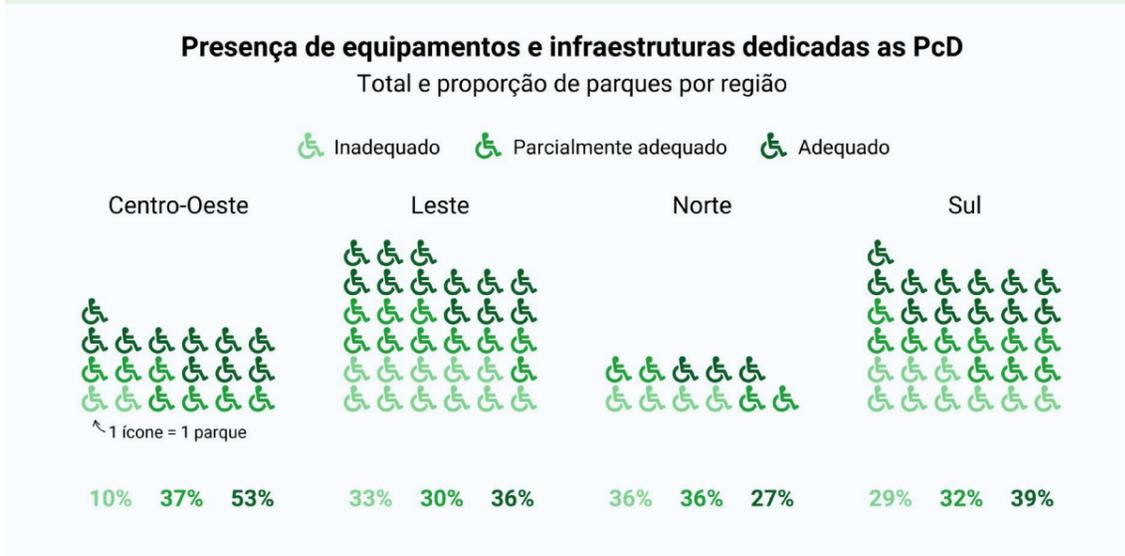
Figura 26: Mulheres sentadas no setor infantil do Parque Augusta

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



**Gráfico 47: Proporção da presença de equipamentos dedicados as pessoas com deficiências nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



De modo geral, predominam os parques com infraestruturas inadequadas e parcialmente adequadas, com proporções semelhantes (cerca de 30% em cada) nas regiões Leste, Norte e Sul. Apenas na Região Centro-Oeste, mais de 50% dos parques possuem infraestruturas dedicadas a pessoas com deficiência. Considerando também as baixas porcentagens de parques adequados na análise de acessibilidade universal ([ver 6.4.3 "Presença de estruturas para acessibilidade universal"](#)).



**Conclui-se que todas as regiões precisam investir em infraestruturas para promover a inclusão de pessoas com deficiência em seus parques.**

## O QUE SE DESCOBRIU?

Ao investigar a inclusão nos parques de São Paulo, percebe-se que, apesar de haver um uso diverso em termos de gênero e raça/cor, os parques ainda carecem de representatividade nos conselhos gestores que reflita a diversidade das pessoas usuárias. Além

disso, há uma necessidade de infraestruturas mais inclusivas que se estendam por todo o perímetro do parque, evitando a apropriação parcial, principalmente por mulheres e meninas.

1.

Parques nas regiões Centro-Oeste e Leste são predominantemente usados por jovens e homens, enquanto a Região Norte é majoritariamente frequentada por pessoas acima de 60 anos.

2.

Os conselhos gestores de todos os parques são majoritariamente compostos por pessoas brancas, embora o uso dos parques, exceto na Centro-Oeste, seja predominantemente por pessoas pretas e pardas. Além disso, os conselhos gestores das regiões Norte e Sul são majoritariamente formados por homens.

3.

Existe uma alta incidência de atos de vandalismo relatados pelas pessoas gestoras dos parques em todas as regiões, o que pode inibir o uso por algumas pessoas, especialmente mulheres e meninas.

4.

Muitos parques na capital ainda não estão totalmente adequados para uma apropriação plena e confortável por mulheres e meninas. A Região Leste, em particular, tem uma baixa porcentagem de parques com equipamentos para crianças e bebês em bom funcionamento. Além disso, a maioria dos parques de São Paulo não oferecem uma boa cobertura de infraestruturas para pessoas com deficiência.

# CONFORTO E SAÚDE



Comprometemo-nos a promover a criação e a manutenção de redes bem conectadas e bem distribuídas de espaços públicos abertos, multifuncionais, seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade; melhorar a resiliência das cidades a catástrofes e mudanças climáticas, incluindo inundações, secas e ondas de calor; melhorar a segurança alimentar e a nutrição, a saúde física e mental, a qualidade do ar ambiente e doméstico; reduzir a poluição sonora e promover cidades, paisagens urbanas e assentamentos humanos atrativos e habitáveis; e priorizar a conservação de espécies endêmicas.

Nova Agenda Urbana, p. 67

## O que se espera saber:

1. De que forma os parques de São Paulo estão contribuindo com a melhoria da saúde física e mental da sua população?
2. Os parques possuem infraestruturas físicas capazes de proteger às pessoas contra intempéries agravadas pelas mudanças do clima, como por exemplo calor extremo?
3. Existem outros elementos de risco à saúde e aumento da sensação de desconforto tais como descarte de lixo ao ar livre?



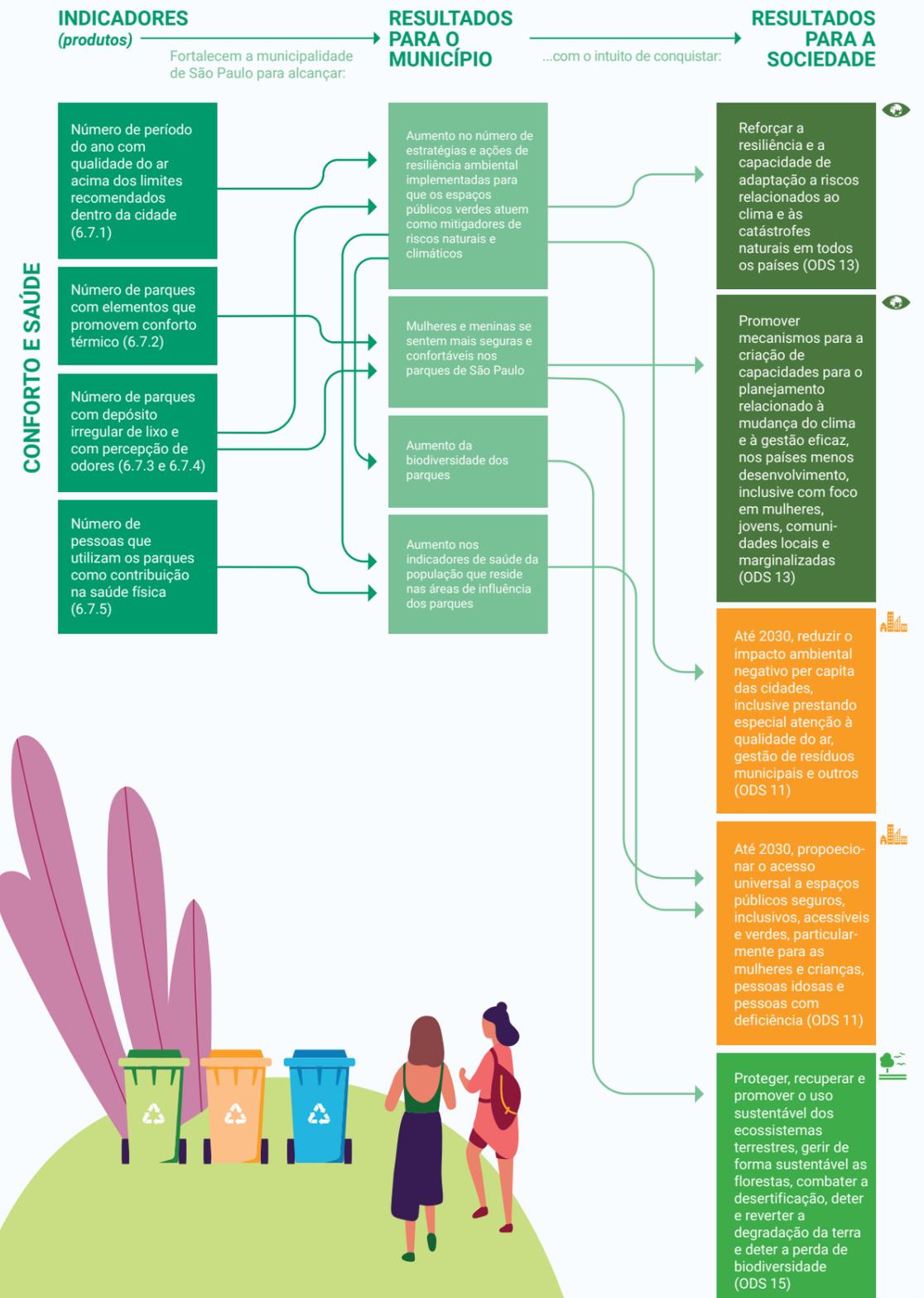


Figura 27: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Conforto e Saúde

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade**

Teoria da Mudança simplificada



A saúde urbana é a área do conhecimento que permite a reflexão sobre o impacto na saúde das intervenções realizadas nas cidades. Nesse sentido, a saúde das pessoas que vivem em áreas urbanas está diretamente relacionada a influências globais, nacionais e locais, e é afetada por fatores sociais e ambientais dentro de uma cidade (CAIAFFA et al, 2015). Isso significa que o planejamento das cidades pode afetar diretamente o estilo, qualidade de vida e a saúde da população.

A pandemia de Covid-19 é um marco significativo nas áreas da saúde física e mental da população. Dentro da saúde mental, o impacto psicológico gerado pelo medo da transmissão do vírus e pela necessidade de confinamento, além dos efeitos do desemprego e preocupações financeiras, resultaram em prejuízos na saúde mental de grande parte da população. Em relação à saúde física, a pandemia apontou para a importância de espaços públicos abertos qualificados para redução nas taxas de transmissão, além da necessidade de um maior convívio com a natureza para a melhoria da saúde como um todo.



**Os parques se apresentam como um grande aliado no planejamento de cidades que valorizam a saúde urbana.**

A partir da oferta de infraestrutura, esses espaços contribuem diretamente na melhoria da saúde física e mental das pessoas (SILVA, 2019). No campo da saúde física, os parques proporcionam maior conforto ambiental às pessoas, a partir de benefícios gerados pelos ecossistemas nesses locais, como por exemplo a regulação térmica promovida pela vegetação, a melhoria ou percepção de melhoria na qualidade do ar, e a atenuação da poluição sonora. Somado a isso, a oferta de equipamentos esportivos e a tendência aos deslocamentos ativos (a pé ou em bicicleta) para práticas esportivas transforma os parques em equipamentos de grande

relevância para a melhoria da saúde física da população.

Em relação à saúde mental, os parques são um dos principais pontos de contato com a natureza dentro dos centros urbanos, proporcionando oportunidades de relaxamento frente às demandas cotidianas, o que ajuda na redução dos níveis de estresse e ansiedade nas pessoas. Além disso, são espaços que permitem e convidam a interações sociais, outro fator associado à sensação de bem-estar, sobretudo mental.

De acordo com o documento "Integrando a saúde ao planejamento urbano e territorial: Guia de referência", publicado pelo ONU-Habitat em parceria com a Organização Mundial da Saúde (UN-HABITAT, 2023), há três principais componentes de enfoque da saúde pública pertinentes ao planejamento urbano e territorial: prevenção de doenças; promoção da saúde e dimensões curativas; e saúde pública e ecológica. Estes componentes serviram de referência para o desenvolvimento e análise dos indicadores desta dimensão da seguinte forma:

- **Prevenção de doenças:** elementos que possam resultar em danos à saúde, tais como: falta de saneamento, risco de poluição do ar e água, exposição à poluentes etc. A análise



desse componente de saúde urbana foi realizada utilizando indicadores de análise da qualidade do ar e temperaturas na cidade, presença de locais de descarte de resíduos ao ar livre, identificação de locais com odores que podem estar relacionados ao descarte irregular de resíduos, à qualidade das águas, ou a vetores de doenças.

- **Promoção da saúde e dimensões curativas:** as intervenções típicas do planejamento incluem o fornecimento de infraestrutura para o ciclismo, estratégias locais de cultivo e acesso a alimentos saudáveis, acesso à natureza próxima e a espaços públicos abertos e medidas de inclusão social. Para avaliar esse componente, foi levantado o percentual de pessoas que utiliza os parques para a realização de práticas esportivas e contemplativas, que foram associadas à promoção da saúde física e mental, respectivamente.
- **Saúde pública ecológica:** planos de ação para a biodiversidade, planos de energia ligados ao clima, as estratégias espaciais para reduzir o consumo de recursos e energia, sistemas de alimentos locais e as estratégias de resiliência. Esses aspectos serão tratados na dimensão verde e azul.

Por último, a dimensão de conforto e saúde urbana aborda outros elementos associados ao bem-estar da população, analisando a presença de estruturas físicas nos parques capazes de contribuir com promoção de conforto térmico.

### 6.7.1 Qualidade do ar e temperatura

Os parques urbanos possuem um papel de grande importância para a atenuação dos

impactos ocasionados pelas mudanças do clima, pois atuam como locais de fomento à biodiversidade, melhoria na qualidade do ar e temperaturas, e captura de carbono pelas árvores. Dentre os benefícios relacionados ao conforto e saúde da população, destaca-se a melhoria na sensação de conforto térmico e a purificação do ar pela vegetação (CLIMATE HUB RIO, 2024).

O conforto térmico é a sensação que cada pessoa percebe em relação às condições térmicas do ambiente. Está relacionado a questões individuais, mas também aos fatores físicos do ambiente. Assim, o efeito refrescante promovido pela vegetação e pelos cursos d'água nos parques pode contribuir com a melhor sensação de conforto térmico, sobretudo durante as condições de calor extremo. De acordo com a metodologia do ONU-Habitat, Avaliação de Espaços Públicos da Cidade (UN-HABITAT, 2020), as condições ideais de temperatura para atividades humanas devem variar entre 15 e 25 graus Celsius. Em contrapartida, dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) mostram a cidade de São Paulo registrou 108 dias no ano de 2023 nos quais as temperaturas foram iguais ou superiores a 30°C.

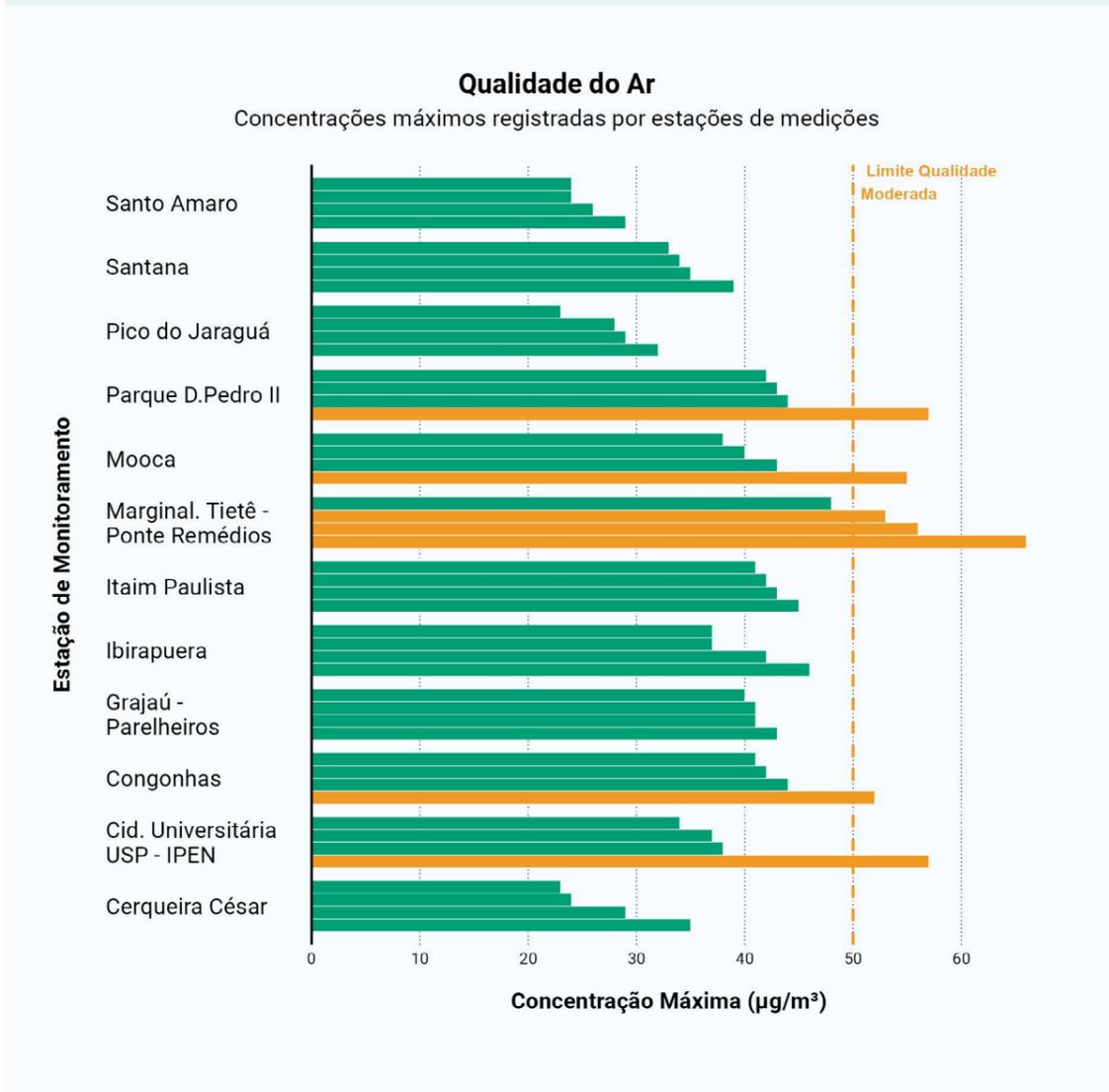
Outro fator de grande impacto na qualidade de vida da população é a qualidade do ar, que também está relacionada ao aumento de temperaturas, pois o aumento de gases como dióxido de carbono e metano na atmosfera resultam no chamado efeito estufa, que provoca o aumento das temperaturas globais. Os parques urbanos desempenham um papel na atenuação da poluição do ar nas cidades, sobretudo devido ao papel da vegetação como um filtro natural, capturando poluentes atmosféricos e promovendo a purificação do ar.

**Segundo dados da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), no ano de 2023 foram registrados sete períodos nos quais as concentrações de gases poluentes (MP2.5: partículas finas inaláveis) nas estações de medição da cidade de São Paulo ultrapassam os limites considerados moderados.**

Os níveis de MP2.5 acima de 50 agravam os riscos de doenças respiratórias em crianças e idosos e as crianças têm os sintomas agravados. Além disso, a população em geral pode apresentar sintomas como ardor nos olhos, nariz e garganta, tosse seca e cansaço.

**Gráfico 48: Registros de qualidade do ar em 2023 na cidade de São Paulo**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**6.7.2 Elementos para a promoção de conforto térmico**

Com o aumento de eventos climáticos extremos, sobretudo relacionados a ondas de calor na cidade de São Paulo, a oferta de estruturas de proteção é de grande importância para o bem-estar e para a saúde física da população. Entendendo que as medidas de promoção de conforto térmico devem ser consideradas medidas de adaptação frente aos eventos climáticos extremos, os projetos para parques devem prever estruturas, naturais e/ou artificiais que auxiliem na melhoria do conforto térmico. Para essa finalidade, foram considerados como elementos de proteção do sol a vegetação, pergolados, ou qualquer outro elemento capaz

de promover o sombreamento de um setor específico do parque. De forma geral, a maioria dos parques contou com elementos de proteção em seus setores.

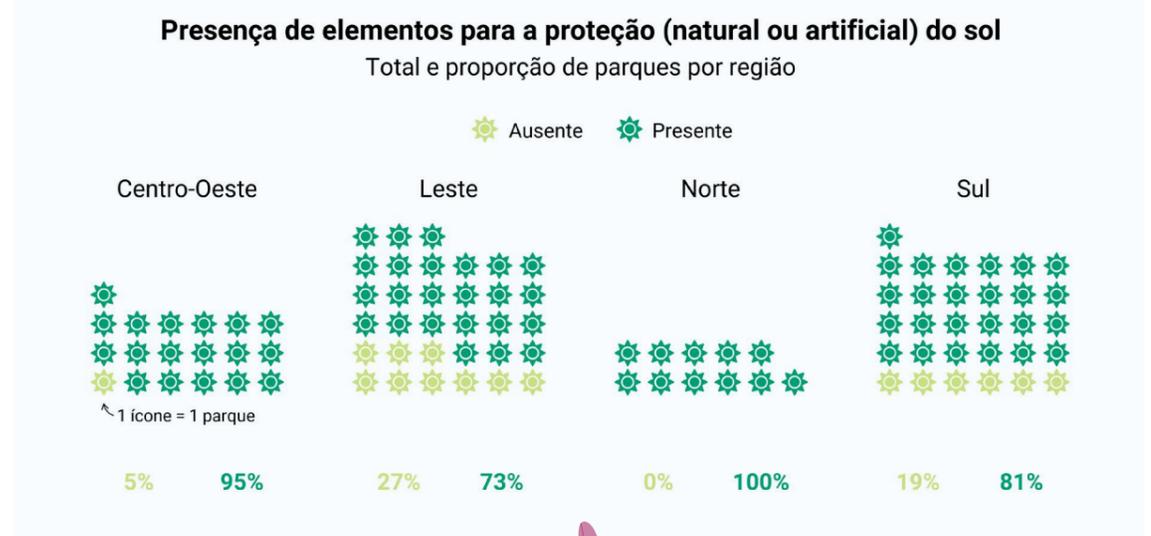


**A Região Leste foi a que apresentou os menores percentuais, com 73% dos parques contando com elementos de proteção solar em seus setores.**

Além da redução da utilização dos equipamentos dos parques devido à exposição solar excessiva, a falta de elementos de proteção pode causar riscos à saúde, sobretudo de grupos específicos como crianças e idosos.

**Gráfico 49: Proporção da presença de elementos para proteção do sol nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.7.3 Descarte de resíduos

Além do desconforto que pode ocasionar, a presença de pontos de descarte irregular de resíduos pode estar associada a transmissão de doenças e resultar na contaminação do solo e de cursos d'água. Por isso, é de grande importância na promoção da saúde pública e da manutenção da biodiversidade que existam sistemas adequados de descarte e armazenamento destes resíduos, bem como a promoção de políticas de educação ambiental relacionadas à importância deste descarte regular.

Por observação, foram levantados pontos de descarte irregular nos setores dos parques, sendo considerado como descarte inadequado aqueles parques que possuem mais 75% de seus setores com pontos de algum tipo de resíduo descartado fora dos sistemas de coleta previstos; parcialmente adequado os parques que possuem entre 25% e 75% de seus setores sem elementos de descarte irregular; e adequado são os

parques que possuem menos de 25% de seus setores com a presença de elementos de descarte irregulares.

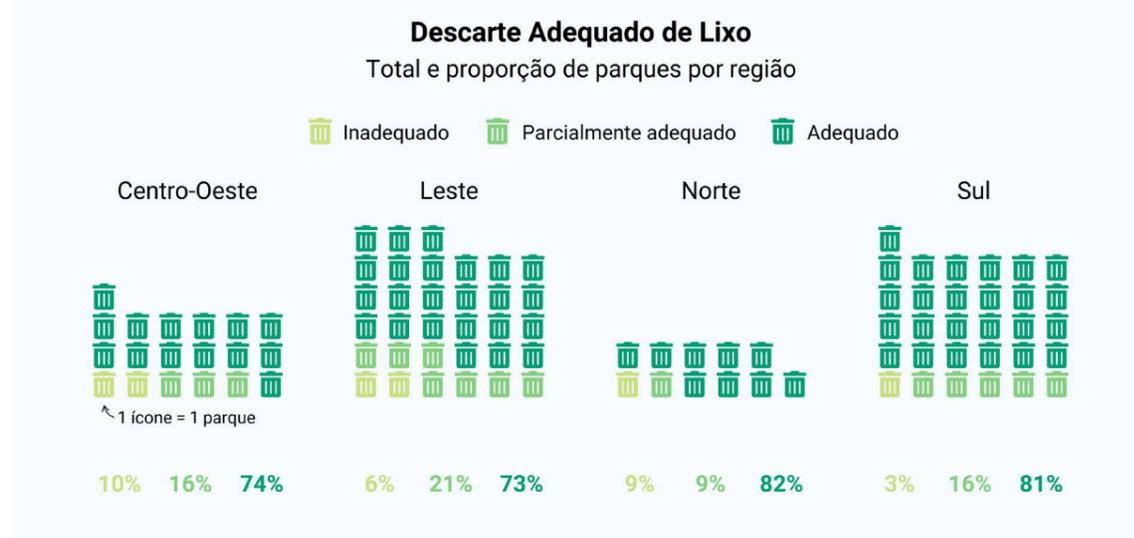


**De forma geral, grande parte dos parques conta com o descarte adequado de resíduos,**

sendo que os da Região Norte apresentam as melhores condições, com 82% dos parques em condições adequadas, seguidos dos parques da Região Sul, com 81% e Centro-Oeste, 74%, e Leste por último, com 73% dos parques apresentando condições consideradas adequadas de descarte de seus resíduos. Todavia, é importante compreender que a presença de pontos de descarte irregulares deve ser tratada como prioridade de intervenção, devido a todos os riscos à saúde mencionados, além da associação a falta de manutenção que pode trazer nesses locais, reduzindo a frequência pela população.

**Gráfico 50: Proporção da presença de equipamentos para descarte de lixo nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.7.4 Percepção de odores

A percepção de odores nos parques pode ser entendida como um elemento de desconforto para as pessoas frequentadoras, mas também está relacionada à saúde da população, uma vez que pode indicar a presença de descarte irregular de lixo, ou problemas na qualidade dos cursos d'água nos parques.

Foram mapeados os parques que possuem pelo menos um setor onde se identificou maus odores que podem estar associados aos problemas relatados anteriormente.

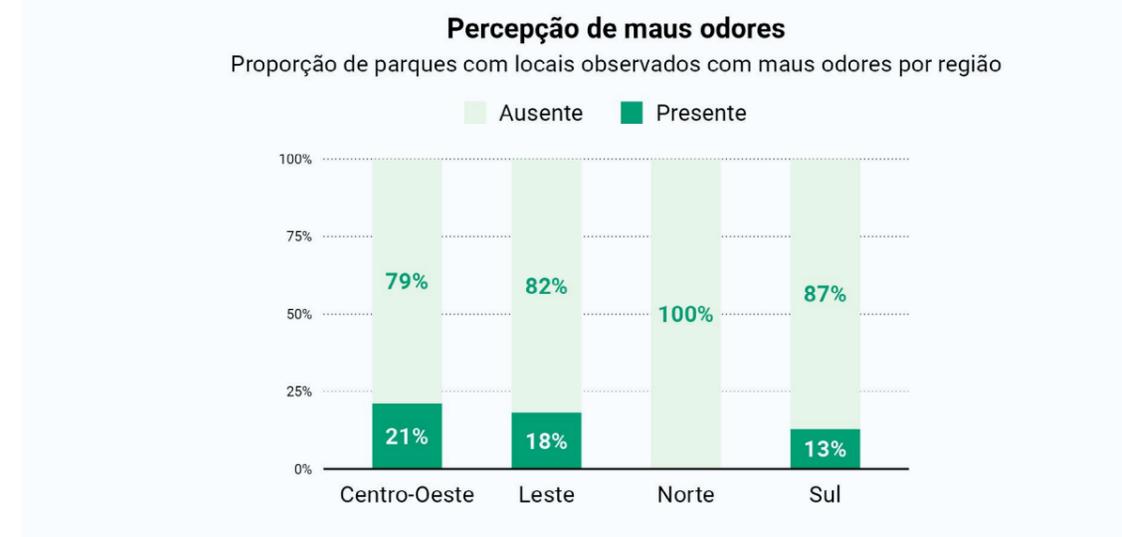


**Como resultados, os parques da Região Centro-Oeste foram os que apresentaram maiores registros de maus odores, em 21% dos parques, seguidos pelos parques da Região Leste (18%) e Sul (13%).**

Não foram identificados focos de maus odores nos parques da Região Norte, o que coincide com os melhores resultados obtidos na avaliação dos pontos de descarte irregular

**Gráfico 51: Proporção da percepção de odores nos parques por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



de resíduos, no qual a região também apresentou os melhores resultados quando comparada as demais regiões.

**Estruturas espaciais para estilos de vida mais saudáveis**



**COMPREENDER O PODER CURATIVO DA NATUREZA É FUNDAMENTAL PARA UMA SOCIEDADE MAIS SAUDÁVEL E RESILIENTE”**

(WWF, 2023).

Os dois indicadores relacionados a estilos de vida mais saudáveis abordam a relação dos parques municipais com a melhoria na saúde física e mental da população. Essa associação e os benefícios à saúde provenientes do contato com a natureza já são amplamente conhecidos, sendo que para esta análise foram selecionadas as práticas esportivas como relacionadas à promoção da saúde física e a imersão na natureza relacionada à melhoria na saúde mental.

### 6.7.5 Utilização dos parques como contribuição na saúde física

Além dos benefícios à saúde relacionados a melhoria na qualidade do ar e redução das temperaturas mencionado no indicador “Qualidade do ar e temperatura”, associados à redução de doenças respiratórias, a existência de estruturas espaciais para estilos de vida mais saudáveis pode resultar em benefícios tanto na saúde física quanto mental.

Os benefícios à saúde física das pessoas que frequentam os parques estão relacionados tanto às condições ambientais destes espaços quanto às possibilidades de realização de atividades esportivas e ao lazer ativo. Como indicador associado à saúde física foi identificado o percentual de pessoas que utilizam os parques para práticas esportivas, entendendo que equipamentos de esporte, associados a condições de segurança, acessibilidade e manutenção, podem favorecer essa maior utilização.

Isso pode estar relacionado à oferta de equipamentos diversificados e em boas condições de manutenção, mas também a outras políticas de incentivo ao esporte, como, por exemplo, a realização de atividades esportivas nos parques.

Dentro das regiões da cidade, os percentuais se mantêm parecidos com os resultados em nível do município, com uma maior variação na região Leste, onde apenas 40% da população utiliza os parques para práticas esportivas. A Região Centro-Oeste lidera o percentual de pessoas que frequentam os parques para práticas esportivas, com 53% dos entrevistados afirmando realizar alguma atividade no parque. Na Região Norte, 50% das pessoas realizam algum esporte nos parques, enquanto na Região Sul, 43% da população afirma realizar alguma prática esportiva nos parques. Os melhores resultados obtidos nas regiões Centro-Oeste e Norte coincidem com a avaliação das condições de infraestrutura dos equipamentos esportivos nos parques, onde essas duas regiões apresentaram melhores resultados no nível de manutenção de suas infraestruturas.



**Do total de pessoas entrevistadas, cerca da metade utiliza os parques para a realização de atividades físicas.**

Gráfico 52: Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Frequenta o parque para fazer atividade física (individual/grupo)

Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas

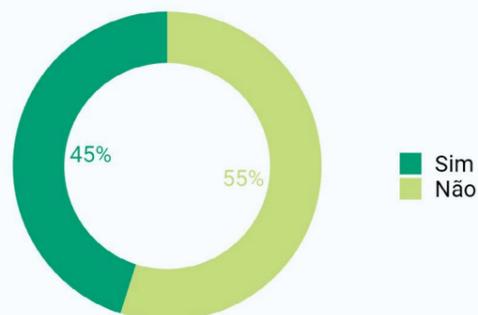
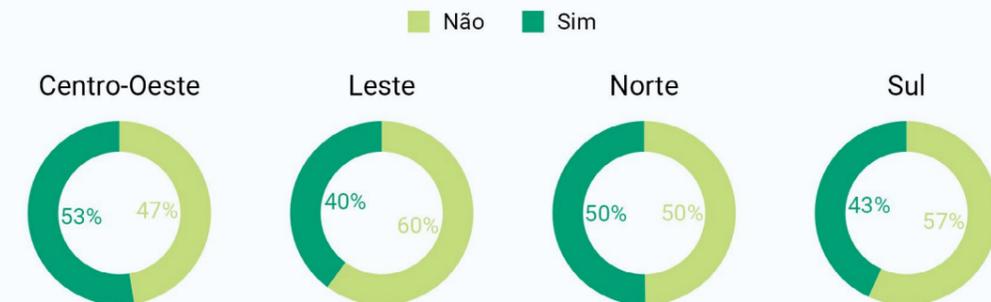


Gráfico 53: Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas por região

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Frequenta o parque para fazer atividade física (individual/grupo)

Proporção das pessoas usuárias que frequentam os parques para fazer atividades físicas por região



### 6.7.6 Utilização dos parques como contribuição na saúde mental

Como indicador de avaliação da contribuição dos parques municipais na saúde mental, foram levantados os resultados obtidos nas entrevistas com as pessoas que frequentam os parques que afirmam utilizar desses espaços para práticas contemplativas e apreciação da natureza em busca da redução dos níveis de estresse e ansiedade.



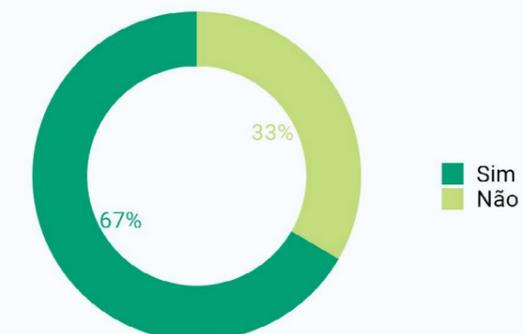
**Comparado ao indicador de prática de atividades físicas nos parques, a utilização dos parques como local de descanso e contemplação obteve maiores percentuais, o que demonstra o efeito positivo dos parques na promoção da saúde mental, alcançando 67%.**

Gráfico 54: Proporção das pessoas usuárias que utilizam os parques com contribuição na saúde mental

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Utiliza o parque como contribuição na saúde mental

Proporção das pessoas usuárias que utilizam os parques com contribuição na saúde mental



Esses índices podem melhorar ainda mais com a elaboração de projetos que ofertem espaços de imersão à natureza, como pequenos bosques, espaços mais afastados de ruído urbano e de grande circulação de pessoas e veículos.

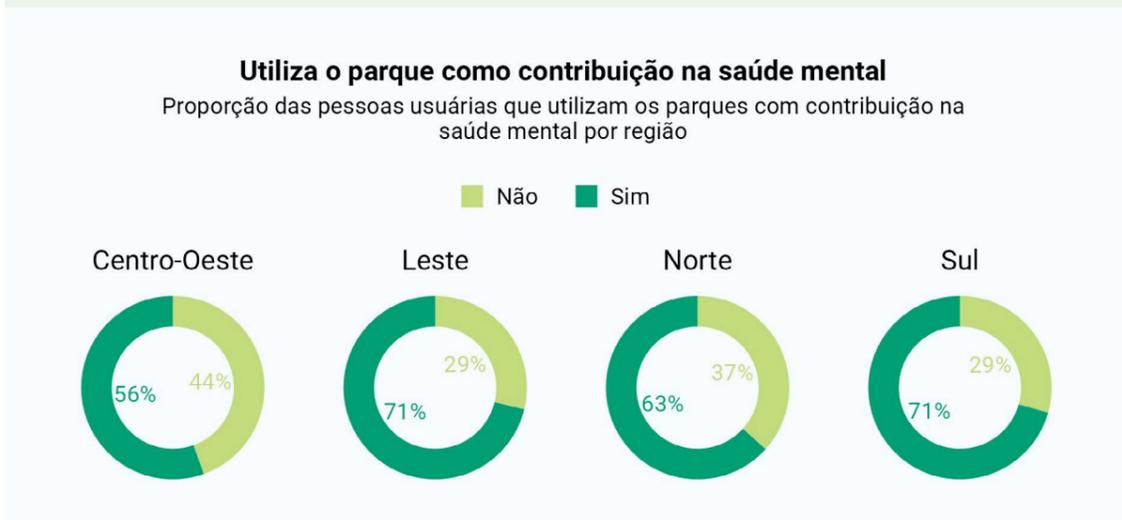
Dentro das regiões, os parques das regiões Sul e Leste possuem o maior percentual de pessoas que afirma utilizar os parques para contemplação, com 71% das pessoas que responderam à entrevista.



**A Região Centro-Oeste apresentou o menor número de pessoas respondentes utilizando seus parques como espaços de contemplação, o que pode estar associado ao caráter dos parques e à cultura da população dessa região, que se apropria destes espaços com objetivo principal de prática esportiva conforme observado no indicador anterior.**

**Gráfico 55: Proporção das pessoas usuárias que utilizam os parques com contribuição na saúde mental por região**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



## O QUE SE DESCOBRIU?

As condições climáticas relacionadas a ocorrências de eventos extremos como elevação das temperaturas, ondas de calor e má qualidade do ar ressaltam a importância dos parques municipais devido a sua capacidade de contribuir com a sensação de

bem-estar e promoção de conforto térmico. A utilização dos parques relacionadas a práticas de melhoria da saúde física e mental foi confirmada, mas ainda há potencial para incremento desses resultados obtidos.

1.

Em entrevistas realizadas com as pessoas que frequentam os parques, foi observado que em média apenas **metade da população utiliza os parques para práticas esportivas**, o que levanta a necessidade de estratégias para um maior engajamento social. Já em relação aos benefícios para a saúde mental, os resultados foram mais positivos, onde 67% das pessoas **afirmam utilizar os parques para lazer passivo ou práticas contemplativas**.

2.

Em geral os parques dispõem de **espaços com proteção solar**, com destaque para os parques das regiões Centro-Oeste e Norte. Considerando o aumento das ocorrências de ondas de calor na cidade de São Paulo, a presença desses elementos se faz fundamental como medida de adaptação frente às mudanças do clima.

3.

São baixas as ocorrências de descarte irregular de resíduos dentro dos parques municipais, porém, considerando os riscos de transmissão de doenças associados a essas práticas, essas **ocorrências devem se aproximar de zero**.

# VERDE E AZUL



Assegurar a sustentabilidade ambiental, através da promoção de energias limpas, do uso sustentável da terra e dos recursos no desenvolvimento urbano, bem como através da proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, incluindo a adoção de modos de vida saudáveis em harmonia com a natureza; promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis; construindo resiliência urbana; reduzindo o risco de catástrofes; e mitigando e adaptando-se às alterações climáticas (ONU, 2019).

Nova Agenda Urbana, p. 14

## O que se espera saber:

1. Os parques municipais possuem conectividades com outros atributos verdes, como praças, corredores arbóreos, ou outros fragmentos vegetados?
2. Qual a relevância dos atributos azuis, que são os cursos d'água, dentro dos parques municipais?
3. Como se dá a distribuição da biodiversidade de fauna e flora nos parques municipais de São Paulo?
4. Os parques adotam estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em suas áreas construídas?

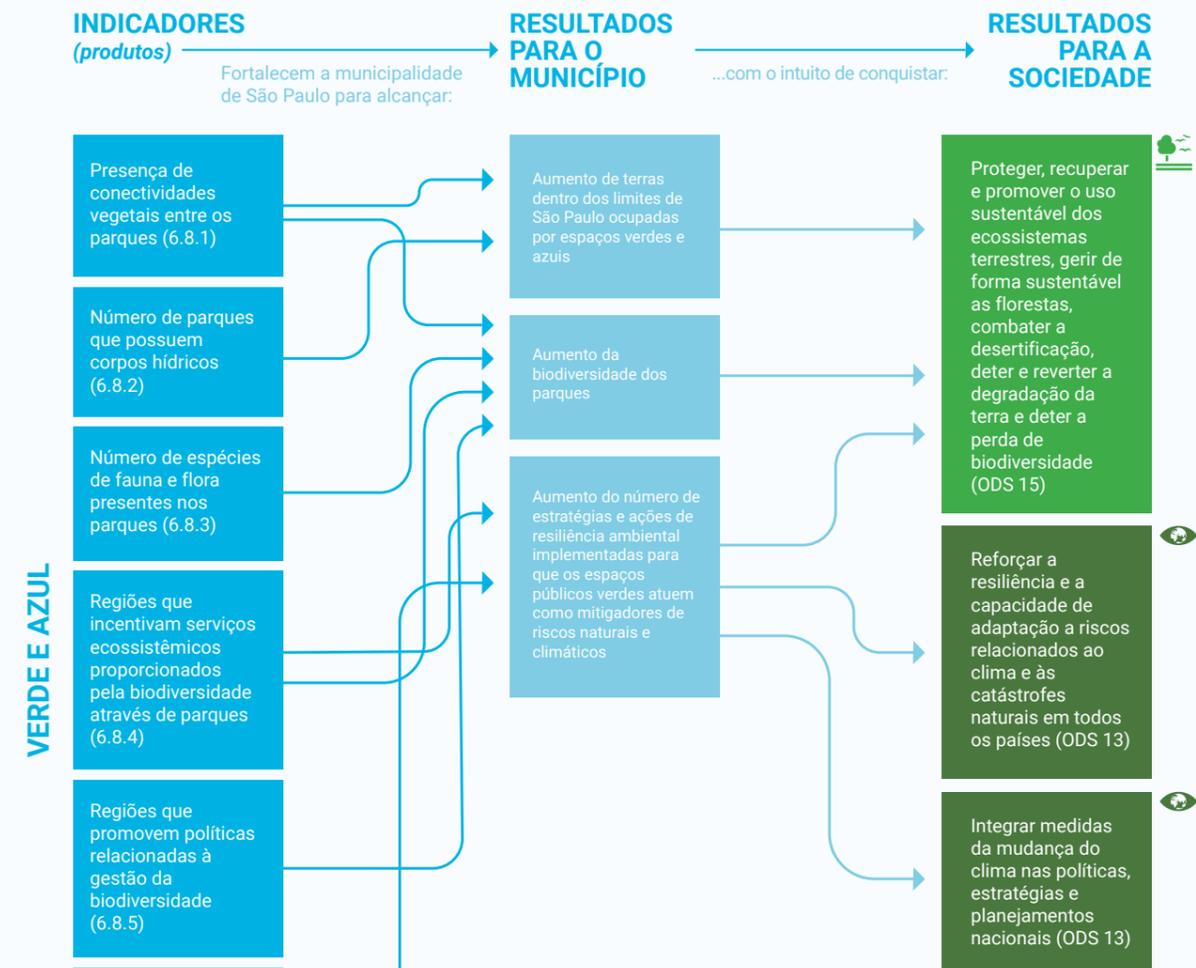


Figura 28: Resultados esperados com a análise dos indicadores de Inclusão

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

Avaliação de Indicadores: resultados esperados para o município e a sociedade

Teoria da Mudança simplificada



As cidades são organismos vivos em constante transformação. Da mesma forma que o corpo humano possui necessidades essenciais para uma boa saúde, como dormir, se alimentar e exercitar, as cidades e seus ecossistemas também possuem fluxos específicos essenciais para proporcionar ambientes saudáveis capazes de sustentar a todas as formas de vida (EBERLEIN, 2018). Por isso, compreender como acontecem esses fluxos, tais como água, energia, resíduos e nível de biodiversidade dentro dos parques, permite identificar quais estratégias podem ser aplicadas para eles elevem seus potenciais enquanto espaços para a promoção de ambientes urbanos mais saudáveis. Assim, a dimensão verde e azul tem como objetivo compreender os fluxos de flora, fauna e água, além dos fluxos de energia e resíduos dentro do escopo de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



**O termo “verde e azul” se refere a toda vegetações, cursos hídricos e a biodiversidade que um espaço pode abrigar.**

A infraestrutura verde e azul pode ser entendida como todas as parcelas individuais de espaço natural e recursos dentro de nossos espaços urbanos e rurais que, quando conectados, proporcionam qualidade de vida e benefícios ambientais para as comunidades e para a natureza, que prospera dentro delas como resultado. Já o conceito de trama verde e azul aborda as possíveis conectividades entre os atributos verdes e azuis das cidades, de forma a criar uma rede interligada de corredores e conexões entre vegetação, rios, córregos e outros atributos, e assim fomentando a biodiversidade e fortalecendo o ecossistema.

Englobar a biodiversidade nas estratégias e políticas urbanas se faz fundamental em um contexto urbano no qual as mudanças climáticas e a urbanização exercem

importante pressão sobre os ecossistemas. Os ecossistemas urbanos funcionais prestam diversos serviços às cidades, uma vez que ajudam a limpar o ar e a água, a atenuar as ilhas de calor urbanas e a apoiar o bem-estar, protegendo as pessoas e cidades dos perigos e proporcionando oportunidades de descanso e lazer (SÃO PAULO, 2022).

Com o objetivo de mensurar o estado da biodiversidade, a cidade de São Paulo desenvolveu o BIOSAMPA, um índice baseado na metodologia “Índice de Biodiversidade da Cidade” - IBC (*City Biodiversity Index*, em inglês), também conhecida como *Singapore Index on Cities’ Biodiversity*. Além de avaliar indicadores de biodiversidade em toda a cidade, o índice mensura os serviços ecossistêmicos e a governança relacionada a biodiversidade, para assim subsidiar o planejamento de estratégias para sua manutenção e conservação. Por se tratar do principal estudo de biodiversidade na cidade, os resultados obtidos no BIOSAMPA foram agregados dentro das quatro regiões da Avaliação e apresentados como indicadores.

Por último, além da análise dos elementos vitais à existência desses ecossistemas urbanos, esta dimensão analisa os fluxos de energia e resíduos, utilizando como métrica o levantamento sobre a presença e caráter de iniciativas conduzidas dentro dos parques direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas.



### 6.8.1 Trama verde-azul: conectividade da cobertura vegetal

A fragmentação de áreas naturais é uma das principais ameaças à biodiversidade em uma cidade. Os elementos construídos dentro dos centros urbanos exercem grandes pressões sobre os atributos naturais, sendo necessárias políticas capazes de preservar fragmentos e manter ou criar conexões, políticas de reflorestamento em grandes áreas e ampliação da arborização urbana com espécies nativas, sobretudo ao longo de cursos d’água e outros espaços livres. Conexões entre áreas verdes, incluindo parques, praças, áreas verdes, corredores de arborização e outros fragmentos minimizam os efeitos do isolamento dessa vegetação, o que contribui com a diversidade biológica na paisagem.

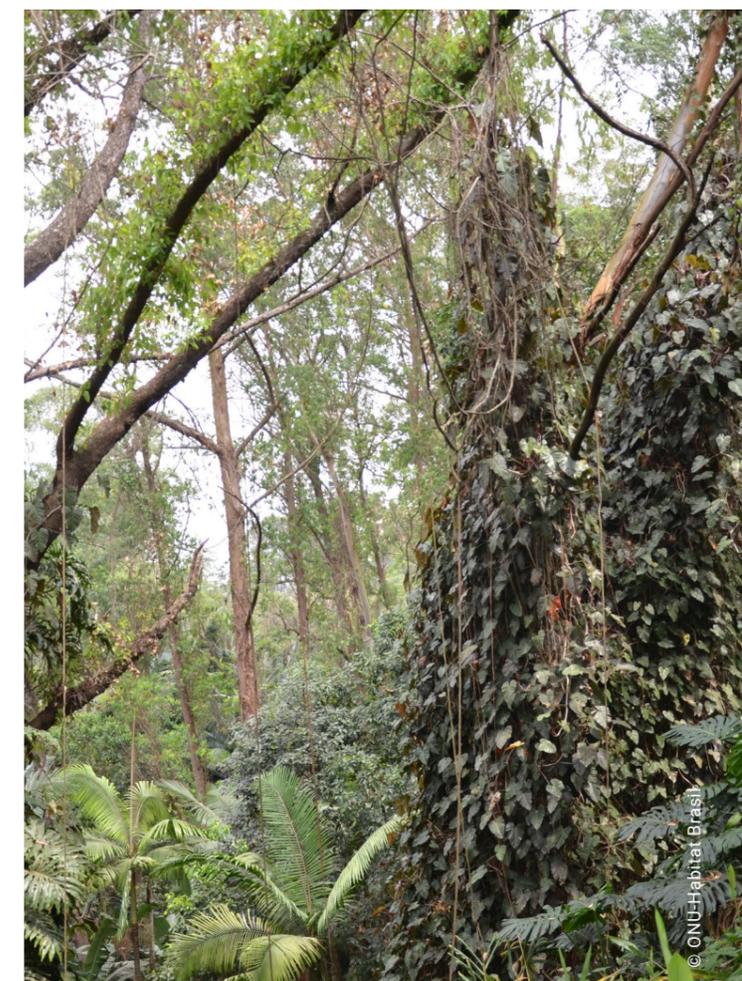
Além da existência das conectividades, seus tipos e graus também devem ser estudados, uma vez que são fatores que afetam diretamente no potencial de espécies que poderão disfrutar dessas conexões. Algumas conectividades permitem somente a circulação de aves, por exemplo, outras permitem passagem de pequenos mamíferos e animais de pequeno porte. Considerando as dimensões dos parques, normalmente superiores à outras áreas verdes como praças, são áreas de grande contribuição e relevância para a criação de corredores ou trampolins ecológicos (duas principais tipologias de conectividade vegetal).

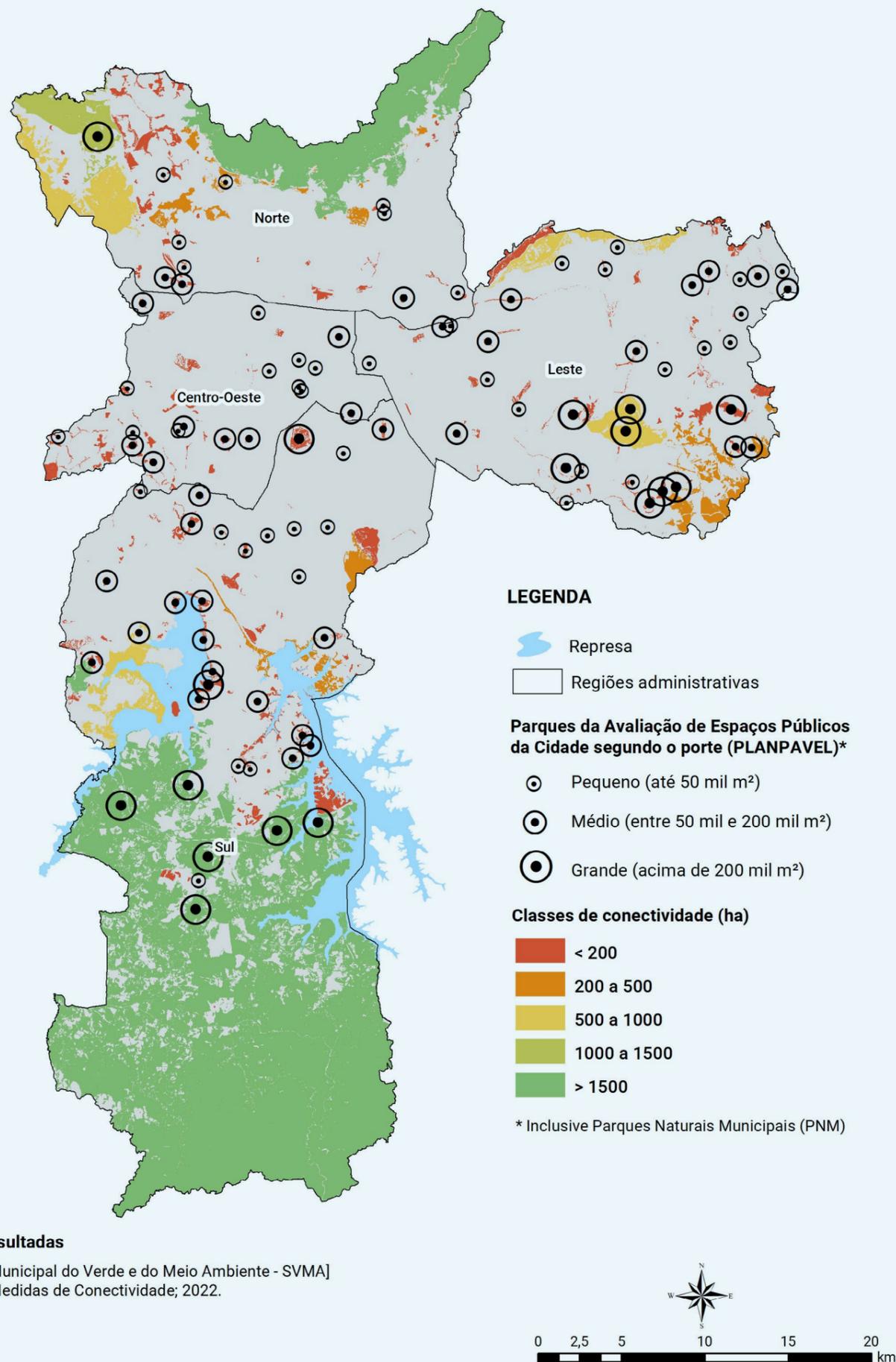
Conforme mapa 26, é possível observar que as principais conectividades existentes estão associadas aos Parques Naturais Municipais da Região Sul, zona rural do município, e ao Parque Estadual da Cantareira, na Região Norte. Dentro do perímetro urbano há locais com conectividades médias, com destaque para as áreas próximas aos parques de orla no extremo Sul e nas adjacências do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo, na Região Leste. Também na Região Leste, mais em direção ao seu extremo leste, há

uma concentração de parques onde existe um grau médio de conectividade (em laranja) e que pode ser potencializada através de projetos específicos.



**Há, portanto, uma potencialidade de associar áreas de conservação, tais como Parques Naturais Municipais e Parques Naturais Estaduais com os parques municipais em zona urbana para fomentar a biodiversidade a partir de uma rede conectada de vegetação.**





**Fontes consultadas**

[Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA]  
BioSampa, Medidas de Conectividade, 2022.

**6.8.2 Manejo de águas urbanas:  
Presença de corpos hídricos**

Os corpos hídricos, junto com a vegetação, são os principais elementos de suporte para abrigo da diversidade da fauna no meio ambiente. Alguns parques municipais possuem como principal atributo e referência seus corpos hídricos, como os parques lineares e dos parques de orla. Há também diversos parques que possuem nascentes, lagos, lagoas e represamentos. Além do suporte à biodiversidade, estes elementos possuem o potencial de contribuir com a drenagem urbana, podendo ter a função de armazenamento, temporário ou definitivo, de águas da chuva.

A presença de corpos hídricos também contribui com a regulação do microclima, promovendo a melhor sensação de conforto térmico. Dentro do estudo dos benefícios da saúde mental para a população ([ver seção 6.7.6: "Utilização dos parques como contribuição na saúde mental"](#)), a presença de corpos hídricos também favorece criação de espaços contemplativos e de maior aproximação da natureza e atributos naturais.

Dada essa relevância, foi realizado levantamento de todos os parques municipais que contam com corpos d'água e quais são as tipologias existentes.



No total, dos 95 parques urbanos, lineares e de orla avaliados, 43 possuem corpos hídricos, conforme base de dados da SVMA. Isso aponta para a necessidade de um planejamento que inclua a qualidade da água destes corpos hídricos, os riscos de descarte irregular, condições da mata ciliar e conectividade com sistema hídrico entorno.

Proporcionalmente ao número de parques, a Região Sul, onde se concentram os parques de orla da cidade, situados às margens das represas Billings e Guarapiranga, é a região que possui maior percentual de parques com corpos hídricos, seguida pela Região Leste.

Dentre as tipologias de cursos d'água, há um predomínio de lagoas/ represas nos parques da cidade, à exceção da Região Leste, onde predominam rios e córregos em seus parques lineares. As lagoas/ represas apresentam alta potencialidade em contribuir com a drenagem urbana no armazenamento, temporário ou permanente, de águas da chuva.

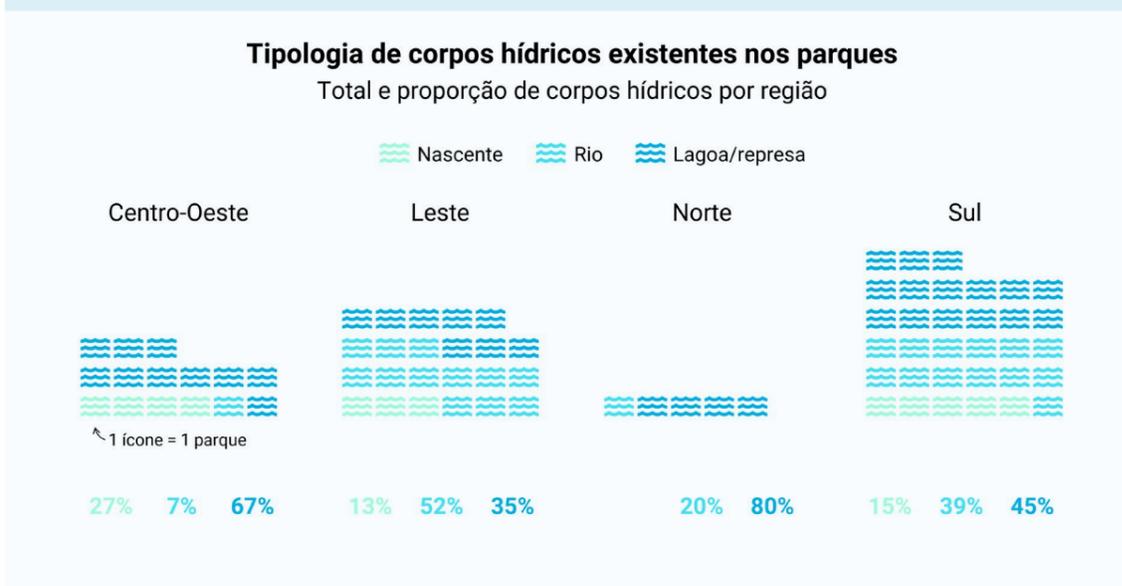
**Gráfico 56: Parques com corpos hídricos**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



**Gráfico 57: Tipologias de corpos hídricos existentes nos parques**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



## Ações humanas e biodiversidade

A investigação sobre a biodiversidade nos parques teve como referência os dados do Índice BIOSAMPA de 2021 que apresenta os indicadores dentro de três componentes:

- **Biodiversidade nativa;**
- **Serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade;**
- **Governança e gestão da biodiversidade.**

Seus resultados são apresentados por subprefeitura, onde cada um dos três componentes possui valores mínimos e máximos atribuídos. Para apresentação dos resultados nesta Avaliação, foi realizada a média das notas obtidas nas subprefeituras e as pontuações foram agrupadas dentro das quatro regiões político-administrativas. É importante ressaltar que o Índice é aplicado a toda a cidade e não somente nos parques municipais. Contudo, entende-se que os

resultados permitem identificar as regiões com maiores fragilidades em relação à biodiversidade, sendo os parques municipais ferramentas essenciais de suporte a políticas para fomento à biodiversidade.

### 6.8.3 Biodiversidade nativa

O componente de biodiversidade nativa dentro do BIOSAMPA refere-se à distribuição, quantidade e qualidade das espécies de fauna e flora, valorizando a presença de espécies nativas, uma vez que são mais resilientes a pragas e doenças locais e são mais bem adaptadas às condições climáticas. Além disso, utiliza indicadores relacionados à monitoramento, focado nas taxas de mudança do número de espécies comparativamente aos anos anteriores.

Os indicadores de biodiversidade nativa avaliados pelo BIOSAMPA são:

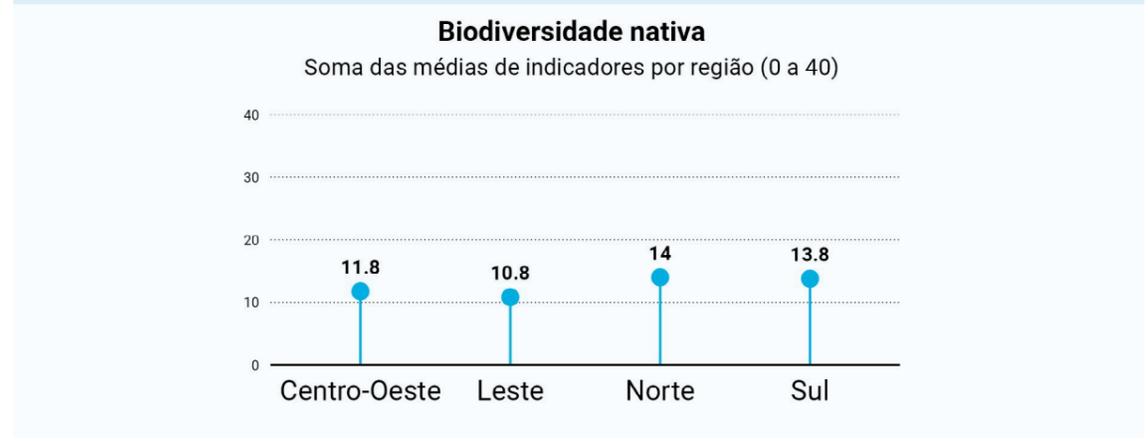
- **Proporção de áreas naturais;**
- **Conectividade da vegetação e redes ecológicas;**
- **Biodiversidade nativa em áreas construídas (aves);**
- **Mudança no número de espécies de plantas vasculares;**
- **Mudança no número de espécies de pássaros;**
- **Mudança no número de espécies de borboletas;**
- **Mudança no número de espécies de mamíferos;**
- **Mudança no número de espécie de briófitas;**
- **Proporção de áreas naturais protegidas;**
- **Proporção de espécies exóticas invasoras.**

Como resultado, foram observadas maiores biodiversidades registradas nas regiões Norte e Sul (gráfico 59). A Região Leste é a que apresentou a menor pontuação nas somas dos resultados. Esse resultado é compatível com as informações apresentadas nos mapas 27 e 28 a seguir, no qual identifica a Região Leste com menores quantidades de espécies de fauna e flora nos anos de 2022 e 2020, respectivamente.

No mapa 27, é apresentado o número absoluto de espécies de fauna em cada parque.

**Gráfico 58: Pontuação do componente biodiversidade nativa agregado por região**

Fonte: BIOSAMPA, 2021. Elaboração própria, ONU-Habitat



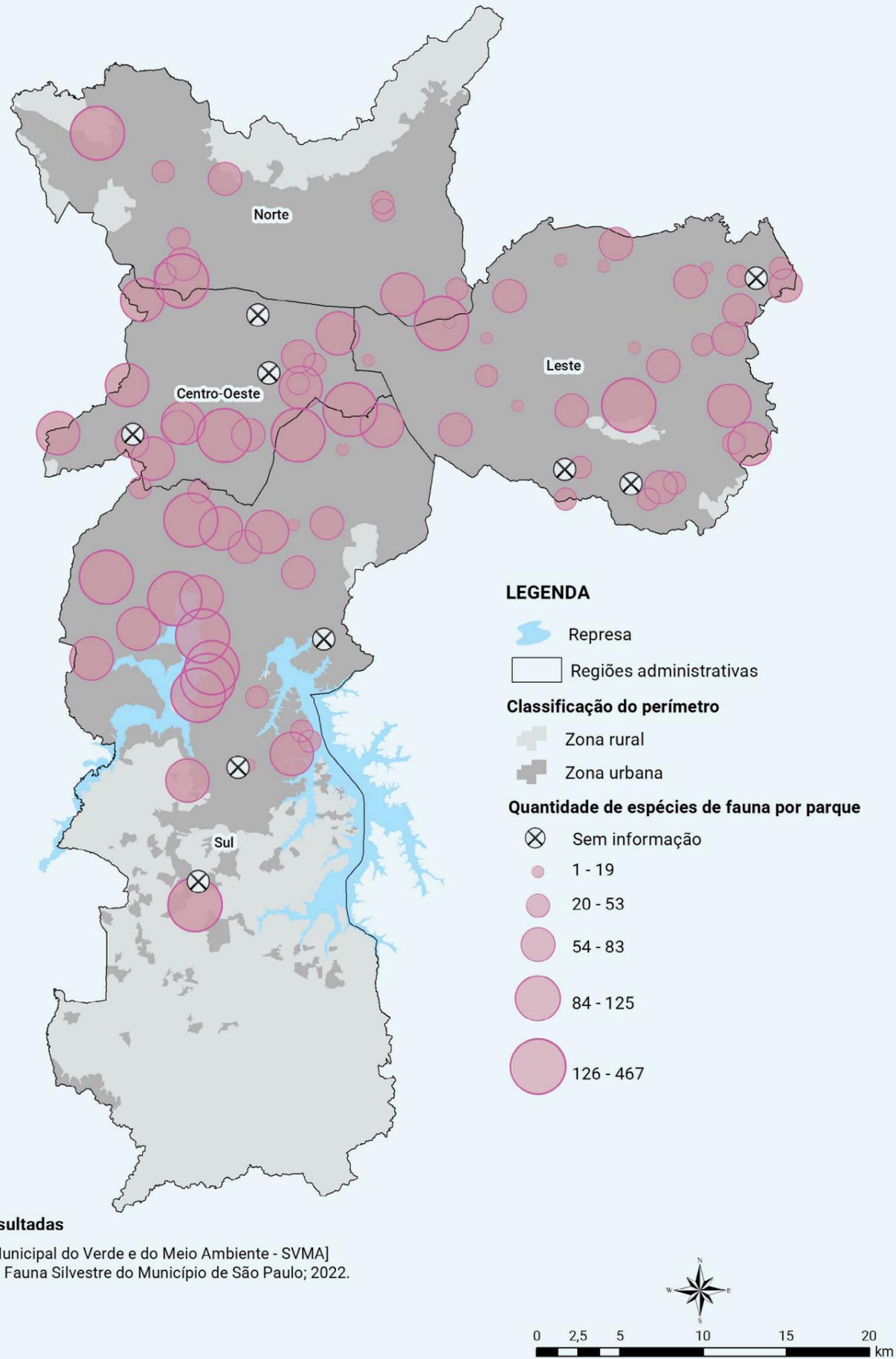
**Como resultado, as menores concentrações estão nas regiões Leste e Norte. Em contraste, as regiões Centro-Oeste e Sul apresentam as maiores taxas registradas.**

Em relação à flora, os resultados são similares aos de fauna, à exceção de alguns dos parques na Região Sul onde altas taxas de espécies de fauna foram registradas, porém com baixa quantidade de espécies de flora.

É importante mencionar que os atributos físicos dos parques possuem influência direta na biodiversidade. Além do fator de tamanho dos parques, outros elementos afetam a biodiversidade, como o formato destes locais, proximidade de estradas movimentadas áreas com maior iluminação e ruído. Portanto, parques com registros mais baixos devem ser avaliados considerando aspectos mais específicos e locais.

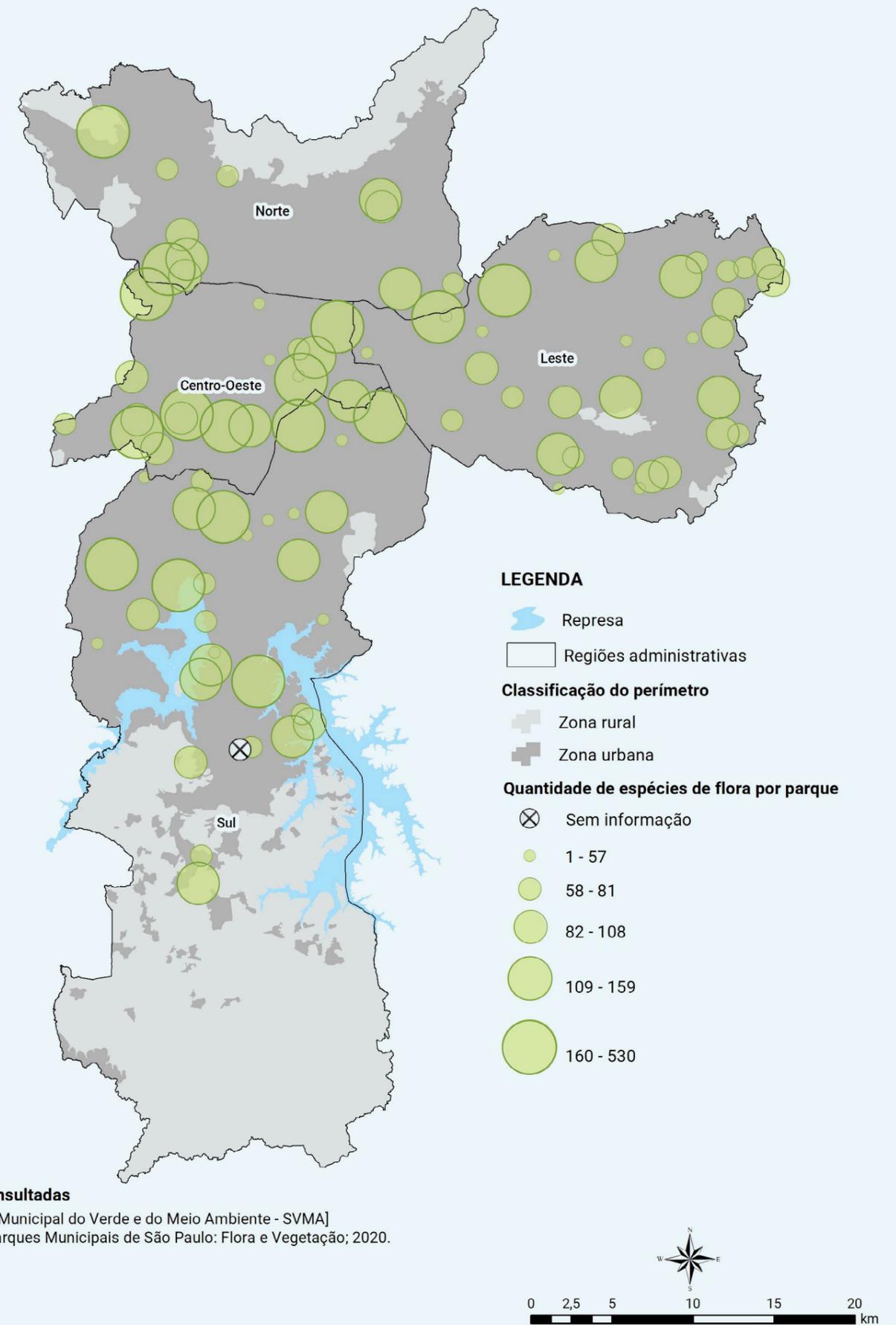
### Mapa 27: Quantidade de espécies de fauna registradas

Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Elaboração própria, ONU-Habitat



### Mapa 28: Quantidade de espécies de flora registradas

Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Elaboração própria, ONU-Habitat



#### 6.8.4 Serviços Ecosistêmicos providos pela biodiversidade

O componente de serviços ecosistêmicos dentro do BIOSAMPA tem como objetivo mensurar os benefícios dos ecossistemas para as pessoas. Alguns exemplos destes serviços a regulação do microclima, melhoria da qualidade do ar, controle de enchentes, além de ofertarem locais de lazer e contato com a natureza.

Os indicadores de serviços ecosistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são:

- **Regulação da quantidade d'água;**
- **Regulação do clima: estoque de carbono e efeito refrescante da vegetação;**
- **Recreação e educação: vegetação natural em área recreativa de parques;**
- **Recreação e educação: visitas de estudantes da rede de ensino, menores de 16 anos, em parques com áreas naturais.**

Como resultado, as regiões Norte e Sul apresentam os melhores resultados, acompanhando os resultados do componente de biodiversidade nativa, o que demonstra a correlação entre a existência e qualidade da biodiversidade e a qualidade dos seus elementos de suporte.

As regiões Centro-Oeste e Leste apresentam os menores resultados, o que aponta para a necessidade da elaboração de políticas de fomento à biodiversidade.

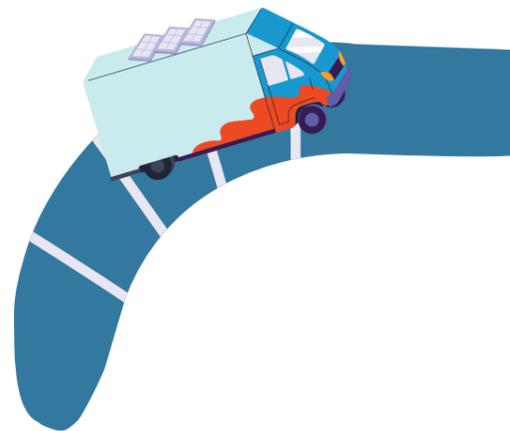
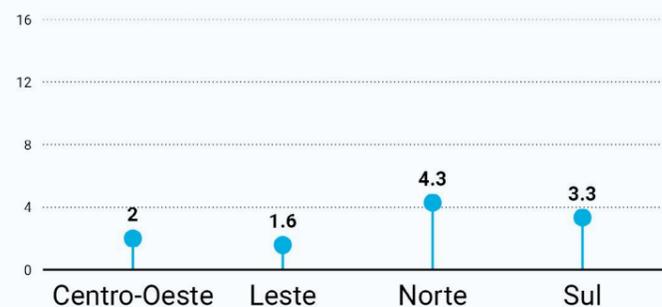


Gráfico 59: Pontuação do componente serviços ecosistêmicos providos pela biodiversidade, agregado por Região

Fonte: BIOSAMPA, 2021. Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Serviços ecosistêmicos providos pela biodiversidade

Soma das médias de indicadores por região (0 a 16)



#### 6.8.5 Governança e gestão da biodiversidade

O componente de governança e gestão da biodiversidade do BIOSAMPA tem como objetivo verificar a eficácia de políticas e programas de governança institucional e comunitária relacionadas a gestão da biodiversidade.

Os indicadores de serviços ecosistêmicos providos pela biodiversidade avaliados pelo BIOSAMPA são:

- **Orçamento alocado para a biodiversidade;**
- **Projetos de biodiversidade;**
- **Políticas, regras e regulações: funções institucionais essenciais para a biodiversidade;**
- **Capacidade institucional: secretarias municipais em cooperação para a biodiversidade;**
- **Participação e parcerias: existência de processos de consultas públicas formais ou informais;**
- **Participação e parcerias: agências, empresas privadas, ONGs, instituições acadêmicas e organizações internacionais com as quais a cidade é parceira em atividades, projetos e programas de biodiversidade;**

- **Educação e conscientização: sensibilização sobre biodiversidade no currículo escolar;**
- **Educação e conscientização: eventos municipais de sensibilização ou divulgação de biodiversidade.**

Diferentemente dos resultados dos dois componentes anteriores, a Região Centro-Oeste é a que obteve melhor pontuação, o que aponta para maiores investimentos e maior grau de articulação social nessa região.

A Região Sul possui a segunda melhor pontuação, seguida pelas regiões Leste e Norte. O resultado da Região Leste como uma das menores pontuações se relaciona com as baixas pontuações obtidas nos componentes anteriores, estabelecendo uma associação entre investimentos, apropriação social, estado da biodiversidade e capacidade de suporte dos atributos naturais.



Gráfico 60: Pontuação do componente governança e gestão da biodiversidade, agregado por Região

Fonte: BIOSAMPA, 2021. Elaboração própria, ONU-Habitat

#### Governança e gestão da biodiversidade

Soma das médias de indicadores por região (0 a 32)



**6.8.6 Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas: Medidas de resiliência e sustentabilidade no ambiente construído**

Os parques municipais possuem um papel de grande relevância na promoção da resiliência urbana frente às mudanças do clima, principalmente devido a seus atributos naturais (ver seção 6.7.4: “Percepção de odores”). Contudo, há estratégias que, quando adotadas, podem potencializar a sustentabilidade nestes espaços.

A incorporação de medidas de resiliência e sustentabilidade nos espaços construídos são um exemplo disso, pois a partir de práticas como adoção de tecnologias sustentáveis relacionadas ao uso eficiente de água e energia, gestão de resíduos, drenagem sustentável, podem fortalecer a capacidade destes espaços em se prevenir e adaptarem às alterações ocasionadas pela mudança do clima.

Com o objetivo de mapear essas iniciativas, foi realizado levantamento em todos os parques através de questionário de observação e de questionário aplicado às pessoas gestoras dos parques. As medidas adotadas foram agrupadas nas seguintes categorias:

- **Gestão hídrica:** reaproveitamento de água da chuva, mecanismo de economia de água, reuso de águas;
- **Eficiência energética:** mecanismos de economia de energia;
- **Agricultura e produção alimentícia:** agricultura urbana, hortas comunitárias, bancos de sementes, estufas, viveiros, feiras com fins alimentícios;

- **Gestão de resíduos:** coleta seletiva, separação de resíduos orgânicos;
- **Drenagem sustentável:** poços e trincheiras de infiltração, jardins de chuva, canteiros pluviais, jardins filtrantes, pavimentos permeáveis.



Como resultado, à exceção das medidas relacionadas à gestão de resíduos, que prevalece em todas as Regiões, há pouca adesão de medidas de resiliência e sustentabilidade nos parques municipais (Gráfico 61).

Estratégias relacionadas à gestão hídrica predominam nos parques da Região Norte, enquanto nos parques da Região Centro-Oeste prevalecem estratégias relacionadas a agricultura, produção alimentícia e drenagem sustentável. As medidas relacionadas à eficiência energética apresentaram baixos índices em todas as regiões.



**Gráfico 61: Medidas de resiliência e sustentabilidade dentro dos parques municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



### 6.8.7 Patrimônio

Além das infraestruturas convencionais existentes em um parque municipal, como playgrounds, academias, espaços de convivência em geral, há outros elementos de grande importância na construção da memória e identidade destes espaços, que são seus patrimônios históricos. O resgate da história destes parques deve incorporar seus elementos patrimoniais, sendo estes materiais ou imateriais.

Portanto, a valorização patrimonial nos espaços públicos pode ser entendida como um elemento de preservação nos parques municipais, uma vez que agregam valor a estes espaços e permitem que a população crie um vínculo emocional com o lugar, o que fortalece o sentido de pertencimento nos parques. Com o objetivo de identificar a existência e distribuição destes bens dentro dos parques, foi realizado levantamento da base de dados da Prefeitura de São Paulo, onde foram selecionados e, posteriormente agregados, os monumentos, sítios arqueológicos e de geodiversidade (minerais, solos, estruturas geológicas, processos naturais, entre outros), e bens protegidos e tombados.

Dos 95 parques em área urbana avaliados, 23 possuem algum bem patrimonial identificado.

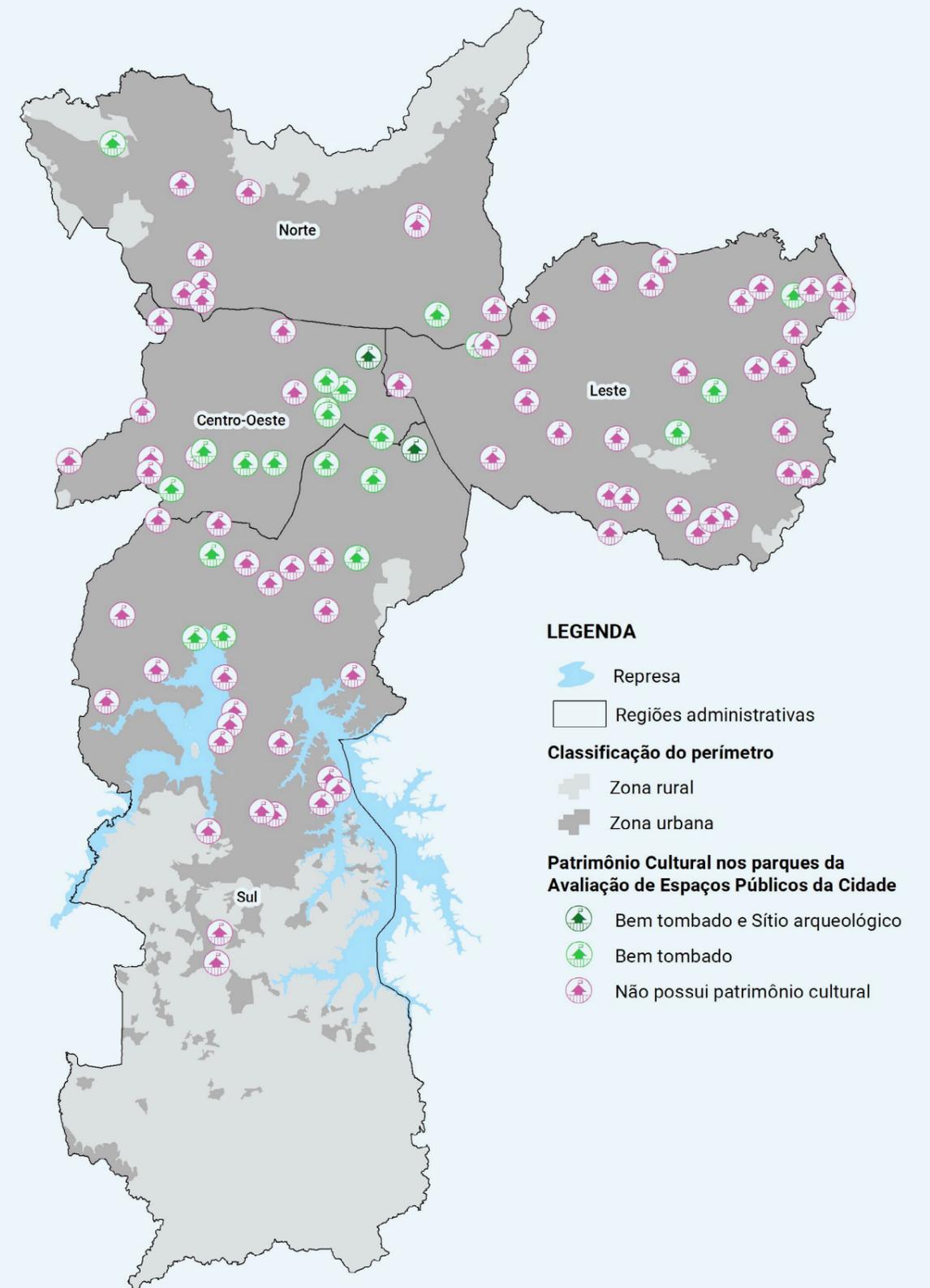


**Destes, nove estão situados em parques da Região Centro-Oeste, sendo a que possui o maior número de parques com essa característica, o que pode se justificar pela sua ocupação mais antiga quando comparada às demais regiões.**



### Mapa 29: Distribuição de bens de valor patrimonial nos parques

Fonte: Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Elaboração própria, ONU-Habitat



#### Fontes consultadas

[GEOSAMPA - Mapa digital da cidade de São Paulo] Patrimônio Cultural. Acesso em 16 de maio de 2024.



## O QUE SE DESCOBRIU?

Há muitos parques com a presença de corpos hídricos, o que leva à necessidade de políticas específicas direcionadas a esses sistemas. Quanto aos elementos “verdes”, há um grande potencial em estabelecer uma conexão a partir dos Parques Naturais Municipais com

os parques em zona urbana. Há necessidade de fortalecer políticas para a implantação de estratégias de gestão hídrica, de energia, e da instalação de outros sistemas construtivos entendidos como medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

1.

Dentro da zona urbana, há baixas conectividades entre os parques municipais com outras áreas verdes. Isso pode ser justificado pelos **padrões construtivos e de impermeabilização do solo.**

2.

Dentre os parques avaliados, 45% **possuem corpos hídricos**, o que leva à necessidade de estudo específico para verificação da qualidade destes sistemas, para que possa ser ampliada a contribuição destes elementos no sistema de drenagem urbana.

3.

As regiões Leste e Norte apresentam os menores resultados em variedade de espécies de fauna e flora quando comparadas às demais regiões. Dentre os resultados, apesar da Região Leste contar com o maior número de parques municipais, registrou **menores índices de biodiversidade comparativamente.**

4.

São poucas as estratégias identificadas em ambientes construídos direcionadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Em todos os parques **prevaleceu a coleta seletiva como a prática mais adotada.**



# 7.

## **AVALIAÇÃO DOS PARQUES EM ZONA RURAL: PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS**

---

# PARQUES NATURAIS MUNICIPAIS



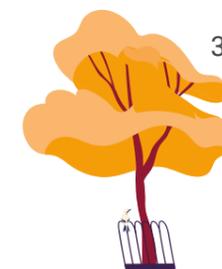
Vislumbramos cidades e assentamentos humanos que:

(h) protejam, conservem, restaurem e promovam seus ecossistemas, sua água, seus habitats naturais e sua biodiversidade, minimizem seus impactos ambientais e migrem para a adoção de padrões de consumo e produção sustentáveis.

Nova Agenda Urbana, p. 13

## O que se espera saber:

1. Os Parques Naturais Municipais possuem infraestrutura mínima para que seu uso público aconteça de forma acessível, segura e inclusiva?
2. Quais as principais formas de apropriação social destes espaços?
3. Qual a relação destes parques com sua população entorno? E qual o perfil dessa população?



Os Parques Naturais Municipais (PNM) foram separados dos demais parques da Avaliação devido às suas particularidades, sobretudo relacionadas às suas possibilidades de utilização, restrições quanto à implantação de equipamentos e realização de atividades, além de se encontrarem situados em área rural. Além disso, os dados de entrevistas coletados nos PNM não atingiram o número mínimo para garantir representatividade das respostas, o que limitou a utilização de indicadores construídos com estes dados.

Os PNM são espaços protegidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e têm como objetivo principal a proteção dos ecossistemas, da fauna, flora e demais formas de vida, podendo ser conciliado com o uso público. Visam também a manutenção e a recuperação do patrimônio histórico e cultural das comunidades presentes e dos bens considerados patrimônios imateriais (SVMA, 2024). Por isso, esses espaços possuem potencialidades na realização e o fortalecimento de pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental, turismo ecológico e recreação em contato com a natureza (Instituto SEMEIA, 2023).

De acordo com a classificação do SNUC, estes parques são considerados áreas de proteção integral, o que significa que é permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais, como em atividades de pesquisa, educação ambiental e turismo de natureza. De acordo com a Lei no 9.985/2000, a qual criou o SNUC, as unidades de conservação do grupo de proteção integral, que é o caso dos PNM, devem estar inseridas em perímetro rural. Apesar disso, na cidade de São Paulo, estes parques estão muito próximos dos limites da zona urbana e de zonas de expansão urbana, o que leva a necessidade de estudo das condições destes entornos, sobretudo de sua população.

Portanto, a Avaliação dos Parques Naturais Municipais tem como objetivo compreender

as condições atuais de elementos fundamentais que possibilitem a realização de atividades pela população nesses locais, de forma acessível, inclusiva e segura, além de analisar aspectos do entorno, sobretudo relacionados à mobilidade urbana e à condição de vulnerabilidade desta população.

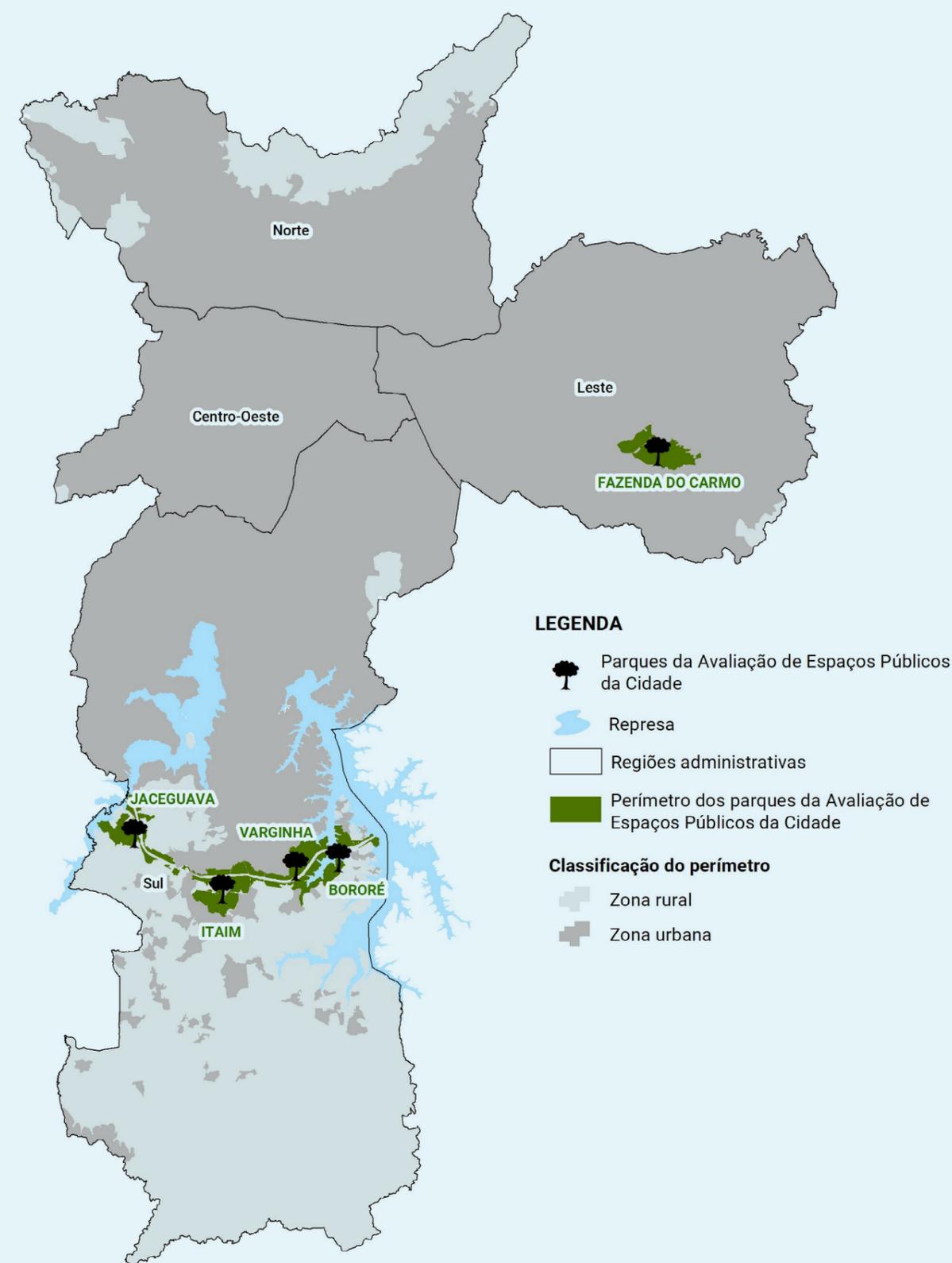
## 7.1 Sobre os Parques Naturais Municipais de São Paulo

O Brasil é um dos países mais biodiversos do planeta, com uma variedade de biomas, ecossistemas e espécies que se relacionam com a sua diversidade sociocultural. Grande parte dessa diversidade é mantida em virtude da criação de uma rede de áreas protegidas, compostas por 2.446 áreas dentro de 255 milhões de hectares, caracterizadas como unidades de conservação (Instituto SEMEIA, 2023).

Na cidade de São Paulo, há 40.000 hectares protegidos por 12 Unidades de Conservação municipais, sendo quatro do grupo de Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental – APAs e RPPNs Mutinga e Solo Sagrado) e oito de Proteção Integral (Parques Naturais Municipais - PNM e Refúgio de Vida Silvestre - RVS).

Dentro da categoria de Parques Naturais Municipais a cidade conta com seis áreas, sendo que na Avaliação foram considerados as cinco que são abertas ao público:

- › Bororé - Região Sul;
- › Itaim - Região Sul;
- › Jaceguava - Região Sul;
- › Varginha - Região Sul;
- › Fazenda do Carmo - Região Leste.



### Fontes consultadas

[Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA]



0 2,5 5 10 15 20 km

Estes parques foram abertos à população no início de 2020, sendo que antes disso eram visitados somente mediante autorização. Considerando o período de pandemia de Covid-19 e as restrições determinadas quanto à utilização do espaço público, há pouco histórico de utilização e entendimento quanto a melhor dinâmica de funcionamento a ser estabelecida. Atualmente, os parques funcionam de terça-feira à domingo das 8h às 17h, o que condiciona sua utilização aos fins de semana e durante a semana a grupos específicos, como por exemplo para visitas escolares. Os desafios de deslocamento para acesso a estes locais também limitam a possibilidade de utilização pela população como uso cotidiano. Nas entrevistas realizadas com as pessoas que frequentam estes parques, foi observada baixa utilização durante a semana, havendo períodos (turno de quatro horas) com registros de apenas um visitante. Já no final de semana foram identificadas maiores frequências.

As possibilidades de utilização destes locais, apesar de condicionadas às restrições enquanto unidades de conservação (UCs), devem ser diversificadas e pensadas para cada unidade, de forma a proporcionar experiências de visitação que atendam às demandas daquele público específico. De acordo com publicação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2020), diversos fatores, como a idade, a conjuntura familiar, o nível de experiência em ambientes naturais, podem influenciar a escolha do visitante sobre qual UC será o destino de sua visita.



Dentre as principais razões para frequentar os PNMs são destacadas:

- O desejo pelo descanso e o sossego para escapar das pressões de sua rotina;
- A vontade de socializar com amigos ou conhecer novas pessoas;
- A busca pelo contato com a natureza e a permanência em ambientes naturais isolados;
- A busca por união familiar em ambientes que ofereçam serviços e comodidades adequadas para uma família com crianças, ainda que sejam ambientes com menos naturalidade;
- O desejo de realizar aventuras, desafios ou praticar esportes em ambientes naturais que requeiram habilidades específicas e ofereçam níveis diferentes de dificuldade ou risco;
- O interesse em conhecer lugares onde existam comunidades tradicionais e práticas culturais, que possibilitem ao visitante vivenciar o modo de vida local.

No contexto de São Paulo, em entrevistas realizadas com as pessoas que frequentam os Parques Naturais Municipais, entre os principais motivos para utilização destes parques, a contemplação da natureza foi a mais mencionada pelas pessoas, seguida de lazer e entretenimento, utilização de serviços ofertados pelo parque e atividades físicas e esportes.

Figura 29: Principais motivos para utilização dos Parques Naturais Municipais

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Já em questionário aplicado a pessoas gestoras dos parques (Tabela 2), onde foi perguntado quais os usos espontâneos foram observados nestes locais, houve predomínio do uso de contemplação em todos os parques, que consiste no lazer passivo, relacionado a apreciação da natureza. As práticas esportivas também foram identificadas como atividade presente em todos os parques. No Parque Municipal Natural Fazenda do Carmo foi identificada realização de atividades em grupos compostos somente por mulheres, o que pode sugerir maior apropriação comunitária e senso de segurança. As atividades educativas e de lazer foram identificadas em todos os parques, exceto Fazenda do Carmo.

**Tanto as respostas das pessoas que frequentam os parques, quanto as observações das pessoas gestoras dos parques sugerem que a busca da população pela aproximação da natureza é um dos principais motivos que justificam a frequência nestes parques.**

A prática esportiva também teve alta taxa de resposta em ambas as fontes de coleta de dados, o que indica que o investimento em programas, atividades e equipamentos relacionados às práticas esportivas deve estar dentre as prioridades de ações nestes espaços.

A relação com a população entorno aos parques, apesar de menos direta quando comparada aos parques inseridos em área urbana, também deve ser analisada. Ao contrário dos parques avaliados em zona urbana, não foi possível estabelecer uma área de influência em função da caminhabilidade, justamente pelos grandes deslocamentos para acesso aos PNMs. Como analogia, foi utilizada a Zona de Amortecimento, que será adotada para caracterização do perfil socioeconômico da população do entorno e para mapeamento dos eixos de transporte público.

Tabela 3: Atividades espontâneas identificadas nos Parques Naturais Municipais

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

**Presença de Atividades em Parques Naturais Municipais**

Atividades espontâneas identificadas pelas pessoas gestoras nos PNM

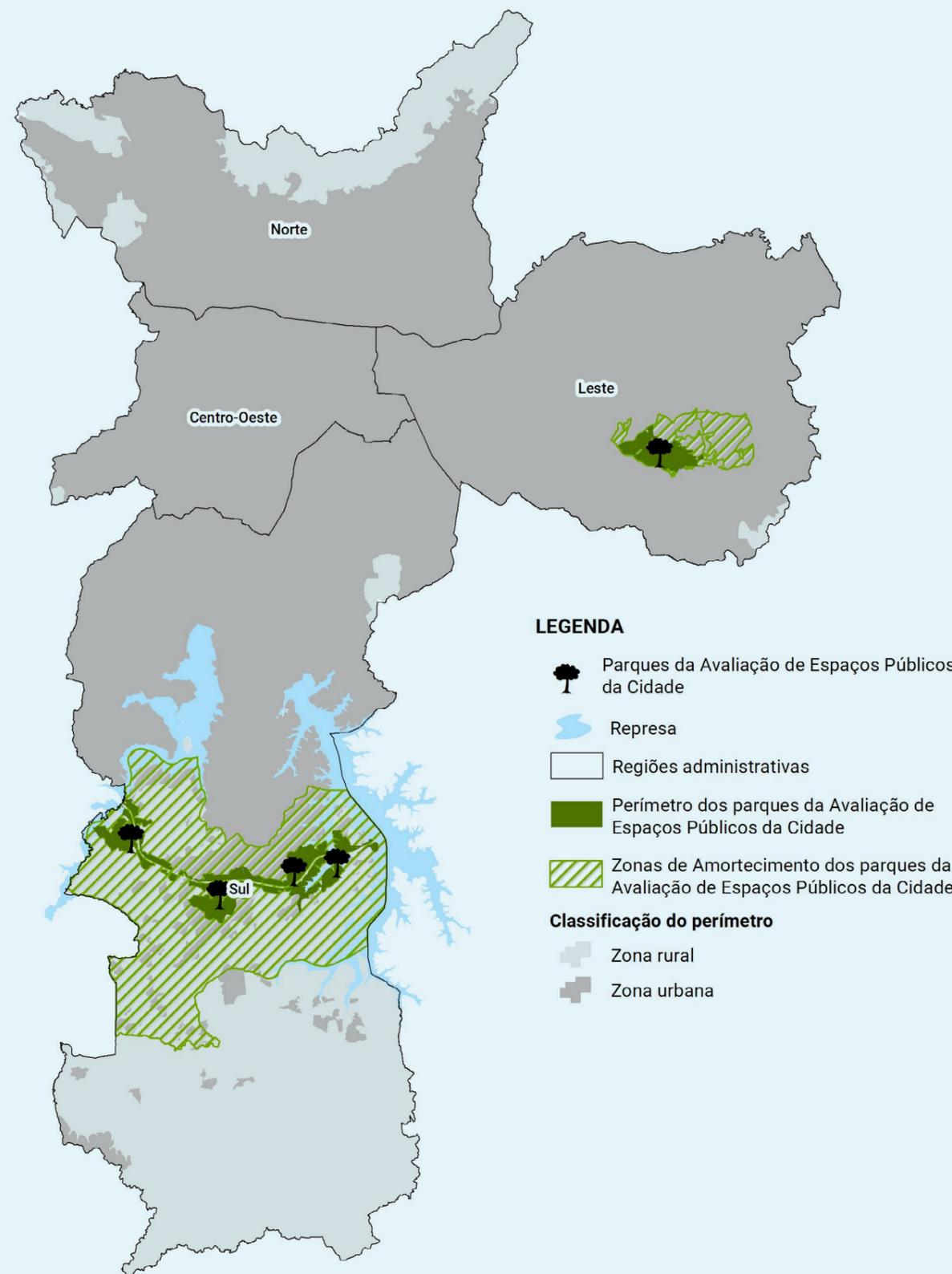
	PNM Bororé	PNM Fazenda do Carmo	PNM Itaim	PNM Jacaguava	PNM Varguinha
Atividades voltadas para Mulheres e Meninas	○	●	○	○	○
Contemplação	●	●	●	●	●
Culturais e Arte	○	○	●	○	○
Educativas	●	○	●	●	●
Esportivas	●	●	●	●	●
Lazer	●	○	●	●	●

● Presente ○ Ausente

A relação com a população entorno aos parques, apesar de menos direta quando comparada aos parques inseridos em área urbana, também deve ser analisada. Ao contrário dos parques avaliados em zona urbana, não foi possível estabelecer uma área de influência em função da caminhabilidade, justamente pelos grandes deslocamentos para acesso aos PNM. Como analogia, foi utilizada a Zona de Amortecimento, que será adotada para caracterização do perfil socioeconômico da população do entorno e para mapeamento dos eixos de transporte público.

“A Zona de Amortecimento (ZA) de uma UC é a área adjacente imediatamente contígua aos seus limites, delimitada especificamente para cada UC no seu Plano de Manejo, onde as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a UC (Lei no 9.985/2000 Art. 2. inciso XVIII)”. (Plano de Manejo PNM Fazenda do Carmo, 2014).

Como é possível observar no Mapa 31, as ZAs dos PNM da Região Sul conformam uma mancha única predominantemente em área rural, com pequenos bolsões urbanos. Já no PNM Fazenda do Carmo, situado na Região Leste, os limites da ZAs ficaram confinadas, uma vez que o entorno é altamente urbanizado e consolidado. Além disso, trata-se de um parque completamente rodeado por área urbana.



**Fontes consultadas**

[GeoAmbiental - Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA]  
Acesso em: 19 de março de 2024.

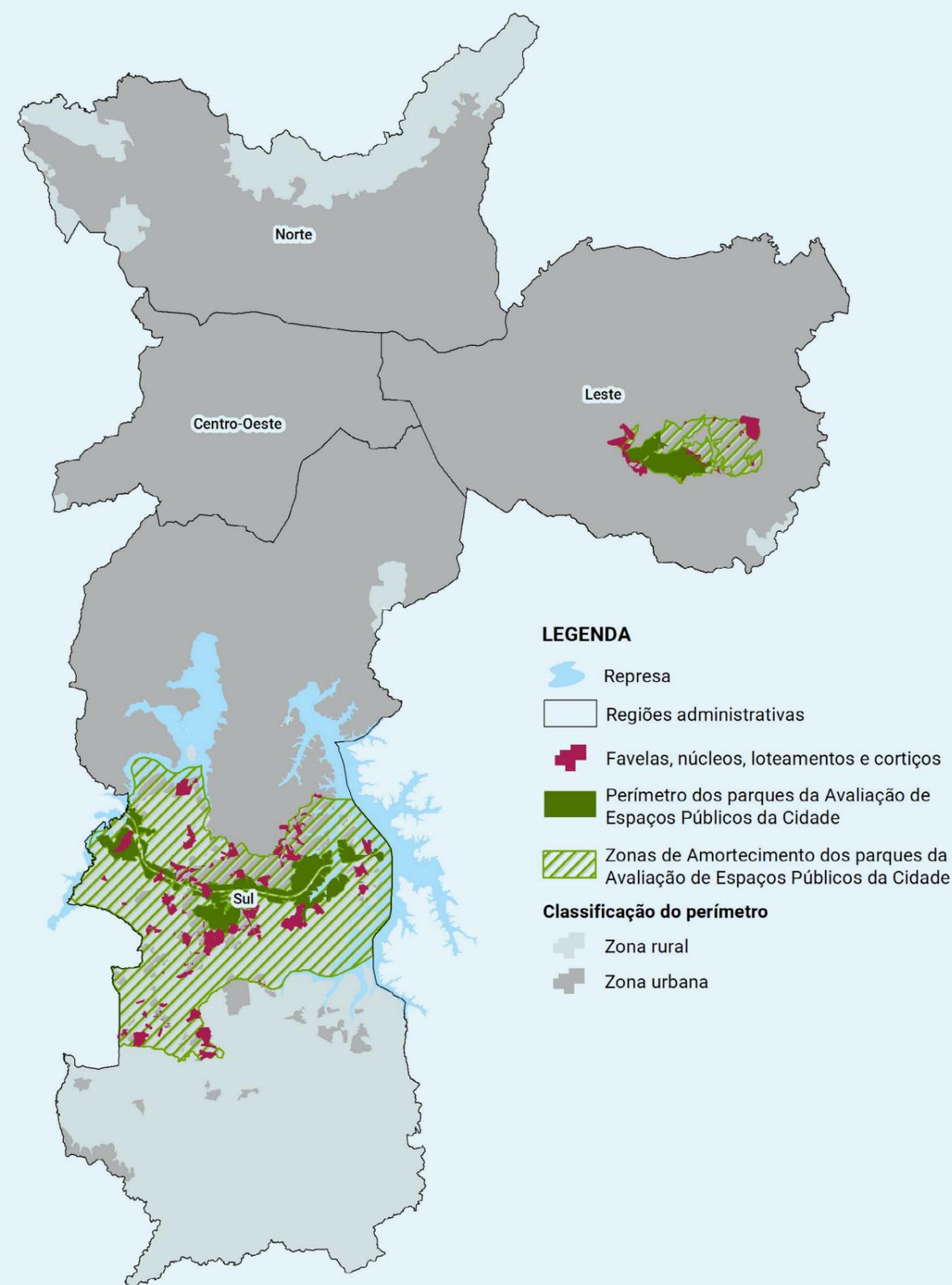
## 7.2 Vulnerabilidade socioeconômica e ambiental

Dentre as análises de entorno realizadas nos Parques Naturais Municipais, a principal foi a identificação do perfil da população dentro dos limites da Zona de Amortecimento, com objetivo de verificar seu nível de vulnerabilidade. Para isso foram utilizados indicadores socioeconômicos e ambientais, como o mapeamento dos núcleos de assentamentos precários e/ou informais, definidos pelo Plano Diretor Estratégico, e o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, o qual foi associado aos riscos climáticos e ambientais.

A identificação dos locais que apresentam maiores vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais é de extrema importância para a conservação dos PNMs, uma vez que algumas características presentes sobretudo em assentamentos informais, tais como falta de saneamento e outros problemas de

infraestrutura, podem resultar em prejuízos à biodiversidade. Portanto, a integração entre estes parques e sua população entorno se apresenta como uma oportunidade de melhoria na qualidade de vida dessa população e ainda possibilita a melhor eficácia de políticas de proteção ambiental para os parques e suas Zonas de Amortecimento. Este tipo de integração promove a inclusão social, a conscientização ambiental e a criação de um senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada, beneficiando a comunidade e o meio ambiente.

Conforme observado em mapa 32, é possível verificar alta incidência de núcleos de assentamentos precários e/ou informais dentro das Zonas de Amortecimento de todos os PNMs, havendo inclusive locais que fazem limite com as áreas dos parques. Isso aponta para a necessidade de um mapeamento detalhado da caracterização física e ambiental destes núcleos dentro do Plano de Manejo destes parques.



#### Fontes consultadas

[Geosampa - Mapa Digital da cidade de São Paulo]  
Favelas, núcleos, loteamentos e cortiços. Acesso em: 30 de janeiro de 2024.



Foi considerada também a vulnerabilidade socioambiental a partir da análise da sensibilidade da população entorno à riscos climáticos. O mapeamento da exposição e sensibilidade frente a esses riscos permite fazer uma leitura de entorno e identificar a necessidade da elaboração de políticas específicas que considerem esses aspectos dentro da Zona de Amortecimento dos parques. Assim como nos parques situados em área urbana, foi realizada a associação entre vulnerabilidades, utilizando dados do IPVS, com as incidências de riscos climáticos com maior predomínio do Brasil, que são os hídricos e geológicos.

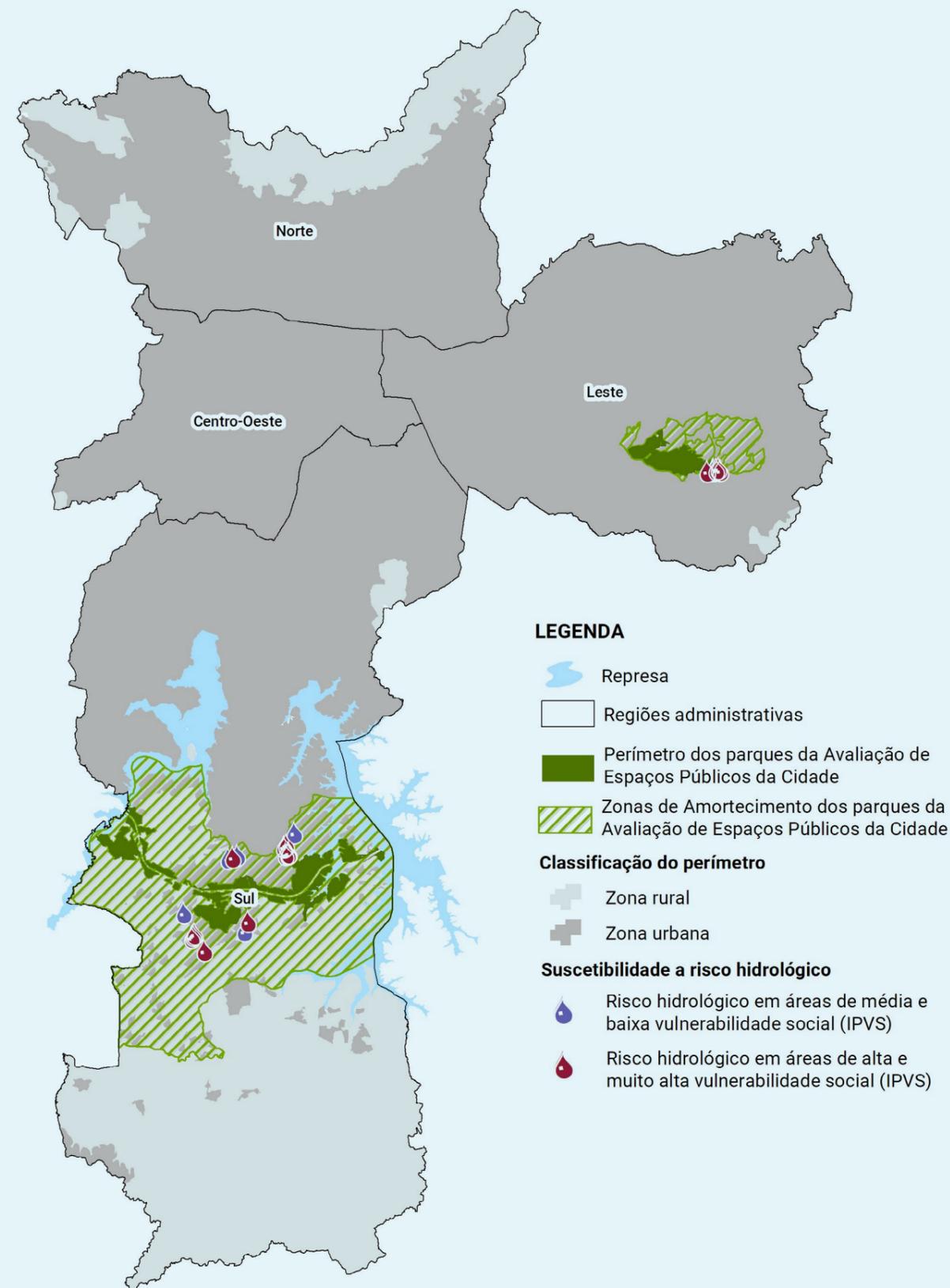
o que leva a necessidade de considerar a vulnerabilidade socioambiental como um elemento de relevância nos estudos destes locais. Já na Região Leste, há seis áreas de risco hidrológico mapeadas, das quais quatro estão inseridas em locais com população em situações de alta e altíssima vulnerabilidade.

O segundo risco mapeado foi o geológico. Os riscos geológicos são características do local ou condições ambientais que podem potencialmente danificar uma instalação, sendo o mais comum no Brasil os deslizamentos de terra.

Dentre as 34 áreas de risco geológico dentro da Zona de Amortecimento dos PNMs da região Sul, 28 estão situadas em áreas de situação de vulnerabilidade socioeconômica alta e muito alta. No PNM Fazenda do Carmo, na Região Leste, há 18 áreas de risco geológico, das quais oito estão situadas em setores com altas e muito altas vulnerabilidades.

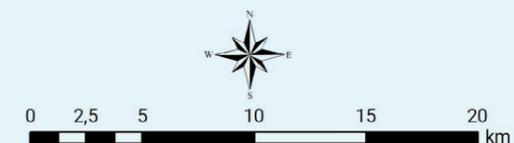


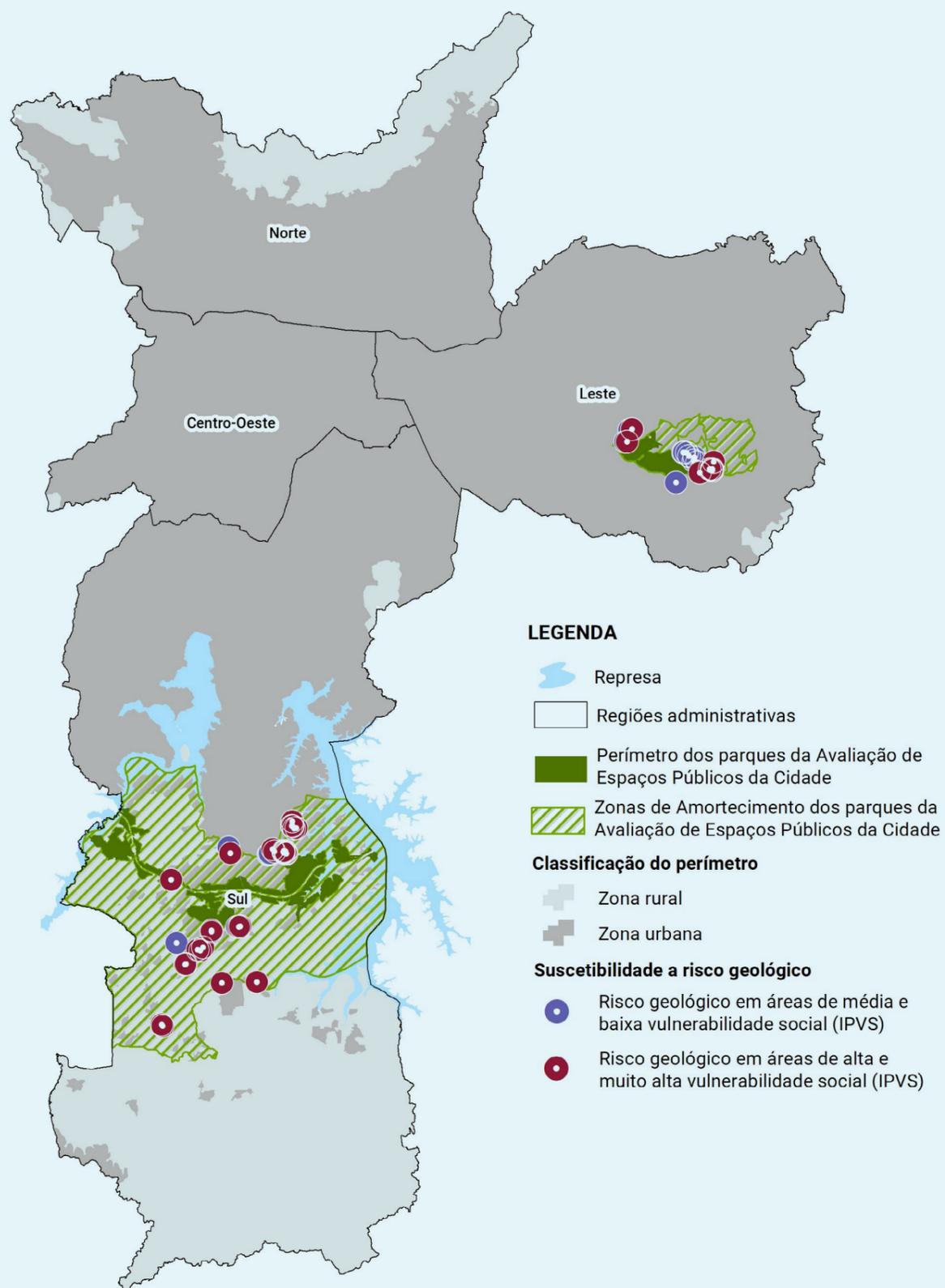
**Em relação ao risco hidrológico, que é associado a enchentes e inundações, há 17 áreas de risco dentro das Zonas de Amortecimento dos quatro parques situados na Região Sul, sendo que 12 destes locais estão situados em locais onde sua população se encontra em alta e altíssima situação de vulnerabilidade (mapa 33),**



**Fontes consultadas**

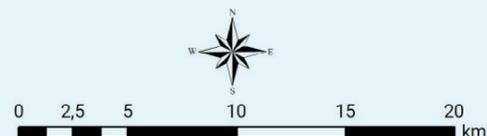
[Geosampa Intranet - Mapa digital da cidade de São Paulo] Risco hidrológico. Acesso em 16 de maio de 2024.





**Fontes consultadas**

[Geosampa Intranet - Mapa digital da cidade de São Paulo]  
Risco geológico. Acesso em 16 de maio de 2024.



### 7.3 Governança Planos, programas, projetos nos PNMs



Devido às restrições para instalação de equipamentos e estruturas gerais edificadas, uma das principais estratégias para garantia de utilização dos Parques Naturais Municipais é a realização de Planos, Programas e Projetos que possam valorizar a vocação de cada espaço e fomentar a utilização e apropriação social.

A seguir, são detalhadas as quatro principais atividades em curso identificadas nos parques.

#### 7.3.1 Trilha Interparques

O projeto consiste na criação de uma rota de 170km de extensão, interligando Unidades de Conservação municipais e outras Áreas Protegidas da zona Sul, incluindo os Parques Naturais Municipais, parques estaduais, represas, reservas particulares e áreas próximas a terras indígenas -, na região do Polo de Ecoturismo de Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé, ainda pouco conhecida e visitada.

Criado a partir de uma parceria entre trabalho Inter secretarial com as secretarias municipais do Desenvolvimento Econômico e Trabalho e Turismo, de Esportes, de Mobilidade e Trânsito, Segurança Urbana, de Subprefeituras e SPTuris, tem como um dos principais objetivos a promoção do ecoturismo na região, dando visibilidade às áreas protegidas da cidade de São Paulo e também fortalecendo o desenvolvimento

econômico destes entornos, beneficiando produtores locais, postos de serviços e a população entorno em geral.

Apesar de não concluído, o projeto já conta com trechos de utilização e visitação a pé e em bicicleta.

#### 7.3.2 Vai de Roteiro- SP Turismo

O Programa, criado pela Secretaria Municipal de Turismo com apoio da SPTuris, oferece diversas opções de roteiros turísticos pela cidade de São Paulo, sendo um dos destinos o Polo de Ecoturismo de Parelheiros. O passeio acontece todos os finais de semana e tem como ponto de encontro o Centro Cultural São Paulo, na Região Centro-Oeste, onde o grupo embarca num ônibus para os locais. O trajeto é realizado com acompanhamento de guia de turismo credenciado desde o início.

O Polo de Ecoturismo de Parelheiros é uma região de grande importância e riqueza ambiental que concentra importantes unidades de conservação do município, tais como áreas de preservação ambiental, parques naturais, reservas particulares de patrimônio natural, além de abranger a Terra Indígena Tenondé Porã.

A atividade é gratuita mediante agendamento.



**Figura 30: Grupo de visitantes em atividade do programa Vai de Roteiro**

Fonte: Disponível em: <https://polodeecoturismosp.com/o-que-fazer/experiencias/vai-de-roteiro/>



### 7.3.3 Vamos trilhar

Uma das atividades mais recentes, com início em 2024, o Projeto Vamos Trilhar é uma parceria entre a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e a Secretaria de Esportes, com objetivo de levar a população para conhecer os Parques Naturais Municipais.

As visitas contam com guias e monitores que apresentam as ações desenvolvidas para a preservação e conscientização sobre o meio ambiente e ainda acompanham as pessoas pelas trilhas dos cinco PNMs. As trilhas são

de nível fácil, o que garante maior inclusão para diferentes públicos e faixas etárias.

O Projeto Vamos Trilhar acontece durante todo ano de 2024, sempre aos finais de semana, sábados e domingos e alguns feriados. O transporte até os parques é gratuito e está incluso um kit com camiseta, água e lanche que são entregues no momento de chegada aos parques. O programa é operado por uma Organização Social financiado com recursos do Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA).

**Figura 31: Trilha contemplada no roteiro do programa**

Fonte: Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/w/noticia/projeto-vamos-trilhar-leva-paulistano-para-conhecer-os-parques-naturais-da-capital>



### 7.3.4 Rolê agroecológico

O projeto teve início em 2023 e é promovido em parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho com objetivo de fomentar o ensino de educação alimentar, nutricional e sustentabilidade. Estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental de 13 escolas, da rede municipal participam de visitas para ter contato com meios de produção agrícola locais.

O programa funciona com projeto piloto com objetivo de atender, a princípio, cerca de 550, porém há intenção de que seja estendido a todas as escolas municipais. Ao final da visita,

todos os participantes recebem um kit de orgânicos com cinco itens, sendo legumes, frutas, raízes, temperos ou muda de plantas.

Observa-se que a Prefeitura de São Paulo vem aumentando os recursos investidos em Projetos, Programas e Atividades nos Parques Municipais. A temática das atividades possui capacidade de engajar diferentes públicos e levanta temáticas de grande relevância para a promoção da conscientização da população acerca importância da preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Contudo, não foram identificadas atividades voltadas à população local que possam atrair essas comunidades para usos mais cotidianos.

**Figura 32: Atividade realizada em projeto Rolê Agroecológico**

Fonte: Site Secretaria Municipal de Educação



## 7.4 Governança comunitária

As ações de governança comunitária auxiliam na identificação do grau de apropriação social e engajamento no espaço público. Para os Parques Naturais Municipais, foram levantadas iniciativas conduzidas pela comunidade realizadas nestes locais. As informações apresentadas têm como base o questionário aplicado as pessoas gestoras dos parques.



**Em todos os parques foram identificadas iniciativas comunitárias relacionadas a temas ambientais.**

À exceção do parque Varginha, os demais possuem atividades comunitárias de viés educativo e social. Atividades culturais e esportivas foram identificadas somente nos parques Itaim e Fazenda do Carmo, respectivamente.

Ao contrário dos Planos de Gestão de parques situados na zona urbana que não possuem lei específica determinando sua obrigatoriedade, os Planos de Manejo são documentos obrigatórios para Unidades de Conservação. Planos de Manejo são documentos técnicos que orientam a gestão das UCs. São compostos por um diagnóstico socioambiental da unidade e de seu entorno, um zoneamento definido a partir de fragilidades e aptidões das áreas, e programas de ação, tais como: uso público, pesquisa científica, monitoramento.

**Tabela 4: Iniciativas comunitárias identificadas nos Parques Naturais Municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

### Presença de Iniciativas Comunitárias em Parques Naturais Municipais

Iniciativas comunitárias identificadas pelas pessoas gestoras nos PNM

	PNM Bororé	PNM Fazenda do Carmo	PNM Itaim	PNM Jacaguava	PNM Varginha
Ambientais	●	●	●	●	●
Culturais	○	○	●	○	○
Educativas	●	●	●	●	○
Esportivas	○	●	○	○	○
Segurança Alimentar	○	○	●	○	○
Sociais	●	●	●	●	○

● Presente ○ Ausente

## 7.5 Segurança

Conforme identificado na análise da dimensão de segurança da Avaliação dos parques em zona urbana, a baixa circulação de agentes de segurança e pessoas funcionárias foi o principal fator que contribuiu para a sensação de insegurança das pessoas que frequentam os parques. Logo, concluiu-se que incentivar uma vigilância ativa através da disposição de pessoas funcionárias circulando e a instalação de postos de informação e ajuda podem ser estratégias eficazes para a prevenção de crimes e aumento da sensação de segurança de mulheres e meninas nos parques.

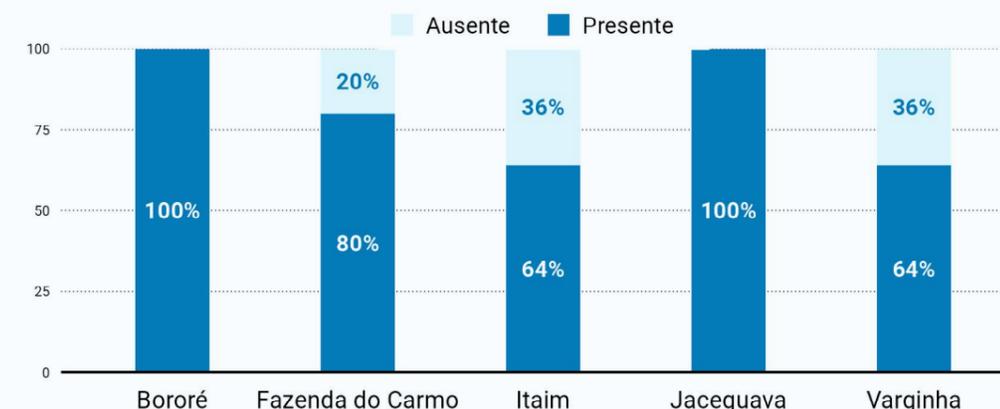
Também foram mapeadas as disposições de agentes de segurança, pessoas funcionárias e postos de informação ao longo dos parques. Nos Parques Naturais Bororé e Jacaguava, foi identificado que 100% de suas áreas contam com a presença desses elementos, sugerindo que as pessoas têm fácil acesso a suporte e auxílio de pessoas funcionárias, o que promove uma maior sensação de segurança. O Parque Natural Fazenda do Carmo possui 80% de seu perímetro coberto por agentes de segurança, pessoas funcionárias ou postos de informação. Já os parques Itaim e Varginha apresentam as menores porcentagens, ambos com 64% de cobertura por esses elementos de segurança.

**Gráfico 62: Presença de agentes de segurança nos Parques Naturais Municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

### Presença de agentes de segurança, funcionários ou postos de informação

Proporção por parques natural municipal



A presença de pessoas agentes de segurança e funcionárias, além de ser uma medida de segurança valorizada pelas que frequentam os parques, trazem maior sensação de segurança para mulheres e meninas. Diante disso, foi incluído no questionário de pessoas gestoras ([ver seção 5.1 Estruturação metodológica](#)) o percentual de mulheres funcionárias de cada um dos Parques Naturais.



**Dentre todos os parques naturais, não houve nenhum com porcentagem de mulheres agentes de segurança maior que 35%, refletindo uma disparidade de gênero nesse grupo.**

Outro aspecto relacionado ao patrulhamento que é determinante para a segurança de mulheres e meninas, também mencionada na dimensão de segurança da Avaliação dos parques em zona urbana, é a necessidade de que as ações conduzidas pelas equipes de segurança estejam alinhadas à perspectiva de gênero, e combatam atos de assédio, importunação sexual e qualquer forma de preconceito.

Para além de uma vigilância ativa, a presença de câmeras de segurança somada a essa estratégia promove um patrulhamento mais rigoroso. Entendendo que os PNMs são extensos e que a cobertura por câmera em todo o seu perímetro seria inviável, nessa Avaliação foram observadas a existência de câmeras apenas em seu acesso e área administrativa. Contudo, não foram identificadas nenhuma câmera nos parques.

Outros equipamentos relevantes para a promoção da segurança dos usuários são os equipamentos de combate a incêndio e de primeiros socorros.

A presença de equipamentos de combate a incêndios nos PNMs é de vital importância devido à vulnerabilidade desses ambientes a incêndios e queimadas. A capacidade de resposta rápida a incêndios ajuda a minimizar danos ambientais e garantir a integridade do ecossistema, bem como para assegurar a máxima segurança das pessoas visitantes. Embora tenha sido identificado em todos os Parques Naturais equipamentos de combate a incêndios, não foi investigada a capacidade operacional desses equipamentos por parte das pessoas funcionárias.



Além da preocupação com incêndios, os PNMs são particularmente suscetíveis a certos acidentes envolvendo as pessoas usuárias, principalmente devido às atividades realizadas nesses locais, como trilhas e passeios de bicicleta, além do contato mais próximo com animais silvestres. A presença de equipamentos de primeiros socorros nesses parques é, portanto, muito importante. Somente foram identificados equipamentos de primeiros socorros nos Parques Naturais Bororé, Itaim e Jaceguava. Contudo, assim como os equipamentos de combate a incêndio, é crucial que as pessoas que trabalham nos parques recebam treinamento adequado para utilizar esses equipamentos e estejam preparadas para agir em emergências. Nesta Avaliação, não foi investigado se as pessoas funcionárias receberam tal treinamento.

Conforme analisado na dimensão de segurança, a promoção de espaços seguros é de grande importância para que todas as mulheres e meninas possam apropriar-se dos parques. Entre os elementos que contribuem para a sensação de insegurança, destacam-se fatores relacionados ao uso dos parques como a presença de atos de vandalismo, tráfico de drogas, assédio e manifestações preconceituosas (raciais, xenofóbicas, religiosas, entre outras), que podem desencorajar a presença de mulheres e meninas. Dessa forma, observar a ocorrência desses comportamentos considerados como antissociais nos PNMs se fez importante para a Avaliação de segurança deles.

Para avaliar a ocorrência desses comportamentos, foi incluída uma pergunta específica sobre a identificação desses atos no questionário com pessoas gestoras ([ver seção 5.1 Estruturação Metodológica](#)). É importante ressaltar que essa variável é baseada na percepção das pessoas gestoras, refletindo uma visão subjetiva e não necessariamente as proporções reais de tais ocorrências.

**Tabela 5: Comportamento antissociais identificados nos Parques Naturais Municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat

### Presença de Comportamentos Antissociais em Parques Naturais Municipais

Comportamentos Antissociais identificadas pelas pessoas gestoras nos PNM

	PNM Bororé	PNM Fazenda do Carmo	PNM Itaim	PNM Jaceguava	PNM Varguinha
Assédio contra Mulheres	○	○	○	○	○
Preconceito Racial, Religioso, Xenofobia e Outros	○	○	○	○	○
Tráfico de Drogas	○	●	○	○	●
Vandalismo	●	○	●	●	●

● Presente ○ Ausente



**Segundo as pessoas gestoras, atos de vandalismo são os comportamentos antissociais mais frequentes, observados em quase todos os PNMs, com exceção do Parque Natural Fazenda do Carmo, onde foi relatada apenas a presença de tráfico de drogas, assim como no Parque Natural Varguinha.**

também a apropriação inclusiva desses locais. Nenhum dos parques possui infraestruturas que permitam uma acessibilidade universal em suas portarias. Além disso, equipamentos que proporcionam um acesso claro e seguro são escassos: apenas o Parque Natural Varguinha possui placa de identificação no acesso; apenas os parques Bororé e Jaceguava têm um quadro de horário de visitação em seu acesso; e nenhum dos parques possui um mapeamento no acesso. A ausência desses elementos de identificação e sinalização claros pode impactar negativamente a sensação de segurança.

## 7.6 Acessibilidade

A acessibilidade nos PNMs enfrenta desafios, principalmente relacionados à sua qualidade. O transporte público é limitado devido à localização rural desses parques, e as vias de acesso muitas vezes carecem de calçamento ou acessos exclusivos para pedestres. Além disso, as grandes dimensões dos parques frequentemente exigem que os visitantes percorram longas distâncias até a portaria de entrada.

Essas características limitam não apenas a chegada das pessoas visitantes, mas

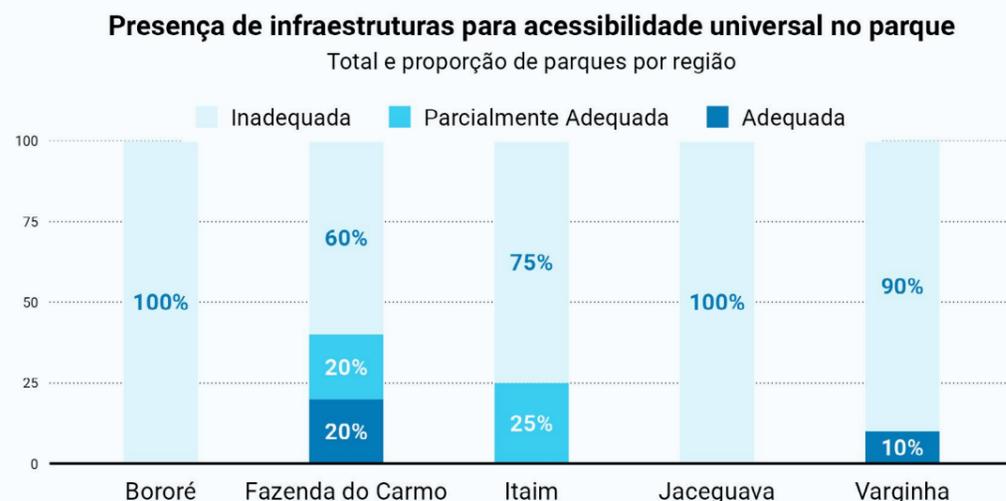
No interior dos parques, há desafios na instalação de infraestrutura para acessibilidade universal devido às restrições de utilização do espaço e às próprias características dos Parques Naturais.



**Poucos setores dentro dos parques são adequados para o deslocamento de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.**

**Gráfico 63: Existência de infraestruturas para acessibilidade universal nos Parques Naturais Municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



Apenas os Parques Naturais Fazenda do Carmo e Varginha possuem 20% de seu perímetro acessível.

Essas limitações evidenciam a necessidade de investimentos em infraestrutura que promovam acessibilidade universal, garantindo que todos os visitantes possam desfrutar dos parques de maneira segura e inclusiva. Contudo, existem iniciativas promovidas pelas próprias pessoas funcionárias dos parques para aumentar a inclusão nesses espaços.

No Parque Natural Jaceguava, foi desenvolvida uma cadeira especial que permite que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida percorram as trilhas e acessem o mirante. Esse tipo de iniciativa demonstra que é possível promover espaços mais acessíveis, mesmo nos Parques Naturais, que possuem restrições de intervenções devido a seu caráter de unidade de conservação, limitando a realização de adaptações convencionadas aos parques em áreas urbanas. Essas ações exemplificam como soluções inovadoras e de baixo impacto podem melhorar a acessibilidade e inclusão, beneficiando todas as pessoas.

**Figura 33: Cadeira de trilha adaptada para pessoas com deficiência**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat



## 7.6 Biodiversidade

Dentre as principais funções dos Parques Naturais Municipais está o fomento à biodiversidade, sendo a diversidade de espécies de fauna e flora fundamentais para que alcançar esse objetivo. Uma maior diversidade de espécies garante o maior equilíbrio dos ecossistemas e contribui para a saúde destes ambientes e para seu fortalecimento frente a mudanças climáticas. De forma a compreender a relevância dos PNMs enquanto núcleos de biodiversidade, foram levantadas as espécies de fauna e flora registradas nos anos de 2022 e 2020 pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.



O PNM Fazenda do Carmo, situado na Região Leste, é o que apresenta a maior biodiversidade de espécies, abrigando 355 espécies de fauna silvestre registradas na cidade de São Paulo em 2022, o que representa 25% total.

Também é o parque que mais abriga espécies de flora, com 312 espécies cadastradas no ano de 2020 de acordo com registros da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

Cabe ressaltar que o PNM Fazenda do Carmo é o parque de maior inserção urbana e menor conectividade quando comparados aos demais PNMs (ver seção 6.8.1: "Conectividade da cobertura vegetal").

Os quatro PNMs situados na Região Sul também abrigam grande parte da biodiversidade de fauna da cidade, sendo que as espécies encontradas nos PNMs Itaim e Jaceguava representam 15% do total, no PNM Bororé 13% e no PNM Varginha 8%.

Já em relação à flora, o PNM Jaceguava é o parque da Região Sul com maior concentração, com 276 espécies, seguido pelo PNM Bororé, Varginha e Itaim em último lugar.



**Tabela 6: Levantamento de fauna e flora nos Parques Naturais Municipais**

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat. Fonte: SVMA

	PNM Bororé	PNM Fazenda do Carmo	PNM Itaim	PNM Jaceguava	PNM Varginha
<b>Registro de Fauna</b>	181	355	208	213	113
<b>Registro de Flora</b>	176	312	129	276	163

## O QUE SE DESCOBRIU?

Os Parques Naturais Municipais possuem grande relevância para a promoção e manutenção da biodiversidade na cidade de São Paulo. Contudo, para que seu uso público seja consolidado e aconteça em harmonia com a conservação ambiental, devem ser previstas estruturas físicas capazes de oferecer acessibilidade, inclusão e segurança

às pessoas visitantes. Também foi observado que a melhor articulação com as pessoas do entorno pode garantir maior utilização destes espaços e ainda apoiar em seus processos de conservação, uma vez que a apropriação social é comprovadamente um elemento que contribui com o melhor cuidado dos espaços públicos.

1.

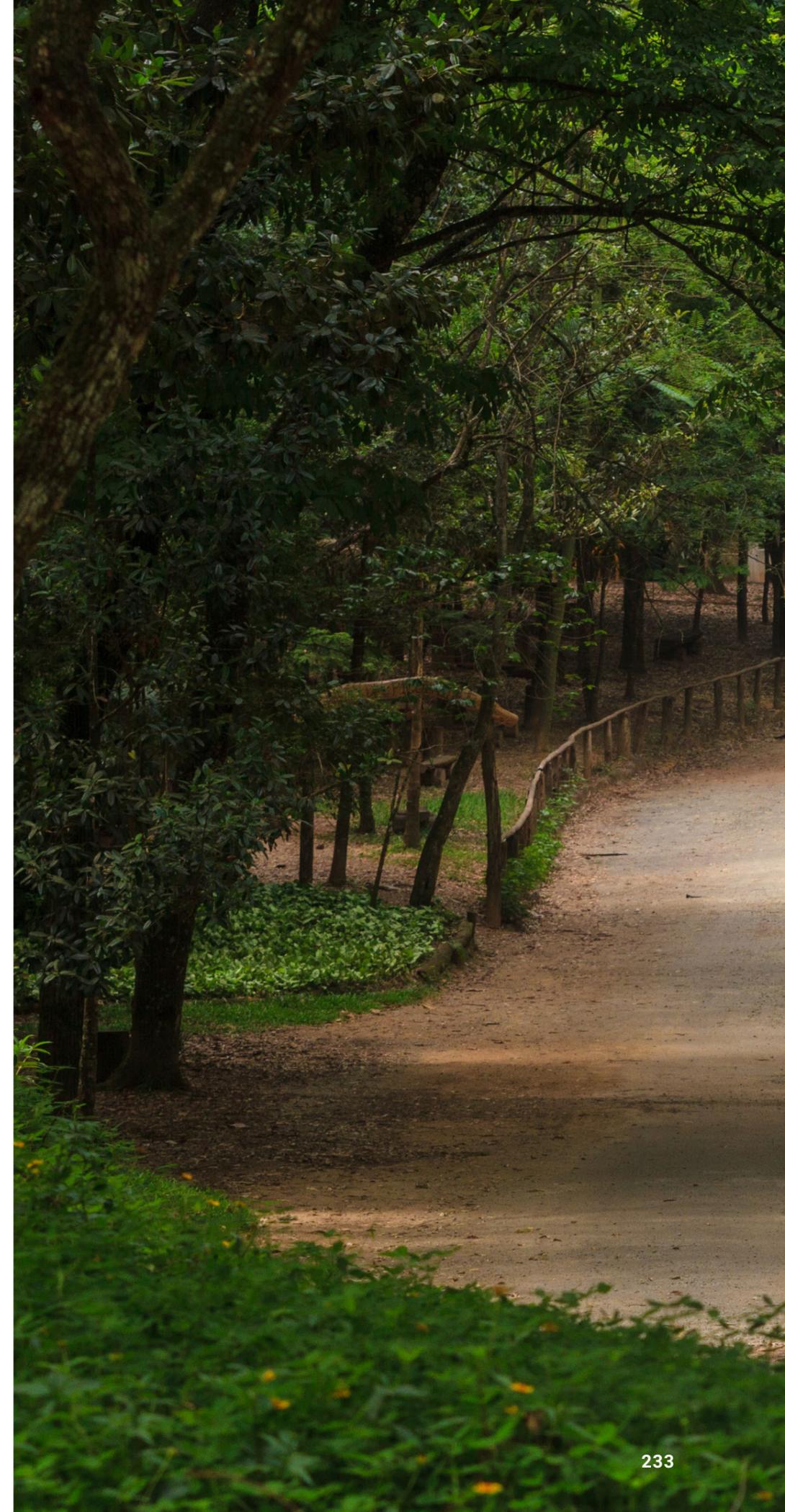
Dentre a infraestrutura avaliada para a promoção de uso público acessível, seguro e inclusivo, observou-se que a falta de **acessibilidade é o elemento que mais compromete a inclusão**. Os elementos relacionados à segurança, de forma geral, foram bem avaliados, à exceção de elementos de primeiros socorros que só estão presentes nos parques Bororé, Itaim e Jaceguava. Considerando as possibilidades de incidentes nestes espaços, as estratégias de **primeiros socorros adotadas devem ser estudadas de forma mais aprofundada**.

2.

Dentre os usos registrados, a maioria das pessoas que frequentam os PNMs utilizam destes espaços para maior aproximação e contemplação da natureza. Em relação a atividades conduzidas nestes locais, **o turismo tem maior destaque, havendo Programas municipais para fomento a tal atividade**, sobretudo aos finais de semana. Ações de educação ambiental junto às escolas municipais também foram identificadas.

3.

Não foram identificadas atividades, de viés comunitário ou público, voltadas a práticas cotidianas. Também não foram registrados usos cotidianos pelas pessoas do entorno, o que pode ser confirmado pelo baixo número de pessoas encontradas nos parques durante a semana. Dentro do perfil da população entorno, foi identificado que há população em situação de vulnerabilidade socioeconômica vivendo em assentamentos informais, além de vulnerabilidade socioambiental, com pessoas com baixo perfil socioeconômico vivendo em áreas de riscos hidrológico e geológico.





# 8.

## CONCLUSÃO



## A avaliação espacial dos parques municipais possibilitou a melhor compreensão dos padrões territoriais, identificando tendências relacionadas à oferta e qualificação destes espaços.

Foi identificada uma associação entre aspectos de vulnerabilidade socioeconômica e qualificação dos espaços, uma vez que as regiões com as maiores condições de vulnerabilidades (Leste e extremo Sul), que são aquelas que demandam mais infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, mostraram ser as que possuem os parques com a menor classificação pelo Indicador de Parques. Além disso, foi observado um padrão socioespacial de periferização aplicado ao contexto dos parques, onde a região Centro-Oeste, de maior renda, apresentou melhores resultados gerais na avaliação quando comparada às regiões de menor renda, no Leste e extremo Sul.

A menor presença de mulheres nos parques destaca a necessidade de fortalecer as condições de segurança e inclusão. Os resultados na dimensão de segurança apontam para a necessidade de investir em novas infraestruturas, manter as existentes e aumentar e capacitar o quadro técnico nos parques, especialmente nas regiões Norte, Sul e Leste.

Como uma condição para a garantia de inclusão em espaços públicos, além das questões gerais de falta de acessibilidade

nas entradas dos parques, também foi constatado que a maioria dos parques carece de infraestrutura e equipamentos dedicados a pessoas com deficiência. Assim, entre as políticas voltadas para grupos vulnerabilizados, aquelas direcionadas às pessoas com deficiência emergiram como prioritárias.

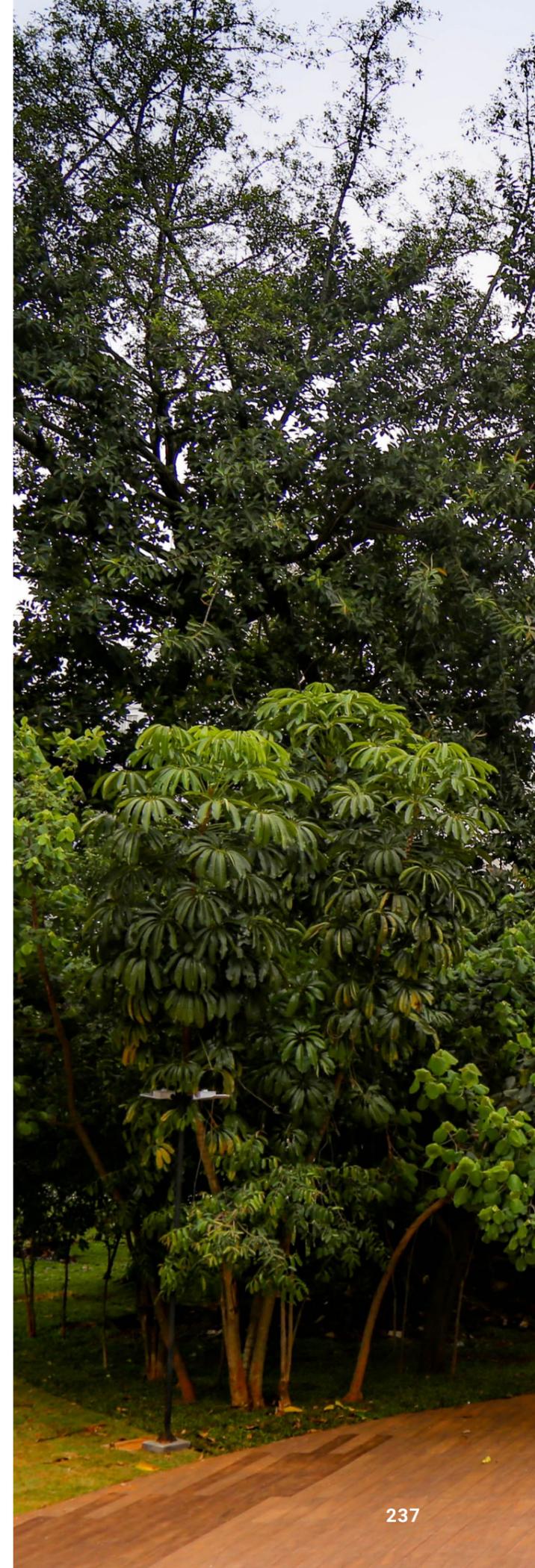
A presença de equipamentos esportivos nos parques para a promoção da saúde e bem-estar é predominante, contudo, apenas metade das pessoas entrevistadas utilizam dos parques para práticas esportivas. Isso leva a necessidade de aprofundamento sobre as condições de manutenção, diversidade de equipamentos e a necessidade do fomento a atividades voltadas ao esporte. O mapeamento de atividades apontou para uma baixa frequência na oferta e um número reduzido de parques atendidos.

Em relação à biodiversidade, de acordo com dados apresentados pelo BIOSAMPA, o índice de biodiversidade está aumentando a cada ano. No entanto, para garantir o fortalecimento dessa biodiversidade, são necessárias ações específicas e direcionadas para os locais que apresentaram as menores taxas, notadamente aqueles localizados nas regiões Leste e Centro-Oeste do município. Quando regionalizados, os resultados do BIOSAMPA, apontaram para os piores resultados, dentro de dois domínios, na Região Leste.

Já em relação aos Parques Naturais Municipais, há uma carência generalizada de infraestrutura mínima para provisão de acesso, inclusão e promoção de segurança nestes espaços. Os PNMs situados na Região Sul conformam uma grande área e apresentam características periurbanas por estarem situados no limite entre zonas urbana e rural. Já o PNM Fazenda do Carmo possui maior grau de inserção e conectividade urbana. Considerando esses diferentes graus de inserção urbana e as condições de

vulnerabilidade socioeconômica e ambiental da população em seus entornos, se faz necessária a maior articulação e mobilização social para aproximar os parques das pessoas que vivem entorno.

No mapeamento de Planos, Programas e Atividades realizadas foi identificado um crescente número na oferta de ações, sobretudo com foco no turismo e educação ambiental, não havendo ações voltadas às pessoas que vivem nas proximidades destes parques. Portanto, a melhoria nas condições de acessibilidade a realização de Programas direcionados a pessoas que vivem nas proximidades dos parques, são elementos fundamentais para a maior efetivação do uso público nos PNMs.





# 9.

## DIAGNÓSTICO DAS REGIÕES



## Considerando o tamanho de São Paulo, a análise regional visa o melhor direcionamento na elaboração de diretrizes

### 9.1 Região Centro-Oeste

Região com parques mais bem avaliados pelo Indicador de Parques associados a um perfil socioeconômico em suas áreas de influência caracterizado pela população em situação de vulnerabilidade baixa e baixíssima. Há problemas relacionados à segurança, uma vez que a Região possui um dos maiores índices de ocorrências criminais, sobretudo de crimes que não envolvem atentado contra a vida, como roubos e furtos. Somado a isso, é a Região na qual as pessoas entrevistadas reportaram sentir-se mais inseguras dentro dos parques.

que possam atender às necessidades específicas de cada Região, de forma a garantir maior efetividade das intervenções realizadas e alocação de recursos. Além disso, será possível realizar o monitoramento e avaliação dos indicadores apresentados a partir de um recorte espacial pré-estabelecido.

Apesar de apresentar melhores pontuações no índice de governança para biodiversidade, as notas relativas à biodiversidade nativa e oferta de serviços ecossistêmicos apresentaram menores pontuações quando comparadas às Regiões Norte e Sul. O investimento em biodiversidade de fauna e flora nos parques pode ser associado à maior oferta de espaços de convívio com a natureza, uma vez que a população entrevistada é a que menos utiliza os parques para práticas contemplativas atribuídas à promoção da saúde mental. Também em relação à paisagem, é a Região com o maior número de bens de valor patrimonial, sendo necessária diretrizes específicas para sua preservação.



#### INCLUSÃO

Região com maior percentual de pessoas entrevistadas que se declararam brancas.

**58%**

Parques possuem as melhores condições de acessibilidade para PcD em seu interior.

**53%** dos parques adequados

#### ACESSIBILIDADE

Maior cobertura de linhas de ônibus e transporte sobre trilhos, e maior presença de rede cicloviária. Quanto à acessibilidade universal nos acessos aos parques, apenas **26%** estão adequados.

#### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Parques bem-avaliados, associados a população no entorno com situação de vulnerabilidade baixa e baixíssima.

#### GOVERNANÇA

Altos índices de iniciativas comunitárias, de conselhos gestores eleitos e de manutenção de elementos de sinalização para comunicação.

#### SEGURANÇA

Altos índices de ocorrências criminais relacionadas a crimes que não envolvem atentado contra a vida.

**15%**

das pessoas entrevistadas relataram ter presenciado ou sofrido atos de violência nos parques.

#### CONFORTO E SAÚDE

Região com maiores índices de pessoas que praticam atividades físicas nos parques, com **53%**

Em relação à utilização dos parques para práticas contemplativas associadas à saúde mental, possuem os menores índices.

#### VERDE E AZUL

Menor conectividade vegetal.

Coleta seletiva realizada em **79%** dos parques.

Região com maior número de parques que possuem bens de valor patrimonial **39%** dos parques.

## 9.2 Região Norte

Considerando o reduzido número de parques na Região, é de extrema importância a garantia da qualificação destes espaços.

Contudo, de acordo com as notas obtidas pelo Indicador de Parques, há espaços com baixas pontuações, especialmente aqueles situados no extremo norte da Região. Também nesse setor é onde se encontram os índices de caminhabilidade mais baixos. Em relação à acessibilidade, todos os parques possuem elementos que comprometem os acessos em suas entradas, sendo que aproximadamente metade dos parques (46%) possui acessibilidade inadequada em seus setores internos, apontando para a necessidade de priorização de investimentos nesse quesito.

Dentre as regiões, é a que apresenta os menores problemas de segurança de acordo com as pessoas entrevistadas, apesar de apresentar o maior percentual de situações vandalismo reportadas o que pode estar associado à maior frequência de mulheres registradas nestes parques, uma vez que, junto com a Região Sul, possui o maior percentual de mulheres frequentando os espaços de acordo com entrevistas. A maior frequência de mulheres nos espaços públicos pode ser entendida como indicador de melhores percepções de segurança dos locais (REDE NOSSA SÃO PAULO; IPEC, 2023).

Apresenta os maiores índices de biodiversidade nativa e serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade, porém baixa pontuação no índice de governança, o que sugere a necessidade da elaboração de programas e atividades específicos de viés ambiental. Também em relação à biodiversidade, há potenciais conectividades vegetais a serem fortalecidas, associando o Parque Estadual da Cantareira, com o Parque Natural Municipal Anhanguera e parques municipais do extremo norte.



© ONU-Habitat Brasil

### VERDE E AZUL

Maior pontuação nos índices de biodiversidade nativa e de serviços ecossistêmicos providos pela biodiversidade. Menores pontuações em governança para biodiversidade. Grande potencial de fortalecimento de conectividades vegetais, a partir do Parque Estadual da Cantareira, passando pelo Parque Natural Municipal Anhanguera e descendo na direção sul passando pelos parques municipais.



### CONFORTO E SAÚDE

Todos os parques contam com estruturas, naturais ou artificiais, para sombreamento de seus setores;



**63%** dos entrevistados utilizam os parques para atividades contemplativas de contato com a natureza.

### SEGURANÇA

Menores problemas de segurança, porém maior percentual de situações de vandalismo. Possui melhor cobertura na oferta de elementos de iluminação, com

**64%** dos parques adequados.



### INCLUSÃO

Maior percentual de **idosos** **25%** e de **mulheres** frequentando os parques **53%** junto da Região Sul -, assim como de **pessoas autodeclaradas pretas** integrando os conselhos gestores **8%**

### ACESSIBILIDADE

Todos os parques da Região apresentam algum elemento que dificulta a acessibilidade universal nos acessos. Uma grande proporção de parques apresenta **condições inadequadas de acessibilidade universal em seu interior**

**46%**



### GOVERNANÇA

**DOS 12 PARQUES**

quatro não possuem conselho gestor eleito. Atividades comunitárias de viés ambiental estão presentes em **46%** dos parques.

### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Número reduzido de parques, com grande vazio espacial, especialmente na área central. Pontuações mais baixas pelo Indicador de Parques situadas nos parques do extremo norte.



### 9.3 Região Sul

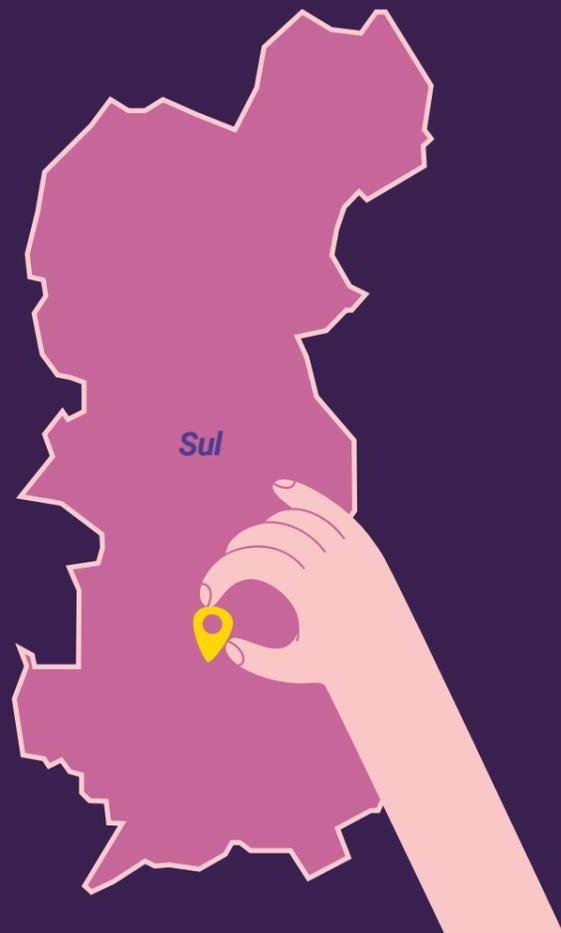
A Região apresenta locais com população em situação alta e altíssima vulnerabilidade, especialmente no extremo sul e com alguns núcleos esparsos pela Região.

Também no extremo sul, há indicativos de reduzida apropriação social refletida na inexistência de conselhos gestores eleitos. Em toda a Região foram identificados problemas de sinalização e acessibilidade, sobretudo nas entradas dos parques e problemas de oferta e qualidade de iluminação generalizados. Apesar dos baixos índices relacionados à problemas de segurança, é

a segunda Região com maior percentual de parques onde se registraram ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas.

É a segunda Região com índices mais baixos relacionados a presença de elementos de proteção solar (natural ou artificial) nos setores dos parques. A melhoria destes elementos pode fomentar a maior utilização dos parques para práticas esportivas, uma vez que, junto com a Região Leste, é a que apresenta menos pessoas realizando atividades físicas.

Apresenta o maior número de parques com a presença de corpos hídricos, sendo a que concentra o maior registro de riscos hidrológicos dentro das áreas de influência dos parques, o que sugere a necessidade de estudo específico para verificação quanto a possíveis contribuições dos parques municipais com a rede de drenagem urbana. Há potencialidades em fortalecer as conectividades vegetais a partir dos Parques Naturais Municipais, sobretudo em direção aos parques municipais entorno às represas.



© ONU-Habitat Brasil

**INCLUSÃO**

**MAIS MULHERES DO QUE HOMENS** frequentando os parques.

53%

Maior percentual de idosos compondo os conselhos gestores e maior percentual de pessoas autodeclaradas pardas.

**GOVERNANÇA**

Indicativos de reduzida apropriação social, refletida na inexistência de conselhos gestores eleitos.

Região com baixa presença e qualidade de elementos de sinalização para comunicação em seus parques.

**SEGURANÇA**

Baixos índices relacionados a ocorrência criminais segurança. Alta incidência de riscos hidrológicos, com 59 das 99 ocorrências identificadas dentro das áreas de influência dos parques.

**ACESSIBILIDADE**

Problemas de sinalização e acessibilidade, sobretudo nas entradas dos parques, e problemas de oferta e qualidade de iluminação.

**CONFORTO E SAÚDE**

Baixos índices de elementos proteção solar nos setores dos parques (natural ou artificial).

Maior taxa de pessoas que utilizam os parques para atividades contemplativas associadas à natureza, junto da Região Leste.

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL**

Setores com concentrações de perfis socioeconômicos em condições de alta e muito alta vulnerabilidade onde não há parques municipais.

Junto com a Região Leste, apresenta maiores incidências de assentamentos precários dentro das áreas de influência dos parques.

**VERDE E AZUL**

Maior número de parques com a presença de corpos hídricos.

Há potencialidades em fortalecer as conectividades vegetais partindo dos Parques Naturais Municipais.

## 9.4 Região Leste

**Dentre todas as Regiões, é a que concentra a maior quantidade de parques com baixas pontuações pelo Indicador de Parques, fato que resulta em maiores urgências na realização de intervenções para melhorias,**

especialmente em locais associados à existência de população em alta situação de vulnerabilidade socioeconômica e expostas a riscos climáticos, com destaque para os riscos geológicos.

Nos aspectos de sinalização, se faz necessária a melhoria na oferta e qualidade de elementos como placas, mapas e quadros de aviso dentro dos setores dos parques. Em relação à mobilidade urbana, é a Região que apresenta as menores larguras médias de calçada, comprometendo a acessibilidade do pedestre, especialmente para pessoas com deficiência. Em relação à mobilidade do ciclista, apresenta baixa oferta de estrutura cicloviária, especialmente entorno aos parques do extremo leste.

Portanto, se faz necessária a priorização de intervenções de infraestrutura dentro das áreas de influência dos parques, para garantir a melhor acessibilidade e com isso aumentar a sua utilização. A melhoria da acessibilidade nas áreas de influência pode potencializar a realização de ações integradas entre os parques e outros equipamentos públicos, uma vez que a Região registra a maior densidade de equipamentos públicos dentro das áreas de influência.

Os indicadores associados à apropriação social apresentaram os piores resultados dentre às Regiões, apontando para o baixo percentual de iniciativas comunitárias registradas pelas pessoas gestoras dos parques e os menores percentuais de parques com conselhos gestores eleitos em relação às demais Regiões.

Junto com a Região Centro-Oeste registra as maiores taxas de ocorrências criminais, sendo que apresenta a menor porcentagem de presença de agentes de segurança. Em 39% de parques há equipamentos para crianças e bebês com problemas de funcionamento em quase todos ou em todos os seus setores.

Junto com a Região Sul, apresenta o menor percentual de pessoas praticando atividades físicas. Os parques da Região apresentam o maior percentual de parques com ausência de elementos para proteção do sol, sejam naturais ou artificiais, fato que pode comprometer a sua utilização para práticas esportivas. Em contrapartida, possui o maior percentual de pessoas que utilizam os parques para práticas contemplativas associadas ao convívio com a natureza.

A Região apresenta os piores índices regionalizados de biodiversidade nativa e serviços ecossistêmicos prestados pela biodiversidade, além das menores taxas de fauna e flora, o que aponta para a necessidade de priorização de políticas para a promoção de biodiversidade, como por exemplo, o fortalecimento de conectividades ecológicas entre parques e áreas verdes, uma vez que a Região apresentou potencial para a criação dessas conexões.



### SEGURANÇA

Maiores taxas de ocorrências criminais (junto com a Região Centro-Oeste), neste caso relacionada a crimes envolvendo atentado contra à vida. Menor porcentagem na presença de agentes de segurança no interior dos parques.



Maiores incidências de riscos geológicos dentro das áreas de influência dos parques, **147 dos 229 locais de risco levantados. 101 áreas estão situadas em locais onde a população se encontra em alta e altíssima condição de vulnerabilidade socioeconômica.**

### ACESSIBILIDADE

Região mais crítica em relação às condições de caminhabilidade nas áreas de influência dos parques, considerando as larguras das calçadas.



Em todos os parques há problemas nas placas de identificação situadas em seus acessos.

### GOVERNANÇA

Baixo percentual de iniciativas comunitárias. Mais da metade, **20 dos 33 parques** avaliados, não possuem conselho gestor eleito.

Maior percentual de parques **46%** em condições inadequadas de sinalização nos setores dos parques.

### CONFORTO E SAÚDE

Apenas **40%** das pessoas que frequentam os parques os utilizam para a prática de atividades físicas.



Maior percentual de parques com ausência de elementos para proteção do sol **27%** dos parques considerados adequados.

### INCLUSÃO



### DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Concentra a maior quantidade de parques com baixas pontuações pelo Indicador de Parques, associados à perfis socioeconômicos baixos e baixíssimos. Região com maior presença de equipamentos públicos nas áreas de influência dos parques.



### VERDE E AZUL

Apresenta os mais baixos índices regionalizados de biodiversidade nativa e serviços ecossistêmicos prestados pela biodiversidade, além das menores taxas de incidência de fauna e flora. É a segunda maior região com percentual de parques com corpos hídricos



com predomínio de rios e córregos. Potenciais conectividades vegetais a partir do Parque Natural Municipal Fazenda do Carmo.



# 10.

## PRÓXIMAS ETAPAS



## Através da aplicação da Avaliação de Espaços Públicos da Cidade, foi realizado um diagnóstico abrangente dos espaços públicos verdes de São Paulo.

Esse diagnóstico foi construído a partir de dimensões e indicadores fundamentados em evidências, utilizando uma extensa coleta de dados e abordagens sensíveis ao gênero conforme descrito ao longo deste relatório.

Revisitando as etapas da metodologia desenvolvida pelo Programa Global de Espaços Públicos do ONU-Habitat ([ver 5.1 "Estruturação metodológica"](#)), após a conclusão da Avaliação dos Espaços Públicos, o próximo passo é apresentar os resultados aos integrantes do Grupo de Referência e aos representantes da Prefeitura. Esse processo visa validar os resultados junto aos principais atores envolvidos.

A etapa seguinte consiste no desenvolvimento de uma estratégia para espaços públicos com base na Avaliação. O objetivo é a elaboração de recomendações e diretrizes políticas que visem melhorar a qualidade e a inclusão dos espaços públicos.



**A elaboração dessa estratégia resulta em um documento entregue à municipalidade, com o intuito de sustentar políticas para melhorias dos parques a longo prazo, seguindo as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.**

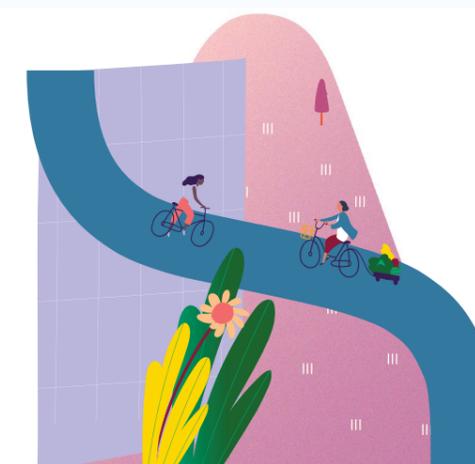
Os dados gerados pela Avaliação possibilitam a elaboração de um quadro de priorização para raquear os parques, em uma ordem prioritária de intervenção, baseando-se nas avaliações individuais de cada parque através de indicadores mais representativos de cada uma das sete dimensões. Os dez primeiros parques, ou seja, os que apresentam maior necessidade de intervenção, são submetidos à Avaliação Específica de Espaços Públicos (*Public Space Site-Specific Assessment*).

A Avaliação Específica de Espaços Públicos, assim como a presente avaliação, consiste em um conjunto de ferramentas recomendadas para uma avaliação detalhada das áreas públicas. Diante de uma maior proximidade com os objetos de avaliação, nos dez parques municipais prioritários, são propostas atividades que envolvam a participação das pessoas frequentadoras destes locais, especialmente mulheres e meninas, uma vez que essa avaliação é conduzida a partir dos princípios da metodologia Cidade Delas (*Her City*) desenvolvida pelo ONU-Habitat.

Portanto, este documento representa o diagnóstico inicial dentro da iniciativa Viva o Verde SP, ilustrando como os objetivos globais, representados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pela Nova Agenda Urbana, foram interpretados e adaptados ao contexto local. Esse processo foi essencial para a elaboração de um diagnóstico que possa resultar em estratégias políticas baseadas em evidências. O esquema a seguir ilustra esse processo de localização das metas globais e como as ferramentas utilizadas se complementam para resultar em estratégias de intervenção eficazes.

Figura 34: Esquema visual das próximas etapas

Fonte: Elaboração própria, ONU-Habitat



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, T. C., & Ferreira, R. L. C. (2017). **A influência das áreas verdes urbanas na qualidade de vida e saúde da população: uma revisão bibliográfica**. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, 12(39), 1-12.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS- ABNT. **NBR 9050:2020 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2020.

ARRUDA, Marcella. **"Inovação Social e Participação Cidadã: a Ativação do Parque Linear do Canivete"**. ArchDaily Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/909315/inovacao-social-e-participacao-cidada-a-ativacao-do-parque-linear-do-canivete>, Acesso em: 27 de maio de 2024.

BARROZO *et al.*. **Compreendendo a relação entre o Índice de Caminhabilidade e a caminhada como meio de transporte no município de São Paulo, Brasil, 2024**. São Paulo, GEOSAÚDE, 2024.

BARKER, *et al.*, **WHAT MAKES A PARK FEEL SAFE OR UNSAFE?: The views of women, girls and professionals in West Yorkshire**. Symplectic Publications, University of Leeds, 8 dez. 2022. DOI <https://doi.org/10.48785/100/108>.

BID; CAF; UN-Habitat. **As desigualdades de gênero nas cidades. 2020**. Disponível em [https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/As\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_nas\\_cidades.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/As_desigualdades_de_genero_nas_cidades.pdf). Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Ministério das Cidades. **O que são equipamentos públicos**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>. Publicado em 2023. Acesso em: 02 jul. 2024.

CAIAFFA *et al.*. **Saúde urbana: marcos, dilemas, perspectivas e desafios**. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, n. 1, p. 1-2, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/snWfpjJqMQgSjp8jxsDVxhM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio, **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp. 399 pp. 2000.

CLIMATE HUB RIO. **Parques urbanos e o combate à crise climática: o caso do Rio de Janeiro**. Disponível em: <file:///C:/Users/User1/Downloads/publicac%CC%A7a%CC%83o%20parques%20do%20rio.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

DALBEN, André. **Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos**. Urbana, v. 8, 2016. DOI: 10.20396/urbana.v8i2.8643241.

FUNDAÇÃO ARON BIRMANN, **Indicador de Parques de São Paulo**, 2022.

GREEN FLAG AWARD. **Raising the standart: The Green Flag Award guidance manual**. Disponível em: <https://www.greenflagaward.org/media/svqcr0pa/green-flag-award-guidelines.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2024.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Glossary**. Disponível em: <https://apps.ipcc.ch/glossary/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2021. **Infraestrutura urbana**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP). 2021. **Mobilidade ativa**. Disponível em: <https://www.itdp.org/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **ROL de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação**. Cadernos de visitação, 2. ed. Brasília, DF: ICMBio, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc\\_rol\\_de\\_oportunidades\\_de\\_visitacao\\_em\\_unidades\\_de\\_conservacao.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/rovuc_rol_de_oportunidades_de_visitacao_em_unidades_de_conservacao.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

MORENO, CARLOS. **The 15-Minute City: A Solution to Saving Our Time and Our Planet**. John Wiley & Sons, 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Espaços verdes urbanos e saúde**. Organização Mundial da Saúde. Escritório Regional para a Europa, 2016. Disponível em: <https://iris.who.int/handle/10665/345751>. Acesso em: 20 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **A Nova Agenda Urbana (versão em Português)**. Quito, 2019. Disponível em: <https://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS (ONU-Habitat). **Recomendações para o Programa Vida Nova nas Grotas**. Maceió, 2023. Disponível em: [https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/06/vida\\_nova\\_nas\\_grotas\\_lab\\_plan\\_projetos.pdf](https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/06/vida_nova_nas_grotas_lab_plan_projetos.pdf). Acesso em: 20 jun. 2024.

REDE NOSSA SÃO PAULO; INSTITUTO INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA ESTRATÉGICA (IPEC). **Viver em São Paulo: Mulheres**. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/viver-em-sao-paulo-mulheres>. Acesso em: 21 jun. 2024.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo: O planejamento da desigualdade**. São Paulo: Editora Fósforo, 2022.

ROJAS-RUEDA, D. et al. **Green spaces and mortality: a systematic review and meta-analysis of cohort studies**. Public Health, v. 3, nov. 2019. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2542-5196\(19\)30215-3](https://doi.org/10.1016/S2542-5196(19)30215-3). Acesso em: 20 jun. 2024.

SAKATA, Francine Gramacho. **Parques públicos como programas de governo**. 2014. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Parques-p%C3%BAblicos-como-programas-de-governo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SAMPAPÉ!. **Índice técnico de caminhabilidade sensível a gênero**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: [https://issuu.com/sampape/docs/20191025\\_curitiba\\_apostila\\_ic](https://issuu.com/sampape/docs/20191025_curitiba_apostila_ic). Acesso em: 11 mar. 2024.

SILVA, A. R., & Assunção, J. V. (2019). **Áreas verdes urbanas e saúde: uma análise das evidências científicas e das políticas públicas no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, 35(7), e00118418.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Índice BIOSAMPA 2019: 23 indicadores da biodiversidade paulistana**. Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos. São Paulo: SVMA, 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima)**. São Paulo, SVMA, 2021.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Arborização Urbana**. São Paulo: SVMA, 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL)**. São Paulo: SVMA, 2022.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente / Coordenação de Planejamento Ambiental. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais (PMSA)**. Coordenação: SANTOS, Rodrigo Martins dos. São Paulo: SVMA, 2020.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do Município de São Paulo**. São Paulo, SVMA, 2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Unidades de Conservação**. SVMA, 2024. Disponível em: [https://capital.sp.gov.br/web/meio\\_ambiente/w/unid\\_de\\_conservacao/3339](https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/unid_de_conservacao/3339). Acesso em 20 jun. 2024.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Plano de Manejo: Parque Natural Fazenda do Carmo. Volume II: Planejamento**. São Paulo, SVMA, 2014. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio\\_ambiente/arquivos/publicacoes/Volume\\_II\\_Planejamento\\_all.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/arquivos/publicacoes/Volume_II_Planejamento_all.pdf). Acesso em: 02 jul. 2024.

SÃO PAULO (Município). **Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo: Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014**. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/08/Lei-16050.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SÃO PAULO (Município). **Plano de Mobilidade de São Paulo (PlanMob). São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2016**. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp\\_v072\\_\\_1455546429.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp_v072__1455546429.pdf). Acesso em: 2 jul. 2024.

SÃO PAULO (Município). **Manual de Desenho Urbano e Obras Viárias**. 2022. Disponível em: <https://manualurbano.prefeitura.sp.gov.br/manual/6-infraestrutura-verde-e-azul>. Acesso em: 02 jul. 2024.

THE SAFER PARKS CONSORTIUM. **SAFER PARKS: Improving access for women and girls**. [S. l.: s. n.], 2023. DOI 10.48785/100/151. Disponível em: <https://www.greenflagaward.org/resources-research/safer-parks-for-women-and-girls/safer-parks-for-women-and-girls/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). **Índice Paulista de Vulnerabilidade Social**. São Paulo: SEADE, 2014. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/ipvs/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Urban health**. 2021. Disponível em: [https://www.who.int/health-topics/urban-health#tab=tab\\_1](https://www.who.int/health-topics/urban-health#tab=tab_1). Acesso em: 02 jul. 2024.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Glossário ODS 11**. 2018. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/glossario-ods-11>. Acesso em: 02 jul. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME (UN-HABITAT). Global Public Spaces Programme. **City-wide public space assessment toolkit: a guide to community-led digital inventory and assessment of public spaces**. Nairobi, 2020. 96 p. Disponível em: <https://unhabitat.org/city-wide-public-space-assessment-toolkit-a-guide-to-community-led-digital-inventory-and-assessment>. Acesso em: 20 jun. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME (UN-HABITAT). **Her City: A Guide for Cities to Sustainable and Inclusive Urban Planning and Design together with Girls**. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/02032021\\_her\\_city\\_publication\\_low.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/03/02032021_her_city_publication_low.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENT PROGRAMME (UN-HABITAT). **Public Space Site Assessment: A Guide to City-Wide Public Space Assessment**. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/final\\_pssa\\_v.1\\_reviewed\\_compressed.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2020/07/final_pssa_v.1_reviewed_compressed.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

HABITAT III. **Espaço Público**. Disponível em: [https://habitat3.org/wp-content/uploads/11-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico\\_final.pdf](https://habitat3.org/wp-content/uploads/11-Espa%C3%A7o-P%C3%BAblico_final.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

UN-HABITAT, OMS. **Integrando a saúde ao planejamento urbano e territorial.: guia de referência**. Genebra, 2023. Disponível em: [https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/04/portuguese\\_sourcebook\\_un-habitat\\_x\\_who.pdf](https://unhabitat.org/sites/default/files/2023/04/portuguese_sourcebook_un-habitat_x_who.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

(sem autor) **Segurança é o principal problema para moradores da cidade de SP, diz Datafolha**. G1, São Paulo, 11 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/03/11/seguranca-e-o-principal-problema-para-moradores-da-cidade-de-sp-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2024.

Instituto SEMEIA. **Cartilha: Parques Naturais e Parcerias: perguntas e respostas para a sociedade**. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://semeia.org.br/biblioteca/publicacoes/cartilha-parques-naturais-e-parcerias/>. Acesso em 10 jun. 2024.

WWF-Brasil. **Pesquisas mostram benefícios da conexão com a natureza para saúde física e mental. 2019**. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?86440/Pesquisas-mostram-beneficios-da-conexao-com-a-natureza-para-saude-fisica-e-mental>. Acesso em: 02 jul. 2024.

# GLOSSÁRIO

## Área verde

Conjunto de áreas urbanas ou rurais, públicas ou privadas, que apresentam cobertura vegetal, arbórea, arbustiva ou rasteira e que desempenham função ecológica, paisagística e recreativa, são prestadoras de serviços ecossistêmicos e propiciam a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade (SVMA, 2022).

## Acessibilidade

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2020, p. 2).

## Adaptação

Em sistemas humanos, o processo de ajuste ao clima real ou esperado e seus efeitos, a fim de moderar danos ou explorar oportunidades benéficas (IPCC, 2024).

## Aquecimento global

Refere-se ao aumento da temperatura global da superfície em relação a um período de referência básico, calculado em média ao longo de um período suficiente para eliminar variações interanuais, como por exemplo, 20 ou 30 anos (IPCC, 2024).

## Assentamentos humanos

Conceito integrador que compreende componentes físicos de abrigo e infraestrutura, bem como serviços, como educação, saúde, cultura, bem-estar, lazer e nutrição (PNUD, 2018).

## Biodiversidade

Biodiversidade ou diversidade biológica significa a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo, entre outras coisas, ecossistemas terrestres, marinhos e aquáticos, bem como os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre espécies e dos ecossistemas (IPCC, 2024).

## Caminhabilidade

Medida que avalia a qualidade dos espaços públicos para o deslocamento a pé. Desde a concepção do termo, em 1993, foram desenvolvidas inúmeras metodologias adaptadas ao contexto local para avaliar quão agradáveis, acolhedoras e seguras podem ser as ruas, os bairros e as cidades a partir da perspectiva de uma pessoa que se desloca a pé (SAMPAPÉI, 2019).

## Catástrofes e desastres

Catástrofe significa um “acontecimento lastimoso; calamidade”, enquanto desastre significa um “acontecimento calamitoso, sobretudo o que ocorre de súbito e causa grande dano ou prejuízo”. De acordo com o Programa das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), desastre pressupõe uma séria ruptura no funcionamento de uma comunidade ou sociedade, em qualquer escala, devido a um evento de risco envolvendo condições de exposição, implicando em perdas e impactos materiais, econômicos e ambientais que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de enfrentar a situação com o uso de seus próprios recursos. É resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável). (PNUD, 2018).

## Conforto térmico

Satisfação física, fisiológica e psicológica de um indivíduo com as condições térmicas do ambiente. Os fatores físicos determinam as trocas de calor do corpo com o meio; os fisiológicos referem-se a alterações na resposta fisiológica do organismo e os fatores psicológicos, que são aqueles que se relacionam às diferenças na percepção e na resposta a estímulos sensoriais, frutos da experiência passada e da expectativa do indivíduo (SVMA, 2021).

## Distribuição espacial igualitária

A disposição dos espaços públicos em toda a extensão da cidade. Um sistema bem distribuído e hierarquizado de espaços públicos abertos que podem ser acessados por todos, independentemente de renda, gênero, raça ou condição de deficiência (UN-HABITAT, 2020).

## Efeito estufa

O efeito radiativo infravermelho de todos os constituintes absorventes de infravermelho na atmosfera. Gases de efeito estufa (GHGs), nuvens e alguns aerossóis absorvem radiação terrestre emitida pela superfície da Terra e por outras partes da atmosfera. Um aumento na concentração de GHGs devido a emissões antropogênicas aumenta a magnitude desse efeito, onde a radiação emitida para o espaço é cada vez mais reduzida; a diferença às vezes é chamada de efeito estufa intensificado (IPCC, 2024).

## Empoderamento

Processo de obter acesso e desenvolver as próprias capacidades com vistas a participar ativamente na definição da própria vida e da sua comunidade em termos econômicos, socioculturais, políticos e religiosos (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

## Equidade de gênero

Equivalência nos resultados na vida para mulheres e homens, reconhecendo suas diferentes necessidades e interesses, o que pode exigir uma redistribuição justa de poder, recursos, oportunidades e responsabilidades (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

## **Equipamentos públicos**

Instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres. Também se aplica às instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres (BRASIL, 2023).

## **Espaço público**

Todos os lugares de propriedade pública ou de uso público, acessíveis e desfrutáveis por todas as pessoas sem necessidade de pagamento e sem fins lucrativos. Isso inclui ruas, espaços abertos e instalações públicas (ONU-HABITAT, 2015).

## **Eventos climáticos extremos**

As características do que é chamado de clima extremo podem variar de lugar para lugar em um sentido absoluto. Quando um padrão de clima extremo persiste por algum tempo, como uma estação, pode ser classificado como um evento climático extremo, especialmente se resultar em uma média ou total que seja em si extremo (por exemplo, alta temperatura, seca ou chuvas intensas ao longo de uma estação) (IPCC, 2024).

## **Gênero**

Papéis, deveres e responsabilidades atribuídos cultural ou socialmente a mulheres, homens, meninas e meninos (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

## **Igualdade**

Envolve a (re)distribuição sistemática dos benefícios do crescimento ou do desenvolvimento, com estruturas legais que garantam “condições de igualdade” e instituições que protejam os direitos dos pobres, das minorias e dos grupos vulneráveis (ONU-HABITAT, 2015).

## **Inclusão**

O conceito de inclusão, no planejamento, reconhece que todas as pessoas têm o direito a participar na elaboração do ambiente construído e de se beneficiar do desenvolvimento urbano. Em termos de processo, promove a participação no planejamento e a diversidade de representação. Em termos de resultados, promove o acesso de todas as pessoas a serviços, empregos e oportunidades, e à vida cívica e política da cidade (PNUD, 2018).

## **Infraestrutura urbana**

Conjunto de instalações físicas e serviços essenciais que sustentam o funcionamento das cidades, incluindo sistemas de transporte, abastecimento de água, rede de esgoto, energia elétrica, telecomunicações, entre outros (IBGE, 2021).

## **Infraestrutura verde-azul**

Nome dado ao conjunto de sistemas naturais da cidade, relacionados às áreas verdes e às águas urbanas, integrando funções ambientais, hidráulicas, paisagísticas e sociais. Quando conectadas entre si, como parte de uma rede, essas infraestruturas podem promover a conservação de funções ecossistêmicas, gerando benefícios ao meio ambiente natural e urbano, assim como diversos ganhos sociais (SÃO PAULO, 2022).

## **Mitigação (das mudanças climáticas)**

Uma intervenção humana para reduzir emissões ou aumentar os sumidouros de gases de efeito estufa (IPCC, 2024).

## **Mobilidade urbana**

Atributo das cidades que considera um amplo conjunto de predicados que uma aglomeração urbana possui e que são próprios ou favorecem uma mobilidade mais qualificada e eficiente. A mobilidade urbana é qualificada pela presença de transporte de alta capacidade, de acessibilidade universal nos passeios e edificações, de prioridade ao transporte coletivo no sistema viário, de terminais de transporte intermodais, da rede de transporte coletivo por ônibus, de acessibilidade universal na frota de coletivos, de uma rede cicloviária, da existência de bicicletários e paraciclos, de uma boa legibilidade dos sistemas de orientação, de uma comunicação eficaz com os usuários, da modicidade tarifária e de uma logística eficiente no transporte de carga, entre outros itens (SÃO PAULO, 2016).

## **Mobilidade ativa/ modos ativos de deslocamento**

Refere-se ao deslocamento de pessoas utilizando modos de transporte não motorizados, como caminhada e bicicleta, com o objetivo de promover um estilo de vida mais saudável e sustentável (ITDP, 2021).

## **Mudanças climáticas**

Uma mudança no estado do clima que pode ser identificada por mudanças na média e/ou na variabilidade de suas propriedades e que persiste por um longo período, tipicamente décadas ou mais. A mudança climática pode ser devido a processos internos naturais ou forças externas, como modulações dos ciclos solares, erupções vulcânicas e mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso da terra. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) define mudança climática como: “uma mudança no clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera global e que se soma à variabilidade climática natural observada durante períodos de tempo comparáveis”. A UNFCCC, portanto, faz uma distinção entre a mudança climática atribuível às atividades humanas que alteram a composição atmosférica e a variabilidade climática atribuível a causas naturais (IPCC, 2024).

## **Papéis de gênero**

Atividades, tarefas e responsabilidades consideradas pela sociedade como “naturais” para mulheres ou homens (BID; CAF; UN-Habitat, 2020).

## **Parque de conservação**

Parque dotado de atributos naturais relevantes, podendo ou não comportar estruturas e equipamentos voltados ao lazer e à fruição pública (SVMA, 2022).

## **Parque linear**

Parque associado aos cursos d'água com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos, de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente, de promover a drenagem sustentável, de melhorar as condições de saneamento e de incentivar a fruição pública (SVMA, 2022).

## **Parque Natural Municipal**

Unidade de Conservação de Proteção Integral criada pelo município, correspondente ao Parque Nacional, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, vedado o uso direto dos recursos naturais e permitida a realização de pesquisas científicas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SVMA, 2022).

## **Parque urbano**

Parque localizado na zona urbana, com a finalidade de conservar e recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população (SVMA, 2022).

## **Pessoas com deficiência**

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, e a Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual Pessoas afetadas por catástrofes ou pessoas com deficiência ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (PNUD, 2018).

## **Resiliência**

A capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver distúrbios, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento, a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e mudança, voltando rapidamente ao estado de normalidade (PNUD, 2018).

## **Risco**

O potencial para consequências adversas para sistemas humanos ou ecológicos, reconhecendo a diversidade de valores e objetivos associados a tais sistemas. No contexto das mudanças climáticas, os riscos podem surgir de impactos potenciais das mudanças climáticas, bem como de respostas humanas a essas mudanças. Consequências adversas relevantes incluem aquelas sobre vidas, meios de subsistência, saúde e bem-estar, ativos e investimentos econômicos, sociais e culturais, infraestrutura, serviços (incluindo serviços ecossistêmicos), ecossistemas e espécies (IPCC, 2024).

## **Saúde urbana**

Efeito das condições urbanas no bem-estar físico, mental e social dos habitantes das cidades, incluindo aspectos ambientais, sociais e comportamentais que determinam a saúde (OMS, 2021).

## **Serviços ecossistêmicos**

Processos ou funções ecológicas que possuem valor monetário ou não monetário para indivíduos ou para a sociedade em geral. Estes são frequentemente classificados como (1) serviços de suporte, como produtividade ou manutenção da biodiversidade, (2) serviços de provisão, como alimentos ou fibras, (3) serviços de regulação, como regulação do clima ou sequestro de carbono, e (4) serviços culturais, como turismo ou apreciação espiritual e estética (IPCC, 2024).

## **Vulnerabilidade**

As condições determinadas pelos fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de um indivíduo, uma comunidade, bens ou sistemas em relação aos impactos de um desastre. Vulnerabilidade é, portanto, o inverso da segurança. Os mais vulneráveis, tais quais os que vivem em condições de pobreza e insegurança, são mais prováveis a viverem em locais suscetíveis a desastres; eles também correm grande risco de remoções e perda dos meios de subsistência; e se recuperarão dos desastres com maiores dificuldades (PNUD, 2018).

# ANEXOS

## Anexo 1: Composição do Grupo de Referência

Instituição	Representante	Setor
ABAP- Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas	Francine Sakata	Comunidade
ABAP- Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas	Camila Gomes Sant' Anna	Comunidade
Apé mobilidade	Tayná Messinetti	Comunidade
Apé mobilidade	Marieta Colucci	Comunidade
Associação de Pesquisadores e Amigos da Cantareira	Beatriz Bito de Souza	Comunidade
Associação de Pesquisadores e Amigos da Cantareira	Cecília Peinado Rocha	Comunidade
Avant Garden	Paulo Hartmann	Comunidade
Avant Garden	Paulo Hartmann	Comunidade
Bike Anjo	Luciana Rocha de Souza	Comunidade
Bike Anjo	Martina Horvath	Comunidade
Centro de Estudos Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis - CEPEDOC Cidades Saudáveis	Cassia Fellet	Instituição científica
Centro de Estudos Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis - CEPEDOC Cidades Saudáveis	Sandra Costa de Oliveira	Instituição científica
Ciclocidade	Aline Cavalcanti	Comunidade
Ciclocidade	Cyra Malta	Comunidade
Co-Criança	Camila Audrey	Comunidade
Cidade Ativa	Nathalie Prado	Comunidade
Cidade Ativa	Marcia Trento	Comunidade
ESALQ - Laboratório de Silvicultura urbana Departamento de Ciências Florestais	Demóstenes Silva Filho	Instituição científica
Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes	Débora Iacono	Comunidade
Fórum Verde Permanente de Parques, Praças e Áreas Verdes	Marlene Emilia Bicalho	Comunidade
GEPAF-USP Grupo de Estudos e Pesquisas Epidemiológicas em Atividade Física e Saúde	Alex Florindo	Instituição científica

Instituição	Representante	Setor
Instituto Alana	Maria Isabel Amando de Barros	Comunidade
Instituto Árvores Vivas para Conservação e Cultura Ambiental	Julia Stefano Finotti	Comunidade
Instituto Árvores Vivas para Conservação e Cultura Ambiental	Juliana Gatti Pereira Rodrigues	Comunidade
Instituto Brasileiro de Teatro	Oliver Tibeau	Comunidade
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo	Júlia Reis	Instituição científica
Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo	Leandro Fontana	Instituição científica
Instituto Olga Kos de Inclusão Cultural (IOK)	Wolf kos	Comunidade
Instituto Semeia	Karina Dominici Alves	Instituição científica
LabVerde/FAU-USP	Maria de Assunção Ribeiro Franco	Instituição científica
LabVerde/FAU-USP	Maria de Assunção Ribeiro Franco	Instituição científica
Laramara	Silverlei Silvestre Vieira	Comunidade
Mamilos da Terra	Mirian Steinberg	Comunidade
Mamilos da Terra	Paola Cosarini	Comunidade
Movimento ODS SP	Nina Orlow	Comunidade
USP - Espaço Urbano e Saúde - IEA (Paulo Saldiva - integrante)	Ligia Vizeu Barrozo	Instituição científica

**Anexo 2: Equipe de coleta de dados**

Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Alexandre Gama de Souza
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Amanda Cristina Ikegami Rolim
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Caroline Martins Freire Leite
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Daiane Soares de Oliveira
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Danilo de Carvalho Eustáquio
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Fabrizio Pereira Franco
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Fernanda Silva de Moraes
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Gabriela Andrade Borges
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Geovana Jaimes
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Helena Bellan de Camargo
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Isabelly Cardoso da Silva
Assistente de coleta de dados (Observação)	Larissa Cristiane dos Santos
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Lídia Martins de Almeida
Assistente de coleta de dados (Entrevista)	Marina Abrão Ballak Dias
Supervisora de campo	Tathiana Popak Maria
Assistente de coleta de dados (Observação)	Thaynara Monteiro Marcolin

**Figura 35: Equipe de coleta de dados.**

Fonte: Acervo institucional, ONU-Habitat

**Anexo 3: Lista de parques avaliados**

	Categoria	Região	Participação no questionário de entrevistas
Aclimação	Urbano	Centro-Oeste	sim
Água Vermelha	Linear	Leste	sim
Águas	Urbano	Leste	não
Alfredo Volpi	Urbano	Centro-Oeste	não
Alto da Boa Vista	Urbano	Sul	não
Anhanguera	Urbano	Norte	sim
Aricanduva	Linear	Leste	sim
Augusta - Prefeito Bruno Covas	Urbano	Centro-Oeste	sim
Bananal Canivete	Linear	Norte	sim
Barragem de Guarapiranga	Orla	Sul	sim
Benemérito José Brás	Urbano	Centro-Oeste	sim
Bororé	Natural	Sul	sim
Buenos Aires	Urbano	Centro-Oeste	sim
Burle Marx	Urbano	Sul	sim
Cada Modernista	Urbano	Centro-Oeste	não
Cantinho do Céu	Orla	Sul	sim
Carmo	Urbano	Leste	sim
Castelo	Orla	Sul	sim
Cemucam	Urbano	Centro-Oeste	sim
Chácara das Flores	Urbano	Leste	não
Chácara do Jockey	Urbano	Centro-Oeste	sim
Chuvisco	Urbano	Sul	não
Cidade de Toronto	Urbano	Norte	sim
Ciência	Urbano	Leste	não
Colina de São Francisco	Urbano	Centro-Oeste	não
Consciência Negra	Urbano	Leste	sim

	Categoria	Região	Participação no questionário de entrevistas
Cordeiro - Martin Luther King	Urbano	Sul	sim
Ecológico Central do Itaim Paulista	Urbano	Leste	não
Ecológico Chico Mendes	Urbano	Leste	sim
Ecológico Profª Lydia Natalizio Diogo - Vila Prudente	Urbano	Leste	sim
Ermelino Matarazzo	Urbano	Leste	não
Eucaliptos	Urbano	Sul	não
Fazenda do Carmo	Natural	Leste	sim
Guabirobeira Mombaça	Urbano	Leste	sim
Guanhembu - Benedita Ramos Caruso	Urbano	Sul	não
Guarapiranga	Orla	Sul	sim
Guaratiba	Linear	Leste	sim
Ibirapuera	Urbano	Centro-Oeste	sim
Independência	Urbano	Centro-Oeste	sim
Ipiranguinha	Linear	Leste	sim
Itaim	Natural	Sul	sim
Itaim Paulista	Linear	Leste	sim
Jaceguava	Natural	Sul	sim
Jacinto Alberto	Urbano	Norte	sim
Jardim da Conquista	Urbano	Leste	sim
Jardim da Luz	Urbano	Centro-Oeste	sim
Jardim das Perdizes	Urbano	Centro-Oeste	não
Jardim Felicidade	Urbano	Norte	sim
Jardim Herculano	Urbano	Sul	sim
Jardim Prainha	Orla	Sul	sim
Jardim Sapopemba - Maria de Fátima Diniz Carrera	Urbano	Leste	não
Juliana de Carvalho Torres (Cohab Raposo Tavares)	Urbano	Centro-Oeste	não

	Categoria	Região	Participação no questionário de entrevistas
Lajeado - Izaura Pereira de Souza Franzolin	Urbano	Leste	não
Lina e Paulo Raia	Urbano	Sul	não
Lions Clube Tucuruvi	Urbano	Norte	sim
Luís Carlos Prestes	Urbano	Centro-Oeste	não
M'Boi Mirim	Urbano	Sul	sim
Mongaguá - Francisco Menegolo	Linear	Leste	sim
Nabuco	Urbano	Sul	sim
Nair Bello	Linear	Leste	sim
Nascentes do Ribeirão Colônia	Urbano	Sul	não
Nebulosas	Urbano	Leste	não
Nove de Julho	Orla	Sul	sim
Paraisópolis - Lourival Clemente da Silva	Urbano	Sul	sim
Parelheiros	Linear	Sul	sim
Piqueri - Vereador Toninho Paiva	Urbano	Centro-Oeste	sim
Povo - Mário Pimenta Camargo	Urbano	Centro-Oeste	sim
Piqueri - Vereador Toninho Paiva	Urbano	Centro-Oeste	sim
Praia São Paulo / Praia do Sol	Orla	Sul	sim
Prefeito Mario Covas	Urbano	Centro-Oeste	não
Previdência	Urbano	Centro-Oeste	não
Rapadura	Linear	Leste	sim
Raul Seixas	Urbano	Leste	sim
Ribeirão Caulim	Linear	Sul	sim
Ribeirão Cocaia - Chácara Tanay	Linear	Sul	sim
Ribeirão Cocaia - Opção Brasil	Linear	Sul	sim
Ribeirão Oratório	Linear	Leste	sim
Rio Verde	Linear	Leste	sim

	Categoria	Região	Participação no questionário de entrevistas
Santa Amélia	Urbano	Leste	sim
Santo Dias	Urbano	Sul	sim
São Domingos	Urbano	Norte	não
São José	Orla	Sul	sim
Sapé	Linear	Centro-Oeste	sim
Sapopemba	Urbano	Leste	sim
Sena	Urbano	Norte	não
Senhor do Vale	Urbano	Norte	sim
Sete Campos	Linear	Sul	sim
Severo Gomes	Urbano	Sul	não
Shangrilá	Urbano	Sul	sim
Tatuapé	Urbano	Centro-Oeste	não
Tenente Brigadeiro Roberto Faria Lima	Urbano	Norte	sim
Tenente Siqueira Campos - Trianon	Urbano	Centro-Oeste	sim
Tiquatira - Eng. Werner Eugênio Zulauf	Linear	Leste	sim
Trote / Vila Guilherme	Urbano	Norte	não
Varginha	Natural	Sul	sim
Vila do Rodeio	Urbano	Leste	sim
Vila dos Remédios	Urbano	Centro-Oeste	não
Vila Sílvia – Izaías Wingter	Urbano	Leste	não
Zilda Arns Neumann	Urbano	Leste	sim
Zilda Natel	Urbano	Centro-Oeste	sim





**VIVA O VERDE SP**

**ESPAÇOS PÚBLICOS VERDES PARA TODAS E TODOS:**

... e a sustentabilidade.

QR CODE



# VIVA O VERDE SP



**CIDADE DE  
SÃO PAULO**

